

Estudos do Património

[Museologia]

Patrimonialização, Turismo e Desenvolvimento: Estudo de caso do Projeto Vale do Varosa

Sérgio Pereira

D

2024



Sérgio Pereira

Patrimonialização, Turismo e Desenvolvimento: Estudo de caso do Projeto Vale do Varosa

Tese realizada no âmbito do Doutoramento em Estudos do Património, orientada pela
Professora Doutora Alice Duarte

Membros do Júri

Professor Doutor Rui Manuel Lopes de Sousa Morais (Presidente)

Professora Doutora Clara Maria Laranjeira Sarmento (Arguente)

Professora Doutora Isabel Cristina Pereira Vieira (Arguente)

Professor Doutor António Manuel Torres da Ponte (Arguente)

Professora Doutora Maria Manuela de Castro Restivo (Vogal)

Professora Doutora Alice Lucas Semedo (Vogal)

Professora Doutora Maria Alice Duarte Silva (Vogal)

Faculdade de Letras da Universidade do Porto

2024

Índice

Declaração de Honra	6
Agradecimentos	7
Resumo	8
<i>Abstract</i>	9
Índice de Imagens	10
Índice de Figuras	12
Índice de Quadros	13
Índice de Anexos	14
Índice de Apêndices	14
Lista de abreviaturas e Siglas	15

Introdução	16
-------------------------	-----------

Capítulo I – Património e museologia: enquadramento teórico e conceptual

1.1 – Da clarificação ao incorporar de um processo: origem e evolução do conceito património	24
1.2 – Intervir para transformar: a patrimonialização participada	34
1.3 – A instituição museológica ao longo do tempo: das origens aos desafios contemporâneos	37
1.4 – A musealização enquanto processo. Desafios e oportunidades da museologia atual face às comunidades	49
1.5- Síntese de Capítulo	60

Capítulo II – O turismo e o património enquanto vetores do desenvolvimento regional

2.1 – Turismo enquanto atividade sistémica. Noção de destino turístico	64
2.2 – Enquadramento histórico do fenómeno turístico	69
2.3 – Tipos de turismo: cultural, criativo e temático	77
2.4 - Perspetivas sobre o desenvolvimento. Desenvolvimento territorial endógeno e sustentável	83

2.5 – Desenvolvimento turístico endógeno e sustentável apoiado no património e nos museus	89
2.6- Síntese de Capítulo	104

Capítulo III - O Projeto Vale do Varosa

3.1- Enquadramento da área de estudo	107
3.2 - Apresentação do Projeto Vale do Varosa	114
3.3 - Os monumentos do Projeto: história, recuperação, patrimonialização e musealização	118
3.3.1 - Mosteiro de Santa Maria de Salzedas	121
3.3.2 - Mosteiro de São João de Tarouca	128
3.3.3 - Convento de Santo António de Ferreirim	136
3.3.4 - Ponte Fortificada de Ucanha.....	139
3.3.5 - Capela de São Pedro de Balsemão	142
3.4 - O Museu de Lamego e o Projeto Vale do Varosa	
3.4.1 – Caracterização histórica e institucional do Museu de Lamego	144
3.4.2 – De Museu a entidade gestora de uma rede de monumentos	148
3.4.3 – Atividades desenvolvidas pelo Museu	150
3.4.4 – O PVV no espaço do Museu	156
3.4.5 – Imagem e divulgação do PVV	157
3.5 - O Projeto Vale do Varosa na atualidade: modelo de desenvolvimento implementado e sua operacionalização	
3.5.1 – Os princípios orientadores do PVV e sua implementação	162
3.5.2 – Operacionalização do PVV	167
3.5.3 – Considerações finais	171

Capítulo IV – Da teoria à prática: o processo empírico de investigação

4.1- Opções metodológicas e estratégias de recolha e análise de dados	173
4.2 – O processo de aproximação no terreno	179

Capítulo V – Resultados da investigação e análise crítica dos impactos do PVV 185

Capítulo VI – Contributos da investigação: um modelo de intervenção patrimonial 221

Conclusões	237
Bibliografia	246
Anexos	271
Apêndices	287

Declaração de honra

Declaro que a presente tese é de minha autoria e não foi utilizado previamente noutro curso ou unidade curricular, desta ou de outra instituição. As referências a outros autores (afirmações, ideias, pensamentos) respeitam escrupulosamente as regras da atribuição, e encontram-se devidamente indicadas no texto e nas referências bibliográficas, de acordo com as normas de referência. Tenho consciência de que a prática de plágio e autoplágio constitui um ilícito académico.

Porto, 31 de janeiro de 2024

Sérgio Bruno Vaz Pereira

Agradecimentos

O autor agradece a todos aqueles que participaram na recolha empírica de informações, dando o seu contributo para a pesquisa. Em particular, agradeço o empenho dos colaboradores nos monumentos do Vale do Varosa, que se mostraram proativos no processo. Agradece ainda a Luís Sebastian e a Alexandra Falcão, antigo e atual diretora do Projeto, por toda a documentação facultada.

Um muito obrigado à Doutora Alice Duarte, orientadora desta tese, pelas correções rigorosas, orientações pertinentes e pelas sempre presentes palavras de incentivo.

Resumo

Esta investigação tem como objeto de estudo o Projeto Vale do Varosa (PVV), uma iniciativa de intervenção implementada entre 2009 e 2016 que agregou bens patrimoniais dispersos para criação de uma rede cultural. O PVV engloba cinco núcleos classificados como monumentos nacionais: dois mosteiros cistercienses, um convento masculino franciscano, um raro exemplar de torre medieval fortificada e uma capela. Trata-se de um projeto associado ao Museu de Lamego, sendo que esta tese analisa e procura compreender os processos de patrimonialização aqui ocorridos, relacionando-os com as dinâmicas socioculturais, económicas e turísticas envolventes. Mais concretamente, a investigação foca intervenções em termos de: proteção patrimonial e respetivos vetores de implementação; musealização e potenciação de espaços com funções comunitárias; análise global dos efeitos produzidos e identificação de boas práticas em prol do desenvolvimento sustentável. A investigação empírica desenvolvida permitiu ainda a conceção de um modelo de intervenção patrimonial.

Palavras-chave: Património; Museu, Comunidade; Turismo; Desenvolvimento, PVV

Abstract

This investigation has as its object of study the Vale do Varosa Project (PVV), an intervention initiative implemented between 2009 and 2016 that brought together scattered heritage assets to create a cultural network. The PVV encompasses five centers classified as national monuments: two Cistercian monasteries, a Franciscan male convent, a rare example of a fortified medieval tower and a chapel. This is a project associated with the Lamego Museum, and this thesis analyzes and seeks to understand the heritageization processes that took place here, relating them to the surrounding sociocultural, economic and tourist dynamics. More specifically, the research focuses on interventions in terms of: property protection and respective implementation vectors; museumization and enhancement of spaces with community functions; global analysis of the effects produced and identification of good practices in favor of sustainable development. The empirical research carried out also allowed the design of a heritage intervention model.

Key-words: Heritage ; Museum ; Community ; Tourism; Developemnt; PVV

Índice de Imagens

Imagem 1 - Perspetiva geral do Mosteiro de Stª Maria de Salzedas	121
Imagem 2 - Claustro do séc. XVII (Claustro da Colação)	124
Imagem 3 - Claustro do século XVIII (Sala do Capítulo)	124
Imagem 4 - Fachada da igreja do Mosteiro de Salzedas	125
Imagem 5 - Nave central da igreja do Mosteiro de Salzedas	125
Imagem 6 - Pinturas restauradas no arcaz da sacristia, no núcleo museológico de arte sacra de Salzedas	126
Imagem 7 - Entrada da exposição interpretativa do Mosteiro de Salzedas	128
Imagem 8 - Núcleo de pintura no Centro Interpretativo Mosteiro de Salzedas	128
Imagem 9 - Cela de noviço no Centro Interpretativo do Mosteiro de Salzedas	128
Imagem 10 - Núcleo de escultura do centro interpretativo do mosteiro de Salzedas	128
Imagem 11 – Perspetiva aérea do complexo monástico de S. João de Tarouca	129
Imagem 12 - Ruínas arqueológicas (primeiro plano), igreja e torre sineira em São João de Tarouca	134
Imagem 13 - Fachada da igreja do mosteiro de S. João de Tarouca	134
Imagem 14 - Sacristia do Mosteiro de S. João de Tarouca	135
Imagem 15 - Centro Interpretativo do Mosteiro de S. João de Tarouca	136
Imagem 16 - Centro Interpretativo do Mosteiro de S. João de Tarouca	136
Imagem 17 – Fachada da igreja do Convento de Ferreirim	136
Imagem 18 – Torre senhorial anexa ao Convento de Ferreirim	136
Imagem 19 - Interior da igreja do convento, ao fundo a capela-mor.....	137
Imagem 20 - Teto pintado da capela-mor do Convento de Ferreirim	138
Imagem 21 - Auditório multimédia do Convento de Ferreirim	139
Imagem 22 - Sala dos Mestres de Ferreirim	139
Imagem 23 - Perspetiva sobre a Ponte Fortificada e Torre de Ucanha	140
Imagem 24 - Perspetiva da passagem da ponte em direção à Torre	141
Imagem 25 - Arco de volta perfeita, estátua da Nª. Srª. do Castelo e balcão de matacões	141
Imagem 26 - Perspetiva aérea sobre a Capela de São Pedro de Balsemão	142
Imagem 27 - Fachada da Capela de São Pedro de Balsemão	143
Imagem 28 - Perspetiva da arquitetura interior da Capela	144
Imagem 29 - Arca tumular de D. Afonso Pires	144
Imagem 30 - Fachada principal do Museu de Lamego	145
Imagem 31 - Sala com a coleção de pintura do Museu de Lamego	147
Imagem 32 - Painéis do antigo retábulo da Sé de Lamego expostos no Museu	148

Imagem 33 - Tapeçarias flamengas do séc. XV expostas no Museu de Lamego	148
Imagem 34 - Jantar monástico no Mosteiro de Salzedas (jun. de 2018)	155
Imagem 35 - Visita encenada ao Mosteiro de S. João de Tarouca	155
Imagem 36 - Canto cisterciense no Mosteiro de S. João de Tarouca (set. de 2017)	155
Imagem 37 – Espetáculo “Paralelismos”, no Mosteiro de Salzedas (jun. de 2017)	155
Imagem 38 - Peça de teatro “Apologia para Guilherme”, no Mosteiro de S. João de Tarouca (jul. de 2018)	156
Imagem 39 - Cantar das Janeiras no Mosteiro de Stª Maria de Salzedas (jan. de 2019)	156
Imagem 40 - Perspetiva geral da exposição PVV no Museu	157
Imagem 41 - Painele sobre a Ordem de Cister, na exposição PVV no Museu	157
Imagem 42 - Linha Editorial Infantil do PVV	159
Imagem 43 - <i>Merchandising</i> do PVV em portugalmuseumstore.com	160
Imagem 44 - <i>Merchandising</i> exposto na loja do Museu de Lamego	160
Imagem 45 - <i>Merchandising</i> em divulgação online	160
Imagem 46 - Aspeto da página online do PVV no Facebook (mar. de 2018)	161
Imagem 47 - Aspeto da página do PVV no Youtube (mar. de 2018)	161
Imagem 48 - Aspeto da página online do PVV no Instagram (mar. de 2018)	161
Imagens 49 – Painele informativo sobre vestuário e comércio dos monges, no Mosteiro de S. João de Tarouca	186
Imagem 50 - Ponte anexa ao complexo monástico, descaracterizada após intervenção da autarquia local	189
Imagem 51 – Parte superior do Claustro da Colação, residência do pároco de Salzedas	190
Imagem 52 – Parte dos terrenos da antiga quinta	190
Imagem 53 – Envolvência da Ponte fortificada (zona verde e percursos pedonais)	191
Imagem 54 – Envolvência da Ponte fortificada, onde se destaca o mobiliário urbano	191
Imagem 55 – Logótipo autárquico ‘Vale do Varosa’	193
Imagem 56 – Escultura ‘Vale do Varosa’, na Rotunda Santa Apolónia (Tarouca)	193
Imagens 57 e 58 – Ferramentas digitais inoperacionais (projeção vídeo e <i>videomapping</i>), no Castelo de Lamego	197
Imagem 59 - Loja interativa de turismo, em Lamego	202
Imagem 60 - Sistema <i>iTouch</i> , da loja interativa de turismo de Lamego	203
Imagem 61 - Ecrã interativo <i>Tomé</i> inoperacional, anexo à loja interativa de turismo de Tarouca	203
Imagens 62 e 63 - Ponte Românica de São João de Tarouca	207
Imagens 64 e 65 - Bairro Judaico de Salzedas	208
Imagem 66 - Localidade de Gouveiães, vista da Torre de Ucanha	209
Imagem 67 - Igreja Matriz de Ucanha	209

Imagem 68 – Vista para o vale do Rio Balsemão, a partir do largo frente à Capela	210
Imagem 69 - Ilustrações de bens patrimoniais do PVV no Pátio dos Artistas	215
Imagem 70 - Cerâmica decorativa alusiva a bens patrimoniais PVV, exposta na loja interativa de turismo de Tarouca	216
Imagem 71 - Peças de cerâmica, expostas em lojas de artesanato de Lamego	216

Índice de Figuras

Figura 1 - Mapa da região do Douro Sul	107
Figura 2 - Brasão da cidade de Lamego	108
Figura 3 - Brasão da cidade de Tarouca	109
Figura 4 - Distribuição territorial do Vale do Varosa	117
Figura 5 - Logótipo do Museu de Lamego	149

Índice de Quadros

Quadro 1- Caraterização dos Concelhos de Lamego e de Tarouca (2021)	110
Quadro 2 - Bens culturais e patrimoniais nos concelhos de Lamego e Tarouca (2022)	112
Quadro 3 - Quantidade de alojamento turístico <i>versus</i> proveitos das dormidas em Lamego e Tarouca (2010-2022)	113
Quadro 4 - Oferta de alojamento turístico em Lamego e Tarouca (2023)	114
Quadro 5 - Projeto Vale do Varosa (Tabela Síntese)	115
Quadro 6 - Imagem Gráfica do PVV	158
Quadro 7 - Princípios orientadores do PVV	163
Quadro 8 – Conceitos-chave da problemática	174
Quadro 9 - Dimensões e componentes de análise dos impactos do PVV	175
Quadro 10 - Entrevistas da investigação empírica	182

Índice de Anexos

Anexo 1 - Estatísticas relativas aos museus nacionais (2018)	271
Anexo 2 - Reconstituição da planta do Mosteiro de Salzedas (séc. XVI-XVII)	273
Anexo 3 - Reconstituição histórica do Mosteiro de São João de Tarouca (séc. XVIII)	274
Anexo 4 - Etapas de requalificação do Mosteiro de S. João de Tarouca (1998 – 2008)	274
Anexo 5 – Registo fotográfico requalificação do Mosteiro de S. João de Tarouca: antes <i>versus</i> depois (1999-2016)	279
Anexo 6 - Folheto de divulgação do PVV (frente e verso)	280
Anexo 7 - Folheto relativo ao Mosteiro de São João de Tarouca	282
Anexo 8 - Folheto relativo ao Mosteiro de Santa Maria de Salzedas	283
Anexo 9 - Folheto de divulgação do Concelho de Tarouca	284
Anexo 10 - Folheto de divulgação da localidade de Ucanha (frente e verso).....	285

Índice de Apêndices

Apêndice 1 - Operacionalização do PVV (Grelha Síntese)	288
Apêndice 2 – Linhas orientadoras, linhas estratégicas e ações de materialização do PVV (2009-2016)	290
Apêndice 3 - Listagem de entidades contactadas à distância	291
Apêndice 4 - Relação entre informação obtida nas entrevistas e as dimensões/componentes da análise empírica	293
Apêndice 5 – Avaliação do PVV nas plataformas <i>Tripadvisor</i> e Google	295

Lista de Abreviaturas e Siglas

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

DRCN – Direção Regional de Cultura do Norte

ICOFOM - Comité Internacional de Museologia do Conselho Internacional de Museus

ICOM – *International Council of Museums*

ICOMOS - *International Council on Monuments and Sites*

IPPAR - Instituto Português do Património Arquitetónico

MINOM - Movimento Internacional para uma Nova Museologia

OIT - Organização Internacional de Trabalho

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONU – Organização das Nações Unidas

PVV – Projeto Vale do Varosa

PCI – Património Cultural Imaterial

SIPA - Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

SIGTUR - Sistema de Informação Geográfica do Turismo

UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

Introdução

As questões do património entraram há muito no discurso político e social sobre o desenvolvimento territorial (Carvalho, 2010). O turismo cultural, apoiado nas dimensões materiais e imateriais do património, tem sido equacionado como um dos principais meios para alcançar potencial económico numa região (Russo, 2001; Prats, 2003; Azevedo; 2014). Efetivamente, vivemos numa época em que a atividade turística possui uma dimensão social e económica nunca alcançadas, contudo, as opiniões sobre os seus efeitos não são de todo unânimes. Se, por um lado, os especialistas destacam a importância desta atividade para a economia dos países, outras opiniões alertam para os seus excessos que afetam o ambiente, as populações residentes e os patrimónios nacionais.

O turismo assenta a sua base de criação na existência de recursos turísticos, resultando estes de um processo de transformação de bens de natureza diversa, com a finalidade da satisfação de necessidades turísticas (Cunha, 2001; Leal, 2012). O património cultural é, então, um dos principais recursos para grande parte dos destinos turísticos, que desenvolvem diferentes estratégias de patrimonialização e musealização, muitas vezes integradas em rotas ou percursos culturais. Por sua vez, estas estratégias podem, ou não, surgir integradas como componentes de políticas de desenvolvimento dos territórios.

A presente tese elege como objeto de estudo o Projeto Vale do Varosa (PVV), procurando averiguar através desse estudo de caso de que modo os processos de patrimonialização e subsequente oferta de roteiros culturais podem ser veículos de desenvolvimento local por intermédio da sua utilização turística. O PVV é uma iniciativa de valorização patrimonial que assume a sua componente turística, baseado na proposta de uma rede de estruturas e soluções, segundo o conceito de ‘território histórico’ formulado por um dos seus principais mentores. Constituído por uma rede de monumentos recuperados e disponibilizados para a fruição pública, o PVV encontra-se sob gestão do Museu de Lamego, instituição de referência no panorama cultural da região do Douro Superior e que celebrou já o centenário da sua fundação. Verifica-se, assim, que é uma instituição museológica que surge enquanto elemento agregador e gestora deste Projeto. Por outro lado, alguns dos patrimónios visitáveis da rede possuem igualmente espaços museológicos, bem como centros interpretativos neles integrados.

De forma mais concreta, a investigação estabeleceu como questão de partida a intenção de compreender de que modo, e até que ponto, o PVV pode ser considerado um motor de desenvolvimento sustentável para esta região do interior norte do país. Neste sentido, definiram-se três objetivos centrais:

- I. Analisar os processos de patrimonialização e musealização desenvolvidos, relacionando-os com as dinâmicas culturais, sociais, económicas e turísticas alcançadas na região;
- II. Avaliar o PVV enquanto promotor de desenvolvimento sustentável, equacionando-o enquanto exemplo de boas práticas, potencialmente replicáveis, na intervenção sobre o património;
- III. Contribuir para a potenciação dos projetos patrimoniais, através da apresentação de um modelo de intervenção patrimonial

Decorrentes dos três objetivos centrais, definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- i. Enquadrar a história do PVV nas suas diferentes dimensões;
- ii. Caracterizar as medidas de patrimonialização realizadas, enquadrando-as nas questões da proteção/comunicação/interpretação patrimonial;
- iii. Caracterizar os espaços museológicos integrantes do PVV e as diferentes estratégias de musealização adotadas;
- iv. Compreender a articulação do PVV com as dinâmicas culturais, sociais, económicas e turísticas da região enquanto contributo para a atenuação dos desequilíbrios regionais (10º objetivo da Agenda 2030 das Nações Unidas);
- v. Avaliar o PVV enquanto potencial componente de um modelo de desenvolvimento sustentável, criador de emprego, promotor da cultura local e dos produtos locais (8º objetivo da Agenda 2030 das Nações Unidas);
- vi. Averiguar da inclusão da comunidade face ao PVV, através das suas perceções perante a atividade turística e a dinâmica cultural criada (11º objetivo da Agenda 2030 das Nações Unidas);
- vii. Avaliar o PVV em termos da sua capacidade de transformação comunitária, na criação de uma consciencialização face às questões da proteção e salvaguarda do património cultural (11º objetivo da Agenda 2030 das Nações Unidas);
- viii. Compreender os vetores de implementação do PVV, enquadrando-o como possível referência quanto a futuras práticas de intervenção patrimonial e turística

- ix. Delinear, em resultado da investigação empírica efetuada, propostas de intervenção aplicáveis ao PVV e a outros projetos similares

A referência às Nações Unidas (ONU) deve-se ao facto de ter havido a preocupação de enquadrar os objetivos da tese nas intenções propostas pela Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável proposta por esta organização internacional. Neste sentido, são três os objetivos da ONU aqui interligados:

Objetivo 8 - Promover o crescimento económico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos | Meta 8.9: elaborar e implementar políticas de promoção de turismo sustentável que criem emprego e promovam a cultura e os produtos locais.

Objetivo 10 - Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países | Meta 10.2: empoderar e promover inclusão social, económica e política para todos, independentemente da idade, género, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição económica ou outra.

Objetivo 11 - Tornar as cidades e os aglomerados humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis | Meta 11.4: fortalecer os esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo.

Tal como a leitura dos objetivos esclarece, esta tese resulta de uma investigação de carácter multidisciplinar, sustentada nas noções de património e turismo cultural, museologia social, desenvolvimento territorial e comunidade. Em termos metodológicos, adotei duas principais metodologias de investigação: a pesquisa documental e o trabalho de campo.

Num primeiro momento da investigação, centraram-se esforços em leituras exploratórias muito amplas, num processo de natureza heurística, no sentido de ser criada uma base referencial teórica para a tese, cuja síntese se concretiza nos dois primeiros capítulos. Assim, o Capítulo I foca o património e os museus, partindo de uma noção de património abrangente que ultrapassa a valorização exclusiva das suas dimensões materiais e monumentais. São passadas em revista e rejeitadas noções restritivas e subscreve-se uma perspetiva mais antropológica do património cultural que destaca sobretudo os processos, e não apenas, ou sobretudo, os bens (Choay, 2017; Duarte, 2009; Agudo-Torrico, 2006; Guillaume, 2003; Carvalho, 2011). Lança-se ainda um olhar sobre os elementos patrimoniais como produtos de construções sociais, que podem ser equacionados como significativas particularidades diferenciadoras, capazes de gerar sentimentos de pertença

e serem peças na (re)construção de identidades. Deste modo, subscreve-se aqui o património enquanto bem coletivo potenciador de desenvolvimento (Varine, 2012), enquanto recurso a gerir para o interesse geral, seja pela via do aumento da autoestima das populações locais, seja pela estratégia da sua valorização tendo em vista o potenciar do turismo cultural.

Neste Capítulo I focam-se ainda os processos de patrimonialização, que têm sido equacionados quer enquanto mecanismos de compensação face à perda de estabilidade resultante da transformação histórica e da oferta de novos meios de identificação cultural (Zanirato, 2009; Huyssen, 1995), quer enquanto processos pelos quais o passado pode ser amplamente manipulado e retrabalhado (Smith, 2006; Crane, 2000). Em relação à instituição museológica, demonstra-se a mudança da ideia de museu como armazém de objetos para o seu enquadramento enquanto espaço integrador, de construção e comunicação de valores e identidades; enquanto “zona de contacto” (Clifford, 1997) para as comunidades locais e ao serviço do desenvolvimento comunitário (Witcomb, 2003). Cruzando a defesa generalizada de que as populações devem participar nos processos de patrimonialização e as diretivas da Carta de Siena (2015), esta tese subscreve a ideia de museu como espaço interativo e participativo, potencial centro de dinamização territorial.

O Capítulo II da tese foca as questões do turismo e do desenvolvimento, perspetivadas para o PVV, caso de estudo situado numa região de baixa densidade demográfica. Aqui trata-se de definir os parâmetros úteis para analisar o PVV em termos do seu potencial, por um lado, de aumento da fruição do património local e correlativo envolvimento comunitário e, por outro lado, de ligação à atividade turística e correlativos efeitos de promoção de um desenvolvimento sustentável e abrangente (Duarte, 2012). Trata-se, portanto, duma análise assente numa visão sistémica do turismo (Powell, 1978; Domingues, 1990; Cunha, 2001; Leal, 2012), em que se entende a oferta como devendo satisfazer as necessidades de uma procura atualmente mais exigente (Gonçalves, 2005), considerando também o conceito de Turismo Sustentável definido pela Organização Mundial do Turismo (OMT).

O Capítulo III da tese dedica-se ao caso de estudo, à sua apresentação e compreensão. Foca as intervenções efetuadas durante o período de 2009 e 2018 no PVV, que deram corpo ao Projeto atualmente existente. Deste modo, este Capítulo expõe a área em estudo, faz a caracterização do Projeto e apresenta um retrato pormenorizado sobre cada um dos cinco núcleos da Rede, focando aspetos sobre a sua história e medidas e processos de

recuperação, patrimonialização e musealização. Esclarece-se ainda a relação entre o PVV e o Museu de Lamego com enfoque nas atividades promovidas na Rede por esta entidade gestora. A última parte do Capítulo analisa os objetivos propostos pelo Projeto aquando da sua conceção.

O Capítulo IV é o culminar de um outro momento mais avançado da investigação, no qual se estabelece articulação entre teoria e empiria. Aqui, é apresentado o modelo teórico-conceptual definido para a tese, que é a resultante, quer do domínio das questões teóricas inerentes à investigação e expostas nos Capítulos I e II, quer do efetivo aprofundamento da análise do caso de estudo, exposto no Capítulo III, quer ainda da aproximação empírica ao território do PVV. Deste modo, o Capítulo IV começa por apresentar o processo de investigação empírico, esclarecendo opções metodológicas orientadas para uma abordagem qualitativa, ao encontro de uma visão pós-positivista do processo científico. Justificam-se opções relativas à adoção de um processo investigatório de cariz etnográfico. Apresenta-se depois o modelo de análise definido, estruturado em cinco dimensões que orientaram a recolha dos dados empíricos, os quais foram recolhidos através de duas estratégias: trabalho de campo no terreno e contactos efetuados à distância.

Os resultados da investigação e a ponderação crítica das atividades do caso de estudo são expostos no Capítulo V. De forma consistente, procura-se aqui estabelecer relação entre todas os dados recolhidos durante o processo investigatório (informação documental e etnográfica). Na redação deste Capítulo procura-se dar resposta às diferentes componentes de análise, definidas e impostas pelo modelo de análise apresentado no Capítulo anterior. A apresentação dos resultados respeita, portanto, a estrutura das cinco componentes do modelo de análise.

O Capítulo VI e último da tese resulta de um processo reflexivo que beneficia de toda a investigação efetuada. Favorecido por todo o conhecimento obtido durante o período de realização desta tese, incluindo a análise do capítulo anterior na qual se identificaram potencialidades e fragilidades do PVV, este capítulo apresenta um modelo de intervenção patrimonial. Trata-se de um Capítulo que pretende salientar o potenciar da tese em termos de contributo para projetos de intervenção patrimonial e museológica com similaridades com o PVV, tal como se esclarece na introdução do capítulo.

Importará ainda esclarecer quanto às origens desta investigação, bem como quanto à escolha da sua temática. Desde logo, interliga-se com uma circunstância pessoal e

profissional específica ocorrida em 2017, ano em que me vi confrontado com o limbo do desemprego após onze anos de carreira docente no ensino secundário. Encarando essa situação como uma janela de oportunidades, abracei no mesmo ano o desafio de regressar à academia. A escolha do Programa Doutoral em Estudos do Património, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, deve-se a dois motivos fundamentais. Vi neste ciclo de estudos a possibilidade de alargar conhecimentos, complementando a minha formação superior na área do turismo. Por outro lado, procurei satisfazer um crescente interesse, impulsionado pela atividade docente até então exercida, durante a qual desenvolvi atividades relacionadas com o universo dos museus. Com efeito, a primeira comunicação que efetuei no âmbito deste doutoramento resulta de uma análise reflexiva sobre essas atividades, apresentada no Seminário que coorganizei, intitulado *Discursos Expositivos: Como, Porquê e Para Quem*, decorrido na Faculdade de Letras da Universidade do Porto em novembro de 2018. Neste encontro académico abordei a questão da utilização dos discursos expositivos em museus enquanto recurso pedagógico, sendo que deste evento resultou a publicação do artigo *Discursos expositivos enquanto recurso pedagógico: análise de uma experiência escolar desenvolvida entre 2006 e 2017*¹.

Em concreto quanto ao tema da tese, a escolha data dos primeiros meses de 2018, altura em que conheci melhor o Projeto Vale do Varosa, no decorrer das atividades letivas do primeiro ano do programa doutoral. Sendo transmontano de raiz e tendo crescido num contexto rural, senti uma afinidade natural perante uma iniciativa centrada no interior do país. Além disso, a escolha do tema também foi impulsionada pela possibilidade de abordar assuntos do meu interesse pessoal, como a valorização do património localizado em regiões periféricas e a diversidade cultural dos territórios, e outros que me afetavam enquanto cidadão, nomeadamente a existência de fortes assimetrias regionais, refletidas na falta de oportunidades para os jovens do interior do país. Após alguma pesquisa prévia e indagações junto do corpo docente do doutoramento, defini o tema e os objetivos da tese e procedi à sua inscrição no Registo Nacional de Teses e Dissertações, em junho de 2018. No ano de 2019 dediquei-me a conhecer em profundidade o PVV e sua história, tendo ficado esboçado o agora apresentado como Capítulo III. A investigação foi-se consolidando em termos teórico-conceituais nos anos de 2020 e 2021, através de

¹ O artigo (*Discursos expositivos enquanto recurso pedagógico: análise de uma experiência escolar desenvolvida entre 2006 e 2017*) está publicado na Coleção Seminários DEP/FLUP, Volume I.

sucessivas e sistemáticas revisões no sentido de afinar as questões centrais da tese. Nestes anos vi-me obrigado a focar-me na redação dos Capítulos I e II também porque se tornou impossível ir para o terreno. A investigação na sua componente empírica, em que havia intenções de efetuar as visitas de campo, tiveram de ser canceladas em virtude das condicionantes impostas pela pandemia Covid 19. Assim, a investigação empírica foi levada a cabo mais consistentemente apenas no ano de 2022, tal como esclareço no Capítulo IV. Portanto, também só nesse ano pude proceder à definição final do modelo de intervenção patrimonial, depois de uma efetiva aproximação empírica ao terreno e da sistematização de todo o material reunido, a partir do que foi, então, possível proceder à redação dos Capítulos IV e V. Em 2023, dediquei-me sobretudo à escrita do Capítulo VI, conseguindo fechar o ciclo de investigação e a redação da tese.

Gostaria ainda de salientar que a investigação também beneficiou de reflexões que puderam ir sendo consolidadas aquando da preparação de outras comunicações orais em eventos científicos. De igual modo, esses trabalhos permitiram alguma divulgação da investigação em curso junto da comunidade científica. Em dezembro de 2021 participei no encontro da VIII Oficina de Investigação do CITCEM, Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde apresentei a comunicação: *Da teoria à prática: a democracia cultural no projeto Vale do Varosa*. Já na Conferência Internacional INVTUR 2021, na Universidade de Aveiro, apresentei a comunicação: *O património cultural enquanto motor para a coesão territorial: O caso do Projeto Vale do Varosa*, ao qual também se associa a publicação de um artigo².

Por fim, espero que esta tese possa, além de contribuir para o conhecimento científico das áreas em que se insere, ajudar a consciencializar sobre a importância de existirem iniciativas de descentralização do turismo em Portugal. O PVV incorpora uma tipologia de iniciativas que a tese procura evidenciar. O eclodir destes projetos que se agregam aos territórios do interior do país é importante, sendo que devem ser fomentados em prol da expansão equilibrada do turismo e, em consequência, para benefício de um desenvolvimento territorial do país mais justo. Para tal, importa que estes projetos sejam estudados, analisados e sistematicamente reajustados no âmbito das suas ações. Para esse

² O artigo, com o mesmo título da comunicação, pode ser consultado na Revista Turismo e Desenvolvimento, vol. 36, nº2. A edição INVTUR de 2021 foi dedicada ao tema *Turismo e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Da teoria à prática*.

reajustamento devem também contribuir investigações que proponham modelos de intervenção patrimonial, como é o caso desta tese.

Capítulo I - Património e museus: enquadramento teórico e conceptual

1.1 –Da clarificação ao incorporar de um processo: origem e evolução do conceito património

O termo património é uma palavra antiga, cuja etimologia provém do vocábulo romano *patrimonium*, uma expressão que originalmente se referia aos bens privados herdados. No seguimento desta ideia, as línguas românicas passaram a usar termos derivadas do latim *patrimonium* para se referirem às propriedades herdadas do pai ou dos antepassados, as heranças. Já as línguas anglo-saxónicas passaram a usar sinónimos com matizes diferentes: *denkmalpflege*, usado pelos alemães, refere-se ao cuidado dado aos monumentos, à preservação dos símbolos históricos; os ingleses adotaram *heritage*, que em sentido restrito significa aquilo que foi ou pode ser herdado, tendo posteriormente passado a referir igualmente os monumentos herdados das gerações anteriores. É de assinalar que, na atualidade, este é o termo que passa a dominar na linguagem internacional em virtude da expansão da língua inglesa (Mendes, 2012). Considerando esta longínqua origem do seu étimo, importa fazer notar que o património é um conceito que tem tido alterações de significado, diferentes perceções de valor, segundo os contextos político, social, económico e intelectual de cada época histórica (Prats, 2009). Assim sendo, afigura-se como necessária a sistematização histórica desse processo transformativo, destacando alguns momentos essenciais.

Em primeiro lugar, deve ser referido o período do Renascimento. É a época em que na Europa se pretende ‘renascer’ pela ultrapassagem da ‘época das trevas’ que teria sido o período medieval, pela renovação do Homem e pelo enaltecer das civilizações antigas, o que leva a uma primeira tentativa de valorização das ruínas greco-romanas. Estas começaram a ser conservadas através da sua descrição e reprodução em desenhos e admiradas sob a perspetiva de monumentos históricos, vinculados a um saber e a uma sensibilidade enraizada no presente, mas tida como tendo as suas origens no passado (Sant’anna, 2003). Tratava-se, então, de um olhar sobre o monumento que o considerava, enquanto bem material, símbolo do um passado grandioso; elemento físico com a capacidade de perpetuar na memória coletiva um legado histórico (Le Goff, 2003, p.526).

Um segundo momento de reformulação da noção de património diz respeito ao período pós-Revolução Francesa. Por essa altura, a valorização dos monumentos clássicos

amplia-se, passando a englobar também os edifícios do passado medieval, criando-se uma nova percepção sobre a importância de se valorizarem obras que testemunhem o saber humano e o processo histórico deste. Nessa altura, o contexto de grande violência social gerado tem também os seus efeitos. Perante a destruição de numerosos bens imóveis antigos, irá nascer uma noção de património associada à ideia de nação. Há a tomada de consciência coletiva de que os antigos bens – mobiliários e imobiliários – do poder real, da igreja e da nobreza não precisariam, nem deveriam, ser destruídos, sendo possível tornarem-se agora símbolos e propriedade da nação (Vincent, 2002)³. Neste contexto, surgem em França as primeiras medidas de salvaguarda dos monumentos históricos, ainda durante a própria Revolução, que se consolidam nas décadas seguintes e se alargam igualmente a outros países europeus durante a consolidação das nações modernas europeias no contexto dos ideais iluministas (Choay, 2017)⁴. Em resultado de todo este processo, consolida-se uma noção de património, agora, associada à ideia de um território, uma cultura e seus elementos representativos (Nigro, 2001).

Assim, a partir do contexto de conflito pós-Revolução Francesa, estabelece-se a necessidade da proteção legal dos bens patrimoniais numa lógica disso ser uma questão nacional, fomentando a ideia do valor de nacionalidade, do património como algo coletivo, do interesse comum da nação. Deve ser assinalado que naquele momento histórico, o património é também entendido em exclusivo como sendo constituído por bens materiais concretos e tidos como símbolos da nação: edifícios, castelos, igrejas ou objetos de alto valor material. O critério fundamental de seleção é o seu carácter de excecionalidade, o entendimento de ser um elemento da história ou um representante da trajetória da nação em construção (Funari e Pelegrini, 2006). Nos restantes países

³ Na França pós-revolucionária, os monumentos históricos surgem, portanto, ligados ao campo da representação, sendo preservados por razões políticas, com a finalidade de servirem para unir grupos social e culturalmente heterogêneos, ajudando a forjar uma identidade conjunta com vista a um projeto de nação (Sant'anna, 2003).

⁴ Durante os tumultos da Revolução Francesa foi criada de imediato uma comissão tendo em vista a preservação dos monumentos, de forma a proteger os bens agora entendidos como podendo representar a nação francesa (Funari e Pelegrini, 2006). Em termos concretos, em consequência da Revolução foram tornados propriedade do Estado, os bens da igreja, da coroa e da aristocracia; mais, a Comissão dos Monumentos Históricos criada em França, em 1837, estabelece três grandes categorias de bens: os remanescentes da Antiguidade, os edifícios religiosos da Idade Média e alguns castelos (Choay, 2017). Data do fim do século XIX a primeira lei protetora do património nacional francês, complementada por uma legislação mais ampla no início do século XX, ambas com disposições legais que limitavam os direitos de propriedade privada em benefício da ideia de património nacional.

europeus, a etapa pós-Revolução Francesa foi consolidando esta mesma perspectiva do monumento histórico.

Posteriormente, desde 1850 e até aos anos de 1960, o debate é dominado pelo tópico da conservação ao qual se sujeitavam todas as preocupações patrimoniais, configurando este período um terceiro momento cronológico da noção de património. À época, os especialistas ditavam que tipos de intervenção efetuar nos monumentos (Asworth, 1994). Havia, porém, o problema de nem sempre haver consenso entre eles⁵. Todavia, apesar dessas disputas, durante o século XIX, a maioria dos países europeus segue uma filosofia intervencionista e restauradora, particularmente durante o Romantismo e o despertar dos nacionalismos. Foram efetuados muitos restauros em monumentos medievais, sendo limpos e ‘completados’ com elementos que, muito provavelmente, nunca teriam existido⁶. Durante a primeira metade do século XX são várias as Cartas e Recomendações de cariz internacional que vão dar forma a uma nova política de conservação do património. Em 1931, surge a Carta de Atenas, que define pela primeira vez os princípios básicos para a preservação e restauro de edifícios antigos⁷. Depois da II Guerra, em 1945, surgirá a Organização para a Educação, a Ciência e a Cultura das Nações Unidas, a UNESCO, que será responsável por fazer emergir significativo manancial legislativo.

A partir dos anos de 1960, verifica-se o início de uma fase de transição que culminará alguns anos mais tarde no quarto período de reformulação da noção de património. Esta etapa começa por beneficiar das novas reflexões suscitadas pelos processos gigantescos de reconstrução e restauro das cidades e monumentos europeus que tinham sido bombardeados durante a II Guerra Mundial. A salvaguarda deixa de ser a preocupação principal, passando a existir uma nova atitude que equaciona as vantagens da reutilização

⁵ O arquiteto francês Eugène Viollet-le-Duc ganhou grande protagonismo por ser um dos responsáveis por muitas das intervenções realizadas em monumentos franceses, durante o século XIX. Mas também suscitou contestação entre os seus contemporâneos que tinham visões diferentes, como era o caso de John Ruskin, em Inglaterra, que se opunha ao restauro dos monumentos, encarando a morte destes como um processo natural (Choay, 2017).

⁶ Em Portugal esta tendência ainda se acentuará mais durante o período do Estado Novo. Foram vários os monumentos que sofreram acrescentos neomedievais, como, por exemplo, a Sala dos Túmulos do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, o Paço dos Duques e o Castelo de Guimarães. Até à década de 1960, o trabalho da Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) obedeceu ao modelo proposto pelo francês Viollet-le-Duc.

⁷ A Carta de Atenas surge na sequência da Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos Históricos. Os debates nela havidos centraram-se na conservação e restauro dos monumentos, defendendo-se, não as reconstituições integrais, mas o respeito pela obra histórica, sem eliminar estilos de nenhuma época.

do património. Assiste-se à reabilitação de determinadas áreas urbanas e as preocupações patrimoniais vão ter em conta mais o todo, do que cada um dos monumentos de forma isolada. É nesta fase que aparecem os primeiros planos para os centros históricos das cidades, que começavam a estar sujeitos à degradação e, por outro lado, à pressão crescente do turismo, o que obrigava a que se ficasse alerta quanto ao seu estado de conservação. Nesta época há também a assinalar o contributo de várias iniciativas, surgidas no seio de instituições relacionadas com a UNESCO, que ajudarão à institucionalização de um conceito de património mais amplo do que a anterior noção de ‘monumento histórico’.

Em 1964, a Carta de Veneza subscreve uma ideia de património que é já mais ampla do que a da Carta de Atenas⁸. Essa ampliação viria a ser adotada pelo *Internacional Council on Monuments and Sites* (ICOMOS), a segunda organização não-governamental da área do património, a emergir em 1965, concebida para promover a conservação e proteção, a utilização e valorização de monumentos, conjuntos e sítios. Todavia, esta quarta etapa consolida-se em 1972, em Paris e a partir de uma reunião geral da UNESCO, com a *Convenção para a Proteção do Património Mundial Cultural e Natural*, onde se concretiza o desdobramento do termo património em duas frentes (cultural e natural) e se institui a ideia de património da humanidade, numa visão que ultrapassa restrições nacionais. Por um lado, institucionaliza-se o conceito de património cultural, ao qual são atribuídas três categorias: monumentos, conjuntos e locais de interesse. Esta última categoria – que considera obras do homem ou obras conjugadas homem/natureza de valor histórico, estético ou antropológico – abre caminho para um entendimento mais amplo dos bens patrimoniais enquanto elementos também imbuídos de componentes imateriais. Por outro lado, esta Convenção de 1972 cria os princípios básicos da proteção ambiental e vem, com efeito, atribuir aos valores naturais também a categoria de património⁹. Ainda neste período surge, no plano da União Europeia, a Carta Europeia do Património

⁸ A Carta de Veneza consagra um novo conceito de monumento ao integrar a ideia de “sítio (*rural ou urbano*), que constitua testemunho de civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico”. Estabelece, portanto, princípios para a conceção de património que ultrapassam a ideia de edifícios isolados para conjuntos edificados; abre-se portas a novas categorias de preservação como por exemplo centros históricos, património industrial, jardins históricos e paisagens culturais. É ainda defendido o respeito pelos materiais originais e pelos documentos autênticos, uma perspetiva que só em 1994 virá a ser retrabalhada no Documento de Nara.

⁹ Tipologias consideradas como Património Natural: importantes elementos naturais, formações geológicas e fisiográficas e sítios naturais (UNESCO, 1992).

Arquitetónico elaborada pelo Conselho da Europa, que alerta para os valores patrimoniais insubstituíveis. Em 1976, há a assinalar dois marcos enquadrados pelo trabalho do ICOMOS: a reunião de Nairobi, que criou uma Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua relevância para a vida quotidiana; e a Carta do Turismo Cultural que realça a importância da proteção do património no mundo e levanta a questão relativa à vulnerabilidade dos sítios patrimoniais, sugerindo formas de atuação que conduzam a uma relação equilibrada entre o turismo e os bens patrimoniais.

O conjunto de todos estes desenvolvimentos conduzirá finalmente a uma quinta e última etapa de reformulação da noção de património que pode ser genericamente situada após os anos de 1980 e cujo último movimento de alargamento do conceito acontecerá já no século XXI. Trata-se de um período caracterizado pelo ganho de relevo da componente política, que se faz sentir em diversos países, nomeadamente nos sul-americanos, logo a partir dos finais dos anos de 1970 ou 1980. As questões patrimoniais suscitam discussões complexas dando corpo aos ‘estudos críticos do património’ (Harrisson, 2013). Perante um mundo em rápida transformação e com sociedades cada vez mais nostálgicas do passado, os acontecimentos históricos e os seus objetos adquirem um valor e um interesse sem precedentes (Peralta; 1997). Mas, em simultâneo, esse património, supostamente entendido como herança partilhada de uma comunidade, é também alvo de críticas na medida em que a sua construção não estará isenta de exclusões, violências e injustiças para com alguns dos subgrupos que compõem determinada comunidade. Com efeito, a perceção sobre o poder de autorrepresentação do património difere entre os grupos sociais e/ou étnicos, persistindo a dificuldade da existência de uma perspetiva global. Em consequência, é-se obrigado a constatar que as ações desenvolvidas em termos patrimoniais não se baseiem em visões sociais abrangentes¹⁰. Considerando-se o contexto mais amplo liderado pela UNESCO, mesmo entre os países membros se debatia a não existência de um conceito de património capaz de agregar as suas diferentes visões. Em concreto, o debate intensificado nos anos de 1980 originará uma viragem antropológica

¹⁰ Segundo N. Canclini (2000, p.19), a partir dos anos de 1990 viria a consolidar-se uma ideia de “modernidade” refletida em cruzamentos socioculturais entre o tradicional e o moderno, um fenómeno que divide a sociedade em três camadas: culto, popular e massivo. Diferentes disciplinas focam atenções nestes grupos e atuam separadamente – a história da arte e a literatura ocupam-se do “culto”; a antropologia, consagrar-se-ia ao estudo do “popular”; a comunicação social, especializada na cultura de massas. Um dos principais desafios colocados às ciências sociais é conseguirem comunicar entre estes três níveis, de forma a potenciarem entendimentos que contribuam para a criação de um discurso patrimonial comum.

ou cultural que leva à renovação da conceção de património¹¹. No seguimento dessa viragem, as próprias práticas de preservação do património se tornam objeto de reflexão historiográfica e ganha legitimidade a compreensão do património enquanto processo. A patrimonialização entendida enquanto processo social e político, implica considerar a existência de negociações para se alcançarem consensos, sempre discutíveis e instáveis (Chuva, 2020).

Para lá disso, contudo, a acrescida valorização patrimonial refletiu-se numa inédita procura turística do produto histórico e da envolvimento cultural (Costa *et al.* 2001, p.3), levando ao reconhecimento da sua importância económica para lugares, vilas e cidades, o que desencadeará também estratégias de maior oferta. A comercialização do património torna-se uma realidade: os recursos patrimoniais passam a ser deliberadamente transformados em produtos turísticos, para responder à procura dos consumidores ou a suscitar (Tunbridge & Ashworth, 1996). O turismo incorpora o património cultural nos seus roteiros e programações (Geraldes, 2004) e passa a ser visto como uma solução para alguns dos seus problemas, uma oportunidade para a sustentabilidade sobretudo do património edificado e urbano, legalmente protegido, mas muitas vezes abandonado e em deterioração (Chuva, 2020).

Intensificam-se as relações entre património, turismo e desenvolvimento local e, através dos respetivos processos de patrimonialização, muitas manifestações são selecionadas tendo em vista captar a atenção do turista¹². Em consequência, este período dá origem a uma pressão intensa sobre os bens patrimoniais e as cidades históricas que leva à criação de legislação internacional relacionada com a salvaguarda do património e sua relação com a indústria turística. Com efeito, em 1985, a Organização Mundial do Turismo (OMT) cria a Carta de Turismo e o Código do Turista, cujas preocupações estão centradas no comportamento dos turistas face ao património. No mesmo ano, em Granada, é produzida a Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa. Em

¹¹ Este debate viria a consolidar-se na Conferência Internacional de 1994, da qual resultou a Carta de Nara, onde o Japão liderou uma discussão sobre o critério da “autenticidade”, bem como acerca do excessivo eurocentrismo e monumentalidade que pautava a escolha dos bens inscritos na Lista do Património Mundial. Este país asiático reivindicava a ideia do valor de uma qualquer edificação ser sobretudo o conhecimento passado de geração a geração acerca dos modos de a construir, das suas técnicas e materiais.

¹² Entre outras, tais manifestações podem englobar: vestígios de vários tipos, acontecimentos passados, personalidades, tradições populares, mitologias, associações literárias, edifícios associados a lugares, cidades e paisagens; todas estas ‘matérias’ passam a ser selecionadas e intervencionadas para potenciarem modelos de desenvolvimento económico (Tunbridge & Ashworth, 1996).

1986, é elaborada a Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas que será ratificada pela assembleia do ICOMOS, em 1987. Em 1989, é assinada a Declaração de Haia, que insiste na necessidade de controlar a atividade turística, ponderando a aplicação de restrições nas visitas aos sítios históricos; aborda ainda o civismo enquanto dever durante as visitas efetuadas a bens patrimoniais.

Na década de 1990 continuam a registar-se importantes contributos para o alargamento do conceito de património. Destaca-se desde logo o encontro da UNESCO de 1992, em Santa Fé, que vem alargar as categorias elegíveis para a proteção mundial: além das categorias de património cultural e património natural, cria-se a categoria de paisagem cultural que prevê a classificação, entre outras, de paisagens naturais às quais se atribuem associações a questões religiosas, sociais e culturais¹³. Em 1999, surge a Declaração de Khiva sobre o Turismo e a Conservação do Património Cultural, onde pela primeira vez aparece na designação do documento a vinculação entre turismo e património. Nesse mesmo ano, é redigida a Carta Internacional sobre o Turismo Cultural, que faz uma revisão da Carta de 1976 e reconhece um conceito de património muito amplificado que abrange:

o meio ambiente natural e cultural, englobando as noções de paisagem, de conjuntos históricos, de sítios naturais e construídos, bem como as noções de biodiversidade, de acervos culturais, de práticas culturais, tradicionais ou atuais e de conhecimento (Carta Internacional do Turismo Cultural, ICOMOS 1999).

Esta Carta reconhece o valor do processo histórico de cada identidade – nacional, regional, autóctone ou local – e coloca-o enquanto elemento integrante da vida na contemporaneidade, devendo ser “uma referência dinâmica e um instrumento positivo do desenvolvimento” e uma “base essencial para um desenvolvimento, simultaneamente respeitador do passado e virado ao futuro” (ICOMOS, 1999). Foca ainda a interação dinâmica com o turismo, referindo as oportunidades que este pode oferecer para as comunidades recetoras de visitantes. Surgem referidos em articulação o desenvolvimento

¹³ O surgimento desta categoria permitiu, em Portugal, a classificação como Património Mundial das Paisagens Culturais de Sintra, em 1995, da Região Vinhateira do Alto Douro, em 2001, e da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, em 2004.

económico e a valorização do respetivo património, se bem que também se refira os perigos do turismo excessivo ou mal gerido.

Finalmente, com a entrada do novo milénio e, portanto, nos últimos 20 anos, o conceito de património foi ainda enriquecido em três sentidos diferentes. Primeiro, com a consolidação da noção de paisagem cultural através da Convenção Europeia da Paisagem, promulgada pelo Conselho da Europa na cidade italiana de Florença, no ano 2000. Segundo este documento, a paisagem cultural é “uma área tal como é percebida pelas pessoas e cujo carácter é o resultado da interação entre fatores naturais e/ou humanos”. Em segundo lugar, com a importante Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (UNESCO, 2003), a dita Convenção do PCI, que inaugura em termos de legislação internacional uma visão integrada do património, que não o subdivide obrigatoriamente em material e imaterial. Através desta Convenção de 2003, o património pode ser visto como um conceito unificado no qual, além das componentes materiais, passam a ser reconhecidas sobretudo as dimensões imateriais¹⁴. Esta nova perceção, ainda que nem sempre subscrita por todos de modo unânime, tende a ganhar forma em detrimento da aceção inicial dos bens patrimoniais, centrada nos seus aspetos monumentais, estéticos e físicos. O conceito de PCI ganha espaço em encontros internacionais, nos discursos institucionais e legislativos nacionais (Duarte, 2009; Agudo-Torrico, 2006). O seu reconhecimento, entendido como fruto de permanente recriação e adaptação, veio valorizar dimensões patrimoniais que mais facilmente induzem ao reconhecimento do seu carácter dinâmico e participativo. Nesse sentido, pode ser potencialmente mais representativo da diversidade cultural. Em 2005, uma terceira via de enriquecimento manifesta-se através da Convenção de Faro, onde é explicitada a visão do património enquanto fator de coesão à escala europeia, devendo ser potenciado em modelos de desenvolvimento económico e social assentes no uso durável dos recursos.

Vai-se, então, tornando cada vez mais claro que a perspetiva cultural se vem progressivamente acrescentando ao vocábulo património, fruto da associação nas últimas décadas à noção de cultura no seu sentido antropológico (Carvalho, 2011). Desta forma,

¹⁴ Já no ano 2000, a Carta de Cracóvia havia veiculado um conceito de património muito revelador da progressiva dimensão antropológica que este vinha adquirindo, considerando-o “o conjunto das obras do homem nas quais uma comunidade reconhece os seus valores específicos e particulares e com os quais se identifica. A identificação e a valorização destas obras como património é, assim, um processo que implica a seleção de valores” (UNESCO, 2000).

a afirmação do conceito de património cultural tem gerado consenso no seio da comunidade científica, bem como sido usado amplamente nos diversos discursos dos agentes políticos e sociais. Para tal, contribuem as recomendações da legislação internacional aqui apresentada, a qual tem efeitos também por dar origem a processos legislativos ratificados na generalidade dos países. No caso português, essa transposição consolidou-se, entre outras, na Lei de Bases do Património Cultural (Lei N. 107/2001, de 8 de setembro), que enquadra o património cultural como sendo constituído por:

todos os bens que, sendo testemunhos com valor de civilização ou de cultura portadores de interesse cultural relevante, devam ser objeto de especial proteção e valorização. (artigo 2º)

bens imateriais que constituam parcelas estruturantes da identidade e da memória coletiva portuguesas (artigo 4º)

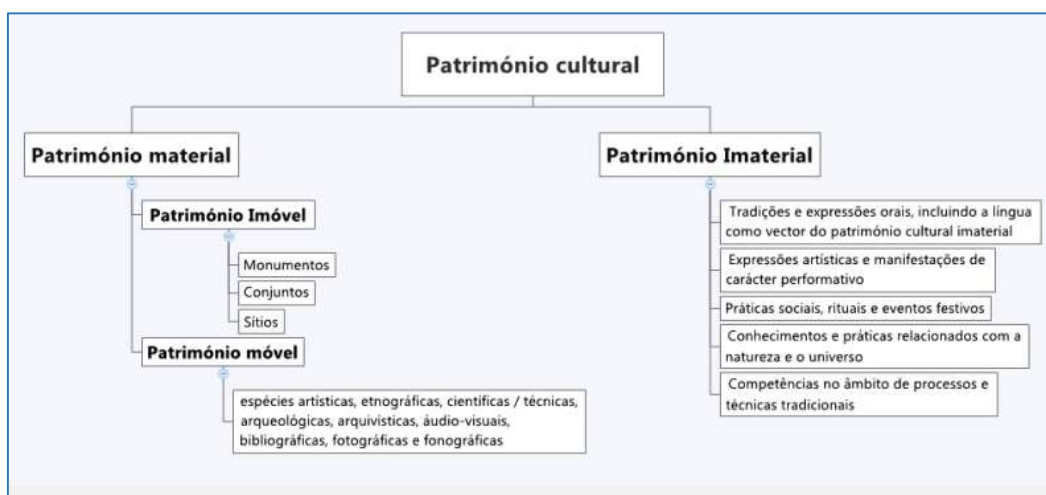
bens materiais e imateriais de interesse cultural relevante, mas também, quando for caso disso, os respetivos contextos que, pelo seu valor de testemunho, possuam com aqueles uma relação interpretativa e informativa (artigo 6º)

O Estado define ainda os objetivos desta lei (artigo 12º) como abrangendo a promoção da fruição cultural, a vivificação da identidade cultural nacional e das diferentes comunidades, regionais e locais, e a promoção do bem-estar social e económico e o desenvolvimento regional e local. Posto isso, é reforçado o papel dos bens com significado valorativo como tendo o estatuto de suporte de memória e de identidade, passando estes a constituir uma herança que a comunidade deve proteger e transmitir às gerações vindouras, numa perspetiva de enriquecimento e coesão social. Num processo de adoção das recomendações da UNESCO, a lei portuguesa tem vindo a estruturar e regulamentar as questões relativas ao património cultural subdividindo-o em três grandes tipologias de gestão: património cultural imaterial¹⁵, património cultural móvel¹⁶ e património cultural imóvel.

¹⁵ Decreto-Lei n.º 139/2009 de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 149/2015, de 4 de agosto, (que) estabelece o regime de salvaguarda do património cultural imaterial; e a Portaria n.º 196/2010 de 9 de abril é relativa ao processo de inventariação do PCI.

¹⁶ Além das considerações da Lei 107/200, de 8 de setembro, o Decreto-Lei 140/2009, de 15 de junho, veio regulamentar as intervenções no património cultural móvel.

Apesar de se verificar nesta estruturação da gestão patrimonial a consideração de manifestações patrimoniais de diferentes tipologias, fazendo-se reflexo da evolução temporal associada ao conceito de património. Não deixa, contudo, de ser evidente que, no caso português, as instâncias públicas não adotam ainda uma noção integrada de património cultural capaz de agregar as dimensões materiais e imateriais e propor mecanismos conjuntos para a sua salvaguarda e classificação. Apesar da valorização evidente das dimensões imateriais do património, as categorias apresentadas neste modelo de gestão fazem persistir duas vias paralelas de consideração de bens patrimoniais, aos quais, consequentemente, se atribuem mecanismos distintos de proteção.



Esquema 1 – Categorias do Património Cultural segundo a lei portuguesa
Fonte: Clube Europeu Sophia

Atualmente é indiscutível o papel que o património cultural vem assumindo em termos socioculturais e económicos, progressivamente reconhecido como importante recurso endógeno e distintivo, através do qual se pode dar mais valor aos diferentes territórios. Com efeito, à preservação e valorização do património podem ser associados produtos, manifestações e serviços que dinamizem a economia e fomentem competências especializadas e com alto valor acrescentado. Além disso, num contexto de globalização crescente, o património cultural é um fator de competitividade que interessa potenciar como elemento de diferenciação e de atração regional. Em suma, vivemos perante uma competitividade entre territórios onde o património cultural surge como elemento de destaque, mas cuja preservação e valorização se torna cada vez mais uma tarefa de longo

prazo, exigente e multidisciplinar, que agrega conjuntos de forças e que envolve entidades públicas e privadas, comunidades residentes e públicos visitantes.

1.2 – Intervir para transformar: a patrimonialização participada

Quando falamos de património devemos ter presente o facto de estarmos perante um conceito cujo significado tem vindo a ser alterado ao longo dos tempos em função da sua articulação com diversos processos históricos. Atualmente, a noção de património é abrangente e ultrapassa a valorização exclusiva das suas dimensões materiais e monumentais, sobretudo após a consolidação da viragem cultural ou antropológica ocorrida nos anos de 1980, pelas quais as componentes imateriais ganham outro destaque. Ultrapassando noções restritivas como as de monumento, monumento histórico e património histórico, subscreve-se na presente tese uma perspetiva do património cultural mais próxima desta visão antropológica, que destaca sobretudo os processos sociais que lhe são subjacentes e, não apenas, ou sobretudo, os objetos (Choay, 2017; Duarte, 2009; Agudo-Torrico, 2006; Guillaume, 2003; Carvalho, 2011).

Olhados, então, menos como valendo por si mesmos, e mais como produtos de construções sociais, os elementos patrimoniais podem passar a ser equacionados como particularidades significativas, diferenciadoras, capazes de gerar sentimentos de pertença e serem peças centrais na elaboração de identidades particulares. Nesse sentido, as estratégias de patrimonialização tendem a desenvolver-se baseadas na mediação/negociação entre as diferentes partes interessadas na preservação e divulgação patrimonial, tendo em vista a obtenção de vantagens para todas as partes. Como vimos, as discussões em torno das intervenções sobre os bens patrimoniais intensificam-se sobretudo após os anos de 1980, época a partir da qual se estruturam olhares mais críticos sobre factos como a não existência de consensos em torno dos bens a patrimonializar e, sobretudo, emergem reflexões em torno das ações de proteção e salvaguarda até então desenvolvidas. Assim, progressivamente e até aos nossos dias, as ações sobre o património adquirem uma nova dimensão: passam a ser encaradas como processos de transformação, sujeitos hoje a análises mais críticas em virtude de uma abordagem das questões do património indubitavelmente mais abrangente.

Nesta investigação parte-se do reconhecimento de que os diferentes tipos de patrimónios são elementos de valor que podem ter origem no passado, mas que, atravessando o tempo

do presente ao futuro, se tornam componentes da criação de um vínculo entre gerações (Hernández e Tresserras, 2005). Nesta linha de pensamento, abordar a problemática do património obriga a atender também aos seus processos de seleção e aos atos de comunicação e de construção de significados concretizados no presente (Smith, 2006), tendo consciência de que estas ações de patrimonialização nem sempre geram consensos ou são integradoras. Por outro lado, a sua abordagem deve orientar-se também pela averiguação do cumprimento de objetivos sociais e do seu impacto económico positivo junto das populações (Hoelscher, 2006). Assim, é em virtude da crescente atenção concedida às componentes sociais do património cultural que este surge na atualidade cada vez mais associado a uma dimensão de bem coletivo, devendo ser selecionado e vivenciado de forma participada. Vejamos, a título de exemplo, os potenciais efeitos da já referida Convenção de Faro (2005), pela qual a União Europeia procura cimentar a relação entre património cultural e os direitos fundamentais e a própria democracia. No texto do documento, o património surge como o elemento comum capaz de levar à criação de uma identidade cultural assente numa cultura de paz, em relações de troca, no respeito e na mútua compreensão entre sociedades e comunidades. Olhando o património como um bem coletivo, este documento visa encorajar os cidadãos europeus a considerarem a sua proteção como um dever do presente e do futuro, no que o reconhecimento de objetos, práticas e lugares surge como um meio para o reconhecimento dos valores éticos e cívicos da humanidade (Martins, 2018).

Contudo, nem sempre uma população específica reconhece e/ou valoriza o seu património local. Fenómenos como as grandes transformações socioculturais, as migrações e o desenraizamento das populações das suas origens, são exemplos de fatores que podem levar à ausência de um sentimento de identificação cultural através do património. Para contextos nesta situação, é ainda mais necessário e urgente que os processos patrimoniais apresentem/corporizem um cariz cultural e social, centrado em ações de promoção da memória e ativação de significados ou sentidos (Smith, 2006). A valorização e proteção do respetivo património não poderá ocorrer sem o reativar do valor das referências socioculturais locais, que devem servir para a criação de um discurso patrimonial local promotor de uma memória partilhada (Prats, 2009).

Numa outra vertente, os processos de patrimonialização têm sido equacionados enquanto mecanismos de compensação face à perda de estabilidade, resultante da transformação histórica, e da oferta de novos meios de identificação cultural (Zanirato, 2009; Huyssen,

1995), mecanismos estes pelos quais o passado pode ser amplamente manipulado e retrabalhado (Smith, 2006; Crane, 2000). Este prisma faz eco dos processos de patrimonialização que se intensificaram a partir dos anos de 1980, época que vê surgir uma valorização da história e dos seus objetos em virtude da rápida mudança socioeconómica¹⁷. Num mundo em rápida transformação, a sociedade vê-se confrontada com a perda de valores simbólicos e de identificação (Peralta, 1997; Lowenthal, 1998), o que também contribui para o florescimento de modelos de comercialização de bens patrimoniais. A este nível, muitos projetos de intervenção patrimonial podem ser olhados como tentativas de transformação dos recursos patrimoniais em produtos turísticos, procurando rentabilizar a crescente necessidade das sociedades de reencontro com os bens e atividades do passado, aos quais conferem cada vez mais valor (Tunbridge e G. Ashworth, 1996). Sensíveis a esta necessidade, autores como V. Patin (1997) progressivamente estabelecem os princípios base para a gestão dos bens patrimoniais, definindo medidas aplicáveis aos elementos edificados, à gestão dos fluxos de visitantes e à apresentação, interpretação, comunicação e comercialização dos produtos patrimoniais. Esta transformação dos bens patrimoniais em produtos comercializáveis vem dar resposta ao cumprimento dos objetivos de carácter económico atrás referidos.

A contextualização teórica apresentada sobre o conceito de património e sobre a relevância ganha pelos processos de patrimonialização são aspetos fundamentais para que se possa situar o objeto de estudo desta tese perante perspetivas analíticas específicas. Relativamente a estas, a presente investigação toma como referência um conjunto de premissas: situa o património enquanto bem coletivo potenciador de desenvolvimento; concebe o património (elemento componente de um quadro amplo) como um recurso a ser gerido para o interesse geral; e define o património como alvo de estratégias de valorização e transmissão de legados importantes para as populações locais (Varine, 2012). Neste sentido, subscrevo como referência central um modelo de gestão patrimonial equacionado em quatro dimensões. Primeiramente, o património é colocado como componente vital de um determinado contexto territorial, onde deve ser reconhecido, apreciado e consumido, não apenas por turistas, mas igualmente pelos locais. Para tal,

¹⁷ Este progresso surge enquadrado por melhorias significativas nas condições de vida em diferentes perspetivas, tanto em Portugal como na Europa. O aumento do poder de compra, o maior tempo disponível para atividades de lazer e o surgimento de novos meios de transporte são exemplos de fatores que provocaram na sociedade contemporânea uma “nostalgia do passado” (Costa *et al.* 2001).

podem e devem ser implementadas ações de mediação patrimonial, encaradas enquanto princípio sociopedagógico. Em segundo lugar, o património é concebido como um recurso a gerir para o interesse geral, assumindo o seu poder para fomentar o desenvolvimento territorial em termos culturais, sociais e económicos. Em terceiro lugar, o património é olhado como um capital suscetível de ser enriquecido, através da criação, investigação, transformação e valorização, por exemplo, destinando ao edificado novas dinâmicas e utilizações. Em quarto lugar, o património é visualizado como um legado que convém transmitir entre as gerações, de forma a mantê-lo como elemento vivo e vivenciado por cada geração, que o protegerá através de atitudes encaradas enquanto dever coletivo (Varine, 2012).

A presente investigação assume este modelo de gestão patrimonial, subscrevendo-a como a referência central que permitirá concretizar nos capítulos seguintes os objetivos traçados. Para esta escolha foi relevante, em particular, o último ponto do modelo de gestão, por estar em sintonia com grande parte das abordagens teóricas recentes em torno do potencial papel do património para o desenvolvimento local, posicionando-o enquanto elemento de reforço da ligação afetiva entre as comunidades locais e os seus territórios. Procurar-se-á, assim, analisar e avaliar o papel do PVV na manutenção de uma memória e identidade coletivas, enquanto elemento integrador da comunidade local, em termos de impactes na dinamização social do território e quanto à sua contribuição para a educação patrimonial.

1.3 – A instituição museológica ao longo do tempo: das origens aos desafios contemporâneos

O entendimento quando à natureza do museu, em termos do seu espaço físico e do seu papel social, foi-se reorganizando ao longo do tempo, cruzando-se com diferentes contextos socioculturais, nomeadamente europeus. Em termos históricos, o termo museu, com origens no grego *mouseion*¹⁸, remete-nos de imediato para a preservação da memória coletiva, um importante foco dos processos patrimoniais. Porém, esta preservação da memória comunitária tornou-se preocupação efetiva dos museus apenas em tempos mais recentes. Assim, embora alguns dos fundamentos destas instituições,

¹⁸ Em latim, o termo "*museum*" é derivado do grego antigo "*mouseion*" que significaria o templo das musas. Segundo a mitologia da Grécia Antiga, estas eram as deusas da memória, filhas do deus Zeus.

como a referida associação a espaços de memória e também como lugares de conhecimento sejam, por vezes, referidos como ligados às culturas clássicas¹⁹, é apenas nos finais da Idade Média e no Renascimento, entre os séculos XVI e XVIII, que se verifica a constituição das primeiras coleções de objetos, bem como as primeiras noções de espaço expositivo²⁰. Estas coleções, privadas, proliferaram na Europa e tornaram o colecionismo tendência no período do Renascimento. Eram criadas como forma de demonstração de requinte e símbolo de poder económico das famílias reais e continham objetos valorados, cujo acesso era permitido apenas a um círculo social restrito (Bauer, 2014, p.41).

Na Europa, com o período do Iluminismo, a prática colecionista institucionalizou-se e o aparecimento dos primeiros museus públicos ocorre a partir da segunda metade do século XVIII²¹. Fundado em 1750, o *British Museum* enquadra-se nos propósitos deste movimento: um museu que viria a apresentar as coleções constituídas por objetos trazidos das colónias britânicas. Sendo este um exemplo de museu “enciclopédico”, ele ilustra o tipo de museu que surgiu neste período, o qual tinha um caráter “classificatório e evolucionista”, enfatizando a diferenciação e as linhas de evolução entre as diversas realidades do universo (Bauer; 2014, p.43). Posteriormente, o movimento intensifica-se em consequência dos efeitos da Revolução Francesa (1789-1799), que permitiria, neste país, a abertura das suas coleções (reais, eclesiásticas, aristocráticas ou burguesas) a um público mais vasto. Propostos pelas assembleias revolucionárias, em Convenção Nacional dá-se a criação de quatro museus, entre os quais o Museu do Louvre, em 1793. Esta revolução viria a conceber o museu na sua dimensão contemporânea, ao situá-lo enquanto instituição de preservação de bens coletivos, criada através de decretos e instruções, através dos quais se definem procedimentos com enquadramento jurídico e técnico (Choay, 2017). Tendo ecoando pela Europa a movimentação social provocada

¹⁹ O termo museu foi utilizado pela dinastia ptolemaica no Egipto para definir o lugar ou edifício destinado ao estudo, a um espaço de conhecimento e de acesso ao saber.

²⁰ O fenómeno do colecionismo neste período tinha como propósito a certificação de factos para divulgação de conhecimento, numa época de navegações e de descoberta de novos mundos pelos europeus. Estas coleções ajudavam à afirmação do poder e do saber de quem as detinha, expostas em gabinetes de curiosidades ou em plataformas permanentes, ainda apenas semipúblicas.

²¹ Antes disso, contudo, regista-se o surgimento ainda no século anterior, em 1683 do *Ashmolean Museum*, considerado o primeiro museu universitário do mundo; resultou da doação à Universidade de Oxford da coleção privada do historiador e colecionador *Elias Ashmole*. Já no século XVIII, dá-se a abertura do Capitolineo em Roma, no ano de 1734. A par do *British Museum*, são dois exemplos de museus que surgem no âmbito dos ideais Iluministas ainda antes do eclodir da Revolução Francesa (Rodini, 2019).

pela Revolução Francesa e perante a crítica dos iluministas àqueles que impediam o acesso geral da sociedade às obras de arte, entre os fins do século XVIII e primeira metade do século XIX, dá-se uma abertura generalizada das coleções existentes. Defendendo o Iluminismo a ideia de um conhecimento assente em factos, baseado em objetos e evidências enquanto ferramentas para uma compreensão empírica do universo, também ajuda a fazer surgir as primeiras coleções especializadas, centradas em esquemas de *layouts* lineares e didáticos. Estas coleções eram dedicadas aos objetos de arte, aos três reinos da história natural (botânica/jardins botânicos; animais/jardins zoológicos; mineralogia) e aos objetos etnográficos (Rodini, 2019).

No seguimento desta especialização dos conteúdos expositivos, no século XIX caminha-se para a definição de várias tipologias de museus – de arte, arqueologia, ciências naturais, ciência e técnica, história e etnografia –, bem como começam a ser discutidas as funções fundamentais da instituição. Insiste-se sobretudo no colecionar como meio de dar prestígio à respetiva nação e de efetivar a educação do povo, bem como principal mecanismo de produção de conhecimento. De facto, neste período o museu emerge enquanto instituição ao serviço da construção da ideia de Estado-nação, fornecendo-lhe um carácter que o torna ferramenta do poder político para instrução do povo²² (Bennett, 1995; Hooper-Grenhill, 1996; Pereiro-Pérez, 2009, p. 179). A ideia do museu como uma instituição administrada pelo Estado para a ensinamento e edificação do público ganhava terreno na última metade do séc. XIX (Semedo, 2004, p. 132). Por outro lado, ainda nesse século, no decorrer das transformações originadas pela Revolução Industrial que se havia iniciado na segunda metade do século XVIII, intensificam-se os avanços da engenharia que dão origem a grandes estruturas construtivas, permitindo criar as primeiras grandes exposições universais, na Europa²³. Já nos recém-criados Estados Unidos da América, surgem nas suas cidades em expansão museus inspirados pelos modelos europeus, quer no estilo arquitetónico (edifícios clássicos, marcados pelas fachadas imponentes), quer no género de coleções e modelos de apresentação (Rodini, 2019). Encarados como espaços

²² Com o surgir dos movimentos nacionalistas na Europa surgem os museus nacionais, num quadro sociopolítico que os transforma em espaços de representação simbólica da nação. O museu veicula um discurso ideológico, cujo objetivo maior é o de consciencializar o ‘povo’ sobre a sua identidade e cultura. É o caso da abertura do *Altes Museum*, em Berlim, em 1810; do *Alte Pinakothek*, de Munique, em 1836; do Museu Hermitage, em São Petersburgo, em 1852; do Museu do Prado, em Madrid, em 1891 (Rodini, 2019; Bauer, 2014).

²³ A Primeira Exposição Universal ocorreu em Londres, em 1851, seguindo-se, em 1857, em Paris.

de fomento às ciências e às artes, são suportados por patronos, pelo que neste país a origem do mecenato se associa ao surgimento dos museus (Bauer, 2014, p. 44)²⁴.

Nos inícios do século XX começam a manifestar-se os primeiros movimentos de agitação na estrutura até então sólida dos museus europeus. Verifica-se uma ‘regionalização’ dos museus, que se procuram orientar para a representação das identidades locais e dos seus valores patrimoniais. Nesta altura, o surgimento dos *Heimatmuseen* na Alemanha, instituições pequenas, locais e de caráter pluridisciplinar, são exemplo deste interesse etnográfico que se revela por parte da instituição museológica. Já nos Estados Unidos, a novidade é a rejeição da reprodução de museus semelhantes aos europeus, surgindo, nomeadamente ao nível da arte, o conceito de museu *cubo branco*, um espaço capaz de libertar a arte e os artistas das forças conservadoras da história (Rodini, 2019)²⁵. De arquitetura minimalista e funcional, este modelo de museu expandiu-se para fora da realidade norte americana, tendo vingado até aos nossos dias, nomeadamente na Europa. Mais tarde, já na segunda metade do século XX, o interesse europeu pela variante regional intensifica-se. Com inspiração nos museus *de ar livre* escandinavos (museu de *plein air*)²⁶, surgem os *ecomuseus*, uma tipologia de espaço de cariz etnográfico, focado nos objetos do quotidiano e interessado em ajudar a resolver problemas trazidos pelo despovoamento e/ou desindustrialização (Pereiro-Pérez, 2009)²⁷. Noutro quadrante, pelo mesmo período, verificam-se alterações nas dinâmicas expositivas dominantes até então. Surgem as exposições temporárias e itinerantes, que vêm complementar uma atividade museológica até então muito centrada na coleta, constituição e preservação das coleções permanentes. Estes novos tipos de exposições desenvolvem-se e vêm fomentar a renovação da programação dos museus, revelando uma renovada preocupação educativa por parte da instituição, agora interessada na renovação dos seus conteúdos e dos seus

²⁴ Neste contexto torna-se inevitável a referência ao *Smithsonian Institution*, inaugurado em 1846. É ainda hoje uma instituição de referência pelos 19 museus e sete centros de pesquisa que alberga. Foi fundado para a promoção e arquivo do acervo do cientista britânico James Smithson (1765-1829).

²⁵ Aberto em 1929, o Museu de Arte Moderna de Nova Iorque é uma das primeiras grandes referências do surgimento deste género de museus.

²⁶ Os museus *de plein air* surgiram nos finais do século XIX, sendo o *Skansen Museum*, aberto nos arredores de Estocolmo, em 1891, o primeiro grande exemplo deste género. Estruturava-se através da apresentação de construções rurais de toda a Escandinávia, que abrigavam os respetivos objetos quotidianos e vestuário tradicional, animais vivos, música e artes tradicionais.

²⁷ Esta tipologia será melhor enquadrada à frente no texto, já que viria a ajudar a consolidar importantes alterações no campo da museologia europeia.

recursos educativos, no sentido de se afirmar enquanto instituição viva e preocupada em estabelecer um diálogo com os seus públicos (Xavier, 2013).

Ao longo do século XX, alterações de ordem diversa viriam a proporcionar ruturas significativas nos contextos sociocultural e político e no mundo dos museus. Tais mudanças foram sobretudo impulsionadas pelo contexto pós II Guerra Mundial, um período marcado pelo otimismo e por uma vitalidade económica e social contrastante com o período crítico ocorrido durante o conflito. Em consequência da constituição, na generalidade dos países europeus, de democracias de Estado Providência, ou Estado Social, criou-se um novo contexto económico e social no mundo ocidental, caracterizado pelo reconhecimento do tempo livre e das férias pagas enquanto direitos sociais, aos quais se associam maiores rendimentos disponíveis por parte das famílias (Lickorish e Jenkins, 2000, p. 22-23). Um novo Estado de bem-estar social e preocupado com a ideia de democratização cultural abre caminho a uma nova etapa da globalização, também impulsionada pela vaga de descolonização à escala mundial que se verifica a partir dos anos de 1950. Refletindo esta nova ordem mundial do pós-guerra encimada pela recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), entidade promotora de relações cordais entre os países, surge em 1946 o Conselho Internacional dos Museus (ICOM) que vem estabelecer uma primeira definição de museu²⁸:

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, tendo em vista o estudo, a educação e a fruição. (Estatutos do ICOM, 1946, artigo 2º)

Um movimento de renovação teórica e metodológica na museologia vai-se constituindo através das discussões que o ICOM promove a partir de então, com os seus primeiros sinais a manifestarem-se no encontro de 1958, no Rio de Janeiro²⁹. A partir de então, evidencia-se o surgimento de uma perspetiva crítica face à narrativa habitual dos museus.

²⁸ O ICOM é uma organização não-governamental com sede em Paris que se apresenta como a maior organização internacional de museus e profissionais de museus, dedicando-se ao estabelecimento de políticas internacionais para estas instituições. É membro do Conselho Económico e Social da ONU e mantém relações formais com a UNESCO.

²⁹ Seminário Regional do ICOM sobre o Papel Educativo dos Museus (Rio de Janeiro, 1958). Debateram-se aspetos de caráter organizacional e comunicacional dos museus e defendeu-se uma maior incorporação da comunicação participativa e a adoção de perspetivas da ecologia, geografia e história quotidiana humana.

A dita narrativa representacional, intensificada em discussões geradas por um novo movimento de contestação, vem questionar os pressupostos e a prática da museologia tradicional³⁰.

A partir dos anos de 1960 o debate foca-se na desconstrução da rigidez do espaço museológico em termos físicos e no reconhecimento do papel sociocultural deste. Estas inflexões são alimentadas por uma série de Encontros internacionais – com destaque para o de 1971, no qual surge pela primeira vez o termo Ecomuseu, e para o de 1972 que na justamente celebrada Declaração de Santiago, formulada na Mesa Redonda do ICOM sobre Museus na América Latina (Santiago do Chile, 1972)³¹. Este Encontro ocorre num ano de discussões mundiais sobre o meio ambiente, onde se defende que a preservação, investigação e comunicação museológicas devem estar articuladas com o meio ambiente natural e cultural, através da interdisciplinaridade e socialização. É apresentada a ideia do *museu integral*, um marco importante para a museologia. Esta nova conceção de museu, que nasce contextualizada na realidade museológica e social sul-americana, coloca-o enquanto instrumento dinâmico de mudança social, passando a ser a comunidade o seu objetivo. O museu integral seria um local de consideração dos problemas da sociedade, auxiliando-a no sentido da tomada de consciência sobre o seu próprio meio natural e sociocultural; um elemento envolvido no território, no património e na comunidade que o abriga, devendo esta ser uma população ativa no museu. A Declaração final deste Encontro opõe-se a uma museologia de objetos, contemplados por um público passivo, defendendo uma museologia ativa, capaz de fazer os públicos reconhecerem e ajudarem iniciativas locais.

³⁰ As críticas aos pressupostos do paradigma epistemológico positivista começam por se desencadear nos anos de 1930. O reconhecimento das limitações do conhecimento científico e tecnológico até aí produzido vem conduzir a que se pondere a conjugação da ciência e da tecnologia com outras modalidades de reconstituição, interpretação e intervenção na realidade, que não alienem as dimensões sociais da mesma.

³¹ Na 7ª Assembleia Geral, em Amesterdão, em 1962, debate-se a relação entre os museus e a preservação do património natural e cultural da humanidade, num encontro marcado pela polémica da deslocação de um antigo templo egípcio, o Templo de Abu Simbel, devido à construção da barragem de Assuão. Assim, neste encontro discutia-se o papel dos museus a uma escala mais abrangente, ao mesmo tempo que se definiam contornos que levariam à Convenção do Património Mundial de 1972 pela UNESCO. Na 8ª Conferência Geral, em Munique, em 1968, define-se a responsabilidade do ICOM frente aos museus e às comunidades regionais. Na 9ª Conferência Geral, em Grenoble, no ano de 1971, questiona-se o conceito tradicional de museu face às mudanças sociais, defendendo-se que este deve promover ações para servir o ambiente social no qual se insere; dá-se a revisão dos estatutos e da definição de museu no sentido de sublinhar a importância do meio ambiente, a dimensão política e o seu papel social. É ainda utilizado pela primeira vez o termo “ecomuseu” pelo diretor do ICOM, Hugues de Varine-Bohan.

Entretanto, focando novamente o contexto europeu, desde 1974 que se verificam desenvolvimentos, sobretudo em França, para a criação de espaços museológicos que tendem a aproximar-se do conceito de museu integral³². Todavia, existiam constrangimentos dentro do próprio ICOM face às ruturas defendidas pelos museológicos sul-americanos na Declaração de Santiago. Na 13ª Conferência Geral do ICOM, em Londres no ano de 1983, a tomada de posição do Conselho é de rejeição formal de todas as práticas que não se enquadrassem no quadro museológico instituído (Duarte, 2013). Não obstante, é com base na ideia de museu integral que o ICOM chegará à definição de *Ecomuseu*, bem como às de *Museu de Território* e *Museu de Comunidade*, enunciadas na Declaração de Québec, em 1984. Apesar desta Declaração não ter tido aceitação geral neste Encontro, reflexo ainda da existência da falta de consenso, ela marca mais um sinal no caminho do nascimento da designada Nova Museologia, interdisciplinar e social, em oposição à tradicional museologia de coleções (Pereiro-Pérez, 2009). Face à evidente necessidade de reconhecimento deste movimento inovador, originalmente suscitado pelos profissionais dos museus latino-americanos, é finalmente oficializado em Lisboa, em 1985, o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), uma organização internacional afiliada ao ICOM³³.

Outra referência central para esta mudança de paradigma museológico é a edição, em 1989, do livro *The New Museology*, de Peter Vergo. É uma referência por agregar os membros do ICOFOM³⁴ que defendiam o reconhecimento internacional das práticas inovadoras, portanto, discordado dos resultados da Conferência de Londres. Posteriormente, em 1992, no balanço da situação dos museus latino-americanos, far-se-á a atualização do conteúdo do documento de Santiago, sugerindo-se a evolução da designação de Museu Integral para Museu Integrado (Declaração de Caracas).

³² A constituição dos Parques Naturais franceses viria a recuperar ideais associados ao modelo do museu de ar livre escandinavo surgido no fim do século XIX, e englobaria as “casas do parque”, entendidas como antecessores do ecomuseu. Já o pioneiro caso do Ecomuseu da Comunidade Urbana Le Creusot/Montceau-les Mines, instituído em 1974, num contexto de comunidade urbana marcada por atividades industriais, é um marco referencial na ultrapassagem da ligação do projeto ecomuseológico ao mundo restrito do mundo rural, continuando a aproximar-se da ideia de “museu integral” defendida em 1972 (Duarte; 2013).

³³ O MINOM surge no II Workshop Internacional da Nova Museologia (Lisboa), em resultado da adoção da Declaração de Québec enquanto ponto de referência para o movimento e com origens ideológicas na Declaração de 1972.

³⁴ O ICOFOM é o Comité Internacional de Museologia do Conselho Internacional de Museus, fundado em 1977 com a finalidade de promover a pesquisa e o pensamento teórico no mundo dos museus.

Feito este enquadramento em linhas gerais sobre a instituição museológica, é possível compreender a existência de períodos sucessivos com características distintas. Deve, porém, ser reconhecido que as alterações mais profundas na forma de ver o museu ocorrem no século passado, particularmente após os anos de 1960, quando é encetado um profundo processo de revisão ideológica, teórica e metodológica, enquadrada também por algumas ações do ICOM. Portanto, durante o longo período do século XVIII aos anos de 1960/70 desenvolveu-se, apenas com mínimos ajustes, a dita Museologia Tradicional. Por essa altura, a forma de atuar dos museus refletia o contexto epistemológico positivista dominante, no qual as leituras produzidas sobre os diversos factos tratados eram assumidas com o estatuto de conhecimento verdadeiro e universal. Assim, as práticas fundadoras em torno do património e da museologia pretendiam difundir o que era entendido como evidências indiscutíveis da realidade. Esta museologia destacava a especificidade, a antiguidade e a identidade nacional, por intermédio dos monumentos e dos objetos salvaguardados; procurava afirmar a posição da respetiva nação no cenário internacional e proclamava a superioridade dos grupos sociais capacitados para a fruição do património e da história.

Estes museus desenvolviam essencialmente exposições permanentes, cuja centralidade correspondia aos objetos expostos, especialmente valorizados em termos de antiguidade e características estéticas e formais. O estudo das coleções era sobretudo em termos da caracterização e verificação da autenticidade das peças, estando condicionada a sua interpretação à ideia do valor intrínseco dos objetos, o que também reduzia o potencial educativo do museu. Ainda na primeira metade do século XX, a existência de uma mensagem enquadrada nos ideais nacionalistas elitizava o público frequentador dos museus, também limitando a interpretação efetuada aos seus conteúdos expositivos. Com efeito, nesse período existia uma coincidência entre as perspetivas ideológicas dos museus e os seus visitantes, constituídos no essencial por adultos membros das classes médias e altas (Nunes, 2010). Até à década de 1960, a museologia tradicional continuou a prevalecer, em particular em países com elevados níveis de instrumentalização político-ideológica, como nos regimes liberais conservadores, monarquias autocráticas e ditaduras autoritárias ou totalitárias. Todavia, novas perceções acerca da museologia e do património vão emergindo nos países com regimes democráticos ou demoliberais avançados, sistemas políticos mais abertos que aceitam o pluralismo cultural e ideológico (Nunes, 2010). Este período em particular fica marcado pela criação de condições

favoráveis a alterações relativas à interpretação dos factos, que consolidaram um novo contexto epistemológico (menos positivista e mais construtivista) através do qual se consolidariam diferentes perspetivas científicas. O discurso expositivo pode, então, ser repensado em termos de suportes e em termos de conteúdos³⁵.

Durante os anos de 1960, 70 e 80 dá-se uma fase de autoavaliação dos museus pelos seus profissionais, impulsionada pelo ambiente de ativismo político, social e ambiental. Este processo, já com alguma envergadura nos finais dos anos de 1980, centra-se em discussões sobre a narrativa ou discurso dos museus, instalando-se a problemática da crítica representacional (Duarte, 2013). O sentido das reformulações defendia a adoção de narrativas museológicas que refletissem uma autocritica sobre os fundamentos e o papel social e político das instituições, libertas dos condicionalismos anteriormente verificados. Por exemplo, condicionalismos de carácter político e/ou ideológico como os verificados no museu usado como veículo para instrução da ideologia do Estado-nação monolítico; ou condicionalismos resultantes de uma epistemologia positivista com uso do museu essencialmente como suporte de um conhecimento científico tido como único aceitável. Assim, em paralelo com a assunção do papel social a desempenhar pelo museu, surgem novas posições epistemológicas e ideológicas quanto ao discurso expositivo veiculado pela instituição museológica. Ganha força a perceção de que o conhecimento é sempre uma construção histórica e social e que o exibido no museu não escapa a essa regra. A posição epistemológica emergente deixa de conceber o conhecimento como absolutamente objetivo, passando a insistir na necessidade de serem reveladas as implicações políticas e de poder, bem como as correspondentes relatividade e limitações desse conhecimento. As diferentes áreas disciplinares produzem conhecimento e representações sobre a realidade que precisam ser desmontadas e questionadas. Em suma, a crítica representacional dos e nos museus insere-se num período histórico no qual várias disciplinas começam a ser reavaliadas criticamente. A museologia, que surgiria a partir

³⁵ Começa a ser questionado o caráter objetivo do conhecimento veiculado, por definição entendido agora como condicionado, de validade parcial e temporária. Aposta-se na valorização da documentação exposta através de diferentes formatos, colocando a possibilidade de um contributo para o debate cultural e cívico (Nunes, 2010). Coloca-se a possibilidade de expor uma pluralidade de visões que se consolida, sobretudo, a partir dos anos de 1980, com a aposta também na inclusão de temáticas até então consideradas subversivas ou irrelevantes, numa visão institucional mais diversa e globalizada.

dos finais dos anos 1970 enquanto área científica autónoma nas universidades, não é exceção.

Teóricos como Michel Foucault têm influência profunda no surgimento de linhas reflexivas críticas que levam ao eclodir da Nova Museologia, movimento que deve ser entendido como de amplo espectro e abrangendo um campo de estudos contínuo. Neste processo de reavaliação marcado pela crítica abre-se também caminho à interdisciplinaridade (Almeida, 2012). Uma disciplina que se impõe no campo museológico neste período é a antropologia, sob impulso de uma autoavaliação radical que implica reaproximação à instituição museológica (Duarte, 2013) e propostas bastante críticas em torno da noção de património cultural³⁶. Muitas das discussões que levam ao movimento da Nova Museologia têm subjacente uma questão antropológica: o importante conceito-referência de Museu Integral funda-se na ligação ao território e na ideia de cultura da comunidade envolvente.

Como o culminar de todo este processo de reformulações, pode referir-se as definições de museu produzidas e aprovadas pelo ICOM. Primeiro, em 2007:

O museu é uma instituição permanente sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público, que adquire, conserva, investiga, comunica e expõe o património material e imaterial da humanidade e do seu meio envolvente com fins de educação, estudo e deleite. (22ª Assembleia Geral do ICOM, Viena 2007)³⁷

Esta revisão da definição de 1946 centra-se em dois aspetos fundamentais: refere expressamente “aberto ao público” e “património material e imaterial”. Promove, portanto, a desmaterialização do universo museológico através da aproximação às dimensões imateriais de toda a cultura material, posição por inerência antropológica. Quinze anos mais tarde é aprovada a nova e atual definição em vigor:

³⁶ Em paralelo, questionar-se-ia também o conceito de património. Como vimos anteriormente, é usado na Convenção do Património Mundial, de 1972, um conceito de património cultural bastante distante das perceções antropológicas, na medida em que a possibilidade de classificação dos bens fica dependente do seu “valor universal excecional”. Com efeito, só depois desta época se consolida uma viragem cultural ou antropológica em termos de perceção do património, o que reflete também um maior poder de intervenção dos antropólogos no seio do ICOM.

³⁷ À luz desta nova definição do ICOM, diversos tipos de instituições podem ser consideradas museus: aquários, jardins botânicos e zoológicos, parques, centros culturais, centros de ciências e planetários (Martins, 2013).

Um museu é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade, que pesquisa, coleciona, conserva, interpreta e expõe o património material e imaterial. Os museus, abertos ao público, acessíveis e inclusivos, fomentam a diversidade e a sustentabilidade. Os museus funcionam e comunicam ética, profissionalmente e, com a participação das comunidades, proporcionam experiências diversas para educação, fruição, reflexão e partilha de conhecimento. (Assembleia Extraordinária do ICOM, Praga, 2022)

A nova definição foi claramente alargada de modo a considerar dimensões subjacentes aos principais desafios que se têm colocado ao papel dos museus nos últimos anos: inclusão, acessibilidade, diversidade e sustentabilidade. É ainda introduzido na nova definição a dimensão ética e de partilha (de conhecimento), concebendo-se o museu como espaço de envolvimento comunitário.

A partir da década de 1990, a museologia será vista como uma área cientificamente consolidada. Em perspetiva, compreende-se que a sua cientificidade havia sido inicialmente estruturada por museólogos europeus, cujos princípios orientadores foram sendo postos em causa pelos dos países norte e sul americanos. Como vimos, o debate desenvolveu-se sobretudo a partir da década de 1970, nele se inserindo também as atividades do ICOFOM. As reorientações enquadram quer as questões teóricas da museologia e das suas técnicas, quer uma corrente de pensamento defensora de uma museologia mais social e comunitária. Em 1992, Peter Van Mensch elabora uma retrospectiva dos principais caminhos teóricos percorridos pela museologia com recurso à análise do trabalho desenvolvido pelos seus principais pensadores. Trata-se de uma das mais influentes obras do final do século XX, onde o autor sistematiza as quatro grandes linhas teóricas da museologia segundo os seus praticantes:

A primeira perspetiva abordada é a mais popular entre os trabalhadores da instituição museológica: Museologia como estudo da finalidade e organização de museus. Está centrada na ideia de que a museologia se ocupa do estudo dos museus e dos seus objetos, sendo esta a visão dominante até à década de 1970. Uma segunda perspetiva foca-se na funcionalidade em torno das atividades dos museus, expressa nas ações que são objeto da museologia (preservar, comunicar, colecionar, investigar e expor). Assim, vê a Museologia como o estudo da implementação e integração de atividades, visando à preservação e uso da herança cultural e natural. A terceira perspetiva é centrada na

compreensão do material e da trajetória da mudança dos objetos da sua função original para novas funções, designando-se a Museologia como o estudo dos objetos de museu. Por fim, a quarta perspectiva define a Museologia como estudo da musealidade e foca-a na relação entre homem e realidade, salientando-se a intenção cognitiva associada aos objetos dos museus.

Segundo Peter Van Mensch (1992), todas as vertentes do pensamento museológico partilham um mesmo conjunto de parâmetros: a herança cultural, as atividades de preservação e comunicação dessa herança, o contexto institucional e o enquadramento social. Considera ainda que, perante o estado avançado do pensamento teórico, todas as práticas museológicas levadas a cabo pelos profissionais devem recorrer às contribuições teóricas como suporte para a racionalização dessas mesmas atividades. É num contexto de progressiva mudança que a museologia se vai afirmando enquanto área autonomizada de conhecimento, dedicada à gestão, pesquisa e comunicação dentro ou fora do museu. Nos anos de 1990 a museologia parecia ter entrado numa fase de empirismo absoluto, pelo que caberia aos profissionais dos museus a tarefa de articular o conhecimento científico desenvolvido com as práticas exercitadas (Mensch, 1992).

Nos últimos 30 anos, os movimentos mais recentes da museologia tendem, portanto, a salientar os contributos de museus interdisciplinares, multivocais, acessíveis e abertos à crítica. Embora todas corporizem alguma visão da museologia contemporânea, existem instituições mais promotoras de práticas novas e inovadoras e, outras, mais tradicionais e, conseqüentemente, enquadrando museus menos críticos. De uma forma geral, acentuam-se as reflexões quanto à própria natureza do museu e ao reposicionamento deste na sociedade, sendo produzidas por diferentes agentes interessados em participar ativamente nas iniciativas do museu. Com o adensar de uma sociedade de informação e comunicação, impulsionada pelo surgimento dos *media* e das formas digitais de comunicação, o museu tem à sua disposição novas ferramentas para a promoção do seu trabalho, mas também está mais exposto ao escrutínio do público. A instituição museológica deixa de ser olhada apenas como repositório de coleções: um novo estatuto que resulta da pressão comunitária perante a responsabilidade do museu face aos recursos à sua guarda e aos resultados conseguidos através desses recursos (Semedo, 2011). Mais avaliado pela forma como utiliza os seus recursos, o museu envolve-se no apogeu da ‘era da qualidade’, expressão dominante nos discursos das instituições públicas e fomentado pela propagação de estudos de satisfação de consumidores, uma realidade que também se

implementou no setor cultural nas últimas décadas (Ferreira, 2013; Godoy & Moretoni, 2017). Por outro lado, é inegável também que se começa a olhar com mais atenção para os diferentes tipos de públicos e a ir ao encontro destes, apostando na diversificação dos produtos e serviços. É central este último aspeto de procurar tornar os museus cada vez mais acessíveis a todos os segmentos de público e de procurar representar de forma igualitária todos os grupos sociais.

1.4 – A musealização enquanto processo. Desafios e oportunidades da museologia atual face às comunidades

Atendendo ao panorama traçado no ponto anterior relativamente aos museus, é possível perceber que, através do movimento da Nova Museologia, a comunidade se torna num dos grandes focos de atenção dos museus. Feita a viragem teórica na forma de olhar os museus, interessa dedicar agora atenção aos pontos de vista que consideram mais substancialmente esta relação entre museus e comunidade. A revisão da literatura levada a cabo torna possível estabelecer um referencial teórico central para suporte dos objetivos da presente investigação, particularmente daqueles que se relacionam com a apreciação do objeto de estudo quanto à sua articulação com as dinâmicas sociais locais, à inclusão da comunidade nas atividades do Projeto e em termos da sua capacidade de transformação comunitária.

Como vimos, uma das vertentes centrais da Nova Museologia ia no sentido de consolidar a musealização enquanto processo de intervenção sobre os bens patrimoniais, a fim de serem apresentados e comunicados num processo que passa a ser encarado de forma menos técnica. Assim, é no pressuposto de ampliação de horizontes que se pretende tornar o museu num espaço onde os seus objetos passam a ser vistos, sobretudo, como suportes para comunicações diversificadas e procedimentos cruzados com diversos âmbitos da vida das pessoas. Portanto, o ponto de partida da presente tese relativamente à avaliação das relações museu *versus* comunidade considera a importância que a instituição se concede enquanto veículo promotor de diferentes olhares sobre o património da comunidade, nas suas componentes materiais e imateriais.

Existem várias estratégias a que um museu pode atender no sentido de fomentar as relações com a comunidade. Em primeiro lugar, devem posicionar os processos de processos de musealização que desenvolvem enquanto contributos para a promoção da

memória comunitária, uma preocupação central da vida atual das sociedades ocidentais (Nascimento, 2013). Face às transformações rápidas e profundas da sociedade, que podem conduzir a uma sensação de falta de referentes culturais, a valorização de alguns elementos do passado pode contribuir para a atenuação dessa sensação de perda. Neste sentido, a musealização e os processos de patrimonialização, encarados como mecanismos de compensação, são ambos processos centrados nos bens herdados do passado, mas cuja manipulação os fazem ganhar uma nova dimensão, com significado para o presente e para o futuro. Assim, o museu posiciona-se enquanto elemento-chave que pode tentar equilibrar a perda de estabilidade das sociedades onde se insere, oferecendo formas de busca e redefinição da identidade cultural (Huyssen, 1995).

Em segundo lugar, devem apostar em adequadas estratégias de interpretação patrimonial³⁸. Como vimos, houve épocas em que a apresentação de assuntos e/ou factos em contexto museológico esteve sujeita a diferentes condicionalismos que, em consequência, restringiam também a interpretação. Todavia, atualmente o contexto é outro e a existência de ações de interpretação do património junto do público é reconhecida como uma etapa fundamental num processo de intervenção patrimonial. A interpretação patrimonial possui muitas vezes um carácter educativo, contudo, insere-se num contexto de educação informal e não possui exclusivo teor pedagógico. Em termos históricos a noção de interpretação patrimonial formula-se na segunda metade do século XX em discussões quanto à compreensão, comunicação, criatividade e tipos de linguagem em contexto museológico³⁹. Beneficiando destas reflexões, em 2004, o ICOMOS propôs a Carta para a Interpretação e Apresentação de Sítios Patrimoniais Culturais, com sete princípios que focam aspetos como a sustentabilidade, a adequação ao contexto, a inclusão, a participação e a autenticidade enquanto nuances que devem transparecer nos meios interpretativos apresentados ao público. Desde então, a interpretação patrimonial têm ganho destaque nas ações dos museus, através de

³⁸ A interpretação patrimonial também pode ser denominada como ‘educação’ ou ‘mediação’. É, contudo, generalizada a utilização da expressão ‘centros interpretativos’, o que parece revelar alguma diversidade quanto à terminologia, no contexto português.

³⁹ L. Hees (2018) estabelece um cronograma de considerações, com inícios nos anos de 1950, que ajudou a solidificar a noção de interpretação patrimonial: uma atividade criativa que revela ao visitante significados para além daqueles que consegue perceber (Tilden, 1957 apud Hees, 2018); uma forma de ajudar a apreciar e compreender o património (Beck & Cable, 2002 apud Hees, 2018); um processo criativo de comunicação que transforma a linguagem técnico-profissional numa linguagem não técnica e coloquial (Morales, 1994 apud Hees, 2018).

estratégias de comunicação de caráter impessoal, tais como a apresentação de exposições, roteiros, folhetos informativos, mapas, cartazes e recursos audiovisuais (Beck & Cable, 2002; Miranda, 2015). Por outro lado, visitas guiadas, demonstrações, *storytelling*, recreações e atividades performativas diversas correspondem a estratégias de caráter pessoal que permitem criar interação entre o público e os interpretes, tornando a interpretação mais atraente e eficiente (Varine, 2009). Assim, a implementação de uma ou várias estratégias combinadas de interpretação patrimonial deve: considerar linguagens e formatos de comunicação adequados aos diferentes tipos de públicos, atendendo à criatividade necessária para despertar o interesse do público e situar o património na história, criando relações entre o passado e o presente, utilizando informação escrita concisa, precisa e acessível (Tilden, 2009; Hees, 2018). De forma mais direta e seguindo Ham (2016) pode-se pensar em quatro princípios fundamentais para as ações de interpretação patrimonial: serem divertidas; serem relevantes; serem organizadas; terem um tema.

Em terceiro lugar, o reforço da relação entre museu e comunidade deve passar pelo abandono da ideia de museu como mero armazém de objetos e por formas de trabalho em linha com o novo paradigma de museu, entendido enquanto espaço integrador, de construção e comunicação de valores e identidades. Quando, em 1972, os museólogos sul-americanos expuseram as suas perspetivas face à realidade das suas sociedades e museus – um continente em desenvolvimento, mas periférico relativamente aos grandes centros de decisão mundial e das culturas dominantes – defendiam a necessidade absoluta dos museus se adequarem à realidade local, para benefício do desenvolvimento comunitário. Estes pressupostos não perderam relevância na atualidade e ganham efetiva relevância nesta investigação, centrada na avaliação crítica de um Projeto polinucleado, localizado numa região periférica do interior do país, parcialmente abrangendo zonas rurais e de baixa densidade demográfica, carentes de desenvolvimento que pode ser potenciado pelo património cultural.

Os ecomuseus, em ações de colaboração com as comunidades locais, e os centros de visitantes, através de dispositivos interpretativos e da ação dos guias intérpretes, incorporam a ideia de descoberta e valorização dos valores patrimoniais do território envolvente. Já a partir dos anos de 1980 aparecem os Centros Interpretativos enquanto modelo de espaço museológico capaz de agregar as funcionalidades de um ecomuseu e de um centro de visitantes (Hees, 2018), operando como intérpretes da área geográfica

envolvente e estimulando à sua descoberta. Estas tipologias de espaço museológico devem refletir princípios fundamentais, nomeadamente quanto ao enquadramento do contexto: um espaço representativo da dimensão estética, social, cultural e natural do ambiente espacial e temporal que representam (ICOMOS, 2004). Os centros de interpretação podem, assim, assumir um papel primordial nas dinâmicas turísticas, por fornecerem orientação acerca das suas regiões, orientação muitas vezes feita com a colaboração da comunidade local, que participa nas atividades destes espaços, por exemplo, em regime de voluntariado (Hees, 2018). Os ditos museus comunitários, de território ou locais, exemplos de terminologias semelhantes e recorrentes, partilham a mesma génese dos centros interpretativos, sendo todos bons exemplos de espaços que se encarregam deste papel de transmissão de valores face às comunidades envolventes e face aos seus visitantes, para além da missão de base relacionada com a conservação das respetivas coleções. Assim, estas tipologias de museus podem potenciar o seu papel de elemento agregador da comunidade envolvente, auxiliando-a no desenvolvimento da convivência autóctone (Varine, 2012; Varine, 2014).

Dos diversos referenciais teóricos relativos ao pressuposto do museu como instituição envolvida no território, destaca-se ainda a utilidade da perspetiva do museu enquanto “zona de contacto” para as comunidades locais e ao serviço do desenvolvimento comunitário (Clifford, 1997; Witcomb, 2003). Assim, cruzando a defesa generalizada de que as populações devem participar nos processos de patrimonialização e a perspetiva do museu como zona de contacto, ganha força a ideia do museu como espaço interativo e participativo, potencial centro de dinamização territorial. Esta ideia de ligação entre museu e território foi recentemente reforçada com as diretivas da Carta de Siena (2015), dedicada aos museus e paisagens culturais, um documento norteador para a presente tese, dada a pertinência dos pressupostos que defende. Frisa a necessidade de existência de uma maior ligação entre o museu e a sua paisagem cultural, através da implicação do primeiro no cuidado da paisagem territorial envolvente, ao mesmo tempo que recusa que o museu seja apenas um centro de preservação de objetos (ponto 5). Defende igualmente, em sentido inverso, a necessidade de se olhar o museu enquanto elemento participante na definição de políticas paisagísticas (ponto 8).

Em quarto lugar, esse fomento dos laços com a comunidade deve passar pelo reconhecimento da necessidade de ser auscultada a população local e fazer com que participe nas ações do museu. Tendo a Nova Museologia atribuído à comunidade

envolvente a condição de principal foco do museu, o reforço da ligação entre museu e comunidade próxima passa a ser encarado como um imperativo da instituição museológica. Estes processos de consulta, de colaboração e de parceria concretizam-se, por exemplo, através de programas de curadoria coparticipada ou de constituição de inventários participativos (Brown & Peers, 2003; Silverman, 2010; Crooke, 2006, p. 174; Janeirinho, 2013). Têm proliferado projetos culturais participativos baseados no envolvimento de pessoas, grupos e comunidades, que resultam em iniciativas muitas vezes descritas em expressões como ‘arte comunitária’, ‘exposição comunitária’, ‘museu comunitário’, entre outras (Carvalho, 2016). As políticas do património contribuíram para passos significativos no sentido de reconhecer a preservação do património cultural como um processo de responsabilidade partilhada⁴⁰. Contudo, muitas vezes, esse envolvimento limita-se à mera consulta de grupos e/ou comunidades, sem exploração de níveis mais aprofundados de colaboração por implicarem uma complexidade acrescida dos modelos de gestão patrimonial há muito enraizados nas instituições (Carvalho & Falanga, 2006). Embora inicialmente entendidos como forma de consulta junto da comunidade para identificação de bens e sua posterior inventariação, hoje um processo de inventário participativo é entendido como um processo de longo prazo, de observação, diálogo e mediação entre os profissionais museólogos e a comunidade com a qual pretendem trabalhar. Uma real e efetiva participação da comunidade deve pressupor uma compreensão quanto ao modo de vida e aos interesses da comunidade, para envolvê-la em torno de questões que perpassam os conceitos de património, memória, identidade, território, museu e cidadania. (Paiva & Alves, 2019). Em resultado desse processo, poder-se-á promover o envolvimento de públicos em diferentes áreas de atuação (programação, curadoria, gestão de espaços, plataformas digitais), para cumprimento de objetivos como a diversificação de públicos, o reforço de laços para incorporar maior relevância social na comunidade e enquanto contributo à própria sustentabilidade das instituições (Carvalho, 2016). O inventário participativo deve ser entendido como uma tentativa de envolvimento dos atores sociais (moradores, estudantes, artistas, educadores, líderes comunitários, entre outros) e os atores económicos numa perspetiva de impulso ao

⁴⁰ Essas posições refletem, por exemplo, a Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial (2003) que destacou, relembre-se, o envolvimento das comunidades no processo de inventário dos ativos patrimoniais como passo fundamental para a democratização quanto aos seus usos e afirmação do saber sobre esses bens (UNESCO, 2003).

desenvolvimento local, gerando riqueza material, cultural e espiritual nos seus habitantes a partir do seu património (Paiva & Alves, 2019).

Envolver as comunidades no processo de planeamento e programação das atividades do museu é também uma oportunidade potencial para criar um formato de comunicação que elimine as dissonâncias entre o global e o local, adequando-a às diferentes realidades⁴¹. Esta participação da comunidade local deve ser encarada como uma ferramenta de gestão patrimonial capaz de dar à instituição cultural um poder para lá do seu espaço físico. A aproximação da comunidade ao museu ajudá-lo-á a ter uma perceção mais realista sobre processos de trabalho e vida quotidiana locais, o que auxiliará a promover um senso de comunidade e de incentivo ao envolvimento desta de modo continuado (Smith, 2006)⁴². Assim, a participação desejada deverá ser adaptada segundo diferentes formas de envolvimento com os grupos comunitários. Por exemplo, socorrendo-se de processos de consulta, enquanto parceria estratégica; ou como forma de capacitação das comunidades. Segundo A. Galla (2013), a participação comunitária em museus pode ser de três tipos: a mais simples, participação enquanto consulta, pela qual as comunidades agem apenas como informantes; participação enquanto parceria estratégica, em que as comunidades atuam em coautoria na definição de projetos; e, por fim, participação como capacitação da comunidade, em que esta, para além de participar nas atividades públicas do museu, como as exposições, atua igualmente nas reservas, coleções e documentação, agindo diretamente na cocriação de projetos. Tendo em mente esta problemática, H. Coxall (2006) elabora uma visão consistente sobre o tema da inclusão em contexto museológico e enuncia sete princípios de atuação. Estes princípios defendem, além do trabalho orientado e participado pelo público e pela comunidade envolvente, a colaboração com organizações externas, a interdisciplinaridade e a diversidade cultural enquanto elementos orientadores.

Em quinto lugar, o museu deve reconhecer a sua função social de modo a criar conexões junto da comunidade. Esta função do museu é um dos tópicos mais destacados da museologia desde o surgimento da ecomuseologia ou da designada ‘museologia

⁴¹ Alguns autores destacam a “globalização cultural” que se faz sentir também nos programas expositivos dos próprios museus (Rectanus, 2006, p. 395).

⁴² Neste contexto, L. Smith (2006) refere atividades de colaboração com a comunidade como: o registo de histórias, vídeos, gravações e outra documentação, como formas de envolvimento comunitário que promovem a sua preservação e a passagem de conhecimento.

comunitária’ ou ‘museologia ativa’. Mais recentemente, existem discussões que, para lá da promoção da participação e desenvolvimento integrado das populações, expandem o paradigma da função social do museu reconhecendo que este tem o poder de influenciar essas comunidades. Trata-se de um posicionamento de ‘museu ativista’, em que este deve ter a capacidade para atuar sobre temáticas diversas (migrações e refugiados, colonização e descolonização; feminismo; ambiente e biodiversidade; acessibilidade e deficiência; justiça e desigualdade social, intolerância e direitos humanos), atribuindo aos profissionais do museu uma consciencialização e responsabilidade enquanto atores sociais (Robert & Sandell, 2019). A dinâmica ativista do museu alicerça-se fundamentalmente na transversalidade, dando à instituição a possibilidade de abraçar temas diversos e inesperados. Mais do que repositórios de objetos, o museu ativista assume-se um repositório de problemáticas que procura debater, abrindo a porta à tomada de posições na esfera pública para assuntos que à partida não estavam considerados na sua missão (Castro, 2001). Efetivamente, um museu deve definir a sua natureza, a sua missão e lugar na sociedade, e pode emergir como um lugar central para a discussão dos grandes temas da contemporaneidade (Duarte, 2013), independentemente de qual o contexto em que esteja inserido.

Em sexto lugar e relacionado com o ponto anterior, a relação entre museu e comunidade deve partir da distinção dos diferentes tipos de públicos do museu, como meio para se desenvolverem estratégias diferenciadas e adequadas a esses diferentes perfis. Assumir a pluralidade dos públicos é desde logo fundamental em termos de adequação da narrativa museológica, pois apenas dessa forma será possível ao museu ter um papel ativo na identificação de temáticas pertinentes a expor, aumentando a capacidade de reflexão da comunidade sobre as mesmas. Neste âmbito, pode, portanto, contribuir para o reforço do seu papel formativo, com enfoque na questão da democratização e democracia cultural, a serem trabalhadas de acordo com os diferentes tipos de públicos do museu. Sobre estes aspetos, a avaliação a ser desenvolvida relativamente ao objeto de estudo desta tese focar-se-á em indicadores diversos. Por exemplo, ponderar as ações desenvolvidas em termos de desconstrução da dita cultura erudita, tradicionalmente associada aos museus; verificar se há ou não atividades museológicas capazes de contribuir para a transformação do público, entendido como plural e diverso (Macdonald, 2006); analisar a intensidade da aposta em discursos expositivos capazes de ilustrar e representar de forma simplificada visões complexas da realidade, criando conexões entre esta e os conteúdos expositivos

(Allard & Bouché, 1998). Também se atenderá à capacidade de apresentação de conteúdos através de novas técnicas museográficas, sobretudo em exposições temporárias, que apostem no recurso a suportes não tradicionais (com destaque para a multimédia), capazes de atrair e renovar o público (Nunes, 2010). A adequação da museologia aos diferentes perfis de visitantes é fundamental, sob pena do museu ficar estagnado no tempo e perder a sua significância. Os desafios recentes exigem abordagens museológicas articuladas com a mudança social e menos centradas na resposta exclusiva às preocupações dos profissionais dos museus, como vem sendo preconizado pela Nova Museologia (Watson, 2007). Destaque-se neste âmbito o conceito de ‘museu participativo’ fortemente associado a N. Simon (2010), um modelo de trabalho que procura fomentar uma maior interação do público com a instituição, adequada a consumidores atualmente menos passivos face aos conteúdos museológicos. Neste modelo, é imprescindível entender o público como diverso, plural e ativo, já que ele não é, de facto uma massa homogênea e passiva (Macdonald, 2006: 8). Uma instituição cultural participativa deve permitir aos seus visitantes criar, partilhar e conectar-se com outros em torno dos conteúdos abordados em contexto de visita ao museu⁴³.

Partindo-se, então, de um conjunto de pressupostos teóricos, torna-se imperativa a correta identificação dos diferentes perfis de visitantes de um museu, em termos de características e necessidades. Essa identificação permitirá desenvolver adequações, quer em termos de reajustes dos discursos expositivos, quer das atividades orientadoras para a receção desses públicos. Pode-se identificar seis grandes tipologias de grupos de visitantes nos museus. O público infantil, caracterizado por ser muito ativo e implicar um esforço acrescido por parte dos guias do museu em termos de entendimento e valorização dos seus impulsos, os quais devem ser aproveitados para se reforçar a capacidade reflexiva e interpretativa da criança. Além disso, os espaços expositivos que recebam este público-alvo devem privilegiar a interatividade e ter um ambiente lúdico, onde seja possível manipular, observar e experimentar objetos, já que para uma criança, mexer é uma condição de aprendizagem (Martins *et al.*, 2013). Outro tipo de público é o familiar, formado por

⁴³ Para N. Simon (2010), a participação deve englobar a própria instituição, os participantes (voluntários) e a audiência (constituída pelos visitantes, a comunidade envolvente e os associados), sendo a articulação dos interesses de todas as partes a garantia do sucesso de um projeto. Com um claro enfoque na forma como o público é tratado nos museus e instituições culturais, a autora concretiza algumas estratégias quando ao tratamento do público, dando importância ao seu tratamento diferenciado, em linha com as suas características e necessidades, por exemplo, em contexto de visitas guiadas.

conjuntos agregados de crianças e adultos em interação, que levanta à equipa do museu o desafio de tentar atender às necessidades de todos os elementos. Tendencialmente, uma família enquadra a visita durante o seu tempo livre, sob o pretexto de que esta poderá agregar valências de diversão e uma oportunidade para expandir conhecimentos. Todavia, visitas em família têm um papel fundamental na criação do hábito de visita a museus por parte das crianças e jovens: na companhia dos seus familiares adultos, estes tendem a fazer uma exploração mais intensa e mais focada, familiarizando-se com o ambiente museológico e aprendendo a ser visitantes, uma atitude importante na constituição de um hábito para a vida adulta (Martins, 2013; Ribeiro, 2012, p. 171). Outro tipo de público diz respeito aos jovens em idade escolar, portanto, um público enquadrável num sistema de procura mais organizada e frequente, sobretudo durante os dias úteis da semana. Representam uma larga fatia do total de público de qualquer museu e, dada a sua importância e dinâmicas particulares, será aprofundado mais adiante neste texto⁴⁴. Outro tipo particular de público diz respeito às pessoas portadoras de deficiência ou incapacidade, que levantam questões em termos de acessibilidade. Sendo certo que existem cada vez mais esforços legislativos e institucionais no sentido de se criarem nos equipamentos culturais experiências mais inclusivas, a verdade é que mudanças efetivas no sentido da inclusão dependem das prioridades e dos recursos financeiros das instituições⁴⁵. No caso dos museus, a mudança deve passar pela identificação e eliminação das barreiras físicas, sensoriais e comportamentais no acesso às exposições⁴⁶.

⁴⁴ Segundo o relatório anual de Estatística da Cultura do INE, em 2018, a maior parte das atividades desenvolvidas pelos museus inquiridos eram orientadas para o público escolar (Anexo 1). Estes representavam 9.5% do total de visitantes dos museus inquiridos (INE, 2019, p.113).

⁴⁵ Em 2019, Portugal tornou-se no primeiro país a receber a distinção de Destino Turístico Acessível por parte da OMT, em reconhecimento pelo esforço que tem sido feito na promoção da acessibilidade no turismo. Esse esforço reflete-se em projetos como o TUR4all, associação financiada pelo Turismo de Portugal I.P. que cria sessões de formação, desenvolve consultoria e cria publicações em torno das questões da acessibilidade para o setor turístico e cultural.

⁴⁶ Em termos de barreiras físicas, exemplos de barreiras à mobilidade são por exemplo a falta de alternativa a escadas, a existência de corredores estreitos, portas de abertura manual, altura inadequada de balcões, mesas, textos e vitrines. As barreiras sensoriais dizem respeito à comunicação, muitas vezes inacessível para visitantes com deficiência visual ou auditiva. No primeiro caso, é útil o recurso a informação apresentada em *braille*, bem como a criação de experiências táteis (maquetes, miniaturas e obras em relevo). No segundo caso, a compreensão dos conteúdos pode ser potenciada com recurso à legendagem ou à linguagem gestual, mecanismos a serem utilizados nos materiais informativos em vídeo. As barreiras altitudinais estão relacionadas com a incapacidade de o museu contribuir para a inclusão de pessoas com deficiências físicas e sensoriais na sociedade. Para inverter isso, a equipa de funcionários deve estar sensibilizada e preparada para lidar com a diversidade, sendo que para isso contribuem ações de formação desenvolvidas pela instituição, no sentido de formar uma equipa instruída para se relacionar e orientar este tipo de público (Martins, 2013).

Como outra categoria identificável temos também o público adulto, para quem o museu surge sobretudo como espaço de busca da identidade pessoal, local de oportunidades para vivenciar experiências cognitivas e afetivas, independentemente dos conhecimentos prévios detidos. Para este tipo de público, o conteúdo expositivo deve ser revelador de novos conhecimentos numa perspetiva de autodescoberta e reforço da sua identidade pessoal, pelo que o museu deve fornecer as bases intelectuais e a autonomia necessária para que estes visitantes possam fazer as suas próprias conexões dentro da exposição (Martins, 2013). Sendo um tipo de público autónomo, a visita parte geralmente de uma pré-disposição para a sua realização, podendo esta traduzir-se numa experiência de níveis diferenciados: desde uma experiência sobretudo contemplativa, mais emotiva do que cognitiva, com recurso a rápida observação e leitura do material de suporte; até uma experiência mais intensiva, propícia à compreensão de conteúdos específicos sobre os assuntos abordados na exposição, pela leitura atenta do material de suporte, pelo acompanhamento de visitas guiadas e pela aquisição de material com informação sobre as mesmas (Tojal, 2012). O público sénior também corresponde a um outro perfil diferenciado de visitantes, encarado como detendo grande potencial de crescimento e que, na Europa e na América do Norte, é assíduo na visita aos museus, muito devido ao tempo livre que possui para atividades de lazer. Assim, este público pode representar para muitos museus uma oportunidade, por exemplo em termos do já referido voluntariado, ocupando posições como vigias de salas de exposições ou mesmo guias no museu. Por outro lado, enquanto visitantes, grande parte deste público realiza visitas em grupo organizadas por instituições sociais às quais estão afiliados. Nestes casos, as visitas guiadas devem procurar colmatar os constrangimentos existentes⁴⁷. Para este público a experiência museológica é, mais do que para os anteriores, uma oportunidade de valorização das suas experiências prévias, sendo uma oportunidade para se trabalhar o seu lado cognitivo e emotivo. Por exemplo, visitas educativas que valorizem e relembrem o passado e contextualizem factos e histórias, serão reconhecidas como experiências de valor. Em síntese, no que respeita aos diferentes tipos de públicos, cada um tem as suas características diferenciadoras pelo que os trabalhos desenvolvidos pelos museus devem

⁴⁷ Estes constrangimentos relacionam-se sobretudo com questões de mobilidade física, devendo este tipo de grupos ser divididos entre elementos com mais autonomia (visitas completas ainda que mais rápidas) e menos autonomia (visitas parciais e seleccionadas, com maior número de momentos de descanso).

ser suportados numa comunicação adequada às respetivas especificidades. Em todos os casos, tanto a experiência emocional como a experiência cognitiva devem ser consideradas importantes e como contribuindo para a construção de significados e aprendizagem acerca de determinado conteúdo expositivo.

Em sétimo e último lugar e ainda sobre estratégias para se potenciarem as relações entre museu e comunidade, saliento a dinâmica relacional entre museus e contextos de aprendizagem. Identificados os diferentes tipos de públicos, o museu deverá ser capaz de se apresentar como oportunidade de aprendizagem ao longo da vida para todos eles. Porém, a relação entre o museu e as instituições escolares pauta-se de uma particular complexidade. Relembre-se que a componente educativa está na génese dos museus, cimentada na própria definição da instituição que vai sendo progressivamente reformulada. Tendo sido já referido que o público escolar possui importância primordial para grande parte dos museus, o sucesso das ações desenvolvidas face a este público depende muito da comunicação efetiva entre os intervenientes do museu e os intervenientes do espaço escolar. Mais concretamente, o educador do museu e o professor devem desenvolver um canal de comunicação suportado num programa educativo consistente e diferenciador, oferecido pelo museu e apresentado previamente ao momento da visita⁴⁸. Esta boa comunicação precisa ainda existir durante a realização da visita do grupo escolar ao museu, numa lógica de parceria entre mediador e professor da turma que deve ser mantida. O professor pode ser um aliado, tanto em termos da disciplina do grupo, quanto em termos de fornecimento de informações sobre as características do grupo escolar em questão. Indo ao encontro das características deste tipo de público, é importante considerar a flexibilidade, pois uma lógica diretiva ou demasiado formal pode empobrecer a experiência da visita: os estudantes valorizam e são estimulados pelo facto de poderem fazer as suas escolhas dentro do museu, em termos de percurso, gestão do tempo e aprofundamento de informações relacionadas com factos abordados nos conteúdos expostos. Esta postura proativa contribuirá para dar um significado emocional

⁴⁸ A programação de atividades reforça a ligação ao público escolar, permitindo ao museu sobressair enquanto complemento importante ao ensino escolar formal, como espaço de auxílio à compreensão, validação e expansão de horizontes acerca de conhecimentos adquiridos no sistema educativo. O serviço educativo deverá ser capaz de no âmbito de situações pedagógicas específicas propor um programa educativo adequado, através de diferentes estratégias didáticas (Allard & Boucher, 1998). Estes programas eficazmente comunicados asseguram a correta perceção acerca dos mesmos por parte dos educandos. Podem ainda contemplar ações prévias de formação para professores, como palestras e visitas-guiadas, que lhes deem oportunidade de prepararem os seus estudantes para a visita, aumentando-se, assim, o potencial formativo da mesma.

e cognitivo à visita. Por outro lado, para ir ao encontro das necessidades formativas de níveis de ensino mais graduados, deve haver por parte do museu o reconhecimento da investigação científica como fulcral para a ‘descoberta’ e valorização das peças expostas. O museu deve também promover e auxiliar o desenvolvimento de informação sobre os contextos expostos, facilitando o seu acesso a investigadores de diferentes áreas científicas, materializando o caráter multidisciplinar que os conteúdos do museu podem assumir. Nesta linha, os espaços complementares dos museus, como as bibliotecas, centros de documentação e arquivos (presenciais ou digitais) podem também assumir um papel importante em termos de apoio à comunidade educativa em níveis mais avançados. Estes espaços podem ainda ser potenciados em termos das visitas de estudo, expandindo-se as áreas de visita ao museu para além das salas expositivas.

1.5 - Síntese de Capítulo

Considerando o património, os museus e a comunidade como três das palavras-chave estabelecidas para a presente investigação, a realização deste Capítulo I serve para clarificar a compreensão de diferentes perspetivas relacionadas com estes conceitos. Além disso, permite identificar e selecionar as bases teóricas de suporte a esta tese, as quais fornecem o apoio necessário para que se possa proceder à avaliação crítica do objeto de estudo definido, a concretizar nos capítulos seguintes. Tendo em mente os objetivos propostos para esta tese, sintetizam-se aqui os pressupostos identificados neste Capítulo I:

Relativamente ao património e aos processos de patrimonialização:

- I. Foi apresentado um panorama evolutivo quanto ao surgimento das preocupações ligadas aos bens patrimoniais que permitiu considerar como ultrapassadas as noções restritivas de monumento, monumento histórico e património histórico. Assim, subscreve-se para a investigação uma perspetiva mais ampla de património cultural, com origens na década de 1970 e com contornos progressivamente (re)definidos, nomeadamente quanto à inclusão das suas dimensões imateriais. Embora o PVV seja um projeto à partida assente num património sobretudo edificado, pretende-se nesta tese considerá-lo também em termos da sua capacidade de envolvimento com o património local e regional genericamente considerados;

- II. Identificou-se o final do século XX como o período em que o interesse social, político e económico em torno dos bens patrimoniais alcançou uma dimensão sem precedentes. Com o florescimento dos processos de intervenção sobre bens patrimoniais de todos os tipos solidifica-se a ideia da ‘patrimonialização’ como processo de construção histórica e social. Demonstra-se que se intensificam também as vozes críticas face a estes processos, sobretudo àqueles que parecem não ser capazes de representar os subgrupos divergentes das comunidades, ou que parecem implicar um uso excessivo desses bens, nomeadamente para fins turísticos;
- III. Situando a patrimonialização sob um olhar contemporâneo, posicionou-se o objeto de estudo enquanto produto patrimonial e turístico que resulta de um processo desta natureza. Remetendo para a atual visão expandida do conceito de património cultural, a tese pretende olhar o PVV orientada pelas mais recentes discussões enunciadas. Assim, terá ficado clarificado que a intenção é avaliar o objeto de estudo em termos da sua efetividade enquanto elemento contribuidor para a construção de uma identidade cultural local e regional, pela capacidade de se relacionar com diferentes patrimónios locais e com as diferentes vozes da comunidade envolvente.
- IV. Abordou-se em particular as discussões dos últimos 20 anos em torno do património cultural, o que permitiu identificar questões a ter em conta na avaliação a ser feita ao PVV. Em concreto, procurar-se-á compreender o seu papel no território, de acordo com os pressupostos da noção de paisagem patrimonial, bem como o seu papel em termos de contribuição para a coesão entre a cultura local e a europeia, no atual contexto de cultura globalizada.
- V. Apresentaram-se diferentes conceções sobre a patrimonialização. Estas, de modo abrangente, posicionam-na como sendo importante para a criação de identidades culturais e de deveres coletivos associados ao património, e salientam a sua importância para a re-identificação cultural das populações, traduzida no reforço da memória partilhada para constituição de um discurso cultural local. Por outro lado, a patrimonialização também é vista enquanto mecanismo de compensação como resposta aos efeitos negativos provocados pelas transformações inerentes ao próprio desenvolvimento.
- VI. Identificou-se para referência central um modelo de desenvolvimento territorial que posiciona o património enquanto bem coletivo, que deve ser potenciado

através de quatro quadrantes: consumido por turistas e pelas comunidades locais; tido como pressuposto para o desenvolvimento cultural, social e económico do território; podendo ser enriquecimento através de atividades de criação, investigação, transformação e valorização; e assegurando-se a sua transmissão entre gerações numa lógica de dever coletivo.

Relativamente aos museus, aos processos de musealização e ao trabalho destes junto das comunidades locais:

- I. Foi feito um enquadramento quanto ao surgimento da instituição museológica, das suas origens pretensamente ancestrais, associadas às culturas clássicas, passando pela sua estruturação no ato de colecionismo, desenvolvido a partir dos finais da Idade Média e no Renascimento, até à abertura das primeiras coleções/museus durante o período Iluminista. O século XIX surge marcado pela especialização dos museus em diferentes tipologias de coleções/museus e, no final da primeira metade do século XX, o estatuto do museu e a sua relevância reforça-se com o surgimento do ICOM.
- II. Foi enquadrada a distinção entre Museologia Tradicional (dominante desde a origem das primeiras coleções até aos anos de 1960/70 e centrada no valor estético e histórico dos objetos) e Nova Museologia (um movimento reformador alargado que defende a existência de museus conscientes dos seus condicionalismos políticos e ideológicos, com abordagens interdisciplinares, menos centrados em questões técnicas e, sobretudo, conectados com as comunidades envolventes). Neste sentido, em termos genéricos, a mais recente definição de Museu reflete os contributos trazidos por este processo de autocritica dos museus e, por inerência, a presente investigação insere-se neste movimento de reformulação teórica e epistemológica.
- III. Discutiu-se o poder mobilizador que um museu pode ter quando verdadeiramente envolvido no seu território e agindo de acordo com os ideais defendidos pela Nova Museologia: espaços integradores de diferentes públicos, mais participativos e interativos; construção de significados e reforço das identidades locais; estabelecimento de comunicação entre e para a comunidade e autoidentificação como representante da paisagem envolvente.
- IV. Ainda em concordância com os contributos trazidos pela Nova Museologia, evidenciaram-se algumas ideias-chave para a investigação. A musealização, à

semelhança da patrimonialização, deve ser um processo que contribui para a manutenção e reforço da identidade cultural. Um museu que promova a convivência entre os autóctones pode tornar-se um elemento central da dinamização territorial. Em ambos os casos, esse processo deve socorrer-se de uma estratégia de interpretação patrimonial consistente.

- V. No que respeita ao trabalho dos museus junto das comunidades envolventes foi destacado o potencial associado à auscultação das populações, nomeadamente com recurso aos inventários participativos, bem como o potencial do envolvimento ativo do museu na discussão de temas diversos e transversais para reforço da sua significância social. Foi feita uma caracterização dos principais tipos de públicos dos museus, cujas particularidades colocam aos seus profissionais diferentes desafios. Salientou-se a questão da narrativa museológica dever considerar a heterogeneidade dos públicos e potenciar as exposições através da utilização de novas técnicas museográficas. Finalmente, salientou-se a importância da relação entre instituições museológicas e instituições de ensino, através da dinamização do papel educativo dos museus, nomeadamente em termos de públicos escolares, bem como a potenciação da investigação científica nas instituições museológicas.

Capítulo II - O turismo e o património enquanto vetores de desenvolvimento regional

2.1 – Turismo enquanto atividade sistémica. Noção de destino turístico

O turismo é uma atividade que se apresenta complexa, sendo essa complexidade fortemente relacionada com o facto de ser uma disciplina transversal ainda que com fundamentos epistemológicos próprios, que tem origem em várias ciências sociais, nomeadamente na História, Geografia, Economia, Sociologia, Política, Antropologia e na Gestão (Firmino, 2007). O primeiro conceito de turismo conhecido data de 1911, da autoria do economista austríaco Herman Schrattenhofent, sendo que, desde então, em virtude da sua natureza interdisciplinar, o turismo tem sido alvo de diversas abordagens e dado origem a uma multiplicidade de definições (Firmino, 2007; Harill, 2004). A revisão da literatura efetuada permite constatar esta complexidade do fenómeno turístico e evidenciar a sua natureza multifacetada. Tomemos como ponto de partida a definição proposta por Domingues (1990, p. 279) que o considera:

um fenómeno socioeconómico e cultural que se baseia na deslocação das pessoas para locais diferentes da sua residência habitual, onde permanecem por períodos superiores a 24 horas, com objetivos de lazer, utilizando facilidades de alojamento, alimentação e outras oferecidas no destino.

Esta visão do turismo consegue de forma simples enquadrar genericamente as suas bases conceptuais: uma atividade humana abrangendo fatores económicos, sociais e culturais, além de incluir os elementos técnicos constituintes do processamento de uma viagem e atividades que a rodeiam. Trata-se de uma visão sistémica da atividade, um útil ponto de partida que prima pela síntese, mas ao qual é necessário agregar outras visões. Efetivamente, existem diversas definições de turismo, sendo que não existe uma considerada de aceitação generalizada (Henriques, 2003). Devido à sua já referida natureza interdisciplinar, cada investigador procura defini-lo de acordo com a sua formação académica e os objetivos da respetiva investigação.

Analisando-se as conceptualizações sobre o turismo desenvolvidas ao longo do séc. XX podem identificar-se três orientações (Oliveira, 2015): uma económica, uma técnica e uma holística. A primeira destaca a importância económica e empresarial do turismo,

ligada sobretudo aos efeitos económicos nas regiões visitadas (Barreto, 2005), sendo uma conceptualização criticada por não reconhecer alguns dos elementos básicos do turismo, tais como os contextos temporal, humano e ambiental. A conceptualização técnica visa sobretudo a mensuração dos mercados turísticos, numa perceção do turismo traduzida pela dimensão dos fluxos turísticos e das suas flutuações, bem como na caracterização destes em termos de origens, rotas e destinos. Neste caso, trata-se de uma conceptualização que visa sobretudo a obtenção de informações para fins estatísticos e legislativos⁴⁹. Por último, a conceptualização holística procura captar a totalidade da natureza do turismo, considerando aspetos ignorados pelas duas perspetivas anteriores. Neste âmbito enquadram-se perceções que focam os efeitos do turismo para além da vertente económica, considerando-se a dimensão sociocultural e ambiental (Smith, 1988, p. 180; Eusébio, 2006).

Assim, a conceptualização holística do turismo é aquela que mais se enquadra numa visão sistémica desta atividade. De facto, há muito que a discussão relativa aos efeitos do turismo deixou de se limitar à vertente económica, o que se reforça dado o crescimento da atividade nas últimas décadas. Sendo uma atividade frequentemente alvo de debate político e social, os discursos dos diversos intervenientes orientam-se: para os seus efeitos na economia, de forma direta e indireta⁵⁰, considerando os seus impactos na sociedade, promovidos pelas relações entre visitantes e residentes, e os seus efeitos culturais, desencadeados pela interação cultural refletida no reconhecimento de novas culturas, por parte dos viajantes, mas também muitas vezes criando fenómenos de aculturação nos locais visitados. Contudo, poucos autores conseguiram formalizar uma definição capaz de abranger a amplitude do fenómeno turístico, sendo N. Leiper (1979) um bom exemplo de autor capaz de conceber uma definição agregadora de todas as suas dimensões. Definindo-o como um “sistema” que abarca as viagens para a permanência temporária de pessoas fora do seu local habitual de residência, define como seus elementos: os turistas,

⁴⁹ Esta conceptualização consolidou-se com os trabalhos desenvolvidos pela Conferência de Otava sobre Viagens e Estatísticas do Turismo (1991) que viria a dar origem à Comissão de Estatísticas das Nações Unidas (1993). Este organismo virá a aprovar uma série de definições e classificações recomendáveis, ratificadas pelo Conselho Económico e Social da ONU e publicadas pela OMT em 1995, com vista à unificação de critérios e estabelecimento de um sistema coerente de estatísticas turísticas.

⁵⁰ Visto como atividade promotora do desenvolvimento local, ao turismo associam-se assim, quer elementos da oferta turística direta (alojamento, alimentação, espaços de visita), quer outros elementos de oferta turística indireta (transportes, comércio local, entre outros), associados à economia local (Silva, 2004: 12).

as regiões geradoras de turistas, as rotas de trânsito e as regiões de destino. O autor destaca ainda os ambientes: físico, cultural, social, económico, político e tecnológico como sendo aqueles com os quais o turismo interage. A definição de N. Leiper (1979) abriria caminho a uma nova conceptualização sistémica da atividade turística, pelo facto de incorporar diferentes elementos (geográficos, humanos, organizacionais) e os interligar entre si. Tratava-se, portanto, de adotar uma perspetiva interdisciplinar do turismo. Pela sua abrangência e contemporaneidade, esta conceção, que destaca a interdependência existente entre os diversos atores, tem sido referência para diferentes outros autores (Powell, 1978; Domingues, 1990; Poon, 1993; Inskeep, 1994; Cunha, 2001; Gunn e Var, 2002; Moscardo; 2011; Leal, 2012). É ela também a que mais se adequa à investigação aqui desenvolvida. Já em termos de instituições internacionais, importa salientar a definição proposta pela Organização Mundial do Turismo, em 1999, que encerrou um longo processo evolutivo⁵¹. Nela se foca, além dos aspetos já aqui enquadrados, elementos mais técnicos e basilares do turismo: o considerar as deslocações para fora do ambiente habitual de residência, motivadas pelo exercício de atividades não remuneradas e limitadas, em termos de permanência, a períodos inferiores a um ano.

Procure-se agora especificar o sentido de alguma terminologia utilizada, como a de *destino turístico*, uma das componentes do sistema turístico. Genericamente, é entendido como sendo o local de consumo de um conjunto de bens e serviços, planeados e combinados com vista a atrair visitantes (Ashworth & Voogdt, 1991; Mill & Morrison, 1992; Cooper *et al.*, 2008). Nesse espaço coexistem elementos naturais (clima e paisagem), elementos construídos (atrações construídas, infraestruturas de apoio e serviços turísticos) e elementos socioculturais (a cultura e a hospitalidade dos residentes) (Eusébio, 2006). Cada destino turístico é tendencialmente trabalhado pelos intervenientes do setor para ser percecionado como uma entidade singular, procurando-se englobar todos os elementos que particularizam a experiência turística oferecida. Assim, um destino turístico forma-se ao diferenciar-se enquanto espaço geográfico de características próprias e com uma identidade sociocultural diferenciadora (Rodrigues, 2004). Desta forma, a génese de um destino turístico está muito associada à ideia de unidade geográfica

⁵¹ A preocupação manifestada pelos países em definir o turismo teve os seus primeiros resultados no encontro da Liga das Nações (1937/38), no qual se definiu a noção de “turista internacional”; posteriormente, já no âmbito da OMT, foram apresentadas definições em Roma (1963) e Otava (1991), nas quais se baseia esta definição de 1999 (Pakman, 2014).

individualizada, um espaço físico concreto ao qual se pode atribuir uma imagem turística comum. Neste contexto, aplicam-se como sinónimos ‘região de destino turístico’ e ‘região de turismo’. Os diferentes elementos definidores destes espaços encontram-se em constante transformação, sendo da sua correta integração que depende a capacidade de atração de um destino. Uma região identificada como turística deve possuir uma série de características incorporadas: características físicas, sociais e culturais que lhe deem uma determinada identidade regional; e o conjunto de infraestruturas necessárias ao desenvolvimento do turismo (serviços de transportes, serviços financeiros e de saúde, equipamentos de carácter recreativo e de lazer) (Gunn & Var, 2002). Em Portugal, atualmente são sete as regiões de turismo nacionais conforme a estrutura definida pelo Turismo de Portugal I.P., o organismo responsável pelo desenvolvimento e promoção do turismo no nosso país⁵².

A noção de destino turístico associada a determinada região deve orientar a conceção e planeamento de *programas turísticos*, promovidos de modo mais ou menos articulado com a participação de entidades públicas e privadas, de forma a promover-se o desenvolvimento destas áreas de acordo com os objetivos políticos e sociais pré-estabelecidos (Umbelino & Amorim, 2010; Page, 2011; Simão & Partidário, 2012). A articulação de esforços entre setores públicos e privados tem-se reforçado, pois a política e o planeamento turísticos deixaram de ser pensados como simples funções dos governos. Ao invés disso, tendem a ser vistos como integrando um processo de negociação e de compromisso entre os setores público e/ou privados (Dredge, 2006; Dredge & Jamal, 2015). Quanto ao processo de *ativação turística*, existem diversos modelos associados aos paradigmas da ciência do planeamento regional, os quais evoluíram do paradigma clássico até ao paradigma de mercado. Grande parte destes modelos convergem na consideração de que o planeamento e a gestão do destino turístico devem ser avaliados em consonância com as suas condições internas (atrações, equipamentos e infraestruturas, capital humano e investimento) e externas (economia, dinâmicas de investimento e flutuações de mercado). Idealmente, um bom modelo de desenvolvimento turístico é aquele que consegue, simultaneamente, minimizar os seus impactos negativos, maximizar

⁵² No Capítulo III é feita a caracterização do território em estudo nesta tese, concretamente em termos de destino turístico e da entidade de turismo associada.

o retorno económico no destino e despertar efeitos positivos nas comunidades recetoras a médio e longo prazo (Hall, 2011).

A revisão da literatura permite identificar cinco modelos de planeamento em turismo (Getz, 1987; Hall, 2011), a serem aqui genericamente enquadrados: (i) modelos centrados no desenvolvimento local, que encaram o turismo enquanto meio promotor de um bom uso dos recursos culturais e físicos; (ii) modelos centrados nas atividades turísticas, enquanto mecanismos para a criação de emprego e crescimento económico suportado pela atividade das empresas turísticas; (iii) modelos espaciais ou físicos, sobretudo centrados no controlo da atividade no território através da sua distribuição de acordo com as características espaciais e ambientais; (iv) modelos centrados na comunidade local, que revelam o papel da comunidade na experiência turística e promovem o seu envolvimento na mesma; (v) modelos focados na sustentabilidade, através de uma visão holística que prevê a integração dos desígnios sociais, ambientais e económicos no sistema de planeamento. Verifica-se, contudo, que num determinado território podem ser aplicados mais do que um destes modelos, sendo que as estratégias são muitas vezes condicionadas, e consequentemente alteradas, em função dos respetivos contextos políticos e económicos (Getz, 1987). A atividade turística acaba por se desenvolver através da integração de diferentes estratégias ao longo do tempo. Por outro lado, qualquer que seja a abordagem de planeamento escolhida, mantendo-se uma visão sistémica do turismo, tem-se encarado como fundamental a potenciação dos ditos *stakeholders*⁵³. De um modo global, temos quatro *stakeholders* a considerar: as pessoas residentes, as organizações governamentais locais, os empresários locais ou investindo localmente e os turistas. Podemos dizer que atender aos *stakeholders* é uma outra maneira de atribuir relevância à perspetiva sistémica. Assim, a integração dos diferentes *stakeholders* no desenvolvimento de uma determinada estratégia torna o processo de atividade turística mais inclusivo, visto que tal processo de implementação passa a integrar as diferentes sensibilidades dos diferentes grupos (Byrd *et al.*, 2009). Desta forma, procurar-se-á providenciar uma distribuição dos benefícios com o turismo por todas as partes envolvidas.

⁵³ O conceito de *stakeholder* (parte interessada) divulgou-se nos últimos anos, nomeadamente na atividade turística, correspondendo a qualquer grupo ou indivíduo que possa afetar ou ser afetado pelos objetivos de determinada organização (Freeman, 1994).

Diversos estudos realizados vêm sublinhando constantemente a necessidade de colaboração dos diferentes *stakeholders* para que se possam configurar produtos turísticos bem-sucedidos (Wang & Fesenmaier, 2007). Outros estudos valorizam a importância do estabelecimento de redes e parcerias entre os *stakeholders* para a construção de estratégias de criação de produtos e para a estratégia de marketing do destino turístico (Dredge, 2006; Scott *et al.*, 2008). Fundamental também é que se cumpra a expectativa da melhoria da qualidade de vida da população, para que se mantenha a colaboração dos diferentes atores no processo, o que é mais fácil se todos acreditarem que podem retirar benefícios do desenvolvimento da atividade. Esta relação entre os *stakeholders* constitui um fator fundamental, pois permite definir as redes (*networks*) a constituir, normalmente determinadas pelas ligações que se identificam entre pessoas, objetivos e eventos (Scott *et al.*, 2008). Neste âmbito, importa sublinhar a distinção entre intervenções centradas nas pessoas e aquelas focadas no próprio planeamento. As primeiras tendem a reunir mais benefícios – por exemplo, a possibilidade de aumentar a confiança da população local no fomento da coletividade e de realçar as necessidades e as capacidades de gestão local (Bramwell, 2014). Para que isso aconteça, é essencial aumentar o nível e a capacidade de participação dos *stakeholders* no desenvolvimento de práticas turísticas sustentáveis, o que implica desde logo averiguar os diferentes níveis de literacia ou compreensão do significado de sustentabilidade por parte dos vários intervenientes (Hatipoglu, *et al.*, 2016)⁵⁴. O envolvimento dos *stakeholders* nos processos, em particular da comunidade local (residentes) nos processos de intervenção, relaciona-se com os princípios do *desenvolvimento endógeno*, clarificado no ponto seguinte do presente capítulo.

2.2 - Enquadramento histórico do fenómeno turístico

O turismo ganha forma enquanto atividade e surge enquanto conceito na segunda metade do século XVIII com a designada *Grand Tour*. Contudo, se se fizer uma análise mais profunda em torno do surgimento das noções de lazer e do fenómeno das viagens,

⁵⁴ Efetivamente, a falta de envolvimento por parte da comunidade local pode resultar num descontrolo sobre os processos de planeamento e influenciar negativamente o desenvolvimento da atividade turística (Moscardo, 2011), sendo que esse aspeto pode ser contornado através de processos de sensibilização e de formação. Um exemplo nesse sentido são as plataformas de conhecimento, criadas dentro de uma estrutura institucional, suportadas por múltiplas técnicas de auscultação dos *stakeholders* no processo de planeamento em turismo como: *drop-in centres*, sessões técnicas de grupo, questionários de opinião aplicados ao cidadão, *focus group*, inquéritos por entrevista e reuniões para a construção de consensos (Yüksel, F. *et al.*, 2005).

podemos verificar que alguns dos seus elementos têm a sua génese num passado mais longínquo. De forma ampla, é possível identificar três grandes épocas históricas do fenómeno turístico na Europa: a idade clássica, a idade moderna e a idade contemporânea (Cunha, 2001).

A Idade clássica do turismo estender-se-á desde as primeiras civilizações europeias, englobando o processo de expansão do cristianismo, e termina na primeira metade do século XVIII, altura em que se consolida a expansão ultramarina efetivada pelas nações europeias (Colantuono; 2015). Assim, no contexto europeu, este longo período surge, inicialmente, associada às dinâmicas da Grécia Antiga, que fez nascer os primeiros eventos motivadores da deslocação significativa de viajantes: os eventos desportivos (Jogos Olímpicos) e culturais associados ao teatro. Eram espetáculos de cariz diferente, mas ambos criados numa lógica de apresentação orientada para a existência de público espectador. Posteriormente, a constituição do império romano foi importante em termos do impulso à mobilidade física: a criação da primeira rede viária na Europa estruturou um sistema de viagens terrestres e fomentou também as viagens fluviais e marítimas (no Mediterrânico) que excederão o espaço geográfico da Europa. As viagens no rio Nilo, para visitar os templos do Antigo Egipto, como as pirâmides, ilustram essa expansão associada ao império romano. Os romanos dão também continuidade à cultura desportiva e artística nascida na Grécia, a qual passa a ser praticada nos históricos coliseus romanos, e dão origem também aos primórdios do turismo de saúde, com a criação das instalações de termas, cujos vestígios se mantêm pela Europa⁵⁵.

Já a partir do século VI surgem as primeiras peregrinações, sobretudo em torno do cristianismo, fenómeno relevante para o entendimento do turismo religioso e que consolida as primeiras formas registadas de excursões⁵⁶. Mais tarde, a partir do século XI ocorrem as Cruzadas, movimento cristão de cariz militar motivado pela ideia de expulsão dos judeus de Jerusalém, que ajudam a consolidar neste período uma rota de movimentações contínuas que contribuiriam para o surgimento de hospedarias

⁵⁵Algumas das atuais mais importantes estâncias termais europeias haviam já sido exploradas pelos romanos, casos de Ischia e Abano (Itália), Vichy, Mont-Dore ou Évian (França), Chaves, S. Pedro do Sul ou Luso (Portugal) e Bath (Inglaterra).

⁵⁶ Neste período há referência às deslocações de romeiros a Roma; já no século VII há notícias de deslocações à Terra Santa, por parte dos cristãos, e a Meca, por parte dos muçulmanos. Posteriormente, no século X, surge o reconhecimento de Santiago de Compostela (Espanha) e de Canterbury (Inglaterra) como focos de peregrinação.

rudimentares (Colantuono, 2015). Neste contexto, haveria já no século XIV guias de viagens que forneciam informações sobre alojamentos a utilizar e, relativamente aos peregrinos, indicações detalhadas sobre percursos e regiões a atravessar.

As ditas grandes viagens iniciam-se com Marco Polo no século XIII, que percorreu o Oriente até à China. Posteriormente, os portugueses preparam as suas grandes expedições por mar e Lisboa torna-se um centro de atrações, dando origem à era das viagens intercontinentais ou ‘descobrimientos’. Progressivamente, também os espanhóis, ingleses, franceses e holandeses vão participar nesta universalização das viagens, como sabemos, em grande parte por motivos de conquista, exploração e domínio político e económico sobre territórios diversos⁵⁷. Não cabendo na noção de turismo, estas práticas tornam-se importantes em termos do desenvolvimento de técnicas de transporte, divulgação de conhecimentos entre culturas e fomento da curiosidade acerca de sociedades até então desconhecidas. Efetivamente, iniciam-se a partir do século XV/XVI dinâmicas culturais, sociais e económicas entre países colonizadores e colonizados no seio do imperialismo europeu, sendo que algumas dessas dinâmicas se manterão até à atualidade, ainda que com outros contornos, nomeadamente em termos de fluxos turísticos (Nash, 1989).

Na Europa, entre os séculos XIV e XVI, tinha florescido o Renascimento, movimento promotor de uma intensa produção artística e científica, alicerçada em deslocações efetuadas pelos nobres e pelo clero com finalidades fundamentalmente educativas e culturais (Colantuono, 2015). Posteriormente, já no contexto do Iluminismo, consolida-se esta prática colecionista originada no período do Renascimento e nasce o conceito de ‘museu’, tal como vimos no Capítulo I. Em paralelo com o colecionismo desenvolvem-se as práticas de viagem que constituem a proto-história do turismo moderno (Roque, 2015).

Quanto à idade moderna do turismo, ela é tida como abarcando o período entre os meados do século XVIII e o início do século XX, período em que surgirá o turismo enquanto atividade organizada tal como hoje é entendido. A partir do meio do século XVIII produzem-se grandes mudanças do ponto de vista tecnológico, económico, social e cultural, que introduzem alterações significativas nas viagens. No âmbito da pesquisa

⁵⁷ Os portugueses percorrem toda a costa de África e Mar Vermelho; chegam à Índia, Tailândia, China e Japão; estabelecem-se em Malaca e em Timor e no Brasil; os espanhóis chegam às Caraíbas, às Antilhas e América Central e do Sul; os ingleses estabelecem-se na América do Norte e manterão o seu império ‘onde o sol nunca se põe’ até meio ao século XX.

científica, as expedições dos naturalistas intensificam-se e multiplicam-se as ‘viagens filosóficas’, nomeadamente à Amazónia. Ao nível técnico, particularmente em Inglaterra, são dados os primeiros passos da revolução industrial, fenómeno que vem promover a circulação de produtos manufaturados e, no sentido inverso, de matérias-primas, fazendo aumentar as relações comerciais internacionais e consolidando o sistema colonial moderno.

Em termos sociais, popularizam-se entre as camadas sociais de maiores recursos (nomeadamente entre diplomatas, aristocratas, burgueses, estudantes, intelectuais e artistas), as viagens entendidas como forma de expansão de conhecimentos e que resultam em estadas de longa duração pelos países europeus⁵⁸. É esta grande viagem pela Europa que ficará conhecida como *Grand Tour*. Tida como a derradeira etapa do processo educativo dos jovens universitários ingleses, satisfazia o intuito de que concretizassem uma retrospectiva das culturas ocidentais com recurso a testemunhos materiais associados às culturas clássicas, com visitas a monumentos e a coleções de arte, aos quais era atribuído grande valor histórico, artístico e patrimonial (Queiroz, 2015; Roque, 2019). A *Grand Tour* afirma-se, então, como prática social de viagem por motivos de lazer através do usufruto de bens culturais, sobretudo relacionados com a arte e a arquitetura da Antiguidade (Salgueiro, 2002). Tendo um cariz de viagem cultural e educacional, era, contudo, acessível apenas à aristocracia devido às implicações que impunha de tempo e dinheiro. Interrompida no final do século XVIII e início do XIX devido à agitação provocada pela Revolução Francesa a partir de 1789 e das invasões napoleónicas, verifica-se que os movimentos turísticos regressariam a partir de 1814, já não apenas levados a cabo por aristocratas, mas agora com forte participação da burguesia (Milheiro e Melo, 2005). Para os burgueses, classe social crescente no contexto da revolução industrial, a *Grand Tour* representaria uma possibilidade de erudição em prol do alcance de um elevado estatuto social. Por outro lado, a filosofia Iluminista via a viagem como estratégica pedagógica e contribuiu para que a sua prática se alargasse às classes emergentes. Assim, com este movimento significativo de emissão dos primeiros turistas na Europa, a Inglaterra surge associada ao nascimento da primeira forma de turismo

⁵⁸ Na Época, os ingleses procuravam sobretudo visitar Paris e, em Itália, as cidades artísticas de Florença, Roma e Veneza.

estruturado. Os praticantes da *Tour* seriam designados por *tourists* e o movimento em que participavam viria a designar-se *tourism*.

No século XIX consolidam-se os progressos no contexto da revolução industrial. Entre eles, o desenvolvimento dos transportes, sendo a Inglaterra o primeiro país a oferecer viagens transoceânicas que virão a ultrapassar a delimitação geográfica da *Grand Tour* europeia. Verificam-se também: a generalização da imprensa escrita, importante para a transmissão de ideias, e o surgir dos primeiros guias turísticos⁵⁹; o desenvolvimento da hotelaria e da restauração, sobretudo na Europa, e igualmente impulsionado pelo vasto movimento dos ingleses no continente⁶⁰; e dão-se os primeiros passos em termos da comercialização de viagens organizadas (Milheiro e Melo, 2005; Salgueiro, 2002)⁶¹. Se durante o século XVIII existia uma glorificação dos valores da cultura clássica nas viagens efetuadas nos países europeus, no século XIX, a motivação turística vai permitir uma valorização das raízes e das identidades nacionais. A busca do ‘típico’ ou do ‘autêntico’ através do turismo é atividade à qual se dedicam filósofos, escritores, poetas e pensadores, que viajam como forma de viver a história a partir de uma experiência pessoal em cenários reais (Roldán, 1990, p. 44). Ainda neste período há a assinalar dois acontecimentos que marcam o arranque de grandes eventos mundiais: em 1851, em Londres, realiza-se a Primeira Exposição Internacional, *The Great Exhibition*, e, em 1889, a *Exposition Universal de Paris*.

A primeira década do século XX caracteriza-se por inovações e transformações que alteram profundamente os modos de vida dos europeus (telégrafo, telefone, alargamento da rede de caminhos de ferro, extensão das redes de estradas). A par, emerge uma vida fervilhante nas principais cidades europeus, com cafés boémios e espaços culturais, tudo

⁵⁹ O desenvolvimento da imprensa foi importante pois permitiu a transmissão de ideias e a promoção de destinos, dando um novo impulso às viagens. Neste contexto surgem os primeiros guias turísticos. De 1793, há registo da edição do *Guide des Voyageurs en Europe* e do *Le Guide d'Espagne et Portugal*.

⁶⁰ Por volta de 1830, surgem na Suíça os primeiros hotéis que começam a tomar o lugar dos albergues e das hospedarias. São, sobretudo, as viagens dos ingleses que impulsionam a hotelaria e muitos deles passem a ter nomes ingleses (*Hotel d'Angleterre, Albion, de Londres, Windsor, Carlton*) dando origem a alguns dos grandes hoteleiros que, ainda hoje, dão o nome a cadeias famosas como Pullman e Ritz.

⁶¹ Em 1841, por iniciativa do inglês Thomas Cook nasce o turismo enquanto produto pré-organizado e comercializado. Este organiza a primeira viagem coletiva com duração de um dia e com 570 passageiros entre Loughborough e Leicester. Em 1864, Thomas Cook organiza a primeira excursão acompanhada em regime ‘tudo incluído’ para 500 turistas com destino à Suíça, seguindo-se, um ano depois, uma viagem no mesmo regime de Londres para os E.U.A. Em 1867, a Agência de Viagens Thomas Cook & Son emite o primeiro *Voucher*. Thomas Cook abre as primeiras agências de viagens e as suas iniciativas marcam uma das mais importantes etapas na história do turismo. Em Portugal nascem as primeiras organizações de viagens, sendo exemplo a criação da Agência Abreu, em 1840 (Colantuono, 2015; Cunha, 2001).

culminando na chamada *Belle Époque*. Esta terminará com o eclodir da I guerra mundial, em 1914.

Chega-se, finalmente, à idade contemporânea do fenómeno turístico, correspondente ao período que se inicia na década de 20 do século XX e se prolonga até à atualidade. Depois da I guerra, a racionalização do trabalho e as reivindicações sindicais conduzem a uma maior democratização das sociedades europeias e a novos conceitos de vida: o tempo de trabalho diminui e alcança-se o direito ao repouso semanal, pelo que o reconhecimento social do tempo de lazer ganha amplitude (Cunha, 2017; De Almeida, 2021; Istriyani, 2021). O turismo transforma-se num fenómeno mais amplo que influencia o comportamento das pessoas e começa a alcançar uma dimensão económica nova devido ao aumento da procura turística. Enquadrado numa década de progresso, o seu reconhecimento leva a que quase todos os países da Europa criem instituições governamentais com o fim de promover e organizar esta atividade (Roque, 2019), procurando a captação do capital económico trazido pelos fluxos turísticos⁶². Através de uma Convenção, a Organização Internacional de Trabalho (OIT) estabelece o princípio das férias pagas, que será reconhecido pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948. Toda esta tendência de crescimento do turismo é, contudo, afetada pelos acontecimentos que ensombram o mundo neste período: em 1929, a Grande Depressão, entre 1936-1939, a guerra civil de Espanha e, de 1939 a 1945, a II guerra mundial. Terá, portanto, de se esperar pelos anos de 1950 para que os países europeus conheçam a fase de maior progresso económico e social até então vista. A partir desta data, uma série de fatores vieram permitir o crescimento exponencial do fenómeno turístico: o reconhecimento do tempo livre enquanto direito e o direito a férias pagas; o maior rendimento disponível das famílias; os avanços nos transportes e nas tecnologias, particularmente a surgimento das viagens aéreas para civis (Congro, 2005); um novo contexto social, com valores de maior igualdade e democracia; o surgimento da televisão e a sua influência na promoção de destinos turísticos (Lickorish e Jenkins, 2000, p. 22-23).

Portanto, no mundo ocidental, este novo contexto económico e social permite o desenvolvimento de uma cultura do ócio. Entre 1950 e 1970, o turismo internacional

⁶² A Áustria foi o primeiro país a fazê-lo, seguindo-se a França com a criação do *Office National du Tourism*, em 1910. Em Portugal, surge em 1911 a Repartição de Turismo de Portugal.

crece a um ritmo nunca visto, um acontecimento que veio a ser designado como *boom turístico*, querendo com isso significar o eclodir do turismo de massas (Panazzolo, 2005; Almada, 2018; Roque, 2019). Surge a chamada sociedade do bem-estar no mundo ocidental, uma vez que, com as respetivas necessidades básicas satisfeitas, passa a existir a busca de satisfação de novas necessidades, em função do que se alarga o interesse por viajar e conhecer outras culturas⁶³. Por outro lado, neste período desenvolvem-se os grandes núcleos urbanos que originarão nos seus habitantes um estilo de vida stressante, provocando-lhes também o desejo de evasão. A fuga à rotina das cidades encontra no ato de viajar uma solução. Neste contexto de crescimento da procura, o turismo também foi sofrendo uma estandardização da oferta, vendo surgir os grandes operadores turísticos que lançam no mercado pacotes turísticos idênticos para os destinos que se vêm a tornar massificados e, posteriormente, vistos como de menor qualidade⁶⁴. Este apogeu do turismo sofre um recuo de curta duração na década de 1970, com a crise energética e a consequente inflação de preços, especialmente sentida no setor dos transportes. Contudo, nos anos de 1980, o nível de vida volta a elevar-se e o turismo converte-se no motor económico de muitos países e/ou regiões graças aos desenvolvimentos do setor do transporte aéreo que permite o crescimento das viagens intercontinentais⁶⁵.

Os anos de 1990 ditam um período de forte internacionalização das grandes empresas turísticas, impulsionada pela profissionalização do setor em resultado do surgimento de cursos superiores na área da gestão turística e da gestão hoteleira. Parques temáticos, *resorts* ou cadeias hoteleiras são exemplos de estruturas em rede, cujo sucesso se deve às novas estratégias de *marketing* dirigidas a um público cada vez ávido do consumo da experiência de viagens. O mecanismo promove uma grande competição entre as empresas

⁶³ O turismo passou a ser percebido como uma indústria e uma resposta às necessidades dos seus consumidores (Powell, 1978), concretizada pela criação de *facilities* para satisfazer essas expectativas. (Henriques, 2003, p. 22).

⁶⁴ Esta etapa do turismo também se caracteriza pela falta de experiência do setor, com falta de planeamento por parte dos países na construção de estruturas para afirmação de destinos turísticos, o que se veio a revelar nefasto para o meio ambiente e para a vida dos habitantes locais. Este período estrutura-se num modelo de desenvolvimento turístico demasiado centrado nos operadores turísticos britânicos, americanos e alemães, criando-se uma espécie de “colonialismo turístico” dos destinos (Nash, 1989).

⁶⁵ Empresas como a Boeing e a Airbus afirmam-se no mercado da indústria aeronáutica, desenvolvendo aparelhos aéreos de alta velocidade. Por outro lado, a consolidação dos voos *charters* por parte dos operadores turísticos leva a que muitas companhias aéreas se vejam obrigadas a criar as suas próprias marcas filiadas para voos *charter*.

do setor, o que faz baixar os preços, bem como leva a uma forte padronização do tipo de serviços oferecidos naqueles espaços.

Finalmente, neste início do século XXI, o turismo vive um período de enormes desafios: há que atender às mutações ocorridas no *pós-boom turístico* e consolidá-las. Desde logo, verifica-se uma democratização do turismo, que se torna uma atividade cada vez mais acessível à maioria das camadas da população. É possível falar do desenvolvimento/incremento do turismo sénior e do turismo jovem, bem como dos esforços em termos da inclusão de viajantes enquadrados em minorias sexuais ou com limitações físicas e/ou intelectuais. No caso português, alguns exemplos neste contexto são: o surgimento do turismo social, com os apoios estatais concedidos ao turismo sénior (Rede Inatel) e às camadas mais jovens (Pousadas da Juventude); o crescimento exponencial do turismo LGBT, em linha com os avanços no reconhecimento dos direitos legais para esta comunidade; os esforços pelo reconhecimento do turismo acessível, reconhecidos pela OMT⁶⁶. Esta democratização terá reflexos em termos da diversificação do tipo de serviços oferecidos pelo setor do turismo, que assim tende a diversificar-se como forma de dar resposta às necessidades de uma procura cada vez mais heterógena. Este aspeto reflete-se, por exemplo, em termos da oferta de alojamento turístico que é, cada vez menos, dependente dos hotéis tradicionais⁶⁷.

Um outro desafio é o fenómeno da mundialização dos destinos turísticos tradicionais, pois hoje no mercado do turismo competem à escala global cada vez mais destinos. Se este alargamento do mercado foi potenciado, inicialmente, pelas evoluções verificadas nos transportes nos anos de 1980, os últimos 20 anos consolidam-se com o florescimento do fenómeno *low cost* no transporte aéreo⁶⁸. Neste contexto, o turismo torna-se a atividade económica mais globalizada, também graças a fatores como o aumento da liberalização do comércio mundial, a flexibilização dos modelos de trabalho e a incorporação no setor

⁶⁶ Em 2019, Portugal foi declarado o Primeiro Destino Turístico Acessível do mundo pelo esforço do Turismo de Portugal I.P. na promoção de acessibilidades para pessoas portadoras de deficiência (23.ª Assembleia Geral da OMT, São Petersburgo, Rússia).

⁶⁷ O campismo, os hotéis-apartamentos e o turismo em espaço rural consolidam-se. Por outro lado, novas modalidades afirmaram-se fortemente na última década como os *hostels*, o alojamento local e as pequenas unidades exclusivas e ecológicas, estruturadas em unidades individuais como *bungalows*.

⁶⁸ Embora inicialmente circunscrito a viagens regionais, o conceito *low cost* no transporte aéreo alargou-se a viagens intercontinentais, com as companhias aéreas a flexibilizarem o preço das tarifas.

das tecnologias de informação e comunicação (Beni, 2011)⁶⁹. É neste contexto de maior divulgação de destinos turísticos no mundo que o turismo se tem vindo a revelar uma atividade com forte imprevisibilidade, ameaçado pela tendência de viagens organizadas por parte do consumidor⁷⁰. Também se verifica uma maior valorização dos recursos que o turismo utiliza, fruto da perceção dos impactes ambientais, económicos e sociais provocados pela atividade. Neste sentido, têm-se intensificado os debates em torno de questões como: a destruição de recursos naturais para a satisfação de necessidades turísticas; a excessiva dependência económica dos países e das regiões; a não inclusão das comunidades locais como beneficiários do turismo, cujas prometidas benesses, muitas vezes, não conseguem alcançar.

Em suma, os últimos 20 anos vieram alargar o âmbito do turismo em diversos quadrantes: em termos dos consumidores, cujo acesso se torna mais democrático; dos destinos oferecidos, com a ocorrência de fluxos turísticos na maioria dos países do mundo; em termos dos impactos económicos e sociais, dado o continuado aumento de viajantes. O turismo assume uma importância global inquestionável, sendo um dos setores de maior dimensão e de mais rápido crescimento (UNWTO, 2015). Em crescimento contínuo desde 2009, o turismo mundial havia atingido em 2019 valores recordes à escala global. No caso português, nesse ano, o país atingiu 27 milhões de turistas, o valor mais alto de sempre, colocando-o no 15º destino turístico mundial segundo o Barómetro Mundial do Turismo (UNWTO, 2020). Já nos anos de 2020 e 2021 houve restrições ao desenvolvimento da atividade turística devido à pandemia global Covid19. A normalidade no setor das viagens foi só retomada em 2022, havendo previsões de que 2023 se torne num novo ano recorde.

2.3 –Tipos de turismo: cultural, criativo e temático

Às motivações, nomeadamente culturais, surgidas no século XVIII, juntam-se de forma progressiva as viagens de recreio, tornando o turismo uma atividade em constante

⁶⁹ A revolução tecnologia trazida pela *internet* nos últimos 20 anos veio permitir a divulgação e venda de serviços turísticos diretamente ao consumidor (Almada, 2018). Este fator veio originar a crise das agências de viagens, cujo papel foi posto em causa, exigindo-se aos agentes de viagens uma reinvenção em termos da sua relevância no setor turístico.

⁷⁰ O turista atual tende a visitar mais destinos numa só viagem e a viajar com mais frequência ao longo do ano, com uma repartição do tempo de férias por vários períodos curtos (Cunha; 2007).

mutação, o que se tem vindo a refletir na ampliação das tipologias de viagens (Pires, *et al* 2020). Por outras palavras, a dificuldade de definir o fenómeno turístico também resulta da existência de várias tipologias de turismo, conforme se relaciona as motivações dos turistas com os elementos visitados nos destinos – a relação entre oferta e procura turística (Cunha, 2001). Assim, apesar da existência de uma tendência algo incoerente para se associar cada movimentação turística a uma designação de turismo, em termos abrangentes pode-se classificar este fenómeno social em sete tipos amplamente reconhecidos: turismo de recreio, de saúde, de natureza, de negócios, religioso, desportivo e cultural. Por vezes, são-lhes agregados vários subtipos. Para alguns tipos turísticos encontram-se referências históricas a formas de viagens ocorridas ainda antes da conceção moderna de turismo. É o caso do turismo de saúde, tradicionalmente associado ao império romano pelo seu pioneirismo no uso de água termal para fins de lazer; ou o caso do turismo religioso, enquadrado nas peregrinações iniciadas no século VI. Para a presente tese, contudo, não se revela pertinente a exposição de toda esta tipologia turística, sendo útil sobretudo focar o designado *turismo cultural*, o que se procurará fazer nas páginas seguintes.

Historicamente, um primeiro tipo de turismo cultural foi definido a partir da identificação das motivações dos participantes da *Grand Tour*, como vimos, uma viagem organizada com fins educacionais e culturais. Na atualidade, apesar de se perpetuarem correspondências com algumas das motivações dos viajantes dos séculos XVIII e XIX, a definição do que se entende por turismo cultural perde parte da sua dimensão de aventura romântica e de interesse científico, deixando de ser um fenómeno isolado e minoritário para se converter numa oferta do sistema turístico global (Agustí, 2003). Em 1985, a OMT propôs duas definições de turismo cultural. A primeira, com uma visão mais técnica, foca-se nos movimentos de pessoas essencialmente por motivações patrimoniais/culturais (visitas de estudo, da natureza ou a bens ou sítios patrimoniais, viagens para usufruir de festivais, *performances* e *tours* culturais, entre outros). O foco da análise nesta definição orienta-se, portanto, para a identificação do turista cultural. A segunda definição de turismo cultural é mais conceptual, destacando as razões do movimento das pessoas pela necessidade de contactos humanos diversificados e alargamento do nível de conhecimentos. Em concordância com esta segunda visão está a definição da *European Association for Tourism and Leisure Education* (ATLAS), que o define enquanto movimento motivado pela busca de “novas informações e experiências como forma de

satisfação das suas necessidades culturais”, expressas, grosso modo, pela visita a museus e galerias de arte, sítios históricos e arqueológicos, festas e eventos, edifícios e outro património edificado (Richards & Bonink, 1995, p. 175). Constata-se que ambas as definições enquadram claramente o turismo cultural enquanto ato decorrente da necessidade de aumento de conhecimentos, centrado no usufruto de bens patrimoniais e artísticos, o que permite supor algum grau de erudição dos viajantes. Trata-se, portanto, de definições suportadas numa visão de cultura bastante restrita.

Atualmente, o turismo cultural tem-se posicionado como segmento que dá destaque aos aspetos culturais, patrimoniais e artísticos de um destino de forma mais abrangente, dando destaque também a experiências e atividades que permitam a dita imersão cultural (Douglas, *et al.* 2001, p. 114). Assim, este tipo de turismo engloba deslocações com motivações diversas, desde a visita a monumentos ou a cidades históricas, a participação em festas de dança tradicionais ou em festivais gastronómicos, a participação em eventos de arte e/ou espetáculos. O turismo cultural abarca não só o consumo de produtos do passado, mas também as manifestações culturais contemporâneas e os modos de vida de uma população ou região (Richards, 2000; Weaver, 2011; Dallen, 2018).

Neste contexto, também a caracterização dos perfis dos praticantes de turismo cultural tem vindo a complexificar-se. Sobretudo a partir dos anos de 1970, e face ao crescimento do setor, em todas as modalidades de turismo cultural, a compreensão dos diferentes tipos de turistas tornou-se preocupação central. Para lá da informação estatística, tornava-se necessário compreender as diferentes realidades participantes no desenvolvimento turístico e, neste sentido, os estudos foram-se focando na identificação e compreensão de padrões de comportamento diferenciados, de forma a poderem ser definidos segmentos de mercado. Estes estudos têm contribuído para medir e compreender os impactos da procura nas comunidades receptoras locais e no meio ambiente envolvente (Santana, 1997). Esta identificação de segmentos de mercado tem originado frequentes debates quanto ao entendimento do que são visitas culturais e turistas culturais. A discussão decorre essencialmente do facto de que nem sempre a motivação primária duma viagem estará relacionada com elementos da oferta associada a este tipo turístico. Efetivamente, as visitas a atrações culturais são, muitas vezes, uma atividade secundária, e não a principal motivação da visita a um destino (McKercher & Du Cros, 2002; Santana, 2003). Assim, a identificação dos perfis de turistas não é um exercício fácil devido ao facto da sua compartimentação nem sempre ser linear, pois existem diferentes viajantes

‘culturais’, que correspondem a um mercado heterogêneo (Weaver, 2011). Estes podem ser diferenciados, por exemplo, pelo grau de interesse na visita (Silberberg, 1995)⁷¹, ou pelo grau de tempo despendido e de envolvimento em torno da atração visitada (McKercher & Du Cros, 2002)⁷².

Quanto à emergência de diferentes perfis de viajantes culturais, a situação faz parte de uma procura em expansão, graças à contribuição de diversos fatores ocorridos nas últimas décadas, nomeadamente na Europa. Desde logo, num quadro de melhoria generalizada das condições de vida, o aumento da escolaridade obrigatória tem gerado consumidores de viagens mais escolarizados e com uma maior apetência pelo consumo de bens culturais (Gonçalves, 2005). Já no que respeita à oferta, aumentaram qualitativa e quantitativamente as atrações culturais, particularmente as baseadas na dita cultura popular e com recurso à animação turística do património, pelo que aumentou a concorrência entre atrações posicionadas num mercado turístico globalizado (Figueira, 2013, p. 67; Julião, 2013). Por sua vez, nos operadores turísticos tem-se verificado uma maior especialização na conceção de produtos turísticos enquadrados neste tipo de mercado. Depois, há ainda que reconhecer o inegável impacto dos *media*, nomeadamente com o surgimento nos últimos anos de programas televisivos e canais de televisão sobre viagens⁷³. Por último, há igualmente a considerar o papel desenvolvido por instituições como a Comissão Europeia, em diversas iniciativas promotoras do património cultural⁷⁴ e, mais ligadas ao turismo, as iniciativas da UNESCO e a da OMT que discutem e promovem o turismo em termos gerais, e o cultural em particular⁷⁵.

⁷¹ Segundo Silberberg (1995), existem visitantes altamente motivados, parcialmente motivados e os que fazem visitas de forma accidental.

⁷² Neste âmbito, os visitantes surgem agrupados em categorias como: o propositado, que tem nas atrações culturais a motivação principal da viagem e com elas pretende estabelecer uma experiência profunda; o de passeio, interessado nas atrações culturais, mas com as quais estabelece uma relação informal num registo *sightseeing*; o casual, com um baixo interesse em atrações culturais e com as quais estabelece uma relação superficial; o fortuito, que participa acidentalmente em algumas atividades culturais, não retirando grande experiência da sua participação nestas (McKercher e du Cros, 2002).

⁷³ Exemplos são o *Travel Channel*, um canal televisivo dedicado às viagens, ou canais como o *Canal História* ou o *National Geographic*, que divulgam a realidade cultural de vários países, todos contribuindo para a promoção de destinos diversificados e para a divulgação dos respetivos patrimónios.

⁷⁴ A Comissão Europeia tem vindo a implementar iniciativas como: as Capitais Europeias da Cultura (1985), o programa das Rotas Culturais como a Rota dos Caminhos de Santiago (1987), a criação do Dia Europeu do Património (1991), ou ainda disponibilizando progressivos fundos estruturais para projetos que associem o património cultural e o turismo.

⁷⁵ Atenda-se em particular ao impacto das distinções de Património Mundial, Cultural e Natural (1972) e de Património Cultural Imaterial (2003); bem como, em 2011, a escolha do tema “Turismo, ligando culturas” para o Dia Mundial do Turismo. Em 2015 foram iniciadas as Conferências Globais

Importa também frisar que a expansão do turismo beneficia do contexto ideológico gerado pelos debates em torno da ideia de “democratização cultural”. Quando inseridas num modelo de intervenção *top-down*, as ações associadas ao património cultural são muitas vezes criticadas, entre outros aspetos, pelo seu tom paternalista (orientado pela intenção de ‘elevar o nível cultural do público’), ou pela forte hierarquização que implicam (distinguindo entre cultura erudita, de massas e popular). Na década de 1970, o Conselho da Europa consolidou discussões que resultaram na adoção da noção de “participação cultural” em detrimento de “consumo cultural”, sob o entendimento de que a cultura não são apenas bens de consumo, mas também práticas, através das quais os cidadãos podem formar a sua própria cultura. Trata-se de uma mudança de paradigma, deslocando o anterior enfoque relativo aos equipamentos culturais, sobretudo, para a promoção de ações de “animação sociocultural” (Lopes, 2007). Os limites conceptuais das políticas de democratização cultural ampliaram-se, iniciando-se um processo de mudança que viria a adotar a ideologia de “democracia cultural”, assente numa visão mais plural e diversificada das *culturas*, bem como na implementação de estratégias baseadas numa nova relação, mais equitativa, entre instituições e cidadãos, promotoras da *cidadania cultural*.

Portanto, é num quadro de desconstrução das formas tradicionais de acessibilidade cultural que o turismo cultural se tem vindo a desenvolver. Sendo uma atividade de lazer, como outros tipos de turismo, alguns autores singularizam este género turístico pelo facto dos produtos ou atividades aqui oferecidas tenderem a ser menos acessíveis, financeira, psicológica e socialmente⁷⁶.

Todavia, as alterações socioeconómicas atrás referidas criaram um contexto capaz de aumentar a procura por este tipo de viagens. O atual perfil da procura revela a existência de turistas mais interessados em conhecerem o património dos destinos, em participarem em diferentes manifestações culturais e em experimentarem a originalidade dos locais que visitam (Ferreira e Costa, 2005, p.35; OCDE, 2009, p. 31). Ganha, assim, forma um

OMT/UNESCO sobre Turismo e Cultura (Siem, Camboja; 2017, em Mascate, Omã; 2019, em Quioto, Japão).

⁷⁶ Para Brown & Smith (2010, p. 29), as atrações culturais implicam a existência de um determinado gosto (em relação à música ou à gastronomia, por exemplo), o domínio de certos conhecimentos especializados (como conhecer a história de uma região ou uma língua estrangeira), ou o desenvolvimento de aptidões sociais (saber como provar um vinho, como conversar com a população local e comportar-se de acordo com as suas normas, etc).

novo perfil de viajante, o turista criativo (Richards e Raymond, 2000; Richards, 2010), que ajuda a fazer emergir a muito em voga definição de turismo criativo, um sub-tipo de turismo cultural caracterizado pela oferta de viagens voltadas para experiências ‘comprometidas e genuínas’. Assim, o turismo criativo enquadra atividades promotoras de aprendizagens, baseadas na participação em manifestações artísticas e patrimoniais, ou no carácter especial de um lugar, graças à conexão que estas fornecem com os que lá residem e com a sua cultura viva (UNESCO, 2006: 3; Girard & Nijkamp, 2016; Ferreira *et al*, 2018). Trata-se de um modelo de turismo adequado, em particular, para implementar em zonas de baixa densidade demográfica. Neste sentido, o turismo criativo consolida uma estratégia de diferenciação levada a cabo pela oferta, tendo em vista dar resposta a consumidores que tendem a dar mais ênfase à singularidade na procura de serviços de viagens (Durašević, 2014, p. 110) e que pretendem encontrar na experiência turística dimensões com eco nas suas identidades (Sousa, 2016).

Ainda nesta linha de ideias, saliente-se também a tendência crescente de modelos turísticos suportados na ideia de turismo temático, um conceito que deriva igualmente da vontade expressa pelos viajantes de vivenciarem novas experiências ou modelos de férias com contornos de certa ‘autenticidade’. Assim, mais do que o conhecimento do destino, nas viagens de turismo temático, a motivação do turista é a busca de um local que vá ao encontro de um seu interesse especial e lhe permita desfrutar de um produto que satisfaça esse interesse. Pelo lado da oferta, o turismo temático apoia-se em estratégias de promoção que o demarcam dos produtos turísticos mais massificados e em conexão com um mundo globalizado, no qual emerge a necessidade de reforçar os valores da diversidade e da individualidade.

Muitos destinos usam a fórmula do turismo temático enquanto forma de criarem ou complementarem produtos turísticos, orientando a oferta para determinados segmentos de consumidores, de modo a expandir a experiência dos visitantes alvo. Trata-se de um trabalho direcionado para nichos de mercado pré-identificados, adaptado para melhor corresponder aos interesses do cliente. Esta aposta em segmentos específicos é uma forma de se diversificar o produto, minimizando os efeitos da sazonalidade pela complementação e aumento da procura habitual. Esta transformação do mercado turístico de massas em segmentos mais estreitos concretiza-se no facto de os viajantes escolherem primeiro o motivo da sua viagem e, só depois, o destino concreto. A transformação também se caracteriza por um outro fator: a tendência para o aumento do número dos

períodos de férias ao longo do ano, com redução da duração de cada um deles. Este desinteresse pelas tradicionais férias longas de verão, dedicadas ao sol e mar, levou a que os operadores turísticos mudassem progressivamente as estratégias do negócio no sentido de criarem uma maior diversidade de produtos para os diversos segmentos concretos do mercado. Por outro lado, o uso crescente das tecnologias de informação por parte dos consumidores leva a que estes ampliem o desejo de viajar para um leque cada vez mais diverso de destinos e produtos turísticos: se, na época inicial do turismo, eram os operadores turísticos que descobriam os destinos e os apresentavam aos consumidores, hoje, são os consumidores que os descobrem pelos *media*. O papel dos operadores alterou-se, passando a focar-se na adaptação face às apetências da procura.

Compreende-se, portanto, que esta expansão do turismo permitiu a expansão de novos produtos turísticos, antes menos desenvolvidos e diversificados, enriquecendo a oferta e aumentando a concorrência (Durašević, 2014, p. 114). Por outro lado, o turismo temático permitiu a emergência de destinos fora das rotas turísticas tradicionais e saturadas, dando visibilidade a zonas periféricas, nas quais o turismo pode funcionar como um forte impulso para o desenvolvimento local e regional. Os conceitos de turismo criativo e de turismo temático são dois pilares fundamentais na presente investigação. O primeiro, enquanto referência para a constituição de propostas de intervenção a serem desenvolvidas no âmbito do PVV. O segundo, por já aparecer claramente associado ao Projeto, que se autodefine enquanto produto turístico de temática histórica, como veremos no Capítulo III.

2.4 Perspetivas sobre o desenvolvimento. Desenvolvimento territorial endógeno e sustentável

Este ponto visa prosseguir a análise no sentido das questões do desenvolvimento, decorrentes do turismo e da patrimonialização. Inicialmente ligado apenas às questões meramente económicas, o conceito de desenvolvimento teve uma trajetória evolutiva ao longo do tempo, alargando as suas preocupações iniciais, assentes em critérios quantitativos, até à inclusão de aspetos qualitativos do próprio desenvolvimento. Por esta razão, o conceito de desenvolvimento hoje utilizado é bem mais completo e complexo, dado englobar, além dos aspetos económicos, também as dimensões ambiental e sociocultural.

A noção de desenvolvimento económico emergiu no séc. XIX, intimamente associada à perspetiva do crescimento regional pela presença e concentração de diferentes atividades económicas (Oliveira, 2015). As chamadas correntes clássicas do desenvolvimento estavam, portanto, centradas no estudo dos fatores que determinavam a localização e a organização espacial das atividades económicas, identificando-as como os fatores de crescimento regional (Silva, 2008). Neste quadro de pensamento, as diferentes localizações das atividades eram justificadas pela distância relativamente a centros decisores ou de escoamento e pela área disponível, sendo a análise limitada à identificação e consideração da melhor distribuição possível das pessoas e das atividades no espaço. O desenvolvimento estaria associado em exclusivo ao crescimento económico, à acumulação de riqueza e ao poder concorrencial entre regiões, tudo perspetivado através de um conjunto de transformações quantitativas centradas nas variáveis: produto e rendimento. Neste sentido, o indicador principal do crescimento era a taxa de crescimento do produto per capita – o dito Produto Interno Bruto (PIB) – e a medição do desenvolvimento era expressa em termos puramente quantitativos e baseava-se na ideia de crescimento, sendo ignorados os benefícios desse crescimento. Esta visão funcionalista do desenvolvimento vingaria até 1945 (Aydalot, 1985). Com efeito, a segunda metade do século XX vê surgir uma mudança significativa nas considerações em torno do desenvolvimento e do crescimento, mudança essa que se tem vindo a consolidar até aos nossos dias. Inicialmente, a renovação ocorre num contexto político e socioeconómico marcado pelo forte crescimento do pós-II Guerra Mundial, a que se segue a crise económica da década de 1970 e, posteriormente, o fenómeno da globalização.

Importa começar por salientar os contributos trazidos por este novo paradigma de pensamento relativamente ao período anterior. O crescimento económico passa a ser visto como um contributo para o desenvolvimento, mas não como significando o desenvolvimento em si mesmo, pois este implica mudanças na sociedade também noutros quadrantes. Desenvolvimento e crescimento tornam-se conceitos distintos ainda que partilhem o mesmo objetivo principal: a promoção do bem-estar das populações através da criação de riqueza. Contudo, alcançar esse objetivo pode concretizar-se de modo diferenciado quanto à forma e quanto aos meios utilizados (Vareiro, 2008, p. 5). O foco no crescimento cria uma génese quase ditatorial em relação aos seus objetivos, e a sua ação nem sempre se traduz na melhoria das condições de vida das populações, nem na distribuição equilibrada dos seus benefícios. Já o desenvolvimento, perante o

reconhecimento daquelas limitações, surge enquanto conceito que, mantendo objetivos de progresso económico, dá particular atenção a aspetos como a qualidade de vida, do ambiente, o bem-estar das populações, a preservação e utilização racional de recursos, muitas vezes, à custa de uma evolução menos expressiva do PIB (Vareiro, 2008). Assim, o conceito de desenvolvimento pressupõe a existência de alguns juízos de valor acerca, por exemplo, da redução da pobreza, da desigualdade ou do desemprego.

Atente-se agora aos anos de 1970 e à emergência da noção de *desenvolvimento endógeno*. Durante esta década viveu-se um período de crise económica, ainda associado ao paradigma clássico territorialista, mas que proporcionou o surgimento do conceito de desenvolvimento endógeno, assente nas ideias do local e do endógeno. Esta perspetiva, que já considera variáveis quantitativas e qualitativas, encara como fundamental a mobilização do potencial endógeno de cada região, expresso através de um leque muito variado de elementos, tais como: a integração e mobilização da população e das estruturas, sociais e políticas, de cada território; as sinergias geradas pela cooperação dos diferentes atores sociais; a partilha de práticas sociais vividas historicamente no processo de construção da respetiva territorialidade; a existência de comportamentos inovadores (Silva, 2008, p. 17). Portanto, através desta noção, o desenvolvimento é fundamentalmente perspetivado em função de uma definição endógena e como dependente da organização concentrada no território. Este é caracterizado pelo seu sistema socioeconómico e cultural, cujas componentes determinam o sucesso da própria economia (Capello & Nijkamp, 2009, p. 297). O desenvolvimento endógeno cria, então, uma visão territorial dos processos de crescimento e da mudança estrutural, apoiado na hipótese de que o espaço não é um mero suporte físico dos recursos, atividades e processos económicos, mas, antes, também um agente de transformação social. Cada território “liga-se ao sistema de relações económicas, nacionais e internacionais, em função da sua especificidade territorial, da sua identidade económica, tecnológica, social e cultural” (Vázquez-Barquero, 2005, p.143-144; García-Delgado *et al*; 2020).

No interior dos enquadramentos teóricos sobre o desenvolvimento endógeno, é possível dar mais primazia à questão económica – noção de *desenvolvimento económico local* – ou, em oposição, ao cumprimento de objetivos de natureza social – noção de *desenvolvimento comunitário local*. O desenvolvimento económico local considera a organização de iniciativas combinadas de parceiros que operam ao nível do território local, focadas na criação de postos de trabalho e no aumento dos rendimentos enquanto

objetivos primários. Em oposição, a perspectiva do desenvolvimento comunitário local fundamenta-se mais nas questões sociais do desenvolvimento, em termos de solidariedades e iniciativas à escala da comunidade local, de forma a complementar as intervenções do Estado, perspectivando-se o desenvolvimento da dimensão social enquanto influenciador do desenvolvimento económico (Tremblay, 1999). Desta forma, o desenvolvimento económico local incorpora uma visão social focada nas comunidades, beneficiando de contributos trazidos por discussões consolidadas ao longo do século XX. Com efeito, o revigoramento das sociedades industriais orientadas para o progresso e para o desenvolvimento económico fizeram emergir o termo comunidade em oposição a sociedade⁷⁷. Deste debate, virá a consolidar-se o entendimento da noção de comunidade como: cimentada na dimensão do ‘ser’, associada a grupos coesos com interesses comuns, num contexto de proximidade geográfica. Esta coesão provém da existência de afinidades (crenças partilhadas, relações familiares, valores culturais). Trata-se assim de um grupo caracterizado pela homogeneidade, suportada num vínculo pré-existente (terra, família, costume, crença) (Lopes, 2016; Guimarães, 2006). Por outro lado, a sociedade remete para uma realidade cimentada no ‘haver’, associada a um contexto mais amplo de pessoas caracterizado pela segmentação e impessoalidade. Este grupo comunga sobretudo um determinado poder económico, uma capacidade técnica ou outras dimensões de ordem racional. Neste caso, os vínculos são suportados pela partilha de objetivos comuns, muitas vezes sustentados pela existência de processos associativos ou contratuais (Oberg, 2018; Silva, 2012; Guimarães, 2006;). Na contemporaneidade, segundo alguns sociólogos (Bauman, 2003; Castells, 2003), a ideia de “viver em comunidade” é considerada uma experiência social e individual mais duradoura, segura e confiável. Porém, é uma experiência ameaçada: pelo contexto capitalista opressor dos laços nacionais, regionais, comunitários, de vizinhança ou de família; pelo advento das comunidades virtuais, que ampliaram as relações humanas para além de um contexto territorial limitado.

Iniciada nos anos de 1980, atualmente vivemos uma era de globalização marcada pela inquietação e incerteza, bem como pelos graves problemas ambientais que marcaram os finais do século XX. É neste contexto que emerge o conceito de *desenvolvimento sustentável*. Em linhas gerais, este define-se como o desenvolvimento que ambiciona

⁷⁷ A Ferdinand Tönnies (1955) é atribuída a autoria da primeira oposição semântica entre os dois termos, posteriormente consolidada por Max Weber (1973) e Georg Simmel (1979). Foi no seio da sociologia alemã que despontou o debate da contraposição entre sociedade e comunidade, na Europa e no mundo ocidental.

satisfazer as necessidades das gerações atuais, sem comprometer a satisfação das necessidades das gerações futuras (WCED, 1987). Um formato de desenvolvimento que perdure (Pearce & Barbier, 2000), por ser fortalecido através de cinco dimensões: paz, crescimento económico, ambiente, justiça social e democracia (Boutros-Ghali, 1995). Inicialmente, a definição de desenvolvimento sustentável ganhou consistência através do conhecido *Relatório Brundtland*, de 1987, e da Cimeira da Terra, ocorrida já em 1992, na qual se definiram os princípios da Agenda 21 (ONU, 1992)⁷⁸. Portanto, num contexto de grandes preocupações ambientais, vão-se consolidando os princípios desta nova noção de desenvolvimento sustentável, com destaque para a ideia de igualdade social (Shen, *et al*, 2008)⁷⁹.

As políticas e instrumentos de auscultação e inclusão das opiniões das comunidades locais em processos de desenvolvimento afirmam-se durante a década de 1990, quando se operacionaliza uma abordagem holística do desenvolvimento. Neste enquadramento também desponta a expressão *inovação social*, associada a processos de desenvolvimento sustentável norteados pela solidariedade e pela justiça social e cuja base se apoia no envolvimento comunitário. A expressão remete ainda para as iniciativas de empreendedorismo com um propósito social, muitas vezes impulsionado por situações de desigualdade ou de exclusão social (Duarte, 2019). A inovação social pode assim surgir através da intervenção de uma instituição, organização (nomeadamente as ONG's) ou da própria comunidade com a finalidade de resolver um problema social (Matos *et al*, 2019). Perspetivando a comunidade como um todo, a inovação social prevê soluções a favor de todos, prevendo soluções para minorar problemas diversos e promovendo a coesão social (Cadavez, 2019).

Na viragem para o século XXI, consolida-se a Estratégia Europa 2020, ecoando os pressupostos estabelecidos pela Agenda 21. Esta tem igualmente sido cumprida no plano nacional através do acordo Portugal 2020, cujo objetivo principal é promover um desenvolvimento inteligente, sustentável e inclusivo (Lopes, 2016). Mais recentemente,

⁷⁸ O relatório *Our common future*, mais reconhecido por *Relatório Brundtland* (1987) procura enquadrar as condições para a criação de práticas sustentáveis em vários setores. A Conferência da ONU sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento – ou Cimeira da Terra – decorreu em 1992, no Brasil, e nela se estabeleceram vários programas e acordos, designadamente a Agenda 21, sendo as suas resoluções subscritas por 180 países (Crosby & Prato, 2009).

⁷⁹ *Balanced growth* (crescimento sustentado) e *desenvolvimento a longo termo* são exemplos de outras expressões que surgem neste contexto.

e no sentido de prolongar os esforços desenvolvidos para além do horizonte temporal de 2020, foi lançada a Agenda do Desenvolvimento Sustentável 2030 (ONU, 2015), que vem atualizar os preceitos de 1992 e garantir a existência de orientações a médio e longo prazo. Sob o título: *Transformando o Nosso Mundo: Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*, este documento foi adotado, em 2015, por 193 Estados-membros da ONU. Este documento reconhece o objetivo da erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, um requisito tido como indispensável para que possa haver desenvolvimento sustentável. Em termos globais, este estrutura-se em cinco grandes áreas: pessoas (erradicação da pobreza e da fome, promoção da dignidade e da igualdade); planeta (consumo e produção sustentáveis, combate à mudança climática e à delapidação dos recursos naturais); prosperidade (progresso económico e social, global e individual); paz (sociedades pacíficas, justas e inclusivas, livres do medo e da violência); e parcerias (integração transversal, interconexão e mobilização conjunta em prol dos mais vulneráveis) (ONU, 2015). Assim, os 17 objetivos componentes da Agenda 2030 norteiam as ações que devem ser tomadas para a promoção de um desenvolvimento sustentável nos cinco níveis definidos, sendo apresentadas para cada objetivo metas específicas a alcançar.

Como fica evidente, o conceito de desenvolvimento passou por um processo de aperfeiçoamento em relação a um conjunto de valores que tendem a surgir ampliados. Porém, não pode ser esquecido que estes valores são diferentes de sociedade para sociedades, o que dificulta a existência de uma definição de desenvolvimento aceite universalmente. Perante a necessidade de clarificar a perspetiva de desenvolvimento adotada na presente tese, escolhe-se a noção de *desenvolvimento territorial endógeno e sustentável*, por conseguir agregar dimensões de diferentes conceitos que se complementam e enquadram de forma ampla no contexto da investigação aqui concretizada. Assim, subscreve-se a noção de desenvolvimento territorial que se revela útil para considerar a existência de um processo, através do qual a geografia dos territórios habitados pelas sociedades humanas tem vindo a ser progressivamente transformada (Lopes, 2016). Defende-se igualmente a adoção da noção de desenvolvimento endógeno, porque esta envolve a ideia de um processo de desenvolvimento orientado, principalmente, pela mobilização dos recursos internos do respetivo território. Para atingir um desenvolvimento comum precisam ser ativados muitos elementos: recursos naturais, matérias-primas, competências da população local e exógena (conhecimentos,

capacidade de inovação), produções locais específicas (agricultura, floresta, indústria local) e ainda outros fatores de atração para a economia turística e residencial (clima, património cultural) (Lopes, 2016). Ou seja, nos processos de desenvolvimento endógeno procuram-se destacar as especificidades locais que se tornam elementos estratégicos, nos quais assenta a competitividade das regiões (Capello & Nijkamp, 2009). Subscreeve-se igualmente a noção de desenvolvimento sustentável pela importância inegável que tem para se visualizar o desenvolvimento para além da sua primitiva ideia de exploração de recursos, numa lógica de concorrência regional, e passar a abranger no seu processo a responsabilidade de criação de riqueza e seu uso sustentável (Capello & Nijkamp, 2009, p. 293). A preocupação com a sustentabilidade implica a existência de efeitos a longo prazo, de forma a que os benefícios resultantes das políticas de desenvolvimento possam perpetuar-se no tempo.

Em suma, o conceito de desenvolvimento subscrito para esta tese tem um carácter abrangente, por não se focar apenas nos seus aspetos económicos, mas também na sustentabilidade – económica, ambiental, social e cultural – ou seja, dimensões de natureza qualitativa que nem sempre são fáceis de medir. Entende-se que só é possível um *desenvolvimento territorial endógeno sustentável* quando se atende à diversidade das situações internas, isto é, às especificidades dos territórios, mas nunca descurando as inter-relações existentes entre o todo (país) e as partes (regiões). Posto isto, existe plena convicção de que a promoção de um processo de desenvolvimento territorial endógeno e sustentável é a solução para a diminuição das assimetrias regionais, se ocorrer baseado nas capacidades intrínsecas da comunidade local (atores económicos, políticos e civis) e atender à valorização dos recursos endógenos e aos princípios da sustentabilidade (económica, sociocultural e ambiental).

2.5 - Desenvolvimento turístico endógeno e sustentável apoiado no património e nos museus

No contexto das reflexões do ponto anterior, em torno da preocupação com a sustentabilidade, verifica-se uma transposição dos princípios do desenvolvimento sustentável também para a atividade turística. Neste caso, a transposição surge enquanto resposta aos efeitos negativos do turismo. Surge a defesa de formas de turismo mais equilibradas, pois o seu crescimento a uma escala global, potenciado pelas novas facilidades de transportes e pelas novas formas de comunicação, foi revelando alguns dos

seus excessos. Após décadas de consolidação do turismo de massas, o conceito de *turismo sustentável* nasce nos anos de 1980, em oposição à anterior perspectiva (Costa, 2014; Lopes, 2016). Segundo os autores, este conceito pode surgir cimentado em diferentes visões, ainda que todas complementares. Todavia, tomando por referência o ponto de partida da OMT que o define como sendo “ecologicamente suportável a longo prazo e economicamente viável, ética e socialmente equitativo para as comunidades locais” (OMT, 1997), não há dúvidas quanto ao alinhamento concordante das suas posições com o atual conceito de desenvolvimento. Com efeito, esta instituição internacional tem vindo a expressar a vontade de promover uma nova ordem turística mundial: equitativa, responsável e sustentável, com benefício partilhado por todos os sectores da sociedade e em contexto de uma economia internacional aberta e liberalizada (Almeida & Abranja; 2009). Para tal, têm sido diversas as iniciativas levadas a cabo pela organização, sendo um primeiro exemplo a criação, em 1999, do *Código Mundial de Ética do Turismo*. Este documento vem, pela primeira vez, dar consistência àquelas posições, estabelecendo os nove princípios norteadores para a consolidação de uma noção de turismo sustentável⁸⁰.

Em 2005, a OMT redefine a noção de *turismo sustentável*, consistindo a principal alteração na inclusão, em termos sociais, da perspectiva dos visitantes⁸¹. Segundo esta segunda definição mais holística, a atividade turística passa a ser considerada um processo de participação informada de várias partes interessadas; processo entendido como contínuo e requerendo a monitorização dos impactos, de forma a que lhe possam ser aplicadas medidas preventivas e/ou corretivas. Em síntese, estabelecem-se três princípios-chave aplicáveis a todas as formas de turismo, em todos os tipos de destinos, com vista à sustentabilidade turística a longo prazo (OMT, 2005, p. 11-12):

⁸⁰ Os princípios do *Código Mundial de Ética do Turismo* foram aprovados em Assembleia-Geral, em Santiago do Chile, em 1999. São eles: 1. assentar na compreensão e respeito mútuo entre homens e sociedades; 2. ser vetor de desenvolvimento individual e coletivo; 3. ser fator de desenvolvimento sustentável; 4. ser utilizador do património cultural da humanidade, contribuindo para o seu enriquecimento; 5. ser atividade benéfica para os países e comunidades de acolhimento; 6. dever definir as obrigações dos atores do desenvolvimento turístico; 7. assegurar o direito ao turismo; 8. assentar na liberdade das deslocações turísticas; 9. assegurar os direitos dos trabalhadores e empresários da indústria turística.

⁸¹ Em 2005, a OMT redefine *turismo sustentável* como aquele que “considera os atuais e futuros impactos económicos, sociais e ambientais, atendendo às necessidades dos visitantes, da indústria, do meio ambiente e das comunidades de acolhimento”.

- (i) Fazer uso otimizado dos recursos ambientais que constituem um elemento-chave no desenvolvimento do turismo, mantendo processos ecológicos essenciais e ajudando a conservar o património natural e a biodiversidade;
- (ii) Respeitar a autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, conservar o seu património cultural construído e vivo e os valores tradicionais e contribuir para a compreensão e tolerância interculturais;
- (iii) Garantir operações económicas viáveis (...), fornecendo benefícios socioeconómicos a todas as partes interessadas e distribuídos de maneira justa, incluindo emprego estável (...) e serviços sociais para as comunidades anfitriãs (...).

Identificados e definidos os pilares que suportam a sustentabilidade turística (as sustentabilidades ambiental, sociocultural e económica), compreende-se que a sua eficácia só é possível se houver um equilíbrio entre todas as dimensões (Hall, 2011; Panyik, 2015; Muresan *et al.*, 2016) e se os objetivos económicos promoverem a manutenção dos próprios recursos indispensáveis à existência desta atividade (Partidário, 1998). Nas últimas décadas, a afirmação dos preceitos da sustentabilidade criou uma forte interconexão ao nível da gestão do turismo, a qual procura cada vez mais modelos de convivência positiva entre ambiente, território, população e economia⁸². Este facto reflete-se no crescimento exponencial de pesquisas académicas na área, bem como na produção de documentos que as Organizações Governamentais vão promovendo em prol da causa da sustentabilidade turística⁸³. Neste contexto, a gestão turística tem vindo a

⁸² Apesar de habitualmente se considerarem estas dimensões, no âmbito do desenvolvimento sustentável da atividade turística existem outras perspetivas que se fundamentam na integração de seis dimensões: sociedade, cultura, ecologia, economia, espaço e política. A sustentabilidade social como promotora da redução de assimetrias sociais; a sustentabilidade cultural, promotora das potencialidades intrínsecas do território, das identidades e dos modos de vida locais e de uma participação mais ativa dos seus agentes; a sustentabilidade ecológica, baseada no desenvolvimento de um turismo limitado à sua capacidade de carga e a uma utilização racional dos recursos; a sustentabilidade económica, fundamentada no crescimento promotor de condições de vida para as gerações atuais sem provocar a sua deterioração para as gerações vindouras; a sustentabilidade espacial, inerente a uma distribuição territorial equilibrada dos alojamentos turísticos; a sustentabilidade política, com ações baseadas em princípios de negociação afim de alcançar uma integração dos diferentes interesses, globais ou locais (Sachs, 1993).

⁸³ O aumento do número de estudos reflete-se, por exemplo, na ampla disponibilidade do *Journal of Sustainable Tourism* nas principais bases de dados internacionais (Lopes, 2016), bem como na frequência da expressão *turismo sustentável* em resumos, palavras-chaves ou títulos de trabalhos académicos. Segundo Hall (2011), entre 1989 e 2010, a frequência da expressão duplicou, tornando evidente o interesse dos académicos pela temática. Quanto à documentação produzida, várias ONG's, agências internacionais e governos têm vindo a promover ativamente uma melhoria dos desempenhos nos domínios económico, social e ambiental da atividade turística (Carter *et al.*, 2015).

consubstanciar os princípios da sustentabilidade, embora as suas práticas e, em consequência, os efeitos resultantes, fiquem, muitas vezes, aquém do que seria expectável. Todavia, o turismo sustentável é hoje uma tendência em muitos países e a sua correlação com o desenvolvimento foi fortemente vincada pela ONU, em 2017, ao declarar esse como o ano do “turismo sustentável para o desenvolvimento”. Também proposta pela ONU, a Agenda 2030 exhibe preocupação acerca de aspetos relacionados com o turismo, como a valorização da endogeneidade e a promoção de práticas de mitigação dos fenómenos de despovoamento⁸⁴. Ainda mais recentemente, em 2019, a Declaração da Cimeira dos G20 incluiu, pela segunda vez, a referência ao turismo. Concordam os líderes mundiais com a importância da atividade enquanto meio para a recuperação da economia e sua resiliência, se for enquadrada por modelos de gestão sustentável orientados para a preservação dos recursos e para os objetivos da inclusão (G20, 2019).

No que respeita ao plano estratégico e político nacional, existe desde 2006 o *Plano Estratégico Nacional do Turismo* (PENT) que, reconhecendo a importância do turismo para o país, revela a preocupação em definir um planeamento consistente para o setor. A atividade turística atingiu nos últimos anos níveis recordes e afirmou-se como estratégica para a economia nacional, com um crescimento em hóspedes, em dormidas e em receitas. Contudo, este crescimento parece fazer perpetuar um turismo demasiado centrado em algumas regiões do país, o que impede o seu uso potencial na promoção do desenvolvimento e da coesão económica de todo o território (Malhão, 2018). Para essas assimetrias contribuiu também, nos últimos anos, a formação de um novo regime no turismo em Portugal, caracterizado pela chegada em massa de turistas às grandes cidades, via companhias aéreas *low-cost* e sem grande esforço de promoção externa. Face a isto, o novo desafio é que o país consiga canalizar estes fluxos para as zonas do interior (Costa, 2018).

Focando a zona do Douro, a título de exemplo e por estar relacionada ao objeto de estudo desta tese, parece persistir o modelo de turismo baseado num fluxo de turistas, chegados

⁸⁴ Neste âmbito, é exemplificativo o conteúdo do 8º objetivo (promoção do crescimento económico inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos), cuja meta 8.9 prevê a implementação de políticas de promoção de turismo sustentável, que criem emprego e promovam a cultura e os produtos locais. O 11º objetivo da Agenda 2030 (sobre tornar as cidades e os aglomerados humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis), na meta 11.4 defende o fortalecimento de esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo (ONU, 2015).

através dos barcos de cruzeiro, que visitam zonas próximas com baixa capacidade de carga durante pouco tempo, não permanecendo nas regiões de visita e não trazendo o retorno económico desejável (Dias, 2018). Nesta zona do país, persistem problemas associados às dificuldades de mobilidade que não favorecem a circulação de turistas de forma independente, ficando, assim, a atividade turística refém da oferta de viagens organizadas pelas empresas turísticas. Portanto, do reconhecimento das fragilidades do país, onde o turismo se caracteriza por fortes assimetrias, surge a *Estratégia Turismo 2027* do Turismo de Portugal I.P. Este documento é um referencial estratégico para o período temporal de 2017-2027, estruturado em cinco eixos estratégicos dos quais aqui importa salientar quatro⁸⁵:

- (i) valorizar o território, permitindo o usufruto do património histórico-cultural e a preservação da sua autenticidade (...), a potenciação económica do património natural e rural, (...) a estruturação da oferta turística para melhor responder à procura;
- (ii) impulsionar a economia, no que respeita à (...) simplificação, desburocratização e redução dos custos de contexto; à economia circular; ao empreendedorismo e inovação;
- (iii) potenciar o conhecimento, em que se inclui a valorização das profissões do turismo (...); a difusão do conhecimento e informação;
- (iv) gerar redes e conectividade, através (..) da promoção do «turismo para todos», numa ótica inclusiva; do envolvimento da sociedade no processo de desenvolvimento turístico e de cocriação; do trabalho em rede e da promoção conjunta (...).

Esta *Estratégia Turismo 2027* centra-se na sustentabilidade de três quadrantes: sustentabilidade económica, com metas definidas sobre dormidas turísticas em todo o território e aumento das receitas; sustentabilidade social, com metas definidas para incentivar o turismo ao longo de todo o ano, melhorar as qualificações dos profissionais do turismo e reforçar o grau de satisfação das populações residentes; e sustentabilidade ambiental, com busca de uma melhoria da eficiência energética, uso racional da água e gestão eficiente de resíduos. Revela ainda orientações ambientalistas e territorialistas,

⁸⁵ Os restantes dois eixos estratégicos dizem respeito à área do conhecimento/formação em turismo e à promoção externa do país.

com interesse particular nos bens ambientais e patrimoniais, refletindo um tempo em que o património (natural e cultural) surge enquanto elemento central nos processos de desenvolvimento estabelecidos pelas instituições europeias (Carvalho, 2010).

Clarificados os efeitos das perspectivas contemporâneas do desenvolvimento na atividade turística e o culminar disso na emergência da noção de turismo sustentável, bem como enquadrado o reconhecimento dessas referências por parte da OMT e do Turismo de Portugal, importa agora destacar alguns posicionamentos centrais. Em primeiro lugar, reforçar a ideia de que a sustentabilidade dos destinos turísticos assenta no equilíbrio entre os impactos positivos e negativos da atividade turística, ao nível local e regional. Conforme a OMT, a existência de um saldo positivo nos impactos será o resultado da aplicação dos três princípios-chave, entendidos como adequados para todos os contextos turísticos. Os impactos económicos positivos, refletidos na criação de emprego, investimento e aumento de rendimento, são os mais valorizados, tanto pelas populações locais como pelas entidades governativas. Em função disso, quando se procura concretizar um turismo sustentável, a atenção tenderá a focar-se nas questões de como proteger e conservar aquelas dimensões, ou como, para os efeitos desejados, as manter ou melhorar. Já os impactos negativos, de forma bastante imediata, tendem a ser percecionados como associados ao aumento da inflação nos destinos, à maior pressão sobre os serviços locais e ao surgir de uma nova ordem social desajustada em virtude da convivência desarmoniosa entre residentes e turistas (Jurowski, *et al.*, 1997; Muresan, *et al.*, 2016). Estas dimensões exigem ao setor resiliência e capacidade de adaptação, conceção e criação de melhorias substanciais para potenciar o funcionamento da atividade (Lopes, 2016; Lew *et al.*, 2016). Essas melhorias surgem através da implementação de práticas de planeamento e ordenamento turístico, norteadas pela mitigação dos principais problemas e valorização das principais oportunidades identificadas.

Por outro lado, a sustentabilidade e resiliência dos destinos turísticos são assuntos analisados em vários estudos que destacam a importância de se considerar os efeitos da atividade turística sobre as atividades económicas, sociais e ambientais, em prol de práticas mais sustentáveis (Lopes, 2016; Roberts & Hall, 2001; Sharpley & Sharpley, 1997). Neste sentido, o segundo posicionamento a destacar é o da importância dos modelos de gestão equilibrada da atividade turística em territórios periféricos, que considerem a visão holística do desenvolvimento sustentável do turismo. Exemplos de práticas neste sentido e em diferentes quadrantes são: aquelas que se focam nas questões

das acessibilidades aos recursos turísticos; na gestão do comportamento dos visitantes nos destinos; na descentralização dos fluxos via promoção da atividade turística em áreas rurais (Sharpley, 2004); na satisfação das necessidades das comunidades locais através da promoção dos produtos endógenos, obtendo-se um sistema de retenção de benefícios para as comunidades residentes que assegure um desenvolvimento dentro da capacidade de resposta do ambiente local (Zou, Huang & Ding, 2014).

Efetivamente, muitas das conceções sobre sustentabilidade turística em territórios periféricos colocam em destaque o papel das comunidades recetoras, sendo esse um terceiro posicionamento a reter. Relembre-se que elas não são esquecidas nas conceções de turismo sustentável da OMT: as “comunidades de acolhimento” (na definição de 1997), ou as “comunidades locais” (na definição de 2005), são conectadas com três vetores: património cultural, identidade local e produtos endógenos. Portanto, aplica-se no turismo a utilização cada vez mais generalizada do termo comunidade, em oposição ao de sociedade, o que atesta uma nova visão refletida em modelos de turismo de base comunitária. Este é um conceito que tem inerente a participação dos residentes no planeamento, no desenvolvimento e na gestão (dos impactes) do turismo, com a finalidade de concretizar estratégias que potenciem as capacidades e mitiguem as debilidades da comunidade local (Timothy & Tosun, 2003; Fernandes, 2012; Ndivo & Cantoni, 2016; Ruiz-Ballesteros & Cáceres-Feria, 2016). Assim, a população residente de um destino passa a ser considerada um ator participante e um ativo indissociável do compósito que constitui o destino turístico. Para tal, torna-se fundamental a auscultação das comunidades recetoras no processo de desenvolvimento dos destinos turísticos, onde a sua participação deve ajudar na formulação de novas políticas, direcionadas para satisfazer, em simultâneo, as necessidades dos residentes e dos turistas, assim contribuindo para induzir a sustentabilidade económica, sociocultural e ambiental pretendidas (Guerreiro *et al.*, 2008). No que respeita a áreas de baixa densidade demográfica, este processo torna-se ainda mais fundamental, visto aí, muitas vezes, persistirem algumas estruturas comunitárias mais coesas e se manterem meios de subsistência tradicionais (Le, Weaver & Lawton, 2016). Essa coesão pode ser fortalecida através da implicação da comunidade nos processos turísticos, reforçando-lhes o seu poder e atribuindo-lhes responsabilidades na tomada de decisões (Fernandes, 2012). A comunidade local passa, portanto, a ser nivelada enquanto *stakeholder* fundamental no processo de implementação do turismo sustentável, entendendo-se que a atitude dos

residentes é fundamental para a construção de experiências turísticas de qualidade para os próprios visitantes (Ap, 1992 apud Lopes, 2016; Choi & Murray, 2010).

O quarto posicionamento a reter prende-se com o facto da vantagem competitiva de um destino se centrar na sua capacidade em conseguir otimizar a sua atratividade para residentes e não residentes, oferecendo um turismo de qualidade que se diferencie no mercado da oferta e que utilize de forma eficiente e sustentada os recursos disponíveis (OCDE, 2014). Este potencial aumento de competitividade é encarado como fator fundamental para a sobrevivência de um destino (Buhalis & Costa, 2006), implicando da parte dos agentes turísticos a adoção de processos de trabalho intersectoriais que promovam abordagens colaborativas e integradas. Nos últimos anos tem ganho força a perspetiva de que a implementação sustentável do turismo, bem como o aumento da sua competitividade, implicam o estabelecimento de iniciativas de cooperação, sob a forma de parcerias ou redes, com os diferentes atores da comunidade que possam desempenhar um papel ativo nesse processo (Amaral, 2014). Neste sentido, o desenvolvimento de projetos de turismo deve apoiar-se na cooperação formal e informal com entidades públicas, empresas privadas e organizações voluntárias.

Destacado este conjunto de posicionamentos, importa agora enquadrar o potencial papel do património e dos museus na implementação deste novo modelo de turismo. Em termos latos e começando pelo património cultural, este constitui-se como o principal âmbito de ação do turismo. As dimensões materiais e imateriais dos bens patrimoniais apresentam-se como as grandes mais-valias a serem utilizadas como recursos turísticos, potenciando modelos de gestão valorizadores das especificidades locais. Com efeito, o próprio PVV é um exemplo desta realidade. Encarada como inultrapassável, esta articulação turismo *versus* património está hoje traduzida na própria noção de turismo cultural. Como vimos, ao definir as premissas do turismo sustentável (1997 e 2005) e ao criar o *Código Mundial de Ética do Turismo* (1999), a OMT delibera sempre demonstrando preocupações específicas quanto aos efeitos do turismo na preservação patrimonial. Em 1999, a *Carta do Turismo Cultural* (ICOMOS) vem salientar que esta modalidade do turismo deve implicar ações de proteção, conservação e manutenção do património, orientadas para o benefício da comunidade. Refere ainda a existência de possíveis efeitos negativos e destrutivos decorrentes da utilização excessiva dos monumentos e lugares. Este documento consolida um debate que se tem intensificado na contemporaneidade em torno do uso turístico dos bens patrimoniais. Em concomitância, a OMT tem desenvolvido um

trabalho de resposta a esta preocupação. São exemplo: as ações desenvolvidas em torno do comportamento cívico dos visitantes durante visitas a espaços patrimoniais⁸⁶; as considerações em torno da necessidade de se controlar a atividade turística com recurso à aplicação de restrições nas visitas aos sítios históricos⁸⁷; a ponderação da cada vez mais intrínseca relação entre bens patrimoniais e atividade turística⁸⁸; a promoção do aproveitamento e enriquecimento do património cultural, numa lógica de respeito, preservação, valorização e salvaguarda dos bens patrimoniais⁸⁹. Neste sentido, sobressai a problemática da conciliação da rentabilização económica da indústria turística com o desenvolvimento social das populações, sendo que um dos maiores desafios para o turismo é a utilização dos recursos patrimoniais numa perspetiva de desenvolvimento durável, assente em critérios de qualidade criadores de benefícios para visitantes e habitantes locais (Peralta, 1997).

Como foi possível demonstrar, o património cultural tem emergido como eixo central das estratégias visando a sustentabilidade turística, aparecendo referido nos princípios-chave da OMT, na Agenda 2030 proposta pela ONU e na estratégia nacional definida para o turismo. O turismo cultural torna-se um meio de enriquecimento da oferta turística regional, atuando em complementaridade com outros tipos de turismo. Encarado o património como um dos elementos dos destinos mais importantes em termos da oferta turística, esta tem igualmente passado a ter uma vinculação crescente ao território envolvente e aos cidadãos. No seu reverso, isso faz com que o turismo cultural deixe de estar centrado apenas em espaços urbanos e passe a ser visto também como uma via de desenvolvimento local para meios de menor escala demográfica. Outro grande desafio do turismo é o de conseguir potenciar a afirmação das culturas regionais num mercado turístico globalizado (Carvalho, 2010), potenciando-as como elemento rico e diferenciador para a atratividade das diferentes regiões (Programa do XXI Governo Constitucional, 2015, p. 201).

⁸⁶ Preocupações refletidas na Carta de Turismo e Código do Turista da OMT (1985, Sófia).

⁸⁷ Estas restrições estão definidas na Declaração de Haia da OMT (1989).

⁸⁸ A *Declaração de Khiva* da OMT (1999) é dedicada à relação entre turismo e conservação do património cultural, numa clara vinculação assumida pela OMT entre as duas áreas. Já a *Carta Internacional sobre o Turismo Cultural* do ICOMOS (1999), que revê a carta de 1976, reconhece um conceito mais alargado de património, incluindo a sua dinâmica interativa com o turismo.

⁸⁹ Artigo 4º do *Código Mundial de Ética do Turismo* da OMT (1999), estabelecido no encontro de Santiago do Chile.

Face às dificuldades em se tornarem visíveis no mercado turístico, muitas regiões apostam na implementação de estratégias de turismo criativo ou turismo temático, já aqui referenciados. Estes subtipos de turismo podem ser um contributo para a ampliação de horizontes em torno do turismo cultural. Essa já tem sido a estratégia de algumas regiões portuguesas, que foram criando redes de turismo cultural centradas em elementos patrimoniais autóctones, como as rotas temáticas⁹⁰. Estas rotas têm vindo a ser criadas com base na implementação de processos de valorização de bens culturais, centrados naquilo que torna as respetivas regiões únicas e diferentes do ponto de vista cultural, o que enriquece e complementa a própria oferta cultural do país. Esses processos concretizam-se através de três etapas fundamentais: a *investigação*, para conhecimento aprofundado das características próprias do património local e regional e dos impactos que poderão suportar; a *proteção*, aplicando as medidas legais em termos do cumprimento de etapas como a inventariação e classificação; e a *difusão*, a didática do património tendo em vista a sua fruição (Moiteiro; 2010). Trata-se então de um modelo estratégico capaz de impulsionar os visitantes a percorrerem várias localidades, na busca de espaços de visita relacionados com diversos elementos culturais. Dessa forma, dá-se visibilidade a todo um património disperso que, de outra forma ou com um panorama turístico de outro tipo, dificilmente ganharia destaque. Salientar aqui que este modelo de turismo também se justifica por mais duas razões: pelo facto do próprio PVV ser um Projeto que agrega esta estratégia; e por a presente tese procurar antecipar e propor outras vias de valorização do Projeto em análise.

Muitas vezes, ao tornar os territórios zonas de consumo, o turismo é criticado pelo facto de ser implementado com base em estratégias que não reconhecem por completo as características patrimoniais, culturais e humanísticas dos lugares (Coriolano e Lima, 2005). No que ao património cultural diz respeito, são recorrentes as vozes críticas quanto à necessidade de aumentar a participação dos praticantes e/ou detentores dos bens patrimoniais, as comunidades locais, nos respetivos processos de desenvolvimento turístico. Volta assim a ganhar destaque a defesa de uma maior colaboração com as comunidades recetoras da atividade turística, já aqui destacada com base no pressuposto

⁹⁰ Alguns exemplos neste contexto podem ser: a Rota do Fresco, criada em 1998 com pontos de visita relacionados com a pintura mural a fresco, localizados em 15 municípios alentejanos; a rede das Aldeias Históricas de Portugal, criada em 2007 e agregadora de várias aldeias localizadas no interior centro do país; a Rota do Românico, que promove desde 1998 a visita a património monumental dos vales do Sousa, Douro e Tâmega.

de que aquelas fazem parte de qualquer processo de desenvolvimento sustentável. Cada comunidade é detentora de uma identidade cultural local que merece ser respeitada e preservada (Bispo, 2014). Neste sentido, é importante a realização de ações de interpretação patrimonial direcionadas aos residentes e promotoras de sentimentos de pertença. Ajudarão a que as populações se autorreconheçam pela identificação e valorização do seu património, potenciando assim o papel das suas heranças culturais.

Os benefícios trazidos pela implementação destas ações são diversos. Sensibilizada para melhor apreciar/valorizar as suas especificidades culturais, a comunidade local usufruirá de forma mais consciente dos seus direitos individuais, garantindo-se de igual modo os direitos das gerações futuras (Russo, 2001), bem como se contribuirá para o reconhecimento da importância da cidadania cultural (Bispo, 2014; Carta de Porto Santo, 2022). Por outro lado, as ações de interpretação ajudarão também a concretizar um turismo baseado na exploração do património, tal como defende a Carta de Faro (2005); ou tornado agente de avanço socioeconómico local, como aconselhado na Carta de Cracóvia (2000). Outro benefício fundamental trazido pela interpretação patrimonial é a ativação da memória comunitária, edificando-se um discurso cultural local (Hoelscher, 2006). Assim, o património e a sua valorização ajudam a consolidar a identidade de um lugar e a identificar ‘lugares’ de características próprias, em oposição a uma visão global da cultura (Simão, 2001), o que também ajudará à consolidação de um destino turístico diferenciado e competitivo. As ações de interpretação patrimonial contribuem, assim, para uma nova ordem social, fortalecida e facilitadora de boas relações com o setor do turismo. Deste modo, para o planeamento integrado dos destinos turísticos é fundamental a existência de uma relação harmoniosa entre comunidade local, património cultural e movimentos turísticos. Na medida em que o turismo cultural elege como seu principal recurso as manifestações culturais e os bens patrimoniais, estes tornam-se fundamentais para o desenvolvimento sustentado dos próprios destinos. São os elementos através dos quais se podem acionar medidas conducentes à melhoria da qualidade de vida dos residentes e, em paralelo, conseguir a oferta de experiências únicas e diferenciadas para os visitantes. Atualmente, pela integração do património, o turismo cultural procura equilibrar objetivos sociais, como a promoção da memória coletiva para reforço da identidade cultural local, com objetivos económicos⁹¹. Por essa via é que o património é

⁹¹ *Património e Clima* foi o tema do Dia Internacional dos Monumentos e Sítios de 2022. Tendo como base a questão climática, a decisão permitiu frisar o papel dos bens patrimoniais nas causas da sustentabilidade

olhado como um meio para novas oportunidades de intervenção, nomeadamente em territórios periféricos.

Olhando agora para o público visitante, importa salientar a necessidade de adequação do turismo cultural aos diferentes perfis de visitantes, outro grande desafio para os agentes turísticos. Mais concretamente, urge ir conhecendo os novos perfis da procura e ter a perceção das suas necessidades, já que o panorama atual do turismo cultural deixa de estar reduzido às visitas a museus, monumentos e centros históricos e passa a abranger também a promoção de experiências enquadradas pelas indústrias criativas, o contacto com as comunidades e a busca de especificidades mantidas num mundo cada vez mais globalizado (Gannon, Lynch e Harrington, 2010, p.5). A criatividade é, então, encarada como fator-chave para o sucesso de uma experiência turística, devendo apoiar-se nas singularidades locais, potenciadoras de experiências transformadoras (Richards e Wilson, 2007), únicas e distintivas (Landry, 2008). A mutação constante dos perfis da procura exige assim o ajustamento de novos tipos de oferta, criando produtos que combinem a valorização da ‘autenticidade’, salientem a singularidade, fomentem a experimentação e permitam ao turista a satisfação das suas expectativas. Neste sentido, destaquem-se novamente as perspetivas potenciadas pelo turismo criativo.

Por fim, focando os museus, relembremos que estes são outro dos pilares do turismo cultural, pois ajudam a afirmar determinado destino turístico. No que respeita às dinâmicas relacionais entre atividade turística e museus, importa lembrar que o turismo, e concretamente o turismo cultural, nasceu na era do advento dos museus, instituições detentoras de coleções e abertas ao público no contexto do movimento Iluminista do século XVIII. Sendo, portanto, indelével a dinâmica relacional entre turismo cultural, bens patrimoniais e museus, estes últimos, enquanto palcos por excelência da apresentação patrimonial, surgem como instituições estruturantes da oferta cultural e, simultaneamente, como espaços âncora da oferta turística. A crescente fruição dos bens patrimoniais encontra-se intimamente associada às iniciativas desenvolvidas para a sua interpretação. Centros interpretativos e núcleos museológicos são exemplos de importantes espaços criados para a função interpretativa e educativa de uma rota cultural,

e na criação de economias circulares, alicerçadas no reconhecimento da importância da cultura enquanto elemento aglutinador das sociedades.

materializando a ideia de uma museologia ao serviço do desenvolvimento regional. O PVV é disso bom exemplo, pois assenta na premissa de criação de um percurso cultural, alicerçado na existência de diversos espaços museológicos.

É indesmentível que os museus adquiriram um lugar de referência na definição dos itinerários turísticos e se tornaram espaços de trabalho comum para os profissionais da museologia e do turismo. Assim, importa frisar que os profissionais do turismo devem saber aproveitar os diferentes tipos de museus em termos educativos, recreativos e turísticos, ao encontro da definição de museu proposta pelo ICOM⁹². Muitas instituições museológicas reconhecem o contributo do turismo em termos das suas receitas. Para os museus, o turismo cultural oferece a oportunidade de atrair novos visitantes, promover uma maior valorização do espaço e, conseqüentemente, gerar novas fontes de rendimento (Dalonso, 2010). Por um lado, existe uma procura crescente de turismo cultural que deve ser satisfeita também através da oferta de visita a espaços museológicos; por outro, os próprios museus precisam de visitantes para a sua sobrevivência económica e, neste sentido, o turismo, mais do que qualquer outra atividade, pode trazer-lhe visitantes (Kirshenblatt-Gimblett, 1998). Neste campo, os museus apostam na atratividade que podem materializar e, em muitos casos, complementar com a criação de instalações de lazer que potenciam a experiência da visita: estruturas como jardins, miradouros, cafés, restaurantes e lojas (Boniface, 1996). Na concorrência que existe no turismo, os museus devem constituir-se como estratégias diferenciadoras das experiências de visita, capazes de proporcionar a renovação das ofertas do mercado (Valiati, 2014).

Mantendo o foco no público visitante, destaque-se o papel potencialmente desempenhado pelos museus, nomeadamente históricos, para a promoção das culturas atuais e passadas, através das suas práticas e representações. Em outras palavras, realce-se o contributo que estes podem fornecer aos seus visitantes para a construção de um (re)conhecimento sobre diversos significados socioculturais ao longo do tempo. Porque assim é, as visitas a museus permitem ao turista descobrir bens culturais e reconhecer-lhe os significados, promovendo-se uma tomada de consciência sobre a importância da preservação desses bens (Matozzi, 2008). Todavia, para que isso possa acontecer, exige-se que os profissionais dos museus demonstrem flexibilidade nas abordagens face aos visitantes:

⁹² Relembre-se que a definição de museu de 1946 utilizava o termo *fruição*, que foi alterado para *deleite* na posterior definição de 2007, mas ambas as expressões reiteram a valência do lazer associada aos pressupostos da definição de um museu.

devem valorizar a procura turística, mesmo que esta seja constituída por indivíduos com diferentes graus de envolvimento nas visitas (Morais, 2013). Sendo a procura constituída por consumidores de diferentes perfis socioculturais, é preciso olhar para cada visitante como uma oportunidade efetiva de ativar a interpretação patrimonial e, sobretudo, fornecer uma experiência com qualidade (Murta e Godney, 2002). De igual modo, é preciso reconhecer que a afluência aos museus proporcionada pelo turismo parte de motivações ligadas a questões como a busca de uma identidade pessoal ou a vontade de conhecer diferentes culturas, pelo que essa predisposição do visitante deve ser reconhecida e potenciada (Vasconcelos, 2006). Nesta linha, convém lembrar que o museu é um espaço de mediação de conhecimentos, cruzando-se o contexto pessoal do visitante com o mundo da exposição, o que proporciona o reforço ou a construção de novos significados. Essa mediação museológica pode socorrer-se de diferentes instrumentos, como a arquitetura do espaço, os suportes expositivos, digitais e físicos, as formas de interlocução, que potenciem a relação visitante/participante com o espaço museológico (Ferreira, 2006, p.115).

Uma das potencialidades dos museus desperdiçadas é o facto de serem espaços com alta densidade e qualidade de informação, oferecida num espaço físico compacto, a turistas, muitas vezes, limitados em termos de tempo de visita. Por outro lado, podem também oferecer experiências inovadoras, como ações museológicas de carácter imersivo, capazes de tornar um museu motivo exclusivo para deslocações a locais distantes (Kirshenblatt-Gimblett, 1998). Em suma, os museus podem tornar-se espaços privilegiados de apresentação de identidades particulares, elementos distintos que competem por notoriedade no mercado do turismo cultural e são utilizados enquanto componentes da imagem de *marketing* de um destino turístico (Macdonald, 2006). Mais ainda, podem ajudar a constituir novas dinâmicas turísticas e culturais sobretudo em contextos mais pequenos; o museu pode assumir um papel crucial na dinâmica turística (Hopper-Grennhill, 1996: 6). Agregando experiências de aprendizagem e formas de lazer (Falk e Dierking, 2000; Kelly, 2004), os museus podem contribuir em grande medida para aquilo que tem sido denominado como *economia da experiência*, na qual os consumidores se envolvem em ações de valor em contextos diversificados (Pines e Gilmore, 1999).

Perante o crescimento do turismo, as estratégias direccionadas para a satisfação das necessidades do público visitante tendem, muitas vezes, a sobrepor-se àquelas que focam as populações envolvidas. Neste sentido, um dos maiores desafios dos museus na

atualidade é certamente a existência de um equilíbrio entre as estratégias direcionadas à comunidade envolvente e ao público visitante. Focando agora a comunidade local, reforce-se a ideia de que os museus são espaços fundamentais para a apresentação, reconhecimento e divulgação da cultura local, na qual a população residente deve sentir representada. Assim, podem ser alicerces do desenvolvimento turístico sustentável, incorporando as premissas da OMT: de respeito pelas comunidades anfitriãs, através da conservação e divulgação do seu património cultural, ligados ao território e centrados em ações junto dessas comunidades. Para tal, é necessário também que o museu reforce o seu papel de agregador, em termos de capacidade para representar os diferentes patrimónios do território, e de catalisador, ao mobilizar as comunidades para a defesa desses bens (Carvalho, 2011, p.125). Neste âmbito, ganham destaque as práticas de trabalho museológico discutidas no Capítulo I e que importa agora realçar, nomeadamente as que se enquadram na perspetiva do museu como *zona de contacto* ao serviço do desenvolvimento comunitário (Clifford, 1997; Witcomb, 2003). Este é um modelo em que o museu se torna um dos alicerces de desenvolvimento por ser agente diretamente relacionado com os bens culturais locais. Para tal, o museu pode socorrer-se de estratégias diferenciadas que promovam o envolvimento da população nas suas atividades, tal como a apresentação de exposições pensadas em regime de coautoria ou o desenvolvimento de inventários participativos. Neste âmbito, são pertinentes as premissas do movimento da Nova Museologia que se tornaram elementos-chave da revitalização dos territórios. Importa assumir de forma significativa a função social e interdisciplinar do museu, fazendo com que este se torne um espaço integrador e representativo das identidades locais, preparado para fornecer um usufruto adequado a diferentes públicos em lógicas de apresentação mais participativas e interativas. Na prática, o museu como zona de contacto é uma forma de dar corpo a um modelo de integração cultural promotora da ligação do local ao global, facto que pode ter potencialidades importantes para o desenvolvimento endógeno e sustentável de uma região. Assim, as políticas culturais devem ser, não só capazes de ajudar à revitalização das identidades locais, mas também à sua renovação, mormente através da integração do local em redes culturais internacionais (Duarte, 2012). Sendo o museu um ponto de ligação fundamental entre turistas e residentes, entre culturas exteriores e locais, o turismo cultural que nele se apoie pode orientar-se por uma lógica de criatividade, centrada no reforço de temáticas singulares associadas a determinado território. Neste âmbito, relembre-se o poder do turismo criativo – promotor de

experiências – e do turismo temático – concretizado em torno de valores patrimoniais centrais da cultura local: duas visões aplicáveis ao desenvolvimento do turismo cultural com potencial adequado a zonas turísticas periféricas. Ao ser criada uma estratégia territorial para o turismo cultural, esta deve ser apoiada pelo museu enquanto instituição estruturante. Esse apoio poderá traduzir-se em estratégias de ação mais participativas e mais interativas face aos visitantes, bem como mais representativas dos temas identitários da cultura local, envolvendo-se o museu nessa estratégia de turismo cultural criativo e temático. Neste contexto, é importante compreender que os museus são componentes importantes do turismo cultural, de experiência ou criativo, e aqui em concreto, convirá averiguar que experiências e/ou temáticas são abordadas nos museus ligados ao PVV. Essa averiguação permitirá posicionar o Projeto em termos de efetivo contributo para a promoção turística sustentável do território. Por um lado, permitirá perceber aspetos relativos à fruição do património local em correspondência com o envolvimento comunitário e, por outro lado, compreender a ligação à atividade turística e correlativos efeitos de promoção de um desenvolvimento sustentável e abrangente (Duarte, 2012). Portanto, pretende-se uma análise de acordo com uma visão sistémica do turismo.

2.6 - Síntese de capítulo

Este Capítulo II pretendeu estabelecer um referencial para a investigação no que respeita ao turismo e ao desenvolvimento. Este suporte teórico e ideológico será o outro pilar de base para a avaliação a fazer do objeto de estudo. Assim sendo, sintetizam-se aqui as suas ideias chave:

Relativamente à atividade turística:

- I. Enquadrou-se a dificuldade de definir o turismo, atividade caracterizada pela interdisciplinaridade. Destacou-se uma visão da atividade turística com quatro elementos chave (turistas, regiões de partida, de passagem e de destino) e adotou-se para esta tese um entendimento do turismo enquanto atividade sistémica que envolve interações económicas, sociais, culturais, ambientais.
- II. Aprofundou-se a noção de destino turístico, percebido como unidade geográfica de características diferenciadoras à qual se associa a noção de região de turismo, entendida enquanto território identificado pelo Turismo de Portugal I.P.. Ambas as noções servem de base às estratégias de planeamento em turismo.

- III. Perante a existência de diferentes modelos de planeamento turístico, salientaram-se as vantagens dos modelos integradores dos diferentes *stakeholders*, visto adotarem uma visão sistémica. Esta tese defende modelos de trabalho colaborativo entre residentes, organizações governamentais e empresários locais e turistas, em prol de um turismo inclusivo e capaz de criar benefícios para todas as partes envolvidas.
- IV. Traçou-se a evolução do fenómeno turístico desde a sua emergência, destacando-se como a motivação cultural está presente desde sempre. Demonstrou-se que, a partir de 1950, o turismo cresceu em termos globais, sendo que a sua massificação consciencializou a sociedade para efeitos negativos. Atualmente é preciso notar aspetos como: a sua abrangência internacional, impulsionada pelas soluções tecnológicas nos transportes e nas comunicações; as preocupações com o ambiente, que fizeram surgir modelos de turismo mais ecológicos; o eclodir de questões sociais, que fomentam modelos turísticos mais inclusivos.
- V. Percebeu-se que o turismo cultural deixou de se basear numa visão restrita de cultura. Atualmente engloba o consumo de aspetos culturais, patrimoniais e artísticos que abrangem diferentes escalas temporais, espaciais e sociais. Essa amplitude de entendimento tem ajudado à flexibilização das formas de participação na cultura e corporiza a ideia de democracia cultural.
- VI. Esclareceram-se as razões do aumento do turismo cultural nas últimas décadas, com a recente emergência de novos perfis de viajantes. Neste âmbito, esta tese defende: o turismo criativo, como resposta à procura por experiências de viagem mais comprometidas e participativas; o turismo temático, como resposta à procura de produtos turísticos diferenciados do mercado globalizado. Ambas as estratégias contribuem para a emergência de destinos periféricos e beneficiam o desenvolvimento local e regional.

Relativamente ao desenvolvimento sustentável e ao contributo do património e dos museus para o mesmo:

- I. Apresentaram-se os conceitos de crescimento, desenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Justificou-se a adoção para esta tese da perspetiva de desenvolvimento endógeno e sustentável, por englobar dimensões económicas, ambientais, sociais e culturais do desenvolvimento, em linha com os pressupostos da Agenda2030 da ONU.

- II. Enquadrou-se o posicionamento OMT relativamente ao turismo sustentável, expresso no trabalho promovido pela instituição desde os anos de 1980. Esta entidade propõe que a sustentabilidade turística englobe nuances ambientais, socioculturais e económicas. Em linha com a OMT encontra-se a Estratégia do Turismo de Portugal I.P a decorrer até 2027, alicerçada na sustentabilidade económica, social e ambiental.
- III. Salientaram-se ainda ideias centrais do debate relativo ao turismo sustentável. Em síntese, a defesa deste modelo de turismo numa região deve: apoiar-se no equilíbrio entre os impactos positivos e negativos da atividade, na efetiva participação da comunidade local nos processos de desenvolvimento e no reforço da vantagem competitiva através de projetos baseados em estratégias colaborativas entre os diferentes agentes territoriais.
- IV. Quanto ao desenvolvimento do turismo cultural apoiado na gestão do património, salientou-se: a necessária conciliação entre proteção patrimonial e rentabilização económica enquanto fator fundamental; a perceção do património enquanto elemento solidificador da identidade cultural, além de recurso para estratégias turísticas de base local; o recurso a experiências de qualidade com recurso ao turismo criativo e/ou temático; o necessário atendimento das diferentes necessidades dos consumidores.
- V. Relativamente aos museus, a tese defende o papel central que têm em termos da corporização de um destino turístico cultural e sustentável, bem como na aplicação do direito à cidadania cultural. Para tal, os museus devem oferecer experiências diferenciadoras, inovadoras e imersivas, com recurso a abordagens adaptadas a diversos perfis de visitantes. Devem ainda conseguir potenciar o desenvolvimento territorial endógeno e sustentável, sobretudo através da ponte entre os turistas e as culturas locais, pelo estímulo à descoberta do território e das suas comunidades.

Capítulo 3 - O Projeto Vale do Varosa

3.1 - Enquadramento da área de estudo

O PVV agrega uma rede de monumentos distribuída por dois concelhos, Lamego e Tarouca. Estas duas unidades territoriais fazem hoje parte do distrito de Viseu, da região do norte de Portugal (NUTSII) e da sub-região do Douro (NUTS III)⁹³. São ainda dois concelhos membros da Associação de Municípios do Sul do Douro (AMVDS), um agrupamento formado pelos concelhos da sub-região do Douro Sul, formada pelos municípios localizados na margem sul do rio (Figura 1).



Figura 1 - Mapa da região do Douro Sul
Fonte: moimentananet.blogspot.com

Em termos de enquadramento da área territorial relacionada com a presente investigação, torna-se pertinente salientar o facto de esta corresponder a dois concelhos situados no extremo norte de um distrito cujos restantes municípios estão maioritariamente agregados na região centro. Trata-se efetivamente de uma zona de fronteira em termos regionais: o distrito de Viseu é hoje um distrito que agrega sobretudo municípios da região histórica da Beira Alta, mas também da região de Trás-os-Montes e Alto Douro, como é o caso dos concelhos de Lamego e de Tarouca. A aproximação destes dois concelhos mais ao norte do país do que à região centro é uma ideia que ganha corpo se considerarmos ainda duas situações atuais: a primeira, o facto de em termos de promoção turística ambos estarem

⁹³ NUTS é o acrónimo de “Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos”, sistema hierárquico de divisão do território em regiões criado pelo Eurostat no início dos anos 1970, visando a harmonização das estatísticas dos vários países em termos de recolha, compilação e divulgação de estatísticas regionais.

integrados na Região de Turismo do Porto e Norte; a segunda, estarem em termos de gestão do património integrados na Direção Regional da Cultura do Norte⁹⁴.

Em termos de enquadramento histórico, a área em estudo encontra-se situada numa região com um passado relevante em termos regionais e nacionais, percurso que foi moldando a realidade atual de ambos os municípios. No caso de Lamego, uma análise histórica faz-nos salientar episódios marcantes como as Cortes de Lamego⁹⁵. Esta cidade monumental é ainda hoje encimada pelo seu castelo, elemento central do brasão de armas da cidade (Figura 2).



Figura 2 - Brasão da cidade de Lamego
Fonte: pt.wikipedia.org

Existem também trabalhos de arqueologia que comprovam a existência de um castro anterior a este no mesmo local, em torno do qual se desenvolveu inicialmente o povoado. A história de Lamego prende-se fortemente com o seu papel económico na região, inicialmente ligado ao comércio vindo do Oriente peninsular e mais tarde fomentado pela atividade vinícola⁹⁶. Em 1835 a cidade de Lamego foi indicada para ser a capital de distrito, porém perdeu a posição para Viseu a favor da centralidade geográfica desta. Hoje Lamego destaca-se também por possuir a única diocese portuguesa que não corresponde a uma capital de distrito.

Relativamente a Tarouca, a zona geográfica deste concelho terá tido grande relevância na Idade Média, sendo que foi cabeça de um distrito que atingia os rios Paiva e Távora e as Terras de Caria, hoje territórios pertencentes ao concelho de Belmonte. No século VI

⁹⁴ Entretanto será extinta a Direção-Geral do Património Cultural e as suas respetivas direções regionais, com a anunciada reformulação no setor da cultura. Os novos decretos-lei recentemente aprovados, com entrada em vigor no início do ano de 2024, estabelecem a criação de duas novas entidades: o Instituto Público Património Cultural e a entidade pública Museus e Monumentos de Portugal.

⁹⁵ Reunião ocorrida entre 1139 e 1143 entre as Cortes fundantes de Portugal, de que resultou a aclamação de D. Afonso Henriques como Rei de Portugal e definiu as normativas sobre a sucessão dinástica, em vigor até 1834.

⁹⁶ Durante o séc. XV Lamego fruiu das vantagens de uma localização privilegiada no ocidente da Península, na rota de ligação entre as cidades de Braga-Guimarães e Córdova-Sevilha, havendo registo do comércio de especiarias e tecidos orientais trazidos pelos árabes. Nos séculos XVII e XVIII deu-se o incremento do comércio do vinho, fomentado pelas iniciativas de Marquês de Pombal.

Tarouca era uma das seis paróquias da Diocese de Lamego. Da história do concelho destacam-se episódios relacionados diretamente com alguns dos monumentos hoje integrados no PVV, como, por exemplo, a associação do nosso primeiro rei à construção do Mosteiro de S. João de Tarouca⁹⁷ e a construção do Convento de Santa Maria de Salzedas sob ordem da esposa de Egas Moniz⁹⁸. A existência de Tarouca enquanto concelho foi inconstante ao longo da história, sendo de 1262 a primeira carta de foral atribuída ao concelho,



Figura 3 - Brasão da cidade de Tarouca

Fonte: cm-tarouca.pt

renovada em 1514 com novo foral pelo rei D. Manuel. A dissolução das ordens religiosas afetou o tecido social e institucional da região, tendo havido implicações em termos da existência de Tarouca enquanto concelho⁹⁹. Recentemente, em 2004, a vila de Tarouca foi elevada à categoria de cidade, sendo desde então capital de um concelho reformulado pela última vez em 2013. O brasão de armas da cidade de Tarouca representa uma antiga fortificação desaparecida no monte de Alcáçima, sendo que em plano inferior está representado o relevo acidentado do concelho, os cursos de água (rio Varosa) e as produções de vinho e de trigo, importantes na economia tradicional local (Figura 3).

Em termos de panorama sociodemográfico e institucional, a existência intermitente do concelho de Tarouca contrasta com a afirmação histórica de Lamego na região, sendo que atualmente as diferenças entre os dois municípios são significativas (Quadro 1). Efetivamente, quando comparadas as duas realidades concelhias nas quais se localizam os monumentos do PVV, pode-se verificar que o concelho de Lamego possui uma área geográfica maior, mais do dobro das freguesias e mais do triplo da população comparativamente a Tarouca. Em termos de instituições, Lamego possui hospital e uma universidade, instituições inexistentes em Tarouca.

⁹⁷ Foi lançada em 1152 a primeira pedra da igreja conventual, após a vitória de D. Afonso Henriques sobre os mouros na batalha de Trancoso.

⁹⁸ Egas Moniz foi um rico homem portugalense da linhagem dos Riba Douro, uma das cinco grandes famílias do Entre Douro e Minho condal do século XII.

⁹⁹ Entre 1801 e 1834 concelho de Tarouca foi elevado a distrito de Vara Branca, estatuto perdido com a dissolução dos Mosteiros de S. João de Tarouca e de Salzedas. Em 1836, deu-se a extinção do concelho de Ucanha que passou a fazer parte do concelho de Mondim da Beira. Em 1896, foram extintos os concelhos de Mondim da Beira e de Tarouca. Com a restauração do Concelho de Tarouca, em 1898, este passou a ter dez freguesias, diminuídas em 2013 para sete com a Reorganização Administrativa do Território.

Quadro 1 – Caraterização dos Concelhos de Lamego e de Tarouca (2021)

	Lamego	Tarouca
Área em km²	165	100
Freguesias	18	7
População	26.656	7.768
Densidade Populacional Km ²	161,1	73.6
População Jovem (- de 15)	13,9%	12,3%
População Adulta (15 aos 64 anos)	66,0%	63.1%
População Idosa (65 ou +)	20,1%	26,6%
Taxa de Desemprego	12%	10%
Estabelecimentos de Ensino	30	4
1º, 2º e 3º Ciclos	23	3
Ensino Secundário	6	1
Ensino Superior	1	0
Hospitais	1	0

Fonte: PORDATA

Dando continuidade a esta linha de enquadramento estruturada na dualidade relativa à área de implantação do PVV, segue-se uma análise dos concelhos em termos da oferta turística, cultural e patrimonial. Em primeiro lugar, através de um olhar aparentemente simplista, mas que salienta: o inquestionável papel que a comunicação digital assume enquanto meio imediato para acesso à informação e à forma como as instituições se apresentam nestes meios. Considerando as páginas *online* das autarquias da área em estudo, atente-se à apresentação do potencial turístico das respetivas áreas concelhias. A página da câmara de Lamego (www.cm-lamego.pt) destaca em “áreas de intervenção” a cultural, que inclui três separadores: cultura, património e turismo. Globalmente, em termos turísticos foca a temática religiosa: em “turismo”, além da oferta em termos de alojamento, artesanato, gastronomia, loja interativa e percursos pedestres, faz a apresentação do caminho interior de Santiago, de festas e romarias e das festas de N.ª. Sr.ª. Dos Remédios. Em “património” é apresentada a oferta do edificado histórico e classificado, incluindo igrejas e conventos nos quais se referem os dois monumentos do PVV situados neste concelho. Em “cultura” há uma listagem de tradições culturais, constituída pelo calendário de festas de carácter religioso. Assim, o *site* da Câmara

Municipal de Lamego revela dois problemas óbvios. Em primeiro lugar, uma estruturação da informação relativa aos bens patrimoniais confusa; por exemplo, veiculando uma divisão entre património material e imaterial, e havendo repetição de informação: em “manifestações culturais” são referidas apenas festas religiosas, informação repetida no separador “turismo” em festas e romarias. Em segundo lugar, a página não refere as instituições museológicas do concelho, como o Museu de Lamego; a página centra-se nos serviços municipais fazendo, por exemplo, a apresentação do Teatro Ribeiro Conceição; porém apresenta a oferta de alojamento, o que não corresponde a um serviço municipal.

Considerando o concelho de Tarouca, na sua página oficial (www.cm-tarouca.pt) o separador “visitar” abriga toda a informação de carácter cultural e turístico, aqui estruturada em: agenda cultural, alojamento, gastronomia, artesanato, património histórico, património natural e festas e romarias. Apresentando breves descrições para os bens patrimoniais situados no concelho, é de salientar que relativamente ao património histórico estão referenciados os monumentos do PVV deste concelho, sem, contudo, ser feita qualquer ligação ou referência ao PVV instituição. O próprio *site* da autarquia apresenta um logótipo com a indicação “Vale do Varosa”, imagem criada para caraterizar um concelho marcado em termos de património natural pela presença do rio Varosa e seus afluentes, não sendo, portanto, uma referência ao PVV, projeto turístico e cultural em estudo nesta investigação. Assim, destaca-se pela negativa quanto a esta página: a não referência ao PVV e a não referência a espaços de visita de destaque no concelho, concretamente as conhecidas caves de vinho da Murganheira, apesar do vinho espumante da marca estar referenciado em “gastronomia”.

Analisando agora com base em dados estatísticos, verifica-se estarmos perante duas realidades concelhias bastante díspares (Quadro 2). Segundo os dados do portal PORDATA, Tarouca é um concelho sem nenhuma instituição museológica¹⁰⁰ e em termos de património possui poucos elementos registados no portal da Direção Geral do Património Cultural. De salientar que Lamego ganha ainda destaque por fazer parte do Alto Douro Vinhateiro, Património Mundial pela UNESCO.

100 Não existe nenhum museu no concelho, apesar da existência de centros interpretativos, espaços museológicos, integrados nos Mosteiros de Stª Maria de Salzedas e de S. João de Tarouca.

Quadro 2 – Bens culturais e patrimoniais nos concelhos de Lamego e Tarouca (2022)

	Lamego	Tarouca
Património Mundial	1	0
Monumentos Nacionais	4	3
Outros bens patrimoniais classificados	32	13
Museus	1 ¹⁰¹	0
Sessões de espetáculos ao vivo	68	1
Ecrãs de Cinema	1	0
Despesas da autarquia em cultura e desporto (%)	12,2	11,4

Fonte: PORDATA; DRCN; SIPA

Em termos de dimensão da atividade turística, os números revelam igualmente duas realidades concelhias distintas. No Quadro 3 podemos ver os dados disponibilizados pelo portal PORDATA relativamente ao retrato concelhio do país quanto ao setor do turismo. De 2010 a 2022, a evolução do número de alojamentos e consequentes proveitos gerados, no concelho de Lamego, são significativos. Verifica-se grande aumento no ano de 2014, bem como aumentos significativos nos anos de 2018 e 2019. Os dois anos seguintes (2020 e 2021) refletem os efeitos provocados no setor pela pandemia Covid19, contudo, a retoma comprova-se com o registo de 32 unidades de alojamento no ano de 2022. Quanto a Tarouca, verifica-se que, até ao ano de 2013, não existem registos de alojamentos turísticos no concelho, sendo que o primeiro ano em que existe registo de uma unidade é em 2014. Porém, em 2016, o concelho apresentava já seis unidades de alojamento, contanto em 2022 com oito unidades. A estada média, considerando o valor total entre turistas nacionais e estrangeiros, foi em 2017 de 1,6 noites em Lamego, enquanto que Tarouca registou 1.3 noites; a média nacional nesse ano foi de 2,7 (INE; 2018). Já em 2022 Lamego registou o valor de 1.7 e Tarouca 1.5 (PORDATA; 2023).

101 Os dados do portal PORDATA estão neste caso desatualizados, pois existem em Lamego pelo menos dois museus, o Museu de Lamego e o Arquivo-Museu Diocesano de Lamego.

Quadro 3 – Quantidade de alojamento turístico versus proveitos das dormidas em Lamego e Tarouca (2010-2022)

	Lamego		Tarouca	
	N.º de Alojamentos	Proveitos totais dos alojamentos turísticos (milhares de euros)	N.º de Alojamentos	Proveitos totais dos alojamentos turísticos (milhares de euros)
2010	8	4.768	0	0
2011	11	5.289	0	0
2012	11	4.194	0	0
2013	10	4.460	0	0
2014	19	4.618	1	s.d.
2015	21	5.806	2	s.d.
2016	24	12.623	6	294
2017	24	12.932	5	231
2018	26	15.954	4	272
2019	31	20.610	4	268
2020	23	9.513	7	352
2021	30	16.568	7	569
2022	32	30.812	8	877

Fonte: PORDATA

Em consulta ao portal SIGTUR, que disponibiliza informação estatística da responsabilidade do Turismo de Portugal I.P., poder-se-á ter uma outra perspetiva dos concelhos em termos turísticos (Quadro 4). Com os dados disponibilizados para o ano de 2023, pode-se ver que Lamego aumentou de 32 para 36 os seus empreendimentos turísticos, enquanto Tarouca teve o acréscimo de um empreendimento. Pode-se também ter uma perspetiva sobre a capacidade de atração em termos de estadia para viajantes com maior poder de compra, pois a capacidade de alojamento em hotéis de 4 ou 5 estrelas é muito maior do que no concelho de Tarouca. O valor de 71 camas/utentes em Tarouca deve-se à existência do Douro Cister Hotel, de 4 estrelas e aberto em 2015 na freguesia de Ucanha. Apresentam-se ainda dados relativos ao alojamento local, modalidade mais informal de alojamento, onde Lamego também apresenta maior capacidade.

Quadro 4 – Oferta de alojamento turístico em Lamego e Tarouca (2023)

	Lamego	Tarouca
Nº de Empreendimentos Turísticos (ET)	36	9
Nº de camas em ET	1234	166
Nº de camas em ET de 4* e 5*	773	71
Nº de Unidades de Alojamento Local	96	28
Nº de camas em alojamento local	680	213

Fonte: SIGTUR – Sistema de Informação Geográfica do Turismo

3.2 - Apresentação do Projeto Vale do Varosa

O Projeto Vale do Varosa (PVV) assumiu destaque nos últimos anos em Portugal por ser uma iniciativa de reconhecido sucesso ao criar uma rota de turismo cultural no interior do país. Em torno do rio Varosa, que dá nome ao Projeto, esta iniciativa visou instalar na região, correspondente aos concelhos de Tarouca e Lamego, uma rede de espaços de visita cultural, que se apresenta segundo o conceito de *Território Histórico*. A concentração de imóveis e elementos históricos de elevado interesse turístico-cultural sustentou o nascimento desta iniciativa que hoje integra cinco espaços de valor patrimonial classificado.

A intenção de constituir uma rede visitável de monumentos enquanto produto reúne três instituições distintas: Museu de Lamego, em termos de gestão corrente e direta do produto; Direção Regional da Cultura do Norte, em termos de gestão estratégica do produto; e Ministério da Cultura, em termos de tutela e financiamento. Numa primeira abordagem, o entendimento da realidade da iniciativa do PVV pode parecer confusa, pelo que se apresenta uma tabela que sintetiza os dados fundamentais relativos ao mesmo (Quadro 5).

Quadro 5 - Projeto Vale do Varosa (Tabela Síntese)

Enquadramento Geográfico	1 Distrito (Viseu) 2 Concelhos (Lamego e Tarouca) 2 Regiões Vinícolas (Região Demarcada do Douro e Região Távora – Varosa)
Monumentos da Rede	Capela de São Pedro de Balsemão (Lamego) Convento de Santo António de Ferreirim (Lamego) Mosteiro de São João de Tarouca (Tarouca) Mosteiro de Santa Maria de Salzedas (Tarouca) Ponte Fortificada de Ucanha (Tarouca)
Entidades Envolvidas (forma direta)	Vale do Varosa (produto) Museu de Lamego (gestão corrente e produto) Direção Regional da Cultura do Norte (gestão estratégica e de produto) Ministério da Cultura (tutela e financiamento)
Entidades Envolvidas (forma indireta)	1 Região de Turismo (Região de Turismo do Porto e Norte) 2 Autarquias (C.M. de Lamego e C.M. Tarouca)

Fonte: autor

Em termos do processo de constituição do PVV, pode-se identificar algumas etapas fundamentais. O processo teve na década de 1990 a sua fase embrionária, com a retoma de património até então em propriedade privada; por parte da igreja, no caso do Mosteiro de Salzedas, pela Diocese de Lamego, ou pelo Estado, no caso do Mosteiro de Tarouca, pelo extinto IPPAR, o que permitiu o início da sua recuperação. À data, estas entidades recuperaram um património monumental que havia sofrido uma degradação progressiva e que vira o seu espólio pilhado e destruído, tal como se irá salientar no ponto seguinte deste capítulo.

Entre 1996 e 2007, foram levados a cabo pela DRCN investimentos para a recuperação dos três monumentos que vieram a formar o núcleo inicial do Projeto: Mosteiro de St^a. Maria de Salzedas, Mosteiros de S. João de Tarouca e Convento de Ferreirim¹⁰². Estas intervenções foram feitas com os objetivos fundamentais da salvaguarda e da valorização dos monumentos num contexto individual.

¹⁰² Estes investimentos foram feitos ao abrigo de candidaturas apresentadas ao III Quadro Comunitário de Apoio em candidaturas individuais: Mosteiro de São João de Tarouca (POCultural), Mosteiro de Santa Maria de Salzedas (PONorte) e Convento de Santo António de Ferreirim (PONorte – medida n.º 39)

Em 2007, com a extinção do antigo IPPAR, a DRCN propõe a integração do Mosteiro de S. João de Tarouca num projeto regional. Neste âmbito, foi levado a cabo no ano de 2008 um diagnóstico e plano preliminar de ação, estudo para a definição dos objetivos do projeto e análise da região em termos de dinâmicas turísticas e culturais¹⁰³. No seguimento deste estudo, foi submetida candidatura a fundos europeus para um projeto de intervenção com a designação “Vale do Varosa”, pensado para ser implementado entre os anos de 2009 e 2016¹⁰⁴. Esta candidatura surge no sentido da otimização dos investimentos antes efetuados, entre 1996 e 2007, em contexto de imóveis individuais. Agora a intenção é potenciar um desenvolvimento turístico de conjunto entre os referidos três monumentos. Além da perspetiva de conjunto, pretendia-se igualmente uma mais ampla articulação com a zona do Douro, Património da Humanidade.

Em termos de conceptualização, a candidatura foi apresentada com o intuito de criar uma *“rede de estruturas e soluções segundo o conceito de território histórico”* com uma *“estratégia integrada a nível regional beneficiando de uma elevada concentração de elementos históricos de elevado interesse turístico-cultural”* (Sebastian, 2013). Surgia, assim, a formalização de uma ideia que se ia tornando realidade, pois os três monumentos assumiam progressivamente um papel de destaque nos percursos de visita feitos pelos turistas na região, complementos cada vez mais evidentes ao centro histórico de Lamego do qual estão próximos. Este passo veio fortalecer o valor patrimonial (individual) de cada um dos três imóveis, integrando-os numa nova noção de fruição conjunta potenciada por uma envolvente paisagística comum. Segundo as informações de apresentação do Projeto, o seu objetivo norteador era o “desenvolvimento do turismo cultural como motor de desenvolvimento regional”, através de uma gestão, plano de atividades e recursos financeiros, materiais e humanos próprios.

Em 2012, dá-se a integração do Museu de Lamego na DRCN. O PVV passa a ser gerido por este museu, assumindo a DRCN o papel de instituição responsável pela gestão estratégica. Em 2014, dá-se o primeiro alargamento da rede visitável com a Ponte Fortificada de Ucanha e a Capela de São Pedro de Balsemão a integrarem o Projeto. Este

¹⁰³ Este estudo passou pelo levantamento dos imóveis classificados e elementos de valor histórico, definição de percursos pedestres a potenciar, identificação de estruturas de lazer (museus, teatros, cinemas e auditórios, de estruturas turísticas (postos de turismo, unidades hoteleiras e restauração) e a oferta de roteiros existentes na região (Sebastian, 2013).

¹⁰⁴ A candidatura foi feita ao programa de apoio ON.2 – O Novo Norte. Programa Operacional Regional do Norte – Turismo Douro-Infraestrutural.

desde o seu início que apontava o objetivo do alargamento, como via de potenciar a consistência do Projeto e valorizar o conjunto inicialmente constituído. Este alargamento deu origem ao formato que a rede visitável possui atualmente (figura 4).



Figura 4 - Distribuição territorial do PVV
Fonte: Luís Sebastian

Em 2016, foram terminadas as ações de intervenção do Projeto, com a abertura plena em rede integrada de todos os monumentos e com a finalização em termos da preparação para receção de visitantes. Nesse ano, o PVV assume-se um projeto consolidado e concluído, nos termos da proposta definida em 2009. Durante os dois anos seguintes não ocorreram intervenções estruturais, sendo o período entre os anos de 2017 e 2018 coincidente com a altura em que esta investigação foi planeada. Já com a investigação em curso, deu-se início em 2019 uma segunda etapa de intervenção definida como “Vale do Varosa 2”, cujas ações ainda decorrem. Deste modo, importa novamente reforçar que esta pesquisa tomou por referência as intervenções efetuadas até 2018. Porém, foi sendo feito um acompanhamento dos processos de intervenção no PVV em termos desta 2ª fase, como forma de aprofundar o entendimento sobre a realidade atual do objeto de estudo. Esse acompanhamento permitiu também limar as propostas de intervenção apresentadas no capítulo seis da tese, aplicáveis a este e outros projetos patrimoniais de cariz semelhante.

Feito este enquadramento sobre o processo de constituição do PVV, os seguintes pontos do presente capítulo procuram: apresentar os monumentos do Projeto e as ações de intervenção ocorridas nestes; enquadrar a relação do Museu de Lamego no Projeto, apresentando as atividades promovidas para dinamização e divulgação deste; analisar o PVV cruzando os objetivos definidos para a sua implementação com a efetiva ocorrência de ações no sentido do seu cumprimento.

3.3 – Os monumentos do Projeto Vale do Varosa: história, recuperação, patrimonialização e musealização

Como visto no ponto anterior, a intenção desta investigação é estudar uma iniciativa que procurou promover a articulação de uma série de monumentos. Surge bastante evidente que o Projeto procura valer-se da proximidade ao Douro Património da Humanidade, classificado desde 2001, ao qual procura associar-se. A referência sistemática ao Douro nas comunicações oficiais do Projeto indicia que se quer relacionar o PVV com uma região classificada, numa lógica de afirmação conjunta de um destino cultural de referência. Esta associação é fundamentada por dois fatores essenciais. O primeiro, de natureza geográfica, pois o Projeto está implementado no vale do rio Varosa, rio afluente do Douro; o segundo, de natureza histórica e económica, pois o Projeto engloba dois dos mosteiros cistercienses, as comunidades religiosas que implementaram a cultura vitivinícola na região hoje reconhecida pela UNESCO exatamente pela importância da paisagem e cultura do vinho.

Embora o PVV não seja uma rede visitável de monumentos apenas centrada na temática de Cister, ele inclui os dois mosteiros da ordem com mais proximidade geográfica entre si no nosso país: o Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, ao qual está associada a Ponte Fortificada do Ucanha, outro dos monumentos da rede, e o Mosteiro de S. João de Tarouca, o monumento mais icónico do Projeto e que teve o processo de recuperação mais complexo. Neste sentido, torna-se necessária uma contextualização em torno desta ordem religiosa no presente capítulo. Esta abordagem permitirá salientar a conexão existente do PVV aos monges cistercienses, pois com estes estão efetivamente relacionados três dos monumentos da rede.

Em Portugal, a região das Beiras está fortemente relacionada com a implantação da ordem de Cister por duas razões. A primeira, deve-se à proteção régia que a ordem teve para a

sua constituição neste território, tendo sido inclusivamente fundados mosteiros por iniciativa direta de D. Afonso Henriques. Através da constituição destes, garantia-se a consolidação de um reino apoiado por uma instituição religiosa, cuja vocação povoadora, centrada na matriz beneditina da oração e do trabalho, promovia a fixação de populações rurais desta forma orientadas em termos espirituais e de sobrevivência (Resende, 2015, p.14). Por outro lado, há a assinalar a adequação geográfica da região ao espírito cisterciense de busca de comunhão com a natureza, do isolamento e do afastamento das cidades (Martins; 2012). Esta filosofia de vida vai ao encontro dos princípios da ordem: recolhimento espiritual, autossobrevivência e austeridade (Castro & Sebastian; 2008: p.5). Foi em função deste conjunto de fatores que se implantaram na região os mosteiros cistercienses a partir do séc. XI, com edificações marcantes para o território e cujas culturas agrícolas permaneceram ao longo do tempo: nas granjas cistercienses estava a base das atuais e principais quintas vinhateiras da região, tendo assim a ordem um papel fundamental em termos históricos para a afirmação do Douro enquanto região vinhateira de excelência.

A Ordem de Cister foi fundada em França no Mosteiro de Cîteaux, em 1098¹⁰⁵. Na designada Carta de Caridade, possui definidas as regras cistercienses das quais importa aqui salientar duas principais: o princípio da constituição de comunidades monásticas divididas entre monges professos e monges conversos¹⁰⁶ e a base do sistema de exploração agrícola, uma das mais reconhecidas marcas da ordem. De forma a criar um espaço monástico adequado ao cumprimento dos dois princípios, a divisão interna dos membros da ordem e a adequação do território aos trabalhos agrícolas, a Ordem de Cister tinha definições claras quando à estruturação do espaço monástico e quanto à localização física dos seus mosteiros. Relativamente à estrutura do espaço monástico, a disposição medieval dos edifícios correspondia a uma construção fechada sobre si, de forma quadrada, em que a lateral situada no plano mais elevado face aos restantes edifícios

¹⁰⁵ *Cîteaux* significa Cister em português, de onde advém o nome da ordem.

¹⁰⁶ As comunidades cistercienses eram divididas em monges professos e monges conversos. Os primeiros tinham origem em classes mais privilegiadas, estando ligados ao quotidiano espiritual, à organização dos ritos religiosos diários e a um sistema de clausura que os libertava da maior parte do trabalho físico. Já os monges conversos tinham origem em camponeses convertidos à ordem, destinados ao cumprimento das atividades de trabalho da terra, praticando de forma mais simples nos ritos religiosos que aprendiam durante um primeiro ano obrigatório de noviciado. Estes últimos satisfazem a necessidade de mão de obra para os trabalhos do couro monástico e deram corpo ao sucesso da economia dos mosteiros da ordem. Com dormitórios e refeitórios distintos, possuíam ainda áreas diferentes para a permanência na igreja e portas de acesso distintas para o interior desta (Sebastian & Brás; 2015).

abrigava o corpo da igreja. As dependências monásticas, situadas a norte ou a sul da igreja, formavam duas alas separadas pelo claustro: as alas dos monges e a ala dos conversos, perpendiculares ao corpo da igreja (Castro & Sebastian, 2013, p.27). Quanto à localização, privilegiavam-se vales férteis com cursos de água nas proximidades, em detrimento de locais elevados ou próximos de aglomerados urbanos. São Bernardo, abade do Mosteiro de Clairvaux, entre 1120 e 1153 foi o grande impulsionador da expansão da Ordem na Europa, promovendo a fundação de centenas de mosteiros. Porém, após um período de decadência geral por toda a Europa, a Ordem veio substituir a sua organização centralizada a partir da casa fundadora em França por uma reorganização distinta dentro de cada reino. Em Portugal, em 1567, a Congregação Cisterciense de Santa Maria de Alcobaça assume a liderança, dando início a um novo período de grande dinamismo da Ordem no nosso país até ao século XVIII.

Na Europa, o património de Cister é hoje um importante elemento em termos de edificado com significado patrimonial e cultural fora dos grandes centros urbanos, pelas razões acabadas de evidenciar. Em Portugal, a DGPC promove os Itinerários de Cister, divulgando os monumentos hoje sob a posse do Estado¹⁰⁷. Em termos europeus, a Rota de Abadias Cistercienses é um Itinerário cultural reconhecido pelo Conselho da Europa¹⁰⁸. Esta rota é promovida por uma associação, cuja missão é conservar, divulgar e promover o património legado por esta ordem e que criou uma “unidade cultural na Europa antes de pensarmos na União Europeia enquanto realidade” (Nuno Resende, 2014, entrevista)

Feita esta contextualização da Ordem de Cister, prossigo apresentando os monumentos da rede do PVV de forma individualizada. Esta apresentação procurará efetuar um enquadramento em termos históricos e em termos dos respetivos processos de recuperação e consequentes ações de patrimonialização e musealização. Aqui, duas questões devem ser esclarecidas. A primeira, que faço a apresentação dos monumentos recorrendo ao critério cronológico, segundo a data de abertura ao público no contexto do PVV. A segunda, que para esta apresentação me baseio em grande parte no material

¹⁰⁷ Os monumentos sob alçada da DGPC são nove e encontram-se todos situados no norte e centro do país. Entre estes estão os Mosteiros de STª. Mª de Salzedas e de S. João de Tarouca.

¹⁰⁸ A Carta Europeia das Abadias e Sítios Cistercienses reúne cerca de 180 associados de onze países. A esta associação encontram-se ligados sete locais em Portugal, nem todos correspondentes aos mesmos locais promovidos pela DGPC. O Mosteiro de João de Tarouca encontra-se afiliado.

publicado no contexto do próprio PVV, procurando considerar a documentação que foi sendo divulgada pelos seus intervenientes diretos à medida que os processos de implementação do Projeto foram sendo concluídos. De facto, esta investigação não possui um carácter estritamente histórico, não procurando colocar em primeiro plano de análise as questões técnicas e artísticas dos monumentos referidos. Contudo, dada a necessidade de contextualização em relação ao objeto de estudo, decidi que não podia desconsiderar todo o trabalho de investigação efetuado pelos profissionais diretamente envolvidos com o PVV acerca destes espaços. Neste âmbito, são fundamentais os trabalhos publicados por Ana Sampaio e Castro e por Luís Sebastian¹⁰⁹.

3.3.1 - Mosteiro de Santa Maria de Salzedas



Imagem 1 - Perspetiva geral do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas
Fonte: Pedro Martins / DRCN

Localizado na freguesia de Salzedas, concelho de Tarouca, o Mosteiro de Santa Maria de Salzedas é um mosteiro da Ordem de Cister, cuja construção se iniciou em 1168. Encontra-se inserido nas margens da Ribeira de Salzedas que desagua no Rio Varosa, um percurso de água que nasce no concelho de Moimenta da Beira e traça um percurso fértil de um vale da zona. Geograficamente, este Mosteiro está localizado na Beira Alta, mais

¹⁰⁹ Ana Sampaio e Castro é arqueóloga; enquanto técnica do IPPAR foi diretora da intervenção arqueológica no Mosteiro de S. João de Tarouca. Luís Sebastian é arqueólogo; enquanto técnico do IPPAR foi coordenador científico da intervenção arqueológica no Mosteiro de São João de Tarouca, entre 1998 e 2007. Entre 2009 e 2018 foi diretor do Museu de Lamego e coordenador do PVV, enquanto técnico da DRCN. Foi desde junho de 2018 assessor de direção na extinta DRCN.

precisamente na denominada região de Riba Douro, atualmente designada por Douro Sul. Fica situado a cerca de 2 quilómetros da freguesia de Ucanha, onde se localiza a Ponte e a Torre da Ucanha, outros dos monumentos integrados no PVV.

A obra de Ana Sampaio e Castro (2014), *O Mosteiro de Salzedas: da fundação à extinção*, apresenta-se como seminal para o entendimento deste monumento e da sua importância ao longo do tempo, pois resulta de uma profunda investigação promovida pelo próprio PVV ¹¹⁰. Nesta obra, a autora apresenta a historiografia do monumento, as suas origens, elabora a descrição do Mosteiro e dos seus espaços ao longo dos tempos e faz a análise dos territórios que foram sua pertença. As informações que se seguem têm por base esta publicação. Relativamente à historiografia, a autora confirma a existência de manuscritos dos séculos XV e XVIII, que terão sido a base das publicações posteriores respeitantes ao território de Lamego em que o Mosteiro é referido. Contudo, as obras mais consistentes sobre o Mosteiro surgiram no século XVII pela mão de monges cronistas da Ordem de Cister, pertencentes ao Mosteiro de Alcobaça. Há também referências ao Mosteiro em documentos de carácter paroquial e municipal dos séculos XVIII e XIX, e mais recentemente, estudos mais abrangentes nos quais o Mosteiro de Salzedas é destacado, uns dedicados ao estudo da Ordem de Cister em Portugal e, outros, no âmbito da história da arte, com olhares sobre a azulejaria, o estilo barroco e as obras de pintura do Mosteiro.

Relativamente às suas origens, a autora esclarece sobre a existência de vestígios de um mosteiro anterior, que terá sido transferido para a atual localização, proveniente do lugar de Abadia Velha, a 1,4 quilómetros de distância a noroeste¹¹¹. A existência do Mosteiro de Salzedas surge pela primeira vez num documento de 1155, parecendo advir o nome Salzedas do latim *salicetum*, termo que significa salgueirais, arvore à época comum nas margens do rio Varosa. Com a construção iniciada em 1168, a sagração da igreja do Mosteiro terá ocorrido em 1225. Documentação existente comprova que o local hoje referido por Abadia Velha teria então uma edificação religiosa com o nome de Mosteiro

110 Ana Sampaio e Castro é licenciada em História, variante Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra. Tem desenvolvido trabalho de investigação centrado no Vale do Varosa, sendo mestre em História e Arqueologia da Expansão Portuguesa pela Universidade Nova de Lisboa, com o tema “Cerâmica europeia de importação no Mosteiro de S. João de Tarouca (séculos XV – XVIII). Atualmente é bolsista de doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia em Arqueologia Histórica, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com o tema “Povoamento Rural no Vale do Rio Varosa: da reconquista à Segunda Dinastia”.

111 Atualmente, o sítio da Abadia Velha onde se encontram as ruínas do antigo mosteiro, está classificado como Imóvel de Interesse Público (Decreto-lei N. 516/71 de 22 de novembro).

de Argeriz, situado num território que pertencia por herança à segunda mulher de Egas Moniz, D. Teresa Afonso¹¹². Assim, é certo que terá existido um mosteiro cisterciense em Abadia Velha que ficou inacabado; houve depois a sua transferência para a localização atual e o abandono efetivo do anterior mosteiro terá ocorrido após 1225, aquando da sagração de Santa Maria de Salzedas¹¹³. Essa transferência terá sido motivada pelo facto da anterior localização ser propícia à ocorrência de cheias, dada a proximidade do Rio Varosa (Martins, 2012)

Quanto à caracterização do edificado e dos espaços do Mosteiro ao longo dos tempos, com recurso à informação documental existente e face aos vestígios físicos visíveis no local, Ana Sampaio e Castro (2014) elabora uma representação desses espaços em plantas para diferentes épocas. Na época medieval, a planta do Mosteiro limitar-se-ia à igreja, cujo formato se baseava na planta com três naves centrais e duas laterais, sendo difícil projetar o aspeto dos restantes edifícios monásticos pertencentes ao complexo devido à inexistência de vestígios¹¹⁴. O claustro medieval terá sido totalmente substituído em 1700, sendo que ao longo dos séculos XVI, XVII e XVIII se deu a transformação progressiva de toda a área monástica, com alteração definitiva do aspeto medieval do Mosteiro, bem como modificações estruturais e estilísticas. Pode ser visto no Anexo 2 desta tese a reconstituição da planta do Mosteiro em dois períodos temporais: as áreas que terão existido no séc. XII, a fase medieval, e as construídas entre os séculos XVI e XVII (imagem 2) e entre os séculos XVIII e XIX, a época de maior ampliação do complexo. Deste último período destaca-se o monumental claustro do séc. XVIII, projetado pelo arquiteto maltês Carlos Gimac (1651-1730) (imagem 3).

112 Dona Teresa Afonso terá em 1156 entregue o seu território aos monges, patrocinando a implementação de um mosteiro a ser erigido segundo os cânones da ordem de cisterciense (Sampaio; 2014, p.24).

113 Para a sua fixação, a comunidade carecia da existência de um mosteiro cuja igreja tivesse tido previamente a sua sagração.

114 Porém, nesta fase, há documentação que comprova a existência de áreas em conformidade com as regras dos edificados religiosos cistercienses, nomeadamente um dormitório, o *armarium*, um auditório, as salas dos monges e dos noviços e a sala do capítulo, esta última a única com vestígios atuais.



Imagem 2 - Claustro do séc. XVII (Claustro da Colação)
Fonte: www.culturanorte.py



Imagem 3 - Claustro do século XVIII (Sala do Capítulo)
Fonte: Pedro Martins / DRCN

Relativamente ao território, o couto monástico do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas incluiria o território envolvente à anterior Abadia Velha, com fronteira a sul no couto do Mosteiro de São João de Tarouca. A localidade de Ucanha, no séc. XVII designada por Vila da Ponte, era estratégica pela travessia que proporcionava do rio Varosa, de ligação entre Lamego e Trancoso. Junto a essa ponte, o Mosteiro edificou uma torre para depósito de mercadorias e pagamento de portagem pelos viandantes. Subsistem hoje evidências de vias de comunicação construídas, com vários metros de calçada das vias antigas, nomeadamente a noroeste do couto junto à povoação de Murganheira. O Mosteiro de Salzedas possuía ainda propriedades para além dos limites do seu couto, a uma escala regional e nacional¹¹⁵.

Após a sua extinção, em 1834, no contexto da extinção das ordens religiosas em Portugal, o Mosteiro ficou profundamente e progressivamente arruinado, em termos de edifício e do seu espólio. Contudo, apesar do saque de que foi alvo, permaneceram no edifício importantes obras de pintura, relevantes no panorama nacional¹¹⁶. A igreja do Mosteiro passou a servir a paróquia local, porém, as restantes dependências do Mosteiro foram vendidas em hasta pública e progressivamente desmanteladas para reaproveitamento de materiais como a pedra, madeira, telha e azulejos.

¹¹⁵ Estas propriedades abarcavam os distritos de Vila Real, Porto, Aveiro, Viseu, Guarda e Castelo Branco. Teriam sido obtidas através de doações ou compra, sobretudo as que ficavam mais próximas do Mosteiro, mas também através de escambo ou a prazo. Segundo Ana Sampaio e Castro (2014), as razões para as doações ao Mosteiro seriam diversas, desde a procura de sepultura no Mosteiro para os dadores ou seus descendentes até como pagamento de missas ou preces semanais a serem efetuadas pelos monges.

¹¹⁶ Do espólio de pintura de Mosteiro, em parte exposto no seu núcleo museológico, destacam-se obras de pintores que trabalharam em Salzedas, particularmente Grão Vasco, entre 1511 e 1515; Bento Coelho da Silveira, entre 1677 e 1685; e Pascoal Patente, em 1764.



Imagem 4 - Fachada da igreja do Mosteiro de Salzedas
Fonte: www.culturanorte.pt



Imagem 5 - Nave central da igreja do Mosteiro de Salzedas
Fonte: Manuel Melo

As dependências do Mosteiro que sobreviveram, os dois claustros e parte da noviciaria do século XVII, tiveram vários proprietários ao longo dos anos, tendo sido recuperados pela igreja apenas nos últimos anos. A classificação como Imóvel de Interesse Público, em 1978, reforçada com a reclassificação como Monumento Nacional, em 1997, vieram inverter um longo período de abandono do edifício¹¹⁷. A partir de 2002 dá-se início à primeira fase de restauro dos edifícios através de um protocolo assinado entre a Diocese de Lamego e o Estado português. Em 2009, o Mosteiro é integrado no PVV e, a partir do ano seguinte, a DRCN promove uma segunda fase de recuperação do edificado em três etapas de intervenção: igreja, noviciaria e claustros. Neste período procede-se de igual forma ao restauro da parte mais significativa do espólio restante, nomeadamente 32 pinturas de cavalete e oito pinturas do arcaz da sacristia, que darão origem ao núcleo museológico de arte sacra do Mosteiro. Parte das pinturas de cavalete vieram a integrar posteriormente um outro espaço museológico, de carácter interpretativo. O Mosteiro abriu ao público a 26 de outubro de 2011, tendo sido o primeiro da rede de monumentos a ficar concluído. Em 2014, viu a sua envolvente ser classificada como Zona Especial de Proteção¹¹⁸.

¹¹⁷ Imóvel de Interesse Público pelo Decreto n.º 95/78, publicado no Diário da República, I Série, n.º 210, de 12 de setembro de 1978. Monumento Nacional pelo Decreto n.º 67/97, publicado no Diário da República, I Série-B, n.º 301, de 31 de dezembro de 1997.

¹¹⁸ Portaria 291, publicada no Diário da República, II Série, n.º 83, de 30 de abril de 2014. Esta classificação reforça o poder da DRCN, sendo que dentro da zona protegida não é possível construir ou fazer qualquer alteração na paisagem sem autorização desta entidade.



Imagem 6 - Pinturas restauradas no arcaz da sacristia, no núcleo museológico de arte sacra de Salzedas

Fonte: <http://www.culturanorte.pt/pt/patrimonio/mosteiro-de-santa-maria-de-salzedas>

Os trabalhos efetuados no Mosteiro de Salzedas a partir da ação da DRCN foram claramente orientados para a devolução do usufruto do monumento ao público, sendo o percurso visitável também organizado tendo em vista a aplicação de um projeto de musealização.

Para compreender todo o processo de recuperação realizado está disponível a publicação *Mosteiro de Salzedas: Núcleo Museológico*, da autoria do seu coordenador Luís Sebastian (2013), que esclarece sobre os trabalhos feitos em prol da criação do centro interpretativo do Mosteiro. A ideia central para a conceção deste espaço foi a criação de um núcleo museológico que albergasse as peças mais significativas e servisse de centro de interpretação do sítio (Sebastian, 2013). Assim, este núcleo museológico ficou instalado na antiga noviciaria, parte do complexo construído nos séculos XVII-XVIII. Corresponde ao piso superior do Mosteiro, que seria originalmente um corredor de acesso às celas dos noviços, sendo que a área expositiva abrange o *hall* de entrada do piso e mais duas salas criadas de função abrangente. Em termos de operacionalização, este núcleo museológico teve como primeira etapa a elaboração do inventário descritivo e fotográfico do espólio existente no Mosteiro, tendo em vista a criação de uma base de dados através da qual fosse possível estabelecer prioridades para a conservação das peças, segundo os seus graus de importância histórica e artística. Após este trabalho, foi assumida pela coordenação do PVV a necessidade de se apresentar ao público uma exposição promotora da interpretação do espaço. Neste sentido, optou-se pela elaboração de conteúdos que

enquadrassem aspetos relativos à vivência monástica, com base no espólio existente, o qual foi sujeito a intervenção de restauro.

A exposição patente na área expositiva do Mosteiro intitula-se *Fragmentos: Expressões de arte religiosa do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas* e está organizada em quatro áreas expositivas: pintura, escultura, arquitetura e ourivesaria¹¹⁹. Perante o “caráter fragmentário do espólio sobrevivente, procurou-se construir um discurso expositivo coerente” para uma exposição, cuja montagem esteve condicionada pela limitação do espaço, levando a “reduzir as soluções expositivas ao essencial, de forma despretensiosa e elementar” (Sebastian, 2013, p.105). Mais concretamente, a apresentação das peças ao nível do olhar do visitante e a eliminação das barreiras físicas à aproximação do observador foram estratégias adotadas e justificadas como meios de criação de um ambiente expositivo de informalidade e intimidade. Relativamente à exposição, duas particularidades finais devem ser salientadas: a apresentação de uma cela de noviço integrada no percurso expositivo, a única que subsiste no Mosteiro; e no núcleo de escultura, a presença de peças vindas de capelas da região, situadas em antigas propriedades do Mosteiro, o que cria uma exposição envolvente em termos regionais, extrapolando a relevando a coleção exposta para além dos limites físicos do Mosteiro. L. Sebastian (2013) termina a sua publicação justificando as opções técnicas da montagem da exposição, nomeadamente quanto à fixação das peças de pintura e à iluminação destas e restantes obras¹²⁰, bem como quanto ao enquadramento dos conteúdos expositivos criados, em formato texto e multimédia¹²¹.

¹¹⁹ O núcleo de pintura organizou-se focando o espólio de pintura do Mosteiro dos séculos XVI (Grão Vasco), XVII (Bento Coelho da Silveira) e XVIII (Pascoal parente); o de arquitetura é constituído por elementos arquitetónicos do edifício medieval, com destaque para elementos do claustro, pela sua raridade e pelo valor artístico da decoração dos seus capiteis; o de ourivesaria é constituído por peças do século XVII e XVIII, com destaque para os relicários de São Bento e São Bernardo.

¹²⁰ Em termos da afixação das obras de pintura, as telas de Bento Coelho da Silveira e de Pascoal Parente foram expostas em volumes simuladores de segmentos de parede, com um parte inferior mais adiantada de forma a criar uma distância de segurança face à peça; para as duas pinturas sobre tábuas de Grão Vasco foi criado um sistema de suspensão em parede de vidro, com a reprodução anexa colada no vidro de duas outras pinturas hoje em posse do Museu Nacional Soares dos Reis que fariam parte de um mesmo retábulo, contextualizando-se assim uma obra original. Em termos de iluminação, a aposta foi num sistema de projetores LED suspensos e de fitas LED mais próximas para as peças de escultura e ourivesaria, sistemas em bateria de lítio recarregável; também a salientar a cela de noviço como espaço mais escuro da exposição para alusão a um ambiente introspetivo, propício à aproximação do visitante perante a vivência da comunidade monástica que ali permaneceu.

¹²¹ Em termos de produção de conteúdos expositivos, fazem parte da exposição: dois painéis informativos à entrada da exposição, um com uma introdução à Ordem de Cister e ao Mosteiro, e, um outro, com a linha cronológica do monumento; a produção de uma brochura ilustrada multilingue vem complementar a opção das legendas das obras apenas em português; a produção de material áudio para ambiência sonora na



Imagem 7 - Entrada da exposição interpretativa do Mosteiro de Salzedas
Fonte: <http://www.culturante.pt/pt/patrimonio/mosteiro-de-santa-maria-de-salzedas>



Imagem 8 - Núcleo de pintura no centro interpretativo do Mosteiro de Salzedas
Fonte: <http://www.culturante.pt/pt/patrimonio/mosteiro-de-santa-maria-de-salzedas>



Imagem 9 - Cella de noviço no Centro Interpretativo do Mosteiro de Salzedas
Fonte: <http://www.culturante.pt/pt/patrimonio/mosteiro-de-santa-maria-de-salzedas>



Imagem 10 - Núcleo de escultura do Centro Interpretativo do Mosteiro de Salzedas
Fonte: <http://www.culturante.pt/pt/patrimonio/mosteiro-de-santa-maria-de-salzedas>

3.3.2 - Mosteiro de São João de Tarouca

O Mosteiro de São João de Tarouca encontra-se localizado na freguesia homónima, no concelho de Tarouca, distrito de Viseu. Situado num vale rodeado por várias elevações agregadas à Serra de Leomil, encontra-se em pleno vale do Rio Varosa – mais concretamente, dentro do espaço monástico juntam-se duas ribeiras que formam uma linha de água designada por Corgo, subsidiária do rio Varosa, que passa a 200 metros a oeste do Mosteiro (Castro & Sebastian, 2002). Para iniciar o enquadramento histórico desde complexo monástico é preciso fixar desde logo a data de 1140, ano em que D. Afonso Henriques outorga a sua primeira carta de couto ao Mosteiro, bem como a data

exposição, recria o ambiente de rotina ao encontro da função original do espaço expositivo (sons da natureza exterior, da abertura de portas, toques do sino, etc.); um filme documental, em projeção contínua no auditório criado, apresenta o programa de recuperação do Mosteiro e faz notar a importância da continuidade de trabalhos de recuperação ainda necessários no futuro.

de 1154, em que foi dado início à construção da igreja segundo os cânones cistercienses. Durante muito tempo foi considerado o primeiro mosteiro da Ordem de Cister no nosso país. Porém, nas últimas décadas, têm surgido diversos autores que discordam desta interpretação, não sendo, portanto, uma questão consensual. Mais consensual é a ideia de que, antes do Mosteiro estar sob ocupação dos monges cistercienses, terá existido no local uma comunidade de tradição eremítica beneditina¹²². Mas, é um facto que a ocupação posterior é da Ordem de Cister: o edificado deste Mosteiro possui as características de construção da Ordem e, quanto à localização, encontra-se num vale fértil e irrigado. No entanto, os monges do Mosteiro de S. João de Tarouca não terão vivido em total isolamento face à proximidade de um povoado: esta ideia ganha sentido face aos registos de expansão progressiva dos territórios do Mosteiro que obriga a substituir a visão de monges em clausura por outra da sua comunidade orientada para o contacto com a comunidade envolvente.



Imagem 11 – Perspetiva aérea do complexo monástico de S. João de Tarouca
Fonte: www.culturanorte.pt/pt/patrimonio/mosteiro-de-sao-joao-de-tarouca

¹²² Alguns autores (Marques, 1998; Torre, 1999, p. 77) consideram que o primeiro mosteiro da Ordem de Cister em Portugal surge em 1138 em Lafões com o Mosteiro de S. Cristóvão. A carta de couto de 1140 atribuída ao Mosteiro de S. João de Tarouca faz referência à ordem Beneditina, na dependência da qual o Mosteiro estaria à data. Verificando-se, porém, que a Ordem de Cister substituiu a comunidade de S. Bento num movimento reformista que existiu em Portugal, considera-se provável que monges de Cister já estivessem no Mosteiro de S. João de Tarouca mesmo antes da atribuição da carta de couto. Apesar desta carta fazer ainda referência à regra beneditina, ela parece redefinir os limites territoriais do Mosteiro, tendo em vista a futura ocupação do local por uma nova ordem religiosa.

Portanto, com inícios de edificação em 1154, a sagração da igreja do Mosteiro data de 1169, mas a totalidade do complexo monástico só viria a estar concluída no início do século seguinte, após a conclusão da ala dos monges conversos. A arquitetura cisterciense procura aliar o valor funcional do espaço ao valor espiritual – segundo a máxima *ora et labora* – com um despojamento de elementos decorativos de acordo com uma vivência de simplicidade. Estes ideais da Ordem estão bem presentes no Mosteiro de São João de Tarouca, complexo estruturado em duas alas opostas destinadas, respetivamente, aos monges professos e aos monges confessos, num espaço fechado em si mesmo no qual a igreja assumia o papel principal (Sebastian & Brás, 2015). Exemplo típico da arquitetura cisterciense dos séculos XII-XVIII, este Mosteiro foi construído num terreno de forte inclinação, o que obrigou à adequação da construção ao terreno. Possuiria seis grandes áreas funcionais, apresentadas na obra *Mosteiro de São João de Tarouca: História, Arquitetura e Quotidiano* (Sebastian & Brás, 2015) através de imagens reconstruídas que permitem perceber como seriam aquelas áreas hoje inexistentes (ver Anexo 3)¹²³.

Com a reformulação da Ordem no século XVII, que estabeleceu o Mosteiro de Alcobaça como a sua sede em Portugal, o período de fulgor que se seguiu também foi sentido no Mosteiro de Tarouca, com novas obras de reformulação que continuaram no século seguinte¹²⁴. A atual igreja mantém a estrutura do edifício primitivo e reflete as diversas alterações a que foi sujeita ao longo dos séculos. Destacam-se no seu interior o túmulo de D. Pedro Afonso, do século XIV, e os painéis de pinturas do século XVI, de autoria de Gaspar Vaz, discípulo de Grão Vasco.

Relativamente à dimensão e caracterização dos territórios sob alçada do Mosteiro, à data da delimitação do couto pela carta régia em 1140, a sua área seria pequena, um território

¹²³ As áreas do Mosteiro eram: igreja, claustro, refeitório, *calefactorium* (única sala aquecida através de uma lareira), ala dos monges professos (incluía o *scriptorium*, sala de leitura e trabalho dos monges copistas; latrinas; dormitório; sala do capítulo e *locutorium*, espaço destinado ao Prior para gestão administrativa) e a ala dos monges conversos (que incluía o celeiro, cozinha, dormitório, latrinas e refeitório).

¹²⁴ No século XVII deu-se a substituição do claustro medieval por um novo de dois pisos, ao gosto maneirista, construção de uma nova noviciaria com três alas e colocação de azulejos de padrão no interior da igreja. Na primeira metade de século XVIII várias obras de intervenção estão documentadas, nomeadamente: o aumento da capela-mor da igreja e colocação de talha dourada nas capelas-laterais; construção da nova sacristia, de um novo dormitório e de um lagar de vinho; colocação da cerca de clausura na área agrícola de exploração direta do Mosteiro. Na segunda metade de século XVIII edificou-se a torre sineira e casa da tulha (celeiro).

de limites bem definidos e um dos coutos mais pequenos do país¹²⁵ (Castro & Sebastian, 2009). Nos anos seguintes à delimitação inicial, sobretudo na segunda metade do século XVII, várias granjas terão sido instituídas pelo Mosteiro dentro do seu couto, em locais férteis para a atividade agrícola¹²⁶. Já na segunda metade do século XVIII dá-se a ampliação do Mosteiro e o alargamento dos seus limites territoriais, subsistindo da delimitação deste novo couto hoje quatro marcos em pedra¹²⁷. Em termos das atividades realizadas pela comunidade monástica, esta dedicava-se à exploração intensiva do solo dentro do seu território, orientada para fins comerciais, onde se destaca a produção de vinho, muito bem documentada, bem como a produção de cereais. O couto de Tarouca seria ainda caracterizado pela presença de diversos moinhos de água e várias espécies de culturas frutícolas que caracterizavam a paisagem à época (Castro e Sebastian, 2009)¹²⁸. A comunidade de Tarouca implementou ainda a construção de formas de comunicação terrestre, novos traçados viários e passagens fluviais, bem como a modernização de alguns troços de rede viária romana, a única que na prática existia no território até à implementação da comunidade monástica de S. João de Tarouca¹²⁹. Estas vias ligavam também o Mosteiro às suas granjas, situadas mais próximo do rio Douro, através do qual se recorria à via fluvial para o escoamento da produção agrícola a nível regional e nacional.

¹²⁵ A carta de couto do Mosteiro refere os seus limites de forma detalhada: a norte entender-se-ia para além da localidade de Mondim da Beira; a oriente é demarcado pela nascente do Corgo do Pinheiro, pequeno curso de água que inicia o seu percurso a 800 metros a este do Mosteiro; a sudeste por uma via de passagem próxima ao Castro do Mondim que faria a ligação entre as localidades de Sanfins e Alvite; a sul pela união do curso de água Tabuita, que nasce na Serra de Leomil, com o rio Varosa; a ocidente ultrapassava, no seu ponto mais longínquo, a localidade de Almofala (Castro & Sebastian, 2009).

¹²⁶ Na cultura cisterciense, uma granja corresponde a uma exploração agropecuária independente, cercadas e com dependências agrícolas, sob exploração de monges conversos afiliados a um mosteiro. No caso de S. João de Tarouca, são identificadas várias destas propriedades que terão sido pertença do Mosteiro, particularmente junto à atual localidade de Couto, onde hoje se encontra num terreno parte da cerca original da exploração (Castro e Sebastian, 2009).

¹²⁷ Estes marcos eram feitos em pedra e de formato circular, sendo comum no topo terem esculpida uma cruz. Podem ser identificados junto aos lugares de Alto do Padrão, Cumeeira, Monte Ladário e Qtª, de Paradela.

¹²⁸ Castanheiros, oliveiras, figueiras, cerejeiras e carvalhos seriam espécies predominantes no couto monástico.

¹²⁹ Há vários locais onde se podem visualizar troços de pavimento da rede viária utilizada pela comunidade monástica. Em particular, havia três vias na proximidade do Mosteiro: a calçada que partia deste em direção à atual localidade de Couto, onde existiu uma granja pertencente ao Mosteiro, e duas outras em direção a Mondim da Beira e Tarouca (Castro e Sebastian, 2009).

O estudo deste monumento, classificado como Monumento Nacional desde 1956, não foi fácil para os vários investigadores que se dedicaram ao tema¹³⁰. Após a extinção das ordens religiosas, em 1834, as suas dependências monásticas foram vendidas em hasta pública e foram reaproveitadas como pedreira e quase totalmente desmanteladas. No decorrer deste desmantelamento, a documentação do Mosteiro foi toda transferida para o Seminário de Viseu, tendo desaparecido num incendio em 1841. Perderam-se com este incidente dados fundamentais para o entendimento deste local e da própria Ordem de Cister no nosso país. Com efeito, os trabalhos de recuperação deste complexo monástico tiveram de se centrar na componente arqueológica como principal fonte de informação para o entendimento do espaço, como saliento de seguida.

A recuperação deste complexo monástico passou por duas grandes fases¹³¹. A primeira, iniciada em 1998, centrou-se numa intensiva escavação arqueológica que durou até 2007, levada a cabo pelo extinto IPPAR. Procederam-se a escavações intensivas no núcleo central do Mosteiro, dado o elevado estado de degradação do conjunto e a reduzida informação documental. Segundo Luís Sebastian (2013), então coordenador das intervenções, a recuperação do Mosteiro teve sempre por principais vetores a conservação, recuperação, valorização e divulgação. A componente arqueológica dos trabalhos visou o diagnóstico prévio e o acompanhamento das ações de conservação e recuperação. As escavações foram sempre vistas na perspetiva abrangente da paisagem e do território¹³². Procurou-se uma sistemática produção de informação histórica ao longo do decorrer dos trabalhos arqueológicos, que seria utilizada para divulgação do local e fundamentação da criação do Centro Interpretativo, da musealização da área arqueológica e da divulgação dos trabalhos em publicações e *online* (Sebastian, 2013).

Durante este período destaca-se ainda a aquisição progressiva de todo o espaço monástico, então repartido por vários proprietários; também a desmatção e limpeza de toda a área interior à cerca de clausura e a recuperação das partes do edificado existentes

¹³⁰ A classificação como Monumento Nacional, em 1956 dizia respeito somente à igreja (Decreto n.º 40 684, DG, I Série, n.º 146, de 13-07-1956) tendo sido em 1978 alargada ao conjunto monástico (Decreto n.º 95/78, DR, I Série, n.º 210, de 12-09-1978).

¹³¹ Refira-se também as intervenções, entre 1936 a 1985, pela Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN), mas limitadas à igreja do Mosteiro. Assim, destaco na análise as fases de recuperação aquando de uma intervenção para além do edifício desta.

¹³² A forte interligação do Mosteiro com a sua paisagem rural envolvente fica reforçada com a classificação, em 1999, da Zona de Proteção Especial em torno do Mosteiro e demarcada segundo os limites da visibilidade (Portaria n.º 189/99, DR, II Série, n.º 56, de 8-03-1999).

(torre sineira, igreja, edifício do “aljube” e o moinho). As escavações decorreram de forma permanente desde o início dos trabalhos até 2007 e revelaram-se fundamentais em vários quadrantes: possibilitaram a reconstituição do complexo através dos vestígios estruturais visíveis após as escavações e permitiram a reconstituição de informações importantes nos campos da paleobiologia (para entendimento da comunidade monástica) e da arqueologia espacial (para entendimento da paisagem envolvente ao Mosteiro). Efetivamente foi um processo complexo que faz jus às pretensões da existência de um processo de abrangência paisagística e territorial, sobretudo quando considerado o trabalho de extensão à totalidade do couto monástico em termos da criação de um inventário de património associado ao Mosteiro. Por outro lado, saliente-se também o facto de ter sido um processo pluridisciplinar que abriu espaço à investigação, pois *investigadores desenvolveram as suas teses de mestrado*, centradas em aspetos relativos ao complexo do Mosteiro de S. João de Tarouca¹³³. Ainda sobre estes, a salientar a sistemática publicação de artigos científicos, a darem conta dos progressos das intervenções, mas também a documentar elementos patrimoniais recuperados com as escavações arqueológicas: um anel de oração do séc. XVIII que constituiu um achado único, materiais líticos e um vasto espólio cerâmico¹³⁴.

A segunda, a partir de 2009 e até 2013, esteve integrada no Projeto “Vale do Varosa” da DRCN. A segunda grande etapa de recuperação do mosteiro enquadra-se então na segunda fase de intervenção, como atrás referido sob direção da DRCN. Numa primeira parte, iniciada em novembro de 2009 foi completada a recuperação da igreja do mosteiro¹³⁵ e da sua torre sineira, bem como da Capela de Santa Umbelina. Numa segunda parte entre 2012 e 2015 procedeu-se à musealização do complexo monástico, orientada para a área escavada arqueologicamente tendo em vista a exposição dos vestígios expostos pelas escavações. Com o profundo desmantelamento a que o complexo

¹³³ A contextualização acerca deste envolvimento académico nos trabalhos de recuperação do complexo monástico, bem como a descrição mais pormenorizada das etapas da sua requalificação podem ser consultadas no anexo 4

¹³⁴ Relativamente ao espólio cerâmico, a riqueza deste reflete-se na existência de diversas publicações que a documentam, nomeadamente: “*Mosteiro de São João de Tarouca: 700 anos de história da cerâmica*” (Castro & Sebastian, in *Memoria*, 2002); “*Cerâmicas vermelhas finas não-vidradas do Mosteiro de S. João de Tarouca*” (Castro & Sebastian, in *Oppidum*, 2011); “*A faiança portuguesa no mosteiro de S. João de Tarouca: da restauração à reforma pombalina*” (Castro & Sebastian, 2010)

¹³⁵ Substituição da cobertura, instalação de sistema elétrico e iluminação, enterramento de cablagens, melhoria da drenagem interior de humidades, sistema de drenagem de águas pluviais e instalação de alarme de intrusão e contra incêndios.

foi sujeito, a leitura para o visitante torna-se difícil e obrigou à criação de uma solução que permitisse uma maior leitura geral em simbiose com a preocupação da conservação e consolidação das construções exumadas. Para facilitar esta leitura foram elevadas as paredes medievais das construções originais com recurso aos silhares recolhidos¹³⁶ durante o processo de recuperação, permitindo criar uma maior leitura sobre o espaço. (Sebastian, 2013). Houve ainda, neste contexto da preparação para a receção de visitantes, outras intervenções a assinalar, nomeadamente: a instalação de uma escada de acesso para visitantes à torre sineira, a reconstrução do muro de encanamento da ribeira¹³⁷ (séc. XVIII) e a instalação de uma vedação metálica para controlo do acesso ao espaço.



Imagem 12 - Ruínas arqueológicas (primeiro plano), igreja e torre sineira em São João de Tarouca
Fonte: www.culturanoorte.pt/pt/patrimonio/mosteiro-de-sao-joao-de-tarouca



Imagem 13 - Fachada da igreja do Mosteiro de S. João de Tarouca
Fonte: Pedro Martins/DRCN

Em 2013 dá-se então a abertura parcial do mosteiro após um longo processo de recuperação (ver no anexo 5). Em 2015 procedeu-se à recuperação do antigo celeiro, localmente apelidado de Casa da Tulha¹³⁸, edifício de construção iniciada em 1787, adaptado para centro interpretativo do complexo monástico (agrega ainda as funções de receção, loja de merchandising e bilheteira no piso superior, e engloba a loja do horto

¹³⁶ Silhares, pedra lavada utilizada para revestimento de paredes. Além dos 704 silhares recolhidos aquando das escavações arqueológicas, foram ainda recolhidos aqueles que haviam sido despejados para a ribeira do mosteiro devido à desobstrução do terreno para a produção agrícola.

¹³⁷ Considerada uma das intervenções mais complexas e dispendiosas da intervenção: reconstrução de um muro de 10 metros, capaz de resistir a derrocadas e à circulação automóvel expectável coma abertura ao público do complexo.

¹³⁸ A crescente necessidade de armazenar excedentes de produção agrícola devido ao aumento do número de propriedades levou à construção desta tulha originalmente com 3 pisos, apesar da existência de mais duas no complexo: uma tulha medieval existente na metade norte da Ala dos monges conversos e uma segunda criada em 1720 no piso inferior do novo dormitório então construído. (Sebastian & Falcão, 2016).

monástico, no piso intermédio). Neste espaço de caráter museológico encontramos, após a receção, o primeiro elemento da exposição apresentado ao visitante: uma projeção audiovisual que apresenta reconstituição tridimensional do mosteiro medieval¹³⁹. O restante espaço apresenta uma exposição que ajuda a entender o complexo monástico em termos do seu espaço físico (com a apresentação de plantas e explicação das áreas funcionais), mas também em termos das atividades económicas, modos de vida e rituais religiosos característicos da comunidade monástica. O complexo visitável deste mosteiro ficou assim concluído com a abertura do centro interpretativo em 2016, sendo



Imagem 14 - Sacristia do Mosteiro de S. João de Tarouca

Fonte: www.culturanorte.pt/pt/patrimonio/mosteiro-de-sao-joao-de-tarouca

constituído pelo seu centro interpretativo, pela igreja e sacristia¹⁴⁰ do mosteiro, pelas ruínas arqueológicas visíveis, pelo horto monástico e algumas edificações, nomeadamente capelas, inseridas dentro da cerca de clausura.

Em suma, o visitante em visita ao Mosteiro de São João de Tarouca é encaminhado para um percurso de visita que começa no Centro Interpretativo e que segue dentro das zonas do complexo já atrás referidas. Relativamente ao Horto Monástico, elemento que falta salientar, trata-se de um projeto que visa reconstituir a paisagem original em torno do mosteiro. Neste horto são plantadas espécies vegetais aí plantadas no século XVIII, num processo de produção aproximado aos métodos de cultivo da época e certificados em termos de agricultura biológica. Atualmente são produzidas ervas aromáticas e infusões, estando em fase inicial o plantio de vinha e árvores de fruto¹⁴¹.

¹³⁹ A realização deste documentário foi realizada com base nos dados obtidos pela escavação arqueológica e pela comparação com outros claustros cistercienses da época. Este trabalho foi feito em parceria com a Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho.

¹⁴⁰ A atual sacristia do mosteiro data de construção entre o ano de 1702 e 1718 e possui um dos mais notáveis, pela quantidade e variedade, conjuntos de azulejos de figura avulsa existentes em Portugal.

¹⁴¹ A gestão do horto é feita pela associação InovTerra em regime de parceria com o projeto Vale do Varosa, tendo uma loja instalada na Casa da Tulha em espaço cedido para o efeito pela DRCN. Os produtos



Imagem 15 - Centro Interpretativo do Mosteiro de S. João de Tarouca
Fonte: www.culturanorte.pt/pt/patrimonio/mosteiro-de-sao-joao-de-tarouca



Imagem 16 - Centro Interpretativo do Mosteiro de S. João de Tarouca
Fonte: www.culturanorte.pt/pt/patrimonio/mosteiro-de-sao-joao-de-tarouca

3.3.3 - Convento de Santo António de Ferreirim

Contrariamente aos dois anteriores mosteiros apresentados no presente capítulo, o Convento de Santo António de Ferreirim não é de origem cisterciense. Localizado na Freguesia de Ferreirim, concelho de Lamego, este convento pertenceu à Ordem de São Francisco e as suas origens remontam a 1525, quando os condes de Marialva fazem uma carta de doação de uns terrenos aos frades franciscanos, para fundação de um convento nesta localidade.

Em 1527 ter-se-ão instalado os primeiros membros da comunidade franciscana no local, ainda com a construção inicial do convento a decorrer. Desta primeira versão do complexo restam atualmente apenas o pórtico principal, o túmulo dos fundadores e oito tábuas dos retábulos originais da antiga



Imagem 17 – Fachada da igreja do Convento de Ferreirim
Fonte: Pedro Martins /DRCN



Imagem 18– Torre senhorial anexa ao mosteiro de Ferreirim
Fonte: www.timeoff.pt

produzidos no horto monástico são também comercializados nas lojas da rede Vale do Varosa e no Museu de Lamego.

igreja. Mais tarde, a grande remodelação ocorrida no séc. XVIII alterou a configuração inicial da igreja do convento para aquela que possui ainda hoje. Nesta época foram igualmente efetuadas obras na parte do complexo conventual, situado dentro da clausura e construído em anexo a uma torre senhorial medieval inclusa no perímetro dos terrenos doados. Existem referências a 1702 enquanto data a partir da qual vários artistas estiveram no local para levar a cabo um grandioso plano de trabalhos. Contudo, após a extinção e desmantelamento do convento em 1834 tudo foi vendido e saqueado (Falcão; 2015). Posto isto, as componentes hoje existentes deste complexo correspondem à igreja, torre e ruínas do convento.



Imagem 19 - Interior da igreja e capela mor (ao fundo) em Ferreirim
Fonte: www.valedovarosa.gov.pt

Relativamente à igreja, esta possui o formato da construção inicial de modelo franciscano do séc. XV, com uma nave única sem transepto saliente, teto de madeira e duas capelas laterais. A sacristia e a fachada da igreja serão posteriores, dos inícios do séc. XVIII. A fachada é caracterizada pela sua sobriedade, que contrasta com o a riqueza decorativa do portal quinhentista e do túmulo dos fundadores no interior, elementos arquitetónicos também da construção primitiva. No interior da igreja destaca-se assim o referido túmulo dos fundadores, pretensão do conde de Marialva para ter na igreja o panteão familiar; o grandioso retábulo em talha dourada da capela mor de traço joanino e, coligado a este, o exuberante teto apainelado formado por 100 painéis de pintura em representação de santos e beatos da Ordem franciscana. Quanto à torre, esta possui origens anteriores à construção do convento pois era uma edificação dos condes de Marialva que dava apoio à visita e gestão dos senhores nos teus territórios¹⁴². Face à péssima conservação e eminente estado de ruína verificado no início do século XX, a estrutura foi demolida em 1956 e posteriormente reconstruída pela DGEMN, sendo, portanto, visível, mas não

¹⁴² Com construção iniciada no séc. XIV associada à iniciativa do Deão da Sé de Lamego Vasco Peres de Ferreirim, esta torre integrada no condado de Marialva foi mais tarde pertença da família de Vasco Coutinho com a conceção do condado a este em reconhecimento das campanhas militares no norte de África. Esta torre, à semelhança da de Lamego e de Fonte de Arcada (Sernancelhe), servia de apoio às deslocações dos chefes de linhagem pelos seus domínios. A partir do séc. XVI a torre perde as suas funções originais ao estar afeta à ocupação pelos frades franciscanos, sendo então ocupada como dormitório provisório antes da construção completa do convento e posteriormente espaço de sala de aula (Falcão; 2015).

visitável pois carece de restauro. Finalmente, sobre o convento, este não subsistiu até aos nossos dias e deste apenas são visíveis ruínas que não permitem perceber a distribuição das áreas conventuais. Porém, é perceptível notar que o claustro se situaria ao centro anexo à igreja e no meio do qual haveria uma fonte, esta hoje instalada numa quinta em Gouveães para onde foi adquirida em hasta pública. Com recurso à documentação existente, o claustro teria dois pisos, teto de madeira, e correspondia a uma estrutura maciça e despojada ao encontro do ideal de pobreza franciscana que dispensava o uso de abóbodas. (Falcão; 2015). As áreas das ruínas do convento estão em terrenos privados não sendo uma zona visitável.

Em 1934 o Convento de Santo António de Ferreirim foi então desmantelado, tendo a igreja e a torre sido cedidas à paróquia local e os restantes edifícios destruídos, como já referido. Em 1910 com a implantação da 1ª República os bens voltam a ser nacionalizados e igreja e a torre tornam-se posse do estado. Em 1944 foi classificado como Imóvel de Interesse Público¹⁴³ e atualmente o espaço é de propriedade da DRCN, à exceção das dependências conventuais que continuam em mão de privados. A paróquia local tem o direito de usufruto do edifício da igreja para fins religiosos, ao abrigo da Concordata de 1940, atualizada em 2004.



Imagem 20 - Teto pintado da capela-mor
Fonte: www.valedovarosa.gov.pt

O convento integrou o conjunto de três monumentos incluídos no projeto PVV implementado entre 2009 e 2016. Durante este período foram levadas a cabo várias ações de patrimonialização e musealização do local: recuperado o edificado, instalado um posto de receção e bilhética, um posto de vendas de merchandising e um núcleo museológico. Aos visitantes o percurso da visita orienta-se hoje por dois pisos: no piso inferior, a receção e loja, bem como sanitários de apoio; no superior, o Centro Interpretativo com um auditório

¹⁴³ Decreto n.º 33 587, DG, I Série, n.º 63, de 27-03-1944

multimédia, o coro alto, a sala dos Mestres de Ferreirim¹⁴⁴ e uma sala expositiva com parte das pinturas dos retábulos originais do séc. XV. Com a reconstrução da igreja no séc. XVIII, as pinturas foram desmanteladas sendo que atualmente o conjunto de oito painéis expostos correspondiam aos altares cruzeiro, não tendo sobrevivido nenhum painel do altar mor. O convento abriu ao público em 2016, sendo a visita ao centro interpretativo paga.



Imagem 21 - Auditório multimédia do Convento de Ferreirim
Fonte: www.facebook.com/valedovarosa



Imagem 22 - Sala dos Mestres de Ferreirim
Fonte: www.timeoff.pt

3.3.4 - Ponte Fortificada de Ucanha

Localizada no concelho de Tarouca, a localidade de Ucanha era designada no séc. XIII por Vila da Ponte, devido à existência de uma travessia sobre o rio Varosa aí situada¹⁴⁵. Atualmente, a Ponte de Ucanha é a mais conhecida passagem do rio Varosa, construída entre os séc. XIV e X para substituir a anterior passagem de origem romana. Esta ponte possui uma torre adossada e marcava a entrada no couto do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas. Crê-se que os dois elementos desta ponte fortificada tenham sido construídos em períodos distintos; a torre foi construída posteriormente à existência da ponte em 1465, havendo marcas de canteiro distintas em ambas as construções. A torre foi construída para servir de espaço de depósito para o pagamento em géneros dos viandantes

¹⁴⁴ A designação conhecida de “Mestres de Ferreirim” surge da encomenda feita em 1533 ao pintor Cristóvão Figueiredo para os trabalhos de pintura do altar-mor e dos altares cruzeiro, ao qual se juntaram para concretização da obra os pintores Garcia Fernandes e Gregório Lopes.

¹⁴⁵ Apesar da inexistência de vestígios desta construção, a mesma encontra-se documentada e serviria de ligação entre Lamego, Trancoso e Moimenta da Beira, havendo vestígios da calçada romana deste traçado. (Sebastian & Brás, 2016)

da travessia. Portanto, representava uma fonte de riqueza económica para os monges de Salzedas e afirmava o poder da ordem de Cister na região. Funcionou como torre de cobrança de portagens até 1504 data em que esta atividade foi proibida por D. Manuel. (Sebastian & Brás, 2016). Na mesma altura da construção da torre terá sido construído um hospital de apoio aos pobres e viandantes, do qual apenas subsiste uma porta medieval.



Imagem 23 – Perspetiva sobre a Ponte Fortificada e Torre de Ucanha
Fonte: Turismo do Porto e Norte

Em termos da caracterização arquitetónica, atentaremos primeiramente sobre a ponte, construída em formato de V invertido. Esta estrutura encontra-se apoiada em quatro arcos quebrados, sendo o mais pequeno destinado à passagem das águas da levada¹⁴⁶. Possui ainda adossados a montante dois talhamares triangulares para alívio da pressão da corrente sobre os pilares. É ainda possível observar os moinhos de rodízio, que se estendem pelas margens do rio, uma marca incontornável do Varosa.

Relativamente à torre, esta é de planta quadrada, têm de altura 20 metros distribuídos por três pisos tendo o piso térreo um arco de volta perfeita que trespassa a estrutura e pelo qual se dá o acesso à ponte. Possui ainda outros elementos que a caracterizam: a inscrição em caracteres góticos a indicar a construção em 1465 a mando de D. Fernando, Abade do

¹⁴⁶ Canal paralelo ao rio que transportava água para os moinhos; nas margens do rio Varosa existem cerca de 200 moinhos comunitários (Sebastian & Brás, 2016).

Mosteiro de Salzedas; frestas para a entrada de luz em diversos pontos da torre; duas janelas geminadas em estilo gótico no segundo andar; quatro balcões de matacães¹⁴⁷ situados no terceiro piso voltados para os quatro lados da ponte; um nicho com a estátua da Nossa Senhora do Castelo (localmente conhecida por Nossa Senhora da Torre).



Imagem 24 - Perspetiva da passagem da ponte em direção à torre
Fonte: www.valedovarosa.gov.pt



Imagem 25 - Arco de volta perfeita, estátua da N.ª. Sr.ª. do Castelo e balcão de matacães
Fonte: www.valedovarosa.gov.pt

Originalmente, o topo da torre teria ameias, porém nos finais da década de 1930 a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN) instalou uma cobertura em telhado de quatro águas. Na mesma altura foi intervencionado o interior da estrutura com obras de demolição e reconstrução dos pisos, sendo ambas as intervenções propositadas pelas celebrações dos 800 anos da nacionalidade, comemorados com intervenções em diversos monumentos nacionais (a Ponte Fortificada de Ucanha encontra-se classificada como Monumento Nacional¹⁴⁸ desde 1910).

Este monumento integra a rede do PVV desde abril de 2014. Trata-se de uma raridade em território nacional, pois além de Ucanha apenas subsiste a Ponte de Sequeiros sobre o rio Côa, no Concelho do Sabugal, que atualmente apenas apresenta o piso térreo. Existem representações iconográficas ou descrições de pontes fortificadas que terão existido em Barcelos e Ponte de Lima, por exemplo.

¹⁴⁷ Balcões característicos das fortificações medievais que surgiram em Portugal inicialmente nas torres de menagem dos castelos; através destas podiam-se observar os atacantes ou invasores da torre, permitindo agredi-los com pedras, flechas, água ou azeite.

¹⁴⁸ Decreto de 23 de junho de 1910 (DG, 1ª série, n.º 136)

3.3.5 - Capela de São Pedro de Balsemão



Imagem 26 - Perspetiva aérea sobre a capela de São Pedro de Balsemão
Fonte: www.valedovarosa.gov.pt

A Capela de São Pedro de Balsemão formou, com os dois mosteiros cistercienses atrás apresentados, o trio inicial da rede visitável do projeto do PVV. Integrada atualmente num solar seiscentista, esta pequena capela possui elementos artísticos que a tornam relevante em termos nacionais. No seu interior possui técnicas construtivas da arquitetura moçárabe ibérica, um dos raros exemplos em território português. Encontra-se situada na localidade de Balsemão, a cerca de cinco quilómetros da cidade de Lamego, concelho ao qual pertence. Este monumento encontra-se classificado como Monumento Nacional desde 1921¹⁴⁹, sendo que desde o início do século XX vários investigadores portugueses e estrangeiros se debruçaram sobre o seu estudo. A historiografia divide-se em duas grandes visões contraditórias sobre este edifício: a primeira que capela terá sido anteriormente uma igreja que remonta à época visigótica com construção inicial no século VI ou VII¹⁵⁰, a segunda insere o edifício no contexto da arte moçárabe, no tempo da Reconquista e da expansão do reino das Astúrias (séc. X). A juntar a estas visões dispares outros aspetos indecifráveis colocam este monumento num patamar distinto: a inexplicável presença de um silhar com o símbolo dos condes de Portucale, ou os vestígios romanos inseridos nos

¹⁴⁹ Decreto n.º 7 586, DG, I Série, n.º 138, de 8.07.1921.

¹⁵⁰ Não existe referência à igreja na lista *Parochiale Suevicum*, registo do número de paróquias pertencentes a cada diocese elaborado no século VI. Considerando a proximidade a Lamego, esta hipótese apresenta-se pouco provável. (Sebastian & Falcão, 2015)

muros da capela, destituídos da sua função original e reaproveitados no interior. Mais consensual é o facto de que em meados do século XIV o então bispo do Porto, D. Afonso Pires, terá instituído em Balsemão um morgado, impulsionando intervenções na capela e terá falecido na localidade¹⁵¹. A sua arca tumular está no interior do monumento, sendo considerada um dos exemplares mais originais da tumulária episcopal deste período. Com efeito, trata-se da única arca tumular com jacente associada a um bispo da cidade do Porto¹⁵² (Sebastian & Falcão, 2015).

Quanto à arquitetura, a Capela de São Pedro de Balsemão possui planta quadrangular, onde o corpo da igreja teria certamente as três naves, que ainda hoje conserva. A sua construção é apontada entre o século IX ou X, tendo sido totalmente reconstruída em 1643, segundo indicadores arquitetónicos e inscrições presentes na fachada. O templo terá sido capela pública nos fins da idade média até à sua integração no paço local dos viscondes de Balsemão. A estes são atribuídas duas grandes reformas no templo, que felizmente conservaram grande parte da original entrada da capela-mor e as duas paredes do coro. Em termos decorativos, destacam-se na fachada os brasões associados à figura e à família de Dom Afonso Pires e lápides romanas. Já no interior, destacam-se: as impostas, com singulares temáticas decorativas¹⁵³; o altar colateral esquerdo em talha dourada do século XVII, que inclui uma estátua medieval da Virgem do Ó em pedra de ançã¹⁵⁴; o altar mor e colateral direito do séc. XVII, em estilo barroco¹⁵⁵.



Imagem 27 – Fachada da Capela de São Pedro de Balsemão
Fonte: DRCN

¹⁵¹ Este dado surge comprovado pela existência de uma inscrição gótica, junto do arco da capela-mor, indicando que Dom Afonso Pires terá refeito a capela; porém, destas obras em estilo gótico nada subsiste.

¹⁵² Jacente, figura esculpida em alto-relevo do falecido deitado sobre sua sepultura.

¹⁵³ Imposta, linha de pedra que termina um pé direito e serve de suporte a uma abobada ou arco; nesta capela existem impostas decoradas com temas romboidais, cruciformes, círculos meandros e em corda. Os temas em corda são associados à época da Reconquista. O aspeto antigo dos capitéis de Balsemão foi muitas vezes confundido com capitéis romanos, devido às influências clássicas existentes na época da construção da capela.

¹⁵⁴ Maria é representada grávida, tema recorrente da arte gótica fruto da humanização da forma de representar a figura divina então ocorrida. O tema da Virgem grávida após a Anunciação foi muito popular na Península Ibérica a partir do X com o Concílio de Toledo (séc. VII), quando foi decretada a celebração da Expectação da Virgem.

¹⁵⁵ Caracterizados pelo uso de simbologia associada à Eucaristia, com o uso de colunas torsas decoradas com folhas de videira, cachos de uvas, enrolamentos de folhas de acanto e meninos.

A capela esteve na posse dos herdeiros do morgado de Balsemão até 1981, altura em que o Estado Português adquire o imóvel e o recheio. Em termos de recuperação podemos apontar duas fases de intervenção. Em 1985 dá-se início a conservação e restauro do interior promovido pelo IPPC, com a desinfestação e tratamento do teto, altares e esculturas. Posteriormente, em 2011 a DRCN procedeu a uma intervenção centrada na conservação e valorização do exterior. Em 2014 o edifício foi integrado na Rede PVV, com o acesso ao monumento gratuito. A capela possui ainda funções religiosas sob responsabilidade da paróquia local. O solar do qual originalmente fazia parte encontra-se em propriedade privada.



Imagem 28 – Perspetiva da arquitetura interior da capela
Fonte: DRCN



Imagem 29 – Arca tumular de D. Afonso Pires
Fonte: www.visitportugal.com

3.4 – O Museu de Lamego e o Projeto Vale do Varosa

O presente subcapítulo da investigação pretende compreender a interligação entre o centenário Museu de Lamego com o PVV. Inicialmente será feito o necessário retrato desta instituição, ao qual se seguirá a contextualização sobre a forma como o PVV se tornou Projeto gerido por essa entidade. Neste sentido seguem-se ainda dois pontos importantes: a apresentação das atividades que o museu promove relacionadas com a rede patrimonial e a análise sob a forma como esta se encontra representada no espaço físico do próprio museu.

3.4.1 - Caracterização histórica, institucional e patrimonial do Museu de Lamego

O Museu de Lamego está instalado na parte baixa da cidade junto a outros edifícios históricos, nomeadamente a Catedral de Lamego e diversas casas solarengas dos séculos XVII e XVIII. Trata-se de um edifício de origens ligadas ao clero transformado em museu

em 1917, no contexto da nacionalização dos bens da Igreja levado a cabo pela 1.^a República em 1911. Estas origens eclesiásticas refletem-se no tipo de acervo que possui: o seu núcleo mais significativo resulta dos bens do antigo Paço Episcopal de Lamego, que esteve na origem da sua criação¹⁵⁶. Contudo, hoje o espólio é constituído por uma considerável variedade de objetos, devido ao progressivo enriquecimento da coleção. Logo após a sua criação houve incorporações, sublinhando-se peças de escultura, capelas e altares em talha dourada dos séculos XVII e XVIII provenientes do extinto mosteiro das Chagas de Lamego, obras de pintura da antiga igreja da Misericórdia e capela do Recolhimento de Santa Teresa (ambas desaparecidas) e algumas peças de escultura medieval provenientes da Capela de São Pedro de Balsemão e do Mosteiro de São João de Tarouca. Nos primeiros anos de existência a coleção encontrava-se distribuída nas seis salas no primeiro piso do edifício (quatro dedicadas à exposição de tapeçaria e as restantes a pintura, escultura e mobiliário de diferentes épocas), mas em 1926 o museu passa a contar também com a «sala do tesouro»¹⁵⁷.



Imagem 30 – Fachada principal do Museu de Lamego
Fonte: DRCN

¹⁵⁶ O Paço Episcopal foi construído no séc. XVI, sendo o edifício atual resultante de reformulações da segunda metade do século XVIII, a mando do Bispo D. Manuel de Vasconcelos Pereira. Foi inicialmente designado por “Museu de Obras de Arte, Arqueologia e Numismática”. A sua coleção provém do antigo Paço, incluindo o próprio edifício, o cabido e fábrica da Sé de Lamego. Destaque para o núcleo de tapeçarias flamengas e francesas do primeiro terço do século XVI e do XVII, obras de pintura portuguesa e estrangeira dos séculos XVII e XVIII, mobiliário da mesma época e meios de transporte dos séculos XVIII e XIX. Do cabido e fábrica da Sé de Lamego foram recolhidas peças de mobiliário, ourivesaria e pintura, com destaque para os cinco painéis que integravam o retábulo pintado por Grão Vasco na primeira metade do século XVI e as obras atribuídas aos pintores Simão Antunes e André Reinoso.

¹⁵⁷ Sala montada na capela privada do antigo Paço que apresenta objetos de ourivesaria e paramentaria, que haviam sido depositados na igreja e no novo hospital da Misericórdia.

Após esta primeira fase da vida do Museu de Lamego podemos considerar dois grandes períodos na vida desta instituição, no que respeita à constituição do seu acervo. O primeiro, entre os finais dos anos vinte e meados dos anos quarenta, em que se dá uma expansão do museu, sob a influência do regime político do Estado Novo e da sua pretensão em engrandecer um dos mais importantes museus da província. Nesta altura dá-se a ocupação de todas as dependências do antigo paço episcopal e o alargamento da coleção a novas tipologias, como forma de valorização do povo português e da sua identidade nacional¹⁵⁸. O segundo, ocorre a partir da década 1940 e até aos nossos dias, com o reconhecimento do museu como um meio privilegiado de perpetuação de memórias. Através da doação de objetos, o museu passou a reunir peças de artes decorativas de finais do século XVII até meados do século XX e, mais recentemente, um fundo de documentos visuais da primeira metade do século XX.

O Museu de Lamego tem ainda à sua guarda 18 peças classificadas de tesouros nacionais desde 2006, ao abrigo da classificação como bens de interesse nacional de um conjunto de bens culturais móveis, cujo valor de exceção dão destaque ao museu no panorama nacional e internacional¹⁵⁹. Estas obras fazem parte da exposição permanente do museu, organizada por tipologias e de acordo com critérios cronológicos, ocupando 26 salas distribuídas pelos dois pisos do edifício. No rés-do-chão, são apresentados os meios de transporte, peças arqueológicas, cerâmica e mobiliário, destinando-se ao piso superior a exposição de pintura, escultura, tapeçaria, ourivesaria e mobiliário. Em reserva, entre

¹⁵⁸ Neste período juntaram-se à coleção do museu objetos ligados à arqueologia e etnografia. Parte das peças foram provenientes das arrecadações da Câmara Municipal, ali colocadas após as intervenções de restauro de monumentos e os arranjos urbanísticos promovidos pelo Estado Novo – peças de heráldica, tumulária, estelas funerárias, lápides, esculturas e fragmentos arquitetónicos de edifícios demolidos. Também em 1924 é criado o grupo «Amigos Pró Museu Regional, Biblioteca e Turismo», que desenvolveu uma intensa atividade de aquisição de novos objetos, alargando o âmbito da coleção aos domínios das indústrias tradicionais e etnografia entre 1929 e 1933. Uma nova ala do museu, concluída no rés do chão em 1944, veio receber estes objetos - trajes e acessórios, faianças, metais, luminárias, moedas, gravuras, armas, equipamentos e utensílios.

¹⁵⁹ O Decreto lei nº 19/2006 de 18 de julho declarou os Tesouros Nacionais inseridos nas coleções dos museus à altura dependentes do Instituto Português de Museus. Criava-se em Portugal a classificação com proteção mais elevada para bens culturais móveis. A autenticidade, a originalidade, a raridade, a singularidade, a exemplaridade, o génio do criador, o testemunho de vivências, factos históricos e identidades coletivas, o valor estético, técnico ou material e a importância do ponto de vista da investigação histórica ou científica foram alguns dos fatores para a seleção das peças. Das obras declaradas pertencentes ao Museu de Lamego incluem-se o antigo retábulo da Sé de Lamego, da autoria de Vasco Fernandes, as tapeçarias flamengas do séc. XV (“Série de Édipo”, “O Julgamento do Paraíso” e “O Templo de Latona”), os painéis de azulejos do século XVII e a arca tumular do séc. XIV, onde supostamente foram depositados os restos mortais de D. Teresa Anes de Toledo, 3ª mulher do Conde Pedro Afonso.

outras representadas na exposição permanente, encontram-se, as coleções de fotografia, desenho, gravura, numismática, armas e etnografia.

Após ter estado afeto a várias entidades desde a sua criação, atualmente o Museu pertence ao grupo de museus sob alçada da DRCN, com afetação ao Ministério da Cultura¹⁶⁰. Trata-se de uma instituição museológica de destaque na região norte pois recebeu em 2017 cerca de 48 mil visitantes, mais 61% do que os registados no ano anterior, tendo sido o maior aumento de entradas registado no conjunto de museus e monumentos tutelados pela DRCN nesse ano (Marques, 2018). Mantendo essa tendência de crescimento nos dois anos seguintes, o número de visitantes do Museu desceu em 2020 devido ao contexto pandémico. Em 2021 o Museu fechou para obras de reabilitação, tendo aberto parcialmente ao público no verão de 2023, para receber alguns eventos e exposições temporárias. A visita às coleções permanentes ainda se encontra impossibilitada em virtude do decorrer dos trabalhos de recuperação do edifício.



Imagem 31 – Sala com a coleção de pintura do Museu de Lamego
Fonte: www.museudelamego.gov.pt

¹⁶⁰ Entre as décadas de trinta e de setenta do século XX, o edifício foi sujeito a inúmeras obras de adaptação por parte da Direção-Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais (DGEMN). Posteriormente, o museu esteve afeto ao Instituto do Património Cultural (IPPC) até 1992, Instituto Português de Museus (IPM) até 2007 e Instituto de Conservação e Museus (ICM) até 2012. Finalmente, esteve desde agosto de 2012 afeto à DRCN/Ministério da Cultura (MC). A partir do ano de 2023 foi anunciada a sua integração numa nova entidade pública, a Museus e Monumentos de Portugal.



Imagem 32 – Painéis do antigo retábulo da Sé de Lamego expostos no Museu
Fonte: www.museudelamego.gov.pt



Imagem 33 – Tapeçarias flamengas do séc. XV expostas no Museu
Fonte: guiastecnicos.turismodeportugal.pt

3.4.2 – De Museu a entidade gestora de uma rede de monumentos

Como vimos o Museu de Lamego é uma instituição com três grandes períodos de constituição. O primeiro, com a sua formação primária no início do século XX em contexto de guarda de objetos essencialmente eclesiásticos. O segundo, nos anos vinte e quarenta com uma ampliação física e com o seu acervo solidificado em correspondência aos ideais do Estado Novo. O terceiro em termos da conceção de museu para a preservação da memória local, ideia que se impôs após os anos quarenta e que tem vingado até aos dias de hoje. Contudo, o Museu de Lamego é desde 2012 a instituição

museológica promotora do Projeto PVV, bem como o ponto de partida para a sua descoberta. Esta integração da gestão do PVV nas competências do Museu de Lamego dá início uma nova fase na vida desta instituição centenária, dando-lhe um inédito posicionamento em termos do seu envolvimento regional. Esta nova posição



Figura 5 – Logótipo do Museu de Lamego

Fonte: valedovarosa.gov.pt

do museu parece inspirar o seu atual logótipo, uma representação simbólica da de duas janelas sobrepostas, simbolizando o museu em termos de janela para o passado, enquanto guardião de memória, e para o futuro, enquanto agente de desenvolvimento regional.

Convém aqui lembrar que hierarquicamente acima do Museu de Lamego se encontra a DRCN, pelo que a gestão do museu e do projeto PVV está sujeito à aplicação de diretrizes superiores vindas desta entidade¹⁶¹. Se inicialmente o DRCN iniciou a recuperação dos monumentos que vieram a dar origem ao primeiro formato de rede visitável do PVV, atuando, portanto, de forma direta sobre o projeto, em 2012 o Museu de Lamego assume a gestão e o papel de intermediário entre a DRCN e o PVV. Esta escolha parece querer aproximar a gestão do projeto de uma instituição mais próxima do contexto do Projeto. Por outro lado, podemos considerar a existência de dois produtos que são simultaneamente concorrentes e complementares nas dinâmicas turísticas e culturais locais. Por um lado, o Museu de Lamego é produto independente que, juntamente com outros produtos, como o PVV, dão corpo à oferta turística e cultural da região e concorrem entre si na captação de visitantes. Por outro lado, O Museu de Lamego e o PVV são produtos interligados e complementares, pois o museu é a entidade gestora e promotora do Projeto.

Na sua filosofia de trabalho face ao PVV o museu procura desenvolver uma gestão de proximidade e promove uma partilha de recursos financeiros, materiais e humanos entre o museu e os monumentos integrados na rede (Vale do Varosa; 2018). Assim, o museu é a entidade responsável pelo funcionamento operacional dos monumentos em termos de acesso e usufruto por parte dos visitantes, bem como a entidade promotora de atividades

¹⁶¹ A DRCN depende diretamente do Ministério da Cultura e é a entidade responsável pelo património e atividade cultural deste ministério na região Norte. Apesar de ter sede em Vila Real, várias das suas divisões de serviço estão localizadas na cidade do Porto. Os museus associados a esta entidade possuem direção própria pelo que são equiparáveis a divisões de serviço. Assim, o Museu de Lamego tem direção própria responsável pela gestão corrente, mas não possui autonomia financeira.

nos diferentes espaços da rede. Sobre as atividades desenvolvidas pelo museu enquadradas no PVV, estas serão apresentadas no ponto seguinte. Relativamente ao funcionamento operacional do projeto, o ponto 2.5 da presente investigação será dedicado ao funcionamento do PVV na atualidade, onde se analisará a sua operacionalização.

3.4.3 – Atividades desenvolvidas pelo Museu

O Museu de Lamego apresenta um programa de atividades diversas, que o coloca num papel de destaque em termos de relevância cultural na região envolvente. Para além da guarda, preservação, divulgação e exibição de forma livre ou orientada do seu espólio, outras atividades, nomeadamente eventos culturais, são promovidas. Sendo o Museu uma instituição cultural independente e simultaneamente instituição gestora de outro projeto cultural (o PVV), importa aqui sistematizar as atividades promovidas nos últimos anos, ao encontro destes dois contextos distintos. Assim, apresentar-se-ão de seguida as atividades que ocorrem nos espaços do museu:

Conhecer Conservar Valorizar, iniciativa iniciada em 2011 e que visa conseguir financiamento através de *fundraising* para ações de conservação e restauro. Este projeto é apresentado no final do percurso de visita ao museu e apela à contribuição dos visitantes para a participação; periodicamente uma peça restaurada através deste projeto é exposta no museu e o trabalho divulgado online.

Em Comum, parceria protocolada em 2013 com o Arquivo-Museu da Diocese de Lamego, para a realização de exposições temporárias nesse espaço preparadas pelo Museu de Lamego. Esta parceria procura fortalecer relações com outras instituições culturais da cidade.

Ciclo de Cinema, proporciona cinema ao ar livre, através da projeção de filmes no pátio do museu. Ocorre no pátio do museu e durante o período de verão. Esta atividade é anual, existente desde 2013 e corresponde a um ciclo mensal, de um filme por semana. É uma oportunidade para a comunidade ver de forma gratuita 4 a 5 filmes clássicos, não frequentes nos circuitos comerciais de distribuição cinematográfica.

Ciclo de Fotografia, atividade anual que ocorre desde 2013 e que consiste na projeção ao ar livre de fotografias. Esta atividade agrega fotógrafos convidados e fotógrafos amadores e é anualmente dedicada a uma temática diferente enquadrada na fotografia

contemporânea. A exibição dos trabalhos acontece no pátio do museu nos meses de verão e é de acesso gratuito.

Ciclo de Conferências, atividade anual de carácter académico, orientada para uma temática enquadrada na região do Douro; acontece desde 2013 no auditório do museu. Ao encontro do tema escolhido é anualmente feita uma parceria com um centro de Investigação que orientará a qualidade científica das intervenções da conferência. As edições realizadas até ao momento foram feitas em parceria com o CITCEM, Centro de Investigação da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Com a duração entre um ou dois dias, as atas do evento são publicadas em formato digital no site do museu.

Museu Divulga, atividade regular e sistemática, trata-se de uma parte do sítio *online* do Museu de Lamego reservada à divulgação de eventos de outras instituições públicas que tenham interesse direto ou indireto para a região do Douro.

Publicações, pois o Museu de Lamego tornou-se entidade editora desde 2013. A partir desta data as exposições temporárias realizadas passaram a contar com a publicação do respetivo catálogo, em papel ou on-line, sendo que a versão on-line é disponibilizada gratuitamente no site do museu. Assim, a documentação das atividades é uma preocupação da instituição e além das exposições alarga-se a outros contextos. Assim, o museu edita quatro publicações periódicas: a revista Apontamentos, publicada mensalmente da secção de divulgação do museu com periodicidade mensal; a InventaMuseu, revista da secção de inventário com edição variável; a revista Conhecer Conservar Valorizar, publicação de projeto em formato de cadernos, de edição variável também; as Atas das Conferências do Museu de Lamego, uma publicação anual.

Com a gestão da rede de monumentos do PVV a cargo do Museu de Lamego, algumas atividades começaram a ser realizadas dentro do espaço físico da rede patrimonial PVV. Tratam-se de atividades diversas:

Compassos da História, atividade anual que promove concertos de música antiga em contexto de cenário de época, iniciada em 2012. Procura-se proporcionar a experiência de participação num concerto musical enquadrado temporalmente na arquitetura ou contexto espacial onde é interpretada. Esta ação pode decorrer em espaços do museu ou dos monumentos PVV, sendo que poderá corresponder a um ou mais concertos anuais.

Jantar Monástico, um evento anual que ocorre desde 2011 e que possui dois momentos: a visita guiada aos monumentos e um jantar de carácter histórico, no Mosteiro de Santa

Maria de Salzedas. Este evento decorre no último sábado do mês de julho e nele os participantes são vestidos com o hábito cisterciense, mantido durante toda a iniciativa. Trata-se de um evento de grande dimensão, que acolhe anualmente 150 a 250 participantes, sendo possivelmente o mais mediático de todos os que realizam na rede do PVV. Para a realização do jantar colaboram a Escola de Hotelaria e Turismo do Douro, em termos de definição do menu, e a Quinta do Paço de Vila Real, em termos de serviço de catering. Além destas, outros apoios são prestados por diversas entidades, nomeadamente o Município de Tarouca, a Junta de Freguesia de Salzedas, a Liga dos Amigos do Museu de Lamego, daa Escola Superior de Tecnologia e Gestão e o Centro de Tropas Operações Especiais

Canto Cisterciense, evento de cariz musical que decorre anualmente desde 2016 na igreja do Mosteiro de São João de Tarouca. O objetivo é a recriação das missas cistercienses, assumindo o formato de concerto de canto gregoriano. Normalmente a interpretação é feita por cerca de 20 vozes masculinas e a sua organização passa pela investigação de pautas de música da época, feita pelo Centro de Estudos de Sociologia e Estética Musical, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Sangue Novo, Veias Antigas, com a primeira edição em 2011, descrito como projeto de estímulo à criação artística, ajudando a dar visibilidade a projetos emergentes ligados à dança, música e artes performativas. Ente projeto enquadra os monumentos do PVV enquanto cenários para o diálogo entre o passado, presente e futuro, levando práticas artísticas contemporâneas a um território de baixa densidade populacional. O projeto é organizado em parceria entre o PVV e o Teatro Solo, sendo que em cada evento desta iniciativa participaram diferentes escolas e/ou associações vocacionadas para o ensino e produção artística, locais ou da região norte¹⁶².

Projeto Oikos – A Casa Comum, lançado em 2022 e sediado no Convento de Santo António de Ferreira, promove encontros dedicados aos temas do Ambiente e Sustentabilidade. Organizado pelo Museu de Lamego em parceria com o Teatro Solo, visa desenvolver o diálogo sobre cultura ambiental e sobre a preservação da “casa comum”, num espaço que foi pertença da Ordem de São Francisco de Assis, cujo

¹⁶² Nas 11 edições deste evento decorridas entre os anos de 2021 e 2022 participaram: a Escola Profissional de Artes da Covilhã, a Academia de Música do Município de Tarouca, o Balletatro – Escola Profissional do Porto, Academia de Música de Lamego, o Coro e Orquestra do Conservatório Regional de Música de Vila Real, a Academia de Dança de Matosinhos, Instituto Politécnico de Castelo Branco.

fundador foi uma das primeiras figuras da cultura ocidental a as questões ambientais, sendo considerado o padroeiro dos ambientalistas. Durante o evento têm sido usadas estratégias como as leituras encenadas e a projeção de filmes, como pontos de partida para o diálogo entre os participantes.

Importar ainda destacar atividades pontuais. Neste contexto, inserem-se eventos especiais com edições únicas ou eventos que decorreram no seio do Projeto PVV, mas de iniciativa associada a outra entidade. Exemplos:

Dias do Património a Norte, iniciativa da DRCN desenvolvida em 2018 enquadrada na celebração do Ano Europeu do Património Cultural. Com a duração de dois dias, esta iniciativa decorreu nos dias 18 e 19 de maio e contou com atividades como visitas guiadas, conversas temáticas, um piquenique, uma performance e instalação visual e um concerto.

Apalogia para Guilherme, atividade de celebração do Ano Europeu do Património Cultural no Vale do Varosa. Esta iniciativa promoveu uma leitura encenada nas ruínas arqueológicas do Mosteiro de S. João de Tarouca, baseada nas cartas milenares escritas por São Bernardo a Guilherme¹⁶³. Esta atividade de cariz teatral foi precedida de uma ceia monástica na Casa do Paço, em Tarouca.

9ª Maratona Fotográfica Fnac Viseu, atividade que decorreu em setembro de 2017 e que resultou de uma colaboração entre o Museu de Lamego e a loja Fnac de Viseu. O evento visou celebrar o centenário do museu através de um evento fotográfico para celebração do património associado à instituição.

Concertos musicais diversos, com destaque para alguns organizados por entidades regionais, nomeadamente da Associação de Desenvolvimento Douro Generation e da Associação de Municípios Douro Alliance¹⁶⁴.

¹⁶³ São Bernardo, abade de Claraval (séc. XII) foi o grande ideólogo e definidor dos princípios da Ordem de Cister. Nas suas cartas a Guilherme, abade de Cluny, criticava a opulência desta abadia e os desvios existentes face à regra de São Bento, à qual a Ordem de Cister se aproximava. No séc. XII um texto de São Bernardo foi lido em todos os mosteiros cistercienses, sendo este evento a recriação desse acontecimento.

¹⁶⁴ Exemplos de eventos neste âmbito: *Two Guitars Two Emotions*, concerto de jazz enquadrado no Festival Internacional de Teatro e Artes Performativas (8.07.2018, Mosteiro de Stª. Maria de Salzedas); Paralelismos, concerto de música barroca do séc. XVIII organizado pela Associação de Desenvolvimento Douro Generation (2.06.2017, Mosteiro de Stª. Maria de Salzedas); Cantadores de Janeiras, organizado pela Junta de Freguesia de Salzedas e que juntou vários grupos de cantores da região norte do país (anualmente em janeiro, no Mosteiro de Stª. Maria de Salzedas); concerto Pontos de Encontro, organizado no âmbito do projeto Douro em Movimento - Aldeias com Vida (21.10.2016, Sacristia do Mosteiro de S.

Monumento@monumento, projeto de criação de 5 vídeos promocionais, um por cada monumento da rede Vale do Varosa. Este projeto resultou do estágio no Museu de Lamego e rede de monumentos Vale do Varosa dos alunos do Curso Profissional de Multimédia da Escola Secundária de Latino Coelho – Agrupamento de Escolas Latino Coelho (ano letivo 2017/2018).

Finalmente, vamos destacar atividades promovidas fora de portas, no sentido da divulgação do projeto. Neste sentido, existem documentadas iniciativas de tipologias distintas: uma exposição itinerante para divulgação do projeto junto do grande público, e várias iniciativas de apresentação do projeto em encontros de carácter científico junto de um público mais especialista.

Exposição Cister no Douro, uma iniciativa premiada e organizada pelo Museu de Lamego, que pretendeu divulgar o património cisterciense da região envolvente ao PVV¹⁶⁵. Esta exposição foi dedicada a 6 mosteiros cistercienses (Tabosa, Arouca, São João de Tarouca, Santa Maria de Salzedas, São Pedro das Águias e Santa Maria de Aguiar), numa exposição itinerante sem objetos físicos. Tratou-se de um projeto expositivo em formato instalação multimédia itinerante, com imagem impressa e projetada, vídeo e som. A instalação correspondeu a um espaço de formato quadrangular e fechado, em alusão à arquitetura dos mosteiros de Cister. Esta exposição esteve no Porto, na estação de metro da Casa da Música (2014), Museu de Lamego (2015) e Museu do Vinho de Alcobaça (2016). Posterior à exposição surgiu a publicação *Cister no Douro*, em formato de catálogo de exposição alargado, que juntou artigos científicos de treze investigadores com olhares diferentes sobre os monumentos em questão.

Encontros científicos; são frequentes as comunicações apresentadas essencialmente pela direção do Projeto em seminários, palestras e outro tipo de eventos científicos. Estas

João de Tarouca); *Tutti Flautti*, concerto de flautas transversais inserido no Festival Oito Mãos, apoiado pela Associação de Municípios Douro *Alliance* – Eixo Urbano do DouroVida (11.10.2014, Igreja do Mosteiro de S. João de Tarouca); ciclo de concertos *Monumentum*, organizados pelo PVV e protagonizados pelo grupo musical Origo (entre 22 e 23.08.2014, em todos os monumentos da rede exceto da Ponte Fortificada do Ucanha); outros concertos de guitarra clássica, fado contemporâneo e de outros géneros musicais ocorreram no Claustro do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas entre 2013 e 2014.

¹⁶⁵ Prémio Reynaldo dos Santos 2015: Melhor exposição temporária em Museus Portugueses | «Cister no Douro»

participações são noticiadas nos canais online do PVV. Foi possível encontrar informação relativa a seis participações efetuadas pelo antigo diretor¹⁶⁶ e três pela atual diretora¹⁶⁷.

Se seguida apresentam-se algumas imagens que ilustram a diversidade dos eventos aqui abordados.



Imagem 34 – Jantar monástico no Mosteiro de Stª Maria de Salzedas (junho de 2018)
Fonte: www.valedovarosa.gov.pt



Imagem 35 – Visita encenada ao Mosteiro de São João de Tarouca (junho de 2018)
Fonte: www.valedovarosa.gov.pt



Imagem 36 – Concerto de canto cisterciense no Mosteiro de S. João de Tarouca (10.09.2017)
Fonte: www.valedovarosa.gov.pt

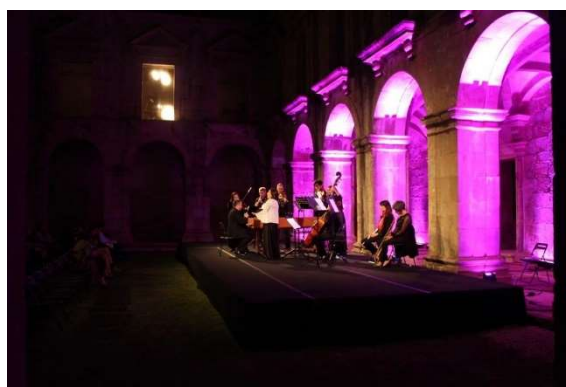


Imagem 37 – Espetáculo musical Paralelismos, no Mosteiro de Stª Maria de Salzedas (02.06.2017)
Fonte: www.valedovarosa.gov.pt

¹⁶⁶ Seminário “Promoção e Valorização Económica de Recursos Culturais e Patrimoniais: Balanço & Perspetivas”, Valença dezembro de 2018; Encontro Internacional “+Digital Future: Competences for the Cultural Sector”, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, abril de 2018; Seminário “Património, Turismo e Desenvolvimento Sustentável”, Porto abril de 2018; “II Encontro Internacional de Abadias Cistercienses”, Mosteiro de Alcobaça novembro de 2017; Seminário Internacional “Descentralização da Gestão Patrimonial”, no âmbito da Bienal AR&PA – Bienal Ibérica do Património Cultural, Amarante outubro de 2017; HISTCAPE – Encontro sobre gestão sustentada dos centros históricos em áreas rurais, no Museu de Lamego e Vale do Varosa, março de 2014.

¹⁶⁷ “Hints - 1º Simpósio Sobre Turismo Inclusivo”, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego em maio de 2022; Encontro “Portugal 2020 - Cultura. Património. Transformação Digital” promovido pela DRCN na Casa das Artes do Porto em fevereiro de 2023; 3º Encontro “APOM em Movimento”, promovido pela Associação Portuguesa de Museologia na Fundação Cupertino de Miranda (Famalicão) em janeiro de 2023



Imagem 38 – Peça de teatro Apologia para Guilherme, no Mosteiro de S. João de Tarouca (28.07.2018)
Fonte: www.cm-tarouca.pt



Imagem 39 – Cantar das Janeiras no Mosteiro de Stª Maria de Salzedas (07.01.2019)
Fonte: www.facebook.com/valedovarosa

3.4.4 – O Projeto Vale do Varosa no espaço do museu

Como vimos, a rede visitável dos 5 monumentos que constituem o PVV é gerida pelo Museu de Lamego, sob diretrizes da DGCN. O museu, enquanto entidade gestora, permite e promove o acesso à rede, operacionaliza as ações em termos de funcionamento diário dos espaços, desenvolve atividades culturais no espaço destes e coordena a cedência de espaços para a realização de eventos de outras entidades. Vimos no ponto anterior exemplos destas atividades, sendo algumas regulares, fazendo parte da agenda anual do PVV, como o Jantar Monástico ou os concertos de música antiga ou os concertos de canto gregoriano. Porém, vimos igualmente que outros eventos vão sendo desenvolvidos, inseridos na celebração de efemérides ou no contexto de parcerias com outros eventos ou entidades.

Porém, nesta análise da ligação do museu ao PVV, falta aqui focar um aspeto importante diretamente relacionado à representatividade deste na sua “casa mãe”. Importa então focar que PVV o PVV se encontra representado no espaço físico do Museu de Lamego, através de uma exposição que faz parte do percurso de visita estabelecido. Esta exposição ocupa a primeira do percurso de visita, no primeiro piso do museu. Trata-se de uma exposição com grandes painéis que agregam texto, imagens e ilustrações, em versão bilingue (português e inglês). Relativamente aos conteúdos, estes cinco painéis estruturam uma apresentação sobre os seguintes assuntos:

- um painel com a contextualização sobre a Ordem de Cister, enquadrando o seu surgimento na Europa e a sua existência em Portugal através do recurso a mapas;

- um painel com enquadramento sobre o projeto Vale do Varosa, caracterizando a sua génese, cronologia e monumentos integrantes do mesmo;
- dois painéis focando os Mosteiros de São João de Tarouca e de Santa Maria de Salzedas: cada painel dedicado a um dos monumentos, apresentando-o e com recurso a plantas, enquadrando as estruturas conventuais em diferentes períodos históricos;
- um painel dedicado à Casa do Paço de Dálvares.



Imagem 40 – Perspetiva geral da exposição PVV no Museu
Fonte: autor



Imagem 41 – Painel sobre a Ordem de Cister, na exposição PVV no Museu
Fonte: autor

3.4.5 – Imagem e divulgação do PVV

A criação de uma imagem personalizada para o PVV foi uma das preocupações patentes na conceção desta iniciativa. Assim, este ponto pretende apresentar a imagem gráfica do projeto e os materiais criados em termos de divulgação material (material informativo e merchandising)¹⁶⁸ e divulgação virtual. Estas iniciativas foram desenvolvidas pelo Museu de Lamego, enquanto entidade gestora do PVV. Importa referir também que foram reconhecidas em 2017, através de distinções atribuídas pela APOM e pela CCDRN¹⁶⁹.

Em termos de imagem gráfica, a rede de monumentos PVV surge representada por um logótipo para o projeto no seu todo, sendo que cada um dos monumentos possui também um logótipo próprio. Todas estas representações baseiam-se em desenhos presentes em

¹⁶⁸ A identidade gráfica do projeto, incluindo logótipos, sinalética, *merchandising* e todos os suportes de foi concebida pela empresa Foge Major Unipessoal, Lda. (Sebastian; 212)

¹⁶⁹ APOM 2017 | Melhor Informação Turística | Projeto Vale do Varosa

CCDRN 2017 | Prémios “O NORTE SOMOS NÓS” | Vale do Varosa “Emblema Regional”

objetos diversos, encontrados durante as escavações arqueológicas ocorridas nos diversos monumentos. Estes logótipos, bem como a explicação dos seus significados, podem ser vistos no quadro que de seguida se apresenta.

Quadro 6 – Imagem Gráfica do PVV

	O logótipo do Vale do Varosa corresponde a um desenho encontrado numa peça de cerâmica portuguesa de século XVII recuperada nas escavações arqueológicas realizadas no Mosteiro de São João de Tarouca. Representa simbolicamente a árvore da vida, invocando o rio Varosa como fonte de vida, responsável através dos séculos pelo surgimento e manutenção da vida humana na região.
	O logótipo do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas é retirado de um desenho encontrado numa peça de cerâmica portuguesa de século XVIII, recuperada nas escavações arqueológicas realizadas no local.
	O logótipo do Mosteiro de São João de Tarouca é retirado de um desenho encontrado numa peça de cerâmica portuguesa de século XVII, recuperada nas escavações arqueológicas realizadas no local
	O logótipo do Convento de Santo António de Ferreirim é retirado de um desenho encontrado numa peça de cerâmica portuguesa de século XVIII, recuperada nas escavações arqueológicas realizadas no local.
	O logótipo da Capela de São Pedro de Balsemão é retirado de um elemento decorativo existente numa das impostas do arco triunfal da capela-mor existente no local.
	O logótipo da Ponte Fortificada de Ucanha é retirado de um desenho encontrado num azulejo português de figura avulsa de século XVIII, recuperado nas escavações arqueológicas realizadas no Mosteiro de Santa Maria de Salzedas.

Fonte: Vale do Varosa: Guia de Perguntas frequentes; 2018

Em termos de divulgação material, o projeto possui um folheto oficial desdobrável em oito partes, de formato aproximado ao tamanho A2. Este folheto apresenta na face exterior uma explicação sobre o projeto no seu global e sobre os monumentos da rede visitável, na parte interior apresenta um mapa com a localização do projeto, algumas imagens e outras informações (ver anexo 6). Quanto ao merchandising, foram concebidos diversos materiais: uma coleção impressa de caráter científico¹⁷⁰, uma coleção editorial infantil¹⁷¹, peças de indumentária (bonés, t-shirts, aventais, capas para proteção de chuva) material de escrita (blocos, borrachas, canetas e lápis de colorir) e outros materiais diversos (fitas porta-chaves, guarda-chuvas, porta-chaves, postais). Estes materiais podem ser adquiridos nas lojas da rede visitável; os materiais de indumentária poderão ser adquiridos no portal www.portugalmuseumstore.com. Apresentam-se de seguida algumas imagens relativas a estes materiais citados, provenientes de fontes diversas.



Imagem 42 - Linha Editorial Infantil do PVV
Fonte: www.valedovarosa.com

¹⁷⁰ As edições impressas editadas são no total 6: “*Mosteiro de São João de Tarouca. História, Arquitetura e Quotidiano*”, “*A Pintura Quinhentista do Convento de Santo António de Ferreirim*”, “*Cister no Douro*”, “*A Faiança Portuguesa de Olaria na Intervenção Arqueológica no Mosteiro de São João de Tarouca*”, “*Mosteiro de Santa Maria de Salzedas: da fundação à extinção*” e “*Descrição do terreno em redor de Lamego duas léguas*”. São acessíveis gratuitamente em formato e-book na página online do PVV. Algumas edições foram concebidas em termos de design pela empresa Companhia das Cores, Design e comunicação Empresarial, outras são edições exclusivas Vale do Varosa/CCRDN.

¹⁷¹ A coleção infantil é constituída por 3 publicações: “*O Mosteiro de Santa Maria de Salzedas: as formigas, o gaio e as pedras*” com texto de José Jorge Letria, “*O Anjo do Pintor*” dedicado ao Convento de Ferreirim e com texto de João Manuel Ribeiro e “*A História de Frei João da Esperança*” dedicado ao Mosteiro de S. João de Tarouca e escrito por João Pedro Mésseder. Todos as edições foram ilustradas por Elsa Lé e o produto concebido pela empresa Trinta por uma Linha, Lda.



Imagem 43 – *Merchansiding* do PVV em portugalmuseumstore.com
 Fonte: portugalmuseumstore.com



Imagem 44 – *Merchansiding* diverso exposto para venda na loja do Museu de Lamego
 Fonte: autor



Imagem 45 – *Merchansiding* em divulgação online
 Fonte: www.facebook.com/valedovarosa

Relativamente à divulgação virtual, o projeto possui páginas de para a sua divulgação em três redes sociais. No *Facebook*, as primeiras publicações datam do ano de 2013; trata-se de uma página para divulgação de eventos e outras notícias ligadas ao projeto. No Youtube o PVV é divulgado numa página própria que conta com 24 vídeos, com divulgação nesta plataforma deste 2015. Finalmente, no Instagram onde a página do PVV divulga sobretudo conteúdos em formato imagem, devido às próprias características desta plataforma digital. A página foi criada somente em 2017 e possui um número reduzido de seguidores, efetivamente menos de 400.

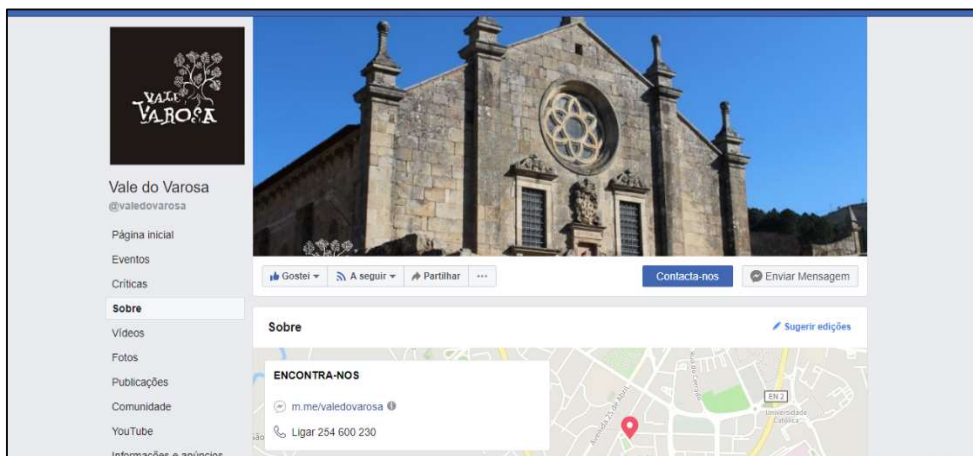


Imagem 46 – Aspetto da página online do PVV na rede social *Facebook* (março de 2018)
 Fonte: www.facebook.com/valedovarosa)

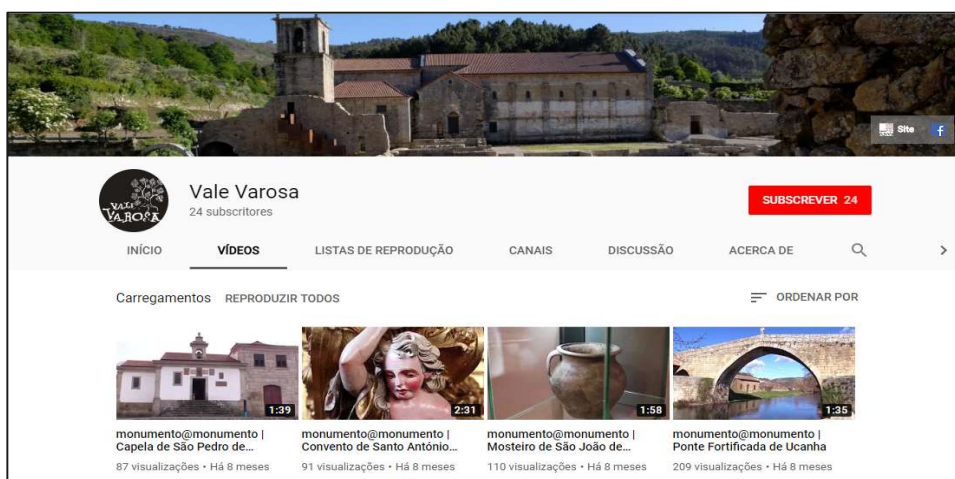


Imagem 47 – Aspetto da página do PVV na plataforma digital *Youtube* (março de 2018)
 Fonte: www.youtube.com/UChou352ZtUsCF_Bywufn9Q

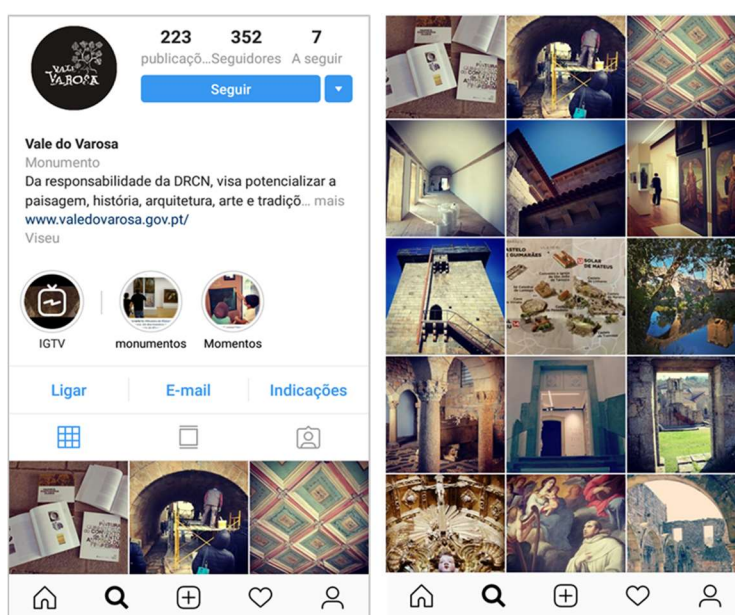


Imagem 48 – Aspetto da página online do PVV no *Instagram* (março de 2018)

3.5 - O projeto Vale do Varosa na atualidade: modelo de desenvolvimento implementado e sua operacionalização

3.5.1 – Os princípios orientadores do projeto e sua implementação

Nos pontos anteriores deste capítulo foi apresentado o enquadramento territorial do PVV, foi contextualizada a ideia de Projeto, foi feita a apresentação dos monumentos integrantes do mesmo e foi contextualizada a ligação do Museu de Lamego a esta iniciativa. Cabe agora à investigação refletir quanto aos propósitos que fundamentaram o surgimento deste modelo de intervenção patrimonial, como vimos, estipulado para ser implementado entre 2009 e 2016. Com efeito, importa referir que a opção pelo uso da terminologia “princípios orientadores” surge no sentido de conseguir agregar as expressões “linhas orientadoras”, “linhas estratégicas” e “ações de materialização”, segundo a documentação consultada. As intenções definidas para a intervenção do PVV surgem definidas no contexto da candidatura ao Programa Operacional Regional do Norte, sendo apresentadas na publicação *Vale do Varosa: território histórico: um projeto* (Sebastian, 2013).

Existem sete linhas orientadoras, sete linhas estratégicas e nove ações de materialização definidas. Procurei perceber o sentido lógico desta informação tripartida, analisando-a, sendo que para tal contribuiu o seu resumo às ideias fundamentais¹⁷². Posteriormente procurei criar uma correspondência entre estas listagens de informação (quadro 7). Este exercício foi útil, pois permitiu identificar algumas incongruências pré-detetadas aquando da leitura inicial das informações. Por exemplo:

- a) Existem uma linha orientadora sem correlação em termos de estratégia nem de materialização (linha orientadora 3) e duas sem correlação em termos de estratégia (linhas orientadoras 5 e 7);
- b) Existem duas linhas estratégicas sem reflexo em termos de linhas orientadoras nem ações de materialização (linhas estratégicas 1 e 2);
- c) Por sua vez, as ações de materialização apresentadas enquadram-se todas em termos de orientação e estratégia;

¹⁷² Consultar o apêndice n.2.

- d) A informação em termos de ordenamento por vezes não faz sentido. Verifica-se que, por exemplo, a linha estratégica nº. 5 faz correspondência com a primeira linha orientadora, ou que as ações de materialização nº. 7 e n. 9 parecem ter enquadramento na quinta linha orientadora.

Quadro 7 – Princípios orientadores do PVV		
Linhas Orientadoras	Linhas Estratégicas	Ações de Materialização
	1- Recuperação do edificado; 2- Musealização de património móvel e imóvel;	
1 - Criação de uma imagem de um só item de elevado valor patrimonial; 2 - Uniformização da apresentação gráfica;	5_ Criação de imagem personalizada;	1 - Criação de uma imagem personalizada “Vale do Varosa”; 2 - Criação da linha de produtos personalizada “Vale do Varosa”;
3 - Agregação ao núcleo de imóveis principais outros de menor valor patrimonial;		
4 - Potenciar uma maior retenção dos visitantes na região para benefício as atividades económicas locais através do alargamento da rede;	6 - Abertura ao público com funcionamento em rede;	4- Criação de rede de visitas;
5 - Permitir a associação a outros bens e serviços locais relacionados, para diversificação do produto;		7 - Articulação com os serviços locais e regionais preexistentes de iniciativa privada; 9 - Articulação com o Douro Património Mundial da Humanidade;
6 - Potenciar a exploração direta e intensiva por parte dos operadores turísticos da região;	3 - Instalação de centros de acolhimento; 4 - Interpretação e postos de vendas; 7 - Desenvolvimento de ações de divulgação.	3 - Instalação de sinalética a nível regional; 8 - Criação de estruturas e dinâmicas de divulgação regional, nacional e internacional;
7 - Promover atividades outdoor centradas na paisagem envolvente aos imóveis, para promoção da saúde e do bem-estar e para desenvolvimento de uma consciência ecológica orientada para a preservação das espécies naturais regionais.		5 - Criação de roteiros históricos temáticos; 6 - Criação de roteiros pedestres de interesse histórico, natural e paisagístico;
Fonte: Sebastian, 2013, p.88-91		

Esta análise quando aos princípios orientadores do PVV permitiram ainda efetuar uma preliminar verificação relativa ao cumprimento das intenções propostas. Sendo certo que a análise e avaliação do projeto é feita nos capítulos posteriores, este primeiro exercício permitiu criar uma avaliação preliminar do projeto, uma base informativa para a investigação empírica.

Com efeito, no terceiro capítulo da tese esclareceu-se já sobre diversas ações de intervenção ocorridas no PVV. Por exemplo, foram abordadas ações de materialização concretizadas ao encontro das linhas estratégicas 1, 2 e 3, relacionadas com intervenções em termos de recuperação do edificado e sua patrimonialização. Contudo, a pesquisa documental efetuada permitiu, antes do processo de investigação empírica no terreno, criar um retrato base no que respeita ao cumprimento das intenções do projeto. Tomando como referência a lógica informativa criada no quadro 7 a avaliação preliminar que se apresenta de seguida toma por referência as linhas orientadoras, focando também as linhas estratégicas que não tiveram correlação em termos de linha de orientação.

Linha estratégica 1 - Recuperação do edificado

Concretizada, através das ações que foram apresentadas no ponto 3.3 da investigação. Foram desenvolvidos processos de escavações arqueológicas, reconstrução e restauro com características e graus de complexidade distintos ao encontro dos diferentes monumentos da rede visitável. Os trabalhos neste âmbito foram reconhecidos pela AR&PA e pela APOM¹⁷³.

Linha estratégica 2 - Musealização de património móvel e imóvel

Concretizada, através de processos de musealização desenvolvidos, apresentados no ponto 3.3 da investigação. Como vimos, no Mosteiros de Santa Maria de Salzedas foi implementado um centro interpretativo, no mosteiro de São João de Tarouca foi implementado igualmente um centro interpretativo¹⁷⁴ e foram musealizadas as ruínas

¹⁷³ AR&PA 2016 - Prémio Internacional de Intervenção em Património Cultural para o Projeto Vale do Varosa, atribuído pela AR&PA - Bienal de Restauro e Gestão do Património; APOM 2017 - Melhor Intervenção (Conservação e Restauro - Projeto Vale do Varosa); APOM 2012 – Menção Honrosa (Melhor Intervenção em Conservação e Restauro - Mosteiro de Santa Maria de Salzedas).

¹⁷⁴ APOM 2017 | Melhor Museografia | Centro Interpretativo do Mosteiro de São João de Tarouca (menção honrosa)

arqueológicas e no Convento de Santo António de Ferreirim foi também instalado um centro interpretativo.

Linhas orientadoras 1 e 2 – Criação de uma imagem de um só item de elevado valor patrimonial e uniformização da apresentação gráfica

Concretizada; a esta linha de orientação podemos associar uma linha estratégica e duas ações de materialização. Assim, como verificado em 3.4.5, foi enquadrado o trabalho feito em termos da imagem gráfica criada para o Projeto, aplicada nomeadamente nos produtos de merchandising.

Linha orientadora 3 - Agregação ao núcleo de imóveis principais outros de menor valor patrimonial

Concretizada, porém, parcialmente. O PVV teve início num núcleo de 3 monumentos principais, aos quais se juntaram mais dois numa etapa seguinte. Podemos considerar esta linha orientadora concretizada, embora ainda numa fase primária. Esta linha reflete a génese do projeto, sendo que o seu cumprimento e relevância em termos regionais será mais ou menos potenciada quão maior o número de monumentos que possam vir a ser incluídos no Projeto em futuras fases de alargamento.

Linha orientadora 4 - Potenciar uma maior retenção dos visitantes na região para benefício as atividades económicas locais através do alargamento da rede

Concretizada. Podemos considerar que, tendo por base o processo de constituição do projeto apresentado, foi criada efetivamente uma rede visitável de monumentos. A rede ganhou forma em pleno no ano de 2016 quando foram abertos todos os monumentos ao público após o término dos trabalhos de instalação dos centros interpretativos. Assim, a progressiva abertura dos monumentos da rede e a efetiva consolidação em 2016 refletiu-se no aumento de visitantes. Por outro lado, não podemos deixar de estabelecer uma relação entre o PVV e os dados sobre o alojamento turístico no concelho de Tarouca apresentados no ponto 3.1: o concelho apenas começou a ter estabelecimentos hoteleiros em 2014, sendo que em 2016 já registava 6 unidades de alojamento turístico, ano em que o PVV se consolidou. Contudo, para considerar o papel deste projeto em termos de potenciação da “maior retenção dos visitantes na região”, associada ao seu contributo em

termos de benefício para a economia local, tal só será possível após a realização da pesquisa de campo.

Linha orientadora 5 - Permitir a associação a outros bens e serviços locais relacionados, para diversificação do produto

Podemos relacionar duas ações de materialização a esta linha, uma relacionada com a articulação a serviços locais de iniciativa privada e outra em termos de articulação ao Douro classificado pela Unesco. Relativamente à primeira, verificamos esta articulação em termos da realização de eventos culturais, sobretudo. São exemplos as dinâmicas em torno da concretização dos eventos salientados em 3.4.3. Porém, além deste setor o único caso documentado é a articulação com a empresa Inovterra na exploração do Horto Monástico do Mosteiro de S. João de Tarouca. Relativamente à segunda, esta articulação com o Douro surge salientada na documentação de apresentação do projeto enquanto filosofia de projeto, mas é difícil perceber no concreto de que forma está a ser implementada. Trata-se assim de uma linha orientadora que só a pesquisa de campo poderá melhor compreender em termos de realidade efetiva.

Linha orientadora 6 - Potenciar a exploração direta e intensiva por parte dos operadores turísticos da região;

Concretizada; efetivamente, consolidou-se um produto turístico e cultural preparado para a utilização direta e intensiva pelos operadores turísticos da região. Esta concretização deve-se à verificação do cumprimento de duas linhas estratégicas. A linha estratégica 3 (instalação de centros de acolhimento), com os centros de acolhimento, para receção e apoio informativo instalados nos três monumentos principais da rede (Mosteiro de St^a Maria de Salzedas, Mosteiro de S. João de Tarouca e Convento de Ferreirim). A linha estratégica 4 (interpretação e postos de vendas), com os centros de interpretação e postos de venda de bilhetes nos monumentos da rede visitável. A interpretação é apoiada pela existência dos centros interpretativos nos três monumentos principais, tal como referido na linha anterior. Existe também implementado um serviço de visitas guiadas disponível através de para todos diversos monumentos da rede. Quanto à venda de bilhetes esta é feita nos centros de acolhimento instalados nos três monumentos principais da rede cujo acesso é pago. Em termos de interpretação e venda de bilhetes estas ações são também desenvolvidas no Museu de Lamego, que permite a compra de bilhetes e possui uma sala de apresentação do projeto PVV, como explicado no ponto 3.4.4.

Esta potenciação intensiva pretendida depende também da eficácia dos meios de divulgação do projeto. Estes correspondem à aplicação da linha estratégica n.7 (desenvolvimento de ações de divulgação), concretizada através das iniciativas enquadradas no ponto 3.4.3. Como demonstrado, o Museu de Lamego enquanto entidade gestora desenvolve diversas ações enquadradas nos monumentos da rede para promoção dos espaços, sobretudo em termos de divulgação na imprensa.

Linha orientadora 7 - Promover atividades outdoor centradas na paisagem envolvente aos imóveis, para promoção da saúde e do bem-estar e para desenvolvimento de uma consciência ecológica orientada para a preservação das espécies naturais regionais.

A esta linha orientadora podemos associar duas ações de materialização: criação de roteiros históricos temáticos e criação de roteiros pedestres de interesse histórico, natural e paisagístico. Efetivamente, o levantamento documental não encontra referência à existência destas iniciativas. Certo que o projeto PVV dá em si corpo a um roteiro histórico temático, mas não existem referências a outros roteiros criados na envolvência do projeto. De igual forma, também não existem registos de atividades outdoor do tipo pedestres potenciadas pelo PVV. Portanto, a promoção de atividades outdoor para o desenvolvimento de uma consciência ecológica parece ser ainda uma intenção por efetivar, sendo uma dimensão que só a pesquisa de campo permitirá melhor compreender.

Em termos conclusivos, esta análise permitiu perceber que algumas das linhas orientadoras possuem dados que atestam o seu cumprimento, nalguns casos de forma mais significativa do que noutros. Esta avaliação preliminar permitiu estabelecer um ponto de partida para a pesquisa de campo a realizar, em modo de abordagem etnográfica.

3.5.2 – Operacionalização do PVV

Neste ponto vamos considerar aspetos relativos ao funcionamento pleno da rede patrimonial PVV, numa perspetiva após implementação das intervenções que permitiram a abertura ao público dos seus diferentes núcleos. Como vimos, a implementação das metas decorreu de forma progressiva e em etapas distintas, o que orientou a abertura dos monumentos da rede em períodos temporais distintos (Apêndice 1). A conclusão efetiva das intervenções, em 2016, estruturou a rede visitável atualmente existente.

Neste sentido, irei considerar alguns aspetos relativos à sua gestão corrente, tendo como base sobretudo informação obtida através da participação em três seminários nos quais a direção do Projeto apresentou comunicações, ao encontro do tema da gestão de projetos turísticos e patrimoniais¹⁷⁵. Com efeito, destacaram-se nestas comunicações medidas e opções de gestão implementadas, bem como condicionantes à administração do PVV, tais como:

- Oferta de um horário alargado ao público. O Museu de Lamego e os monumentos do PVV estão abertos todos os dias de segunda a domingo das 10h00 às 18h00; esta foi uma estratégia para dar resposta à procura por parte dos operadores turísticos, oferecendo-se um maior período de visita.
- A origem dos visitantes e as suas condicionantes. Os turistas nacionais representam uma pequena parte do público visitante. Sendo a sua maioria dos visitantes turistas estrangeiros, estes chegam aos PVV sobretudo através de viagens organizadas, iniciadas na cidade do Porto e orientadas para descoberta do Alto Douro Vinhateiro. A maior parte destas viagens estão associadas aos cruzeiros no Rio Douro. Assim, a resposta eficiente à procura dos operadores turísticos, a clareza da informação e eficácia do serviço a este público prestado tornou-se numa prioridade para a gestão.
- Prospeção do tempo de visita. Com base na distância entre os monumentos de cerca de 15 minutos, projetou-se um período de visita para os cinco monumentos numa duração de 7 horas. Portanto, a visita aos cinco pontos da rede de forma consistente implicaria uma visita ao PVV superior a um dia. Apesar do reconhecimento das visitas de longa permanência como mais benéficas para a região, estas representam ainda pequena parte das visitas efetuadas. A maioria dos visitantes efetua visitas de curta duração, que não passam pelos cinco núcleos do Projeto.
- Crescimento progressivo de visitantes. Nas comunicações, foi reforçado que à medida que os monumentos foram sendo abertos e que as medidas de divulgação e acesso foram sendo consolidadas, notou-se uma maior afluência da procura. Em 2011

¹⁷⁵ Comunicação “*The Lamego Museum & the Varosa Valley project: How does it work?*” (International Meeting +Digital Future: Competences for the Cultural Sector, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 18 de abril de 2018)

Comunicação “*Museu de Lamego & Vale do Varosa: Funcionamento e Gestão*” (Seminário Património, Turismo e Desenvolvimento Sustentável; Porto, 19 de abril de 2018)

Comunicação “*Gestão de Recursos Museológicos*” (Seminário Património Cultural e Turismo: Gestão e Governança; Porto, 28 de março de 2018)

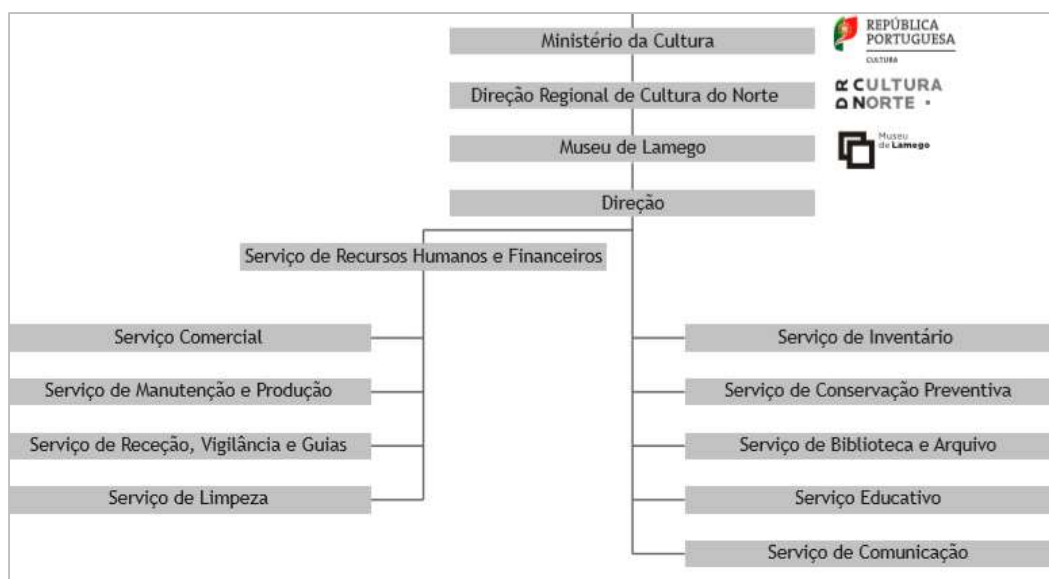
e 2016 o número de utilizadores¹⁷⁶ registados duplicou (de cerca de 21.143 para 43,724); em 2017 o PVV teve uma afluência registada de 54.576 pessoas. Este crescimento continuo implicou constantes reajustes nos procedimentos de trabalho entre a equipa.

- A aposta na realização dos eventos culturais. Apresentada no ponto 3.4.3 da investigação, esta medida foi justificada como sendo uma forma de projetar a imagem do Projeto tendo em vista a captação de visitantes. Aliada a esta intenção, a ideia de ser oferecida oferta cultural à comunidade local, numa região que têm fraco acesso à cultura.
- As origens do financiamento económico. O funcionamento diário do Projeto sustenta-se com recurso às verbas atribuídas em contexto do orçamento de Estado, e às suas receitas próprias¹⁷⁷. Os investimentos iniciais foram (e são) suportados sobretudo por fundos da União Europeia e do Estado português. Uma intenção em termos de financiamento será potenciar o recurso ao mecenato.
- Tipos de despesas correntes. Grande parte das despesas nesta categoria dividem-se entre comunicação, recursos humanos, aquisição e manutenção de equipamentos, energia, consumíveis, manutenção e limpeza, transportes e segurança. Focando-se nas comunicações este tópico, parece haver a intenção de ser ilustrada a variedade de gastos que envolvem a manutenção de um Projeto patrimonial desta natureza.
- Recursos humanos. Em 2018 o projeto possuía uma equipa fixa de cerca 29 funcionários¹⁷⁸, entre os quais se encontra um diretor com a função de coordenar 10 áreas funcionais (esquema 2).

¹⁷⁶ Nas apresentações Sebastian utilizou o termo “utilizadores” como referência aos visitantes do PVV, considerando que o termo “turistas” uma terminologia redutora. Segundo o ex-diretor, os números apresentados de utilizadores englobam turistas, investigadores, grupos de estudantes, entre outros visitantes.

¹⁷⁷ Obtidas através da venda de bilhetes, venda de merchandising, organização de eventos culturais e aluguer de espaços.

¹⁷⁸ Formação da equipa: 1 diretor, 4 assistentes operacionais, 9 assistentes técnicos, 3 técnicos superiores, 4 seguranças privados, 2 voluntários, 3 estagiários via IIEFP e 4 estagiários escolares.



Esquema 2 – Organograma do PVV (2018)
 Fonte: Luís Sebastian

- Partilha digital de informação. Para a existência de uma coordenação de tarefas eficaz, visto este ser um projeto a funcionar em realidades físicas dispersas e com uma equipa geograficamente distante, foi implementado um sistema de partilha de informação constantemente atualizada. Esta partilha é feita através de ficheiros colocados numa *cloud*, facilmente acessível através de um *smartphone*. Desta forma, todos os funcionários poderiam aceder a atualizações imperativas quanto a horários de trabalho, escala de serviço e gestão da afluência de público através de visitas marcadas.
- Gestão das visitas guiadas. Foi implementado um sistema em que estas são obrigatoriamente marcadas via *email* pelos visitantes. Após confirmadas de acordo com a disponibilidade, são registadas num *software* informático de gestão das visitas e partilhadas na *cloud*, para conhecimento da equipa em trabalho nos diferentes locais. Estas visitas possuem um guião pré-estabelecido para cada monumento, preparado no sentido de ser assegurada a qualidade das atividades. Existiram simulações de visitas guiadas, feitas por parte dos guias do PVV ao ex-diretor enquanto forma de treino.
- Gestão das visitas livres, sem marcação. Os bilhetes podem ser adquiridos de três formas: via email, com posterior envio dos bilhetes por correio; fisicamente nas bilheteiras PVV ou através de um revendedor (operadores turísticos ou empresas de

turismo locais, que podem adquirir bilhetes e depois revender a visitantes). Não existe uma plataforma online para venda e envio digital de bilhetes¹⁷⁹.

- Flexibilização nas modalidades da bilhética. Criou-se o formato de bilhete individual e de bilhetes conjunto, sendo possível a compra de bilhetes individuais ou bilhete conjunto para todos os monumentos da rede. Ambas as modalidades são válidas até um ano após a data da compra. Esta foi uma estratégia para simplificar e adaptar as modalidades de visita às necessidades da procura: por outro lado, permitiu a venda de bilhetes para oferta a terceiros.
- As dificuldades. Nestas comunicações, foram referidas várias dificuldades na gestão do projeto: em termos de recursos humanos (insuficientes, etariamente envelhecidos, com demasiada concentração de tarefas, com iliteracia tecnológica e sem formação contínua); em termos informáticos (*hardware* e *software* desatualizados) e em termos de financiamento (sendo insuficiente).

3.5.3 – Considerações finais

Importa no final deste capítulo efetuar um ponto de situação relativo ao PVV, relativo a informações mais recentes sobre intervenções no seio do projeto.

Já durante o decorrer desta investigação foi anunciada uma segunda fase de intervenções designada Vale do Varosa 2 (PVV2). As comunicações divulgadas referem que se trata de um investimento promovido pela DRCN de cerca de dois milhões de euros, cofinanciado pelo Programa Norte 2020. Este PVV2 teve início em 2018 e tem levado a cabo intervenções diretas em três monumentos da rede¹⁸⁰. Em termos de objetivos, esta segunda etapa de intervenção pretende a continuação, consolidação, alargamento e melhoria do Projeto, a ser estabelecida através das seguintes ações:

- alargamento das áreas de visita já abertas ao público;

¹⁷⁹ Em 2023 a DRCN criou no seu sítio online o serviço de bilheteira digital, para os equipamentos culturais sob a sua tutela. Passou a ser possível adquirir bilhetes para os três monumentos da rede PVV com acesso pago.

¹⁸⁰ Intervenções do PVV 2: Mosteiro de Stª Maria de Salzedas - conservação e restauro do teto da antiga Botica do mosteiro (março de 2018) e consolidação para ampliação da área de visita do mosteiro através de intervenções no piso superior do Claustro do Capítulo e no Claustro da Colação (março de 2019). Mosteiro de São João de Tarouca - valorização no Centro Interpretativo (janeiro de 2019). Ponte Fortificada de Ucanha - intervenção de requalificação no sentido da melhoria das condições e qualidade de visita (março de 2019)

- integração de novos elementos patrimoniais nos percursos de visita;
- aumento da diversidade de elementos e temáticas de visita;
- reforço da comunicação do projeto.

Pode-se dizer que as ações deste PVV2 são fundamentadas na continuidade do projeto anterior. Analisando-se o plano de intenções definido, a maior novidade é a pretensão de inclusão no Projeto de novos bens patrimoniais, como será o caso da Casa do Paço de Calvares, localizada na freguesia de Dálvares (Tarouca). Porém, esse alargamento não foi ainda concretizado.

Como vimos, genericamente trata-se de uma iniciativa turístico-cultural centrada no património construído e que teve a sua primeira fase de implementação ocorrida entre 2009 e 2018. Nesse período foram levadas a cabo etapas fundamentais como a recuperação e restauro de património, a musealização, a instalação de centros interpretativos e de receção, para uma final abertura em formato de rede visitável. Essa abertura concretizou-se num modelo suportado em cinco bens patrimoniais agregados, sendo a configuração ainda em vigor. A tabela síntese da constituição do PVV serviu para orientar cronologicamente e sinteticamente acerca desse processo de constituição (apêndice 1). Importa assim reforçar que esta tese foca o modelo patrimonial concretizado em 2018, sendo que o Projeto PVV2 ainda se encontra a decorrer durante o período desta investigação.

Capítulo IV - Da teoria à prática: o processo empírico de investigação

4.1 – Opções metodológicas e estratégias de recolha e análise de dados

Na introdução desta tese ficou exposto o tema, as questões de partida e os objetivos propostos para a investigação. Em função desses objetivos, este capítulo visa aprofundar os aspetos metodológicos da investigação empírica, bem como clarificar quais as escolhas adotadas. Enquadrando-se este trabalho no âmbito das ciências sociais, relembra-se a necessidade de constituição de um processo por etapas, sequenciais e interdependentes, que incluem a escolha do tema, a formulação do desenho da investigação e a recolha, análise e interpretação dos dados alcançados pelo processo de pesquisa (Bailey, 1994).

A investigação norteou-se por uma metodologia capaz de fornecer um diagnóstico quanto aos impactos de uma instituição e Projeto de implantação local, refletindo sobre a sua conduta e compreendendo factos pela visibilidade das suas representações e/ou efeitos (Quivy e Campenhoudt, 2008) – neste caso, um diagnóstico quanto aos impactos do PVV que é o objeto de estudo da tese. Numa etapa inicial e exploratória da investigação, após ter definido o tema e os objetivos, procurei focar-me na revisão da literatura, participando em paralelo em alguns eventos de carácter científico como forma de acompanhar as discussões contemporâneas em torno das temáticas da tese. Dessa etapa resultaram os Capítulos I e II, dedicados ao estado da arte e nos quais se define a problemática desta investigação. Também o Capítulo III, dedicado ao processo de constituição e implementação do PVV, beneficiou dessa etapa de exploração. Contudo, o Capítulo III resulta já de uma articulação entre opções teóricas e primeira aproximação empírica ao PVV para reconhecimento concreto do objeto de estudo, análise preliminar dos seus valores patrimoniais e identificação dos principais intervenientes. Esta primeira visita permitiu também estabelecer um referencial informativo orientador para o posterior trabalho de campo. Portanto, em termos metodológicos a produção escrita cimentou-se inicialmente nas diversas fontes de informação, nomeadamente fontes documentais institucionais, com compreensível recurso intensivo às publicações promovidas pelo próprio PVV, bem como disponibilizadas por outras instituições como o ICOM, a ONU, o INE e a OMT. Em fase posterior, a investigação empírica foi enriquecida pelo trabalho de campo mais aprofundado e recurso a fontes de informação construídas por meio de

entrevistas e acesso a outros dados complementares como informação disponibilizada *online* em páginas eletrónicas diversas.

A sistematização conceptual, inicialmente concretizada nos Capítulos I e II, permitiu consolidar os contornos do desafio e o pressuposto autoimposto de desenvolver uma investigação pluridisciplinar. Também a compreensão aprofundada do processo de implantação do PVV reforçou a utilidade de se adotar uma visão holística. Desta forma, alcançou-se o aparelho teórico-conceptual de base da presente investigação, estruturado em torno de cinco conceitos-chaves. O quadro síntese apresentado abaixo elenca os grandes referenciais teóricos da tese.

Quadro 8 - Conceitos-chave da problemática	
Património	Património cultural Património enquanto processo, elemento base de construções históricas e sociais (patrimonialização) Paisagem patrimonial Património enquanto elo de coesão regional, nacional e internacional
Comunidade	Identidades culturais Memória coletiva Discurso cultural local
Museus	Função social do museu Museu como <i>zona de contacto</i> , dinamizador do território Museu mediador (interpretação patrimonial) <i>Museu ativista</i> com papel socialmente relevante Museu inclusivo, reconhecedor da pluralidade de públicos
Turismo	Visão interdisciplinar do turismo Turismo inclusivo (integração de <i>stakeholders</i>) Destino turístico Turismo cultural Turismo de base comunitária Turismo criativo e turismo temático
Desenvolvimento	Desenvolvimento endógeno e sustentável Inovação social Turismo sustentável (OMT) Adequação e diferenciação da oferta Avaliação da qualidade

Ter em mente um tal referencial teórico e conceptual para a tese significou também reconhecer o carácter qualitativo da investigação a realizar. Trata-se, portanto, de uma

investigação suportada num método e em estratégias assentes na compreensão de fenómenos socioculturais, por vezes com significativo grau de subjetividade. Convirá lembrar que, valorizada pelo reconhecimento das limitações da fórmula positivista, a metodologia qualitativa não se orienta por variáveis ou hipóteses previamente formuladas, mas, antes, pela intenção e ambição de ampliar a compreensão dos fenómenos em análise (Silva, 2013). Sendo útil a esta investigação pluridisciplinar, a escolha da metodologia qualitativa deve-se ainda a outro aspeto: por se materializar sobretudo através de estratégias de recolha de dados que privilegiam o contacto estreito e prolongado com os atores sociais no seu ambiente sociocultural. Trata-se, portanto, de uma investigação qualitativa que assume uma postura interpretativa e compreensiva através da qual se pretende aceder aos contextos locais, permitindo dar sentido ou interpretar os impactos do PVV a partir também dos significados que lhe são atribuídos nesses contextos (Denzin e Lincoln, 1994, p. 2). Por outras palavras, a presente investigação tem uma forte componente socio-antropológica, exigida pelas intenções de descrição, interpretação e compreensão de dimensões várias associadas ao PVV e aos impactos que é capaz de provocar no contexto específico em que está sedado (Chizzotti 1991, 84; Fox 1987, 481).

Como questão de partida, a tese definiu a intenção de efetuar uma análise dos impactos do PVV em prol desenvolvimento sustentável da região onde foi implantado. Por isso, a investigação empírica teve de se desenvolver de modo a conseguir responder qualitativamente a esta questão. Encontrado o referencial teórico e definida a abordagem metodológica, o passo seguinte foi definir todas as dimensões do respetivo universo empírico da investigação. Tendo presente as cinco conceitos-chaves da problemática e os objetivos definidos, criei um conjunto de cinco grandes dimensões de análise, as quais, por sua vez, se desdobram em diferentes componentes, conforme se apresenta de seguida no quadro 9.

Quadro 9 – Dimensões e componentes de análise dos impactos do PVV
Dimensão A - PVV enquanto potenciador da criação de uma identidade cultural local A1) Visão do património corporizada no PVV pela utilização do(s) seu(s) património(s) A2) Opções adotadas no processo de constituição histórica, social e cultural do PVV A3) Paisagem envolvente: representatividade e influência na tomada de decisões sobre o território;
Dimensão B – Reconhecimento do PVV pela comunidade B1) PVV enquanto parceiro comunitário B2) PVV como zona de contacto: inclusão, representação e interação
Dimensão C – A Nova Museologia nos museus do PVV C1) Opções museográficas: suportes expositivos, interdisciplinaridade e tecnologias C2) Integração de estratégias diferenciadas para diferentes públicos C3) Participação: ações de voluntariado, curadoria coparticipada, processos de consulta comunitária e parcerias
Dimensão D - PVV e a oferta de turismo cultural, criativo e temático D1) Incorporação de visão do turismo interdisciplinar e integradora dos <i>stakeholders</i> locais D2) Representação do PVV na Região de Turismo do Porto e Norte D3) Alinhamento face aos desafios do turismo contemporâneo: tecnológico, ecológico e inclusivo D4) Adoção de princípios da democracia cultural como impulso à cidadania cultural D5) Alinhamento face às tendências do turismo cultural: criativo e temático
Dimensão E - PVV como âncora para o desenvolvimento sustentável do território E1) Papel perante o património local, enquanto elemento para a solidificação de uma identidade cultural diferenciadora e competitiva E2) Contributos para a descoberta do território e contacto com as comunidades locais E3) Envolvimento em estratégias de empreendedorismo e/ou de valorização de profissões turísticas E4) Impulso à economia circular: existência de redes de cocriação e formas de mobilização dos agentes territoriais a nível intersectorial E5) Impulso à economia circular: gestão dos fluxos turísticos e distribuição dos benefícios socioeconómicos E6) Potenciação da utilização turística nos bens patrimoniais da rede visitável E7) Qualidade da experiência turística proporcionada E8) Integração do PVV em dinâmicas turísticas locais, regionais, nacionais e internacionais

Perante as cinco dimensões definidas e suas 21 componentes, o desafio seguinte era conseguir reunir informação capaz de fundamentar uma análise crítica, simultaneamente abrangente e concreta, relativa aos impactos do PVV. Para aceder a esses dados teve papel fundamental a aproximação à comunidade envolvente. O trabalho de campo veio fortalecer e complexificar, ou mesmo contrapor, as interpretações produzidas sobre o PVV. Esse trabalho no terreno desenvolveu-se através de uma abordagem de cariz etnográfico, proporcionadora da aproximação qualitativa pretendida (Reyes, 2017; Hammersly e Atkinson, 1994; Denzin e Lincoln, 1994).

Num momento inicial, a aproximação ao terreno ocorreu ainda na fase exploratória da investigação, tal como aqui já foi referido: para proceder ao levantamento do processo de constituição e implementação do PVV que originará o capítulo III, realizei também uma primeira visita à região. Posteriormente, o trabalho de campo junto da comunidade local socorreu-se sobretudo de técnicas como a conversa informal (individual e em grupo), a observação participante associada às visitas efetuadas ao PVV, o registo fotográfico e as entrevistas semiestruturadas (presenciais e *online*). Em termos concretos, o trabalho de campo foi levado a cabo através de deslocações ao terreno, em abril de 2018 e em agosto de 2022, e através de contactos à distância intensificados entre outubro de 2022 e janeiro de 2023. Foram estratégias que permitiram comunicar com diversificados membros da comunidade, pensadas no sentido de serem auscultadas quer pessoas diretamente envolvidas com o PVV (como os diretores, técnicos de gestão do património e outros funcionários), quer membros da comunidade local, ligados a diferentes quadrantes de atividade: setor público, gestão turística e patrimonial local; setor privado, como o do alojamento turístico, restauração, animação e informação turística e comércio local; setor social, com foco nas associações locais e comunidade educativa; e os visitantes do PVV.

Importa também salientar uma importante vertente da investigação empírica, que diz respeito à recolha de informação documental. Deve ser referido que esta recolha foi facilitada pela participação em três encontros científicos nos quais Luís Sebastian, ex-diretor do Museu de Lamego e ex-coordenador do PVV, apresentou comunicações relativas ao Projeto. A primeira foi a 10 de novembro de 2017, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, com o tema: *Projeto Vale do Varosa: da investigação à musealização*. A segunda, ocorreu a 18 de abril de 2018 com a conferência intitulada *The Lamego Museum and the Varosa Valley Project: How does it work?*, apresentada no *International Meeting +Digital Future: Competences for the Cultural Sector*, decorrida

na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e organizada pelo Projeto *Mu.SA_Museum Sector Alliance*. E por fim, a 19 de abril de 2018, com o título *Museu de Lamego & Vale do Varosa: Funcionamento e Gestão*, uma palestra inserida no *Seminário Património, Turismo e Desenvolvimento Sustentável*, que decorreu no Auditório Pedro IV, no Porto, organizado pelos projetos pporto.pt e VERde NOVO.

A participação nestes eventos teve significativa importância, pois, além de ter assistido às comunicações e ter registado a informação transmitida, foi possível entrar em contacto direto com o ex-diretor do Projeto e comunicar-lhe sobre a existência desta investigação. Dessas abordagens resultou o acesso facilitado a documentação diversa relativa ao PVV, nomeadamente: publicações e artigos científicos diversos de carácter historiográfico; documentação de carácter técnico como os planos de intervenção nos monumentos a recuperar; documentos de suporte às candidaturas que financiaram os trabalhos efetuados; os modelos de guiões utilizados nas visitas guiadas; registos fotográficos do antes, durante e após a realização dos trabalhos de intervenção nos monumentos; materiais de apoio utilizados nas comunicações do PVV em encontros científicos. Com efeito, a recolha e análise documental foi estratégia metodológica utilizada antes das deslocações ao terreno, tendo sido depois uma técnica continuada durante e após estas deslocações. Outras fontes de informação que devem ser referidas foram: documentação de carácter turístico, como brochuras e panfletos recolhidos nos Postos de Turismo; boletins municipais e consulta regular das páginas *online* das autarquias locais; informação digital disponibilizada pela Região de Turismo do Porto e Norte; informação de carácter geográfico através do *Google Maps*; estatísticas do INE e do portal PORDATA; informação disponibilizada pelo Sistema de Informação Geográfica do Turismo (SIGTUR); informação facultada por plataformas de utilizadores da *Google* e do sítio *TripAdvisor*.

4.2 – O processo de aproximação ao terreno

O trabalho de campo desenvolvido para esta tese sofreu alguns constrangimentos. Com efeito, a considerável área geográfica abrangida pelo PVV colocava dificuldades em termos de exigência de tempo e de recursos financeiros que permitissem estadias prolongadas e contínuas no terreno. Sem esses meios, o trabalho de campo apoiou-se em duas visitas presenciais, tendo posteriormente sido consolidado através de mais contactos estabelecidos e mantidos à distância.

Começando pelas deslocações ao terreno, delas resultaram cerca de três dezenas de contactos presenciais, com oportunidades de conversa informal estabelecida com vários membros das comunidades locais, aos quais se associaram diversas oportunidades de observação participante. Estes contactos permitiram a obtenção de impressões importantes sobre o PVV e a sua realidade envolvente, alcançadas com a ajuda de quem reside na região. De igual modo, em resultado de momentos mais formalizados de recolha de dados, efetuaram-se igualmente 15 entrevistas presenciais. Descrevendo de forma breve estas deslocações, a primeira decorreu entre os dias 25 e 27 de abril de 2018, teve a duração de três dias e foi orientada para o reconhecimento e caracterização do PVV no terreno. Visitaram-se as cidades de Lamego e Tarouca, procurando-se compreender o contexto sociocultural e turístico local. Em concreto, das instituições integrantes do PVV visitou-se o Museu de Lamego e o Mosteiro de São João de Tarouca, estabelecendo conversas informais com os profissionais neles presentes.

A segunda visita ao terreno estava prevista para o ano de 2020. Porém, o contexto pandémico vivido durante esse ano e seguinte impossibilitou a sua concretização, impedindo o inicialmente previsto. Relembro os sucessivos períodos de confinamento obrigatório, o fecho das instituições culturais e as restrições à circulação impostas. Houve, portanto, necessidade de reajustes processuais e logísticos e a recolha empírica de dados teve de ser adiada, tendo ocorrido por fim no verão de 2022, entre os dias 15 e 19 de agosto, tendo tido a duração de cinco dias. No primeiro dia foi efetuada uma visita à cidade de Lamego, com destaque para a recolha de informações na Loja Interativa de Turismo e para a visita de monumentos e espaços culturais da cidade explorados em termos turísticos, como o Castelo de Lamego e a Cisterna, e o Teatro Ribeiro Conceição e o Arquivo e Museu Diocesano de Lamego. As visitas incluíram ainda importantes e

reconhecidos espaços da dinâmica turística local, como a central de camionagem e as lojas de artesanato anexas.

A partir do segundo dia, o trabalho de campo focou-se diretamente nos elementos componentes do PVV. Efetuei visitas técnicas aos cinco núcleos da rede patrimonial e efetuei entrevistas semiestruturadas com os seus rececionistas, únicos funcionários presentes em todos os casos. A visita ao Mosteiro de São João de Tarouca decorreu no dia 16 de agosto, enquanto, no dia seguinte, visitei o Mosteiro de Santa Maria de Salzedas e a Ponte Fortificada de Ucanha, dois patrimónios edificados geograficamente próximos. Já no dia 18 de agosto foi a vez do Mosteiro de Santo António de Ferreirim, tendo depois regressado à Cidade de Tarouca, onde visitei o Posto de Turismo, o Auditório Municipal Audácio Pestana e à Igreja Matriz de Tarouca e onde concretizei a realização de três entrevistas semiestruturadas nesses espaços. No dia 19 de agosto visitei a capela de São Pedro de Balsemão.

Importa destacar que aquando destas deslocações às diferentes localidades efetuei percursos pedestres para reconhecimento e caracterização das localidades envolventes, sempre com a preocupação de estabelecer conversas informais junto da população local. Por exemplo, em São João de Tarouca frequentei o café O Frade, localizado em frente ao Mosteiro e à Associação Vale do Varosa, onde decorreram conversas em grupo, no caso, com a proprietária e dois clientes do referido café, e individualmente com a proprietária da loja da Associação. Já em Salzedas, procurei igualmente estabelecer conversas informais em grupo com alguns dos clientes do Café do Terreiro e, individualmente, com um membro da Comissão de Festas em Honra de Nossa Senhora da Piedade e Santa Bárbara, cujos festejos decorreriam na vila no fim de semana subsequente. Na União de Freguesias de Gouveães e Ucanha foi possível perceber a ambiência da localidade enquanto almoçava no restaurante Tasquinha do Matias, cuja esplanada tem vista privilegiada para a Ponte local. Foram igualmente estabelecidos contactos informais com proprietários de algumas lojas de produtos regionais. Na Cidade de Tarouca, os contactos informais foram efetuados com trabalhadores de alguns espaços de restauração e bebidas, do alojamento turístico e com os motoristas de táxi.

Quanto aos contactos à distância, que tiveram de ser expandidos também em virtude do contexto pandémico, importa destacar que alguns foram a continuação de contactos interpessoais estabelecidos no terreno; houve pontuais contactos telefónicos aquando do

tratamento e análise das informações, sobretudo para clarificar informações registadas durante as visitas efetuadas. Porém, a maioria dos contactos à distância foram estabelecidos após as visitas ao terreno. Em virtude, quer das limitações de tempo e financeiras já referidas, quer das restrições impostas pela pandemia Covid-19, este novo tipo de contactos foi o meio para consolidar e complementar as informações recolhidas durante o trabalho de campo. Esta etapa da investigação empírica decorreu sobretudo durante o último trimestre de 2022, período durante o qual constitui uma base de dados, reunindo todos os contactos dos diferentes atores sociais locais. Recorrendo a essa base de dados, enviei, via endereço eletrónico, um total de 82 pedidos de informação, personalizados segundo o tipo de destinatário(s): vereadores das áreas do turismo e/ou património (3); presidentes das juntas de freguesia (5); alojamento turístico (33); agências de viagens (8); animação turística (3); empresas de referência da económica local e associações comerciais (5); associações socioculturais locais (17); e escolas locais de diferentes níveis de ensino (8) (Apêndice 3). Apelava nestas comunicações a um contributo escrito para a investigação em curso. Porém, verificada a quase nula receção de respostas, efetuaram-se posteriormente dezenas de telefonemas¹⁸¹. Grosso modo, desta interação via telefone compreendiam-se as causas do insucesso dos anteriores contactos via *email*: desconhecimento do contacto anterior, devido a alteração do endereço eletrónico ou sua receção ignorada; indisponibilidade para contribuir por escrito; adiamento das intenções de resposta, e agora, promessas de envio de resposta (sobretudo no caso das empresas e das associações); ou confirmação de que o contacto tinha sido rececionado e que seria respondida (caso da vereação municipal e das escolas). Finalmente, de todas as diligências foi possível obter dez contributos válidos.

Como é perceptível, esta etapa de recolha de informação à distância traduziu-se num processo moroso, que se arrastou ao longo de quatro meses. A última ação de recolha empírica foi a entrevista *online* efetuada à nova diretora do Museu de Lamego e do PVV, já em janeiro de 2023. A concretização desta entrevista foi desbloqueada após uma abordagem interpessoal, ocorrida aquando da copresença em evento da APOM¹⁸². Em

¹⁸¹ Antes de passar aos contactos por via telefónica, aguardaram-se respostas via email por um período de, pelo menos, três semanas.

¹⁸² Encontro APOM em Movimento, ocorrido a 13 de janeiro de 2023 na Fundação Cupertino de Miranda, em Famalicão. Neste evento, a nova diretora do PVV apresentou a comunicação: *Museu de Lamego e Vale do Varosa. 12 Anos de Prémios APOM*.

síntese, do processo de recolha de dados empíricos – no terreno e à distância – resultou a realização de 25 entrevistas semiestruturadas (quadro 10).

Quadro 10 – Entrevistas da investigação empírica			
Setor	Entrevistado(a)	Modo de Recolha	Nº de Registos
no terreno			
PVV	Rececionistas monumentos PVV	Presencial	5
Direção Regional de Turismo do Norte	Rececionistas / Assistentes Operacionais Postos de Turismo	Presencial	2
Autarquia	Rececionistas / Assistentes Operacionais C.M. Tarouca	Presencial	2
Comércio Local	Prop. Estab. Restauração e Bebidas Prop. Estab. Produtos Regionais	Presencial	1 2
Setor Cultural	Rececionista / Guia Museu Privado	Presencial	1
Transportes	Motorista Táxi Motorista Transp. Público de Passageiros	Presencial Presencial	1 1
à distância			
PVV	Diretora PVV	Por videoconferência	1
Juntas de Freguesia	Secretário(a) Junta de Freguesia	Por escrito (email) Via telefone	1 1
Alojamento Turístico	Rececionista Parque de Campismo Prop. Turismo Habitação Gestora <i>Hostel</i> RP Hotel Cinco Estrelas	Via telefone Por escrito (email)	2 2
Escolas	Prof. História Ensino Secundário Prof. e Invest. Ensino Superior	Por escrito (email) Por videoconferência	1 1
Setor Cultural	Historiador	Via telefone	1
Total			25

Importa referir que estas entrevistas foram orientadas segundo a abordagem de tópicos diferenciados consoante o entrevistado(a). Por vezes essa abordagem ocorreu com a colocação de questões diretas, no sentido da busca de respostas precisas. Essas questões procuravam obter informações enquadráveis face às dimensões de análise e suas componentes, apresentadas no ponto anterior. Dito isto, numa primeira fase de organização e análise dos resultados foi possível estabelecer uma relação entre as

entrevistas realizadas e as dimensões/componentes para as quais a informação obtida foi considerada significativa (Apêndice 4).

Ainda no que respeita ao conjunto de informações que foi possível reunir, existem vários aspetos a salientar. Desde logo, algumas fragilidades. Por exemplo, o facto de não se ter conseguido resposta positiva dos representantes autárquicos responsáveis pelas áreas do turismo e património. Neste sentido, fica sem resposta por parte da gestão autárquica local a questão da colaboração com o PVV, bem como a sua auscultação quanto à forma como este Projeto tem sido implementado. Contudo, ainda que pela negativa, estes dados não podem deixar de ser considerados: o desinteresse ou distância relativamente ao próprio PVV não pode deixar de ser notado. Também das cinco freguesias abrangidas pelo PVV, apenas duas entenderam por bem colaborar com a investigação e nunca através de informações diretamente prestadas pelos seus presidentes. Também devido a estes factos, a análise das questões envolvendo as relações do poder público local com o PVV terá de ser complementada com recurso a informações obtidas de forma indireta e/ou transversal. Não foi igualmente possível obter respostas por parte das agências de viagens ou das empresas de animação locais, nomeadamente, quanto ao seu envolvimento em atividades que de qualquer modo cruzassem com iniciativas do PVV. Porém, os contactos estabelecidos com as Lojas Interativas de Turismo forneceram uma perspetiva sobre a existência deste tipo de empresas e do tipo de atividades que habitualmente desenvolvem. Deve também ser reconhecido o facto do número de entrevistas conseguido ser bastante inferior ao idealizado. Contudo, sobre as entrevistas e conversas mais informais conseguidas existem pontos fortes a reter. A maior parte desses contactos foram efetuadas em diálogo direto – fosse por conversa telefónica ou videoconferência –, tendo sido conversas que demoraram em média uma hora e que permitiram a abordagem de diferentes assuntos de forma sustentada. Ao setor do alojamento turístico que se disponibilizou a colaborar com a investigação perguntou-se essencialmente sobre as relações entre o PVV e estas empresas, procurando alcançar uma perceção sobre os impactos das mesmas no fluxo de visitantes, bem como algum *feedback* sobre o conhecimento do Projeto por parte dos hóspedes. Foi possível reunir um leque de entrevistados ligados a categorias distintas de alojamento. Por exemplo, no caso da unidade de Turismo de Habitação, tratou-se de um contacto importante para a tese pelo facto da entrevistada, proprietária, ser natural da região e aí residir, tendo um conhecimento aprofundado sobre a realidade local também no que respeitava ao comércio

de vinhos, associado à unidade de alojamento. Por outro lado, a entrevista feita com um membro do departamento de relações públicas de um hotel de cinco estrelas foi importante no sentido de permitir perceber as relações estabelecidas entre o PVV e uma parte do mercado turístico economicamente mais favorecido, pois era uma das unidades de alojamento turístico de melhor qualidade na região. Noutro quadrante, às escolas procurei colocar questões quanto às relações institucionais entre estas e o PVV, bem como sobre a perceção da sua importância para a comunidade local, com destaque para a comunidade estudantil. Ao nível do ensino secundário foi tarefa árdua conseguir alguma resposta; ao nível do ensino superior, a conversa estabelecida com uma docente e investigadora na Escola Superior de Tecnologia e Gestão, de Lamego, foi muito produtiva pelo conhecimento evidenciado sobre o PVV e sobre a região¹⁸³. Finalmente, a entrevista efetuada à direção do PVV com que conclui o processo de recolha empírica, ajudou a consolidar e confrontar informações obtidas em diferentes momentos da investigação, bem como a compreender algumas das alterações ocorridas em função das remodelações verificadas no seio do Projeto.

Tendo em mente o aparelho teórico-conceitual elaborado e na posse do conjunto alargado de material empírico a que logrei aceder, tratava-se agora de prosseguir a investigação através dos habituais processos de triangulação. Apoiado nesses mecanismos de cruzamento envolvendo a totalidade das noções teóricas e dos dados empíricos, a expectativa é alcançar interpretações compreensivas, holísticas e detentoras de poder heurístico.

¹⁸³ A docente em questão lecionava nas áreas do Turismo e Património, era Mestre em Património e Turismo e Doutora em Gestão.

Capítulo V - Resultados da investigação e análise crítica dos impactos do PVV

Neste capítulo, trata-se de apresentar os resultados da investigação realizada, fazendo-se um retrato abrangente e crítico do PVV, da sua ação e dos impactos que parece ser capaz de provocar na realidade envolvente. Esta análise e simultânea avaliação dos seus impactos é a etapa necessária e imprescindível para que se consigam conceber as propostas de intervenção que serão apresentadas no último Capítulo da tese. A sistematização de materiais a seguir apresentada está organizada em função dos conceitos-chaves selecionados e definidos para esta investigação.

O conceito de património está na base da **Dimensão A** da análise, que visa averiguar os impactos do PVV em termos de criação e/ou consolidação de uma identidade cultural local. Em primeiro lugar, importa então compreender que visão de património está nele incorporada, atendendo à utilização que faz do(s) seu(s) bens patrimoniais.

Neste âmbito, é possível notar que o potencial da iniciativa se encontra no presente condicionado por uma mensagem patrimonial predominantemente centrada no edificado. O Projeto traduz um modelo de operacionalização patrimonial no qual a noção de património cultural e correlativa viragem cultural não se encontram ainda suficientemente refletidas. Temos cinco núcleos monumentais heterogêneos em termos de dimensão e com zonas visitáveis diferenciadas: se três deles são complexos visitáveis suportados pela existência de um centro interpretativo e loja de produtos de *merchandising* (Mosteiros e Convento), os restantes dois são de dimensão mais pequena (Torre e Capela). Contudo, a mensagem apresentada nestes bens patrimoniais foca-se na sua materialidade e monumentalidade – os edifícios, os objetos a eles associados, as técnicas e fases construtivas e a dimensão espacial. Verifica-se que a componente imaterial ligada a vivências em torno do edificado é assunto apresentado de forma significativa apenas no Mosteiro de São João de Tarouca, que foca na sua narrativa expositiva aspetos da vida quotidiana no Mosteiro no passado.

Pelo contrário, de modo dominante, os bens patrimoniais que no presente envolvem os integrantes do PVV, desde construções como pontes romanas, moinhos e outros edifícios religiosos, até manifestações do património cultural imaterial como festas e romarias, tradições do ciclo agrícola anual, gastronomia ou produtos alimentares autóctones, nenhum deles aparece mencionado ou refletido nas diferentes formas de comunicação de

que o Projeto se serve. Deste modo, o PVV não se assume como iniciativa âncora para dar visibilidade à identidade cultural local a uma escala mais abrangente.



Imagem 49 – Painel informativo sobre vesturário e comércio dos monges, no Mosteiro de S. João de Tarouca
Fonte: autor

Tendo por base a ideia de ‘patrimonialização’ enquanto processo, a Dimensão A prevê ainda analisar o PVV em termos da sua elaboração histórica, social e cultural. É importante destacar que esta iniciativa de intervenção incidiu sobre património possuidor de uma longa histórica, detêm características de originalidade e individualidade e engloba bens classificados. Trata-se de edificações que estiveram desde as origens associadas a um contexto eclesiástico particular. Mesmo no período mais recente, mantiveram e mantêm funções religiosas ligadas às paróquias locais, mas apresentam os espaços adjacentes, particularmente os claustros do Convento e Mosteiros, abandonados, o que acontece desde a extinção das ordens religiosas no país. A ideia de intervir nestes bens no sentido de lhes atribuir a possibilidade da fruição turística e cultural surge, notoriamente, com a consciência da necessidade de se estudar e registar o passado deste património, antes dessa transformação.

Pretendo aqui realçar aspetos que permitem afirmar que o PVV se solidificou tendo por base um processo de ‘patrimonialização’ estruturado, pensado e rigoroso. Tal facto é comprovado, por exemplo, pelos intensos trabalhos efetuados pela equipa em termos das escavações arqueológicas, para compreensão e caracterização dos bens. De igual modo, a existência de assinalável bibliografia que documenta essas e outras etapas de intervenção revela preocupação na criação de uma base historiográfica sobre este património e a sua consequente divulgação. Portanto, esse processo de patrimonialização traduziu-se na ativação de diferentes etapas consistentemente documentadas – recuperação do edificado,

musealização e abertura ao público – expostas no Capítulo III da tese¹⁸⁴. Neste processo, destaca-se ainda a entrada do Museu de Lamego e da sua equipa, tendo-se dado início a uma mudança importante. De isolados junto da comunidade próxima, os bens da rede PVV passaram a fazer parte de um Projeto em rede que os conecta entre si. Em síntese, este processo de ‘patrimonialização em rede’ corporiza a intenção de consolidar a identidade cultural local, procurando renovar a vivência destes bens patrimoniais em termos históricos (um novo período), sociais (captar novos públicos) e culturais (proporcionar novos usos).

Para as populações locais, esse período encontra-se bem presente na memória, lembrado pelas movimentações da equipa no terreno, sendo que recorrentemente é citado o antigo diretor Luís Sebastian enquanto ‘pai’ do PVV. Esse foi um tempo que despertou a comunidade para o potencial dos seus referentes patrimoniais. Porém, atualmente, essa mesma comunidade não assiste a grandes movimentações em termos de intervenções diretas nos bens patrimoniais. O Projeto parece ter um dinamismo menos visível, limitado à chegada e partida pontual de visitantes, em visitas curtas e com pouco interesse na interação com a comunidade em redor. A finalidade turística que havia sido apresentada à comunidade parece trazer benefícios, mas compreendidos como restringidos ao próprio Projeto.

Pela sua equipa interna, o PVV é visto como uma iniciativa consolidada em 2016. Na atualidade, mantêm-se os contornos definidos pela anterior gestão e algumas fragilidades hoje existentes são consequência dessa opção. Desde 2021, o foco principal da atual equipa é o Museu-sede do Projeto: estão em curso obras de reabilitação do edifício e melhoria de acessibilidade – operação *Museu de Lamego, Museu para Todos*. É evidente a impossibilidade de intervenção simultânea devido, desde logo, aos recursos humanos insuficientes. O PVV e o Museu são duas entidades culturais distintas, mas com uma equipa de trabalho única. Perante este facto, PVV e Museu acabam por se tornarem instituições que competem entre si, num modelo de gestão demasiado centralizado. Além desse fator, existem discussões sobre a “regionalização da cultura”, pautadas pela possível redistribuição de competências. Vive-se um cenário de incerteza quanto à tutela do PVV, se continuará afeto ao Museu de Lamego ou se a DRCN transferirá a sua gestão

¹⁸⁴ Estas etapas resultaram de opções de intervenção coordenadas pela cotutela DRCN/Museu de Lamego e foram executadas pela anterior direção entre 2009 e 2016, período em que o Projeto assume o formato atual.

para outra entidade. Estes dois motivos são os principais fatores que parecem assim justificar a atual política de “manutenção” do PVV, da qual sobressaem duas novidades fundamentais. A digitalização de conteúdos, para a criação de um acervo multimédia disponível *in loco* e *online* (visitas virtuais, guiões, filme e fotografias); e a manutenção e reforço dos eventos realizados, que se vão afirmando no calendário cultural da região. Ainda não tendo decorrido uma década desde a abertura da rede abrangendo os seus cinco núcleos, parece para já ser inegável a sua imposição na área geográfica próxima, sendo visível a importância que lhe é dada nos meios comunicacionais das autarquias locais.

Relativamente à paisagem envolvente, é constatável que se está perante uma iniciativa que carece de conexão com o seu território, também certamente pela já referida centralidade no seu edificado. Essa falta de envolvimento com a paisagem evidencia-se em dois exemplos concretos, que espelham o fraco poder de influência do PVV sob decisões tomadas por outras entidades relativas a intervenções no território envolvente. O primeiro, relativo à descaraterização e consequente ocultação na paisagem de uma antiga ponte construída pelos monges em São João de Tarouca. A Câmara Municipal de Tarouca tapou com paralelepípedo e cimento esta estrutura, hoje localizada na parte exterior da cerca do Mosteiro e sob a qual passa a estrada de acesso à localidade. É uma medida encarada com descontentamento pela população local, que interpreta a intervenção como uma “solução barata”. O segundo exemplo é o anúncio por parte das duas autarquias locais da criação do Caminho dos Monges, projeto de ecoturismo cultural que passará junto ao edificado da rede e no qual o PVV não teve envolvimento em termos de consulta, conceção ou divulgação. Este Caminho ligará o Mosteiro de Tarouca e os passadiços já existentes junto à Barragem do Varosa, chegando até à cidade da Régua. Sendo uma iniciativa intermunicipal, terá extensão de 40 quilómetros, recuperando o trajeto do antigo caminho dos Monges de Cister até ao Douro. Portanto, o não envolvimento do PVV, sequer na comunicação desta iniciativa, torna manifesto um claro desperdício de oportunidades em termos do reforço do seu papel junto da comunidade, bem como do seu potencial enquanto elemento âncora na consolidação da identidade cultural local.



Imagem 50 – Ponte anexa ao complexo monástico, descaracterizada após intervenção da autarquia local

Fonte: autor

A **Dimensão B** centra-se no conceito de comunidade. Em primeiro lugar, atente-se ao autorreconhecimento face ao PVV enquanto parceiro comunitário. Procurou-se auscultar o conhecimento de causa que a comunidade local tinha relativamente ao Projeto. Existe uma concordância inequívoca quanto à importância do PVV para a recuperação e valorização do património local, bem como o reconhecimento da sua importância em termos de reforço da visibilidade regional no mercado turístico. É salientado o facto de o Projeto estar afeto ao Museu de Lamego, o que é tido como lhe fornecendo outra centralidade. Este aspeto é destacado quando se fala da recuperação dos Mosteiros sobretudo em Tarouca, um território onde se percebe existir desconfiança face às intervenções autárquicas. Recorrentemente referido como Projeto de valor, durante a investigação foram referidos diferentes aspetos que procurarei aqui elencar. Por exemplo, em São João de Tarouca, pela positiva é destacada a existência de um sentimento de nostalgia em relação ao período das escavações, uma das etapas do tal processo de recuperação do complexo monástico. Terá sido um período de dinamismo social pautado pela entajada, com a participação dos jovens da vila nas escavações. Um dos informantes relembra o contributo do café O Frade no preparo de refeições para os trabalhadores. Focou-se ainda o restauro das pinturas a fresco da igreja e da talha dourada, o que devolveu à comunidade um sentimento de orgulho face ao seu património. Já de

forma negativa, lamentava-se a chegada inconstante de visitantes e a carência de divulgação do Mosteiro.

Em Salzedas, a questão mais focada prendia-se com os reflexos de uma relação atribulada entre a paróquia local e o PVV. Com efeito, havia sinais de desentendimentos entre a população da freguesia e o padre local, conhecido por ter um temperamento difícil sobretudo em momentos de dinamismo social, como a organização de festas religiosas ou no contacto com as associações locais. Em relação ao Mosteiro de Salzedas em específico, por vezes, verificava-se a impossibilidade de acesso dos visitantes à igreja do Mosteiro devido ao facto do padre não autorizar os funcionários do PVV a ficarem com a chave. Havendo uma parceria entre a paróquia e a Câmara Municipal de Tarouca, esta autarquia disponibiliza um funcionário para controlar o acesso à igreja. Na ausência do funcionário – por vezes durante meses, por não renovação do respetivo contrato de trabalho – a igreja torna-se inacessível fora das horas de culto. Por outro lado, o piso superior do Claustro da Colação é propriedade da paróquia que o utiliza como residência do pároco. Para quem visita o complexo monumental é perceptível a existência desta zona interdita aos visitantes, onde sobressaem vasos com plantas, cordas para secagem de roupa e um terraço em cimento gradeado, tudo elementos que destoam do restante aspeto do edificado. Também a quinta do Mosteiro, que havia sido comprada por particulares muito antes do arranque do PVV, continua nas mãos de privados, cuja posse provém de heranças e que, por sua vez, também são proprietários da Sala do Capítulo, localizada no interior de um dos claustros. Esta repartição de autoridade e propriedade dentro do Mosteiro manifesta alguma falta de vontade dos poderes locais para resolverem um problema de fundo, conhecido e lamentado pela comunidade da vila, impossibilitando que o PVV possa gerir a totalidade do complexo monástico.



Imagem 51 – Parte superior do Claustro da Colação, residência do pároco de Salzedas
Fonte: autor



Imagem 52 – Parte dos terrenos da antiga quinta do Mosteiro
Fonte: autor

As localidades de Gouviães e Ucanha são um dos pontos mais bonitos e visitados do concelho de Tarouca, assim reconhecido por todo este território quando se aborda o tema sobre quais os locais fundamentais a visitar. Aqui destacam-se intervenções recentes da Câmara Municipal de Tarouca na zona ribeirinha ao redor da ponte fortificada. Houve arranjo e organização dos percursos pedonais, instalação de mobiliário urbano e outras estruturas de apoio para a constituição de uma zona de lazer: projeto de regeneração fase 2, concluído em 2021. Estas intervenções parecem ter sido impulsionadas ou sugeridas pelo facto do PVV, em 2018, ter realizado obras de requalificação deste bem patrimonial.



Imagem 53 – Envolvência da Ponte fortificada (zona verde e percursos pedonais)
Fonte: autor

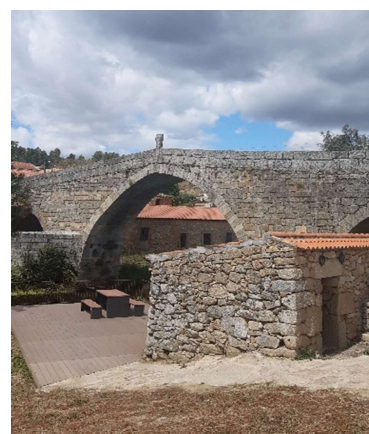


Imagem 54 – Envolvência da Ponte fortificada, onde se destaca o mobiliário urbano
Fonte: autor

No discurso local foi referido muitas vezes que o protagonismo da localidade traz benefícios em termos de intervenção pública nas áreas circundantes à ponte fortificada. Porém, também é focada alguma falta de dinamismo, particularmente em termos de carência de eventos. Nos últimos anos, terão deixado de se realizar festas de folclore, recriações medievais e festas etnográficas. Algumas pessoas locais associavam o anterior dinamismo à integração da região numa rede ligada à vinicultura, mas mostravam-se confusos quanto à manutenção ou não desta, apresentando-se, portanto, céticos quanto aos seus objetivos e benefícios. Foi também referida a experiência da Rede das Aldeias Vinhateiras do Douro, uma iniciativa inserida no Programa de Desenvolvimento da Região Norte 2000-2006, que tinha englobado seis aldeias entre as quais Ucanha e Salzedas. O ponto alto deste programa, entretanto concluído, terá sido o Festival das

Aldeias Vinhateiras que ocorreu no outono de 2007¹⁸⁵. É de notar que a reabertura, em 2016, dos dois núcleos patrimoniais integrantes do PVV nas duas localidades, após obras de recuperação não parece ter fornecido o impulso necessário para o retomar das dinâmicas criadas uma década atrás. Já mais recentemente, a Associação de Municípios Portugueses do Vinho (AMPV) manifestou intenções de criar uma Rede das Aldeias Vinhateiras de Portugal, inspirada naquele modelo implementado no Douro, com arranque previsto para o ano de 2023 (Lusa, 2022). Porém, a página *online* da Associação já não apresenta informações sobre esse projeto¹⁸⁶.

Em São Pedro de Balsemão, a Capela tem uma função religiosa regular, com missas e cerimónias a cargo da paróquia de Lamego. É de destacar o facto de as intervenções efetuadas na Capela terem sido genericamente bem aceites pela população. Também é destacado pela positiva o facto da inclusão do templo na rede PVV o ter feito ganhar um funcionário, o que permite poder fazer-se a receção de visitantes. Porém, há também motivos de descontentamento que são assunto de conversa entre o povo da aldeia. Neste contexto, a insatisfação prende-se com a não consulta ou não fornecimento de informação prévia à comunidade relativamente a determinadas intervenções efetuadas. Por exemplo, a deslocação para o centro da nave central do túmulo de Dom Afonso Pires. Porém, a situação que gerou mais descontentamento terá sido a destruição do antigo túmulo em madeira do Visconde de Balsemão, com colocação dos seus restos mortais numa sepultura rasa, com inscrição no chão da Capela. A decisão terá sido do então diretor do Instituto Português do Património Cultural (IPPC), sob pretexto do seu mau estado de conservação. Contudo, a execução da decisão envolveu profissionais do Museu de Lamego e foi percebida pela população como uma ação da responsabilidade deste, já que foi levada para o Museu a estrutura tumular desmantelada.

Como fica evidente, para as comunidades locais, o PVV é sobretudo percebido em termos da criação de valor para as localidades, que destacam aspetos positivos, mas também focam constrangimentos por eles percebidos à sua potenciação. Um dos maiores

¹⁸⁵ Este programa teve várias frentes de atuação, desde a requalificação de espaços públicos, projetos de empregabilidade e de promoção e comunicação. Segundo Cristóvão *et al* (2010, p.527) tratou-se de um programa falhado pois o festival não teve continuidade, não se potenciando o aumento de visibilidade trazido às aldeias: “a atratividade turística não registou os incrementos esperados”.

¹⁸⁶ Informação relativa à intenção de criar esta nova Rede esteve *online* até aos primeiros meses de 2023. Entretanto esse projeto parece ter sido substituído pelo da Rede de Freguesias Vinhateiras, Olivícolas e Corticeiras de Portugal.

constrangimentos será a descoordenação entre instituições locais, públicas e privadas, no que respeita à gestão do património: o PVV é uma iniciativa que veio agitar as “noções de poder” do território. O já referido projeto do Caminho dos Monges, apresentado pelos presidentes das autarquias de Lamego e Tarouca, foi comunicado como um produto turístico independente, e não associado ao PVV. Surge como um exemplo de capacidade de iniciativa, da qual as autarquias procuram tirar protagonismo¹⁸⁷. Porém, percebe-se a existência de tensões diferenciadas entre Projeto e autarquias. Para Lamego, terra de património reconhecido e parte das rotas turísticas tradicionais, parece haver uma indiferença face ao eclodir do PVV. Já relativamente a Tarouca percebe-se a tentativa autárquica de chamar a si o uso da terminologia “Vale do Varosa”. Esta autarquia criou e divulga em vários formatos um logótipo alusivo a este território, que se confunde e nada têm haver com o “Vale do Varosa” rede patrimonial PVV. Parece-me evidente a existência de uma competição entre instituições no que respeita à associação a este território



Imagem 55 – Logótipo autárquico ‘Vale do Varosa’

Fonte: www.cm-tarouca.pt



Imagem 56 – Escultura ‘Vale do Varosa’, na Rotunda Santa Apolónia (Tarouca)

Fonte: Google Maps

A auscultação comunitária permitiu identificar debilidades no que diz respeito ao PVV poder funcionar como zona de contacto. Tendo em mente a noção de “zona de contacto” defendida por J. Clifford (1997) como estratégia a ser aplicada à estrutura organizacional de um museu, ela não é aqui concretizada. Tal facto provém essencialmente da dificuldade de diálogo que impossibilita a conceção de iniciativas com articulação entre

¹⁸⁷ O projeto Caminho dos Monges foi apresentado no Salão Nobre do Teatro Ribeiro Conceição, em Lamego, a 16 de março de 2022.

as partes. A inclusão, representação e interação de membros da comunidade no seio do Projeto revela-se difícil quando existem reflexos de tensões evidentes entre o PVV e diferentes setores comunitários. Rodeando o poder local, sentem-se relações nem sempre fluídas: juntas de freguesia e câmaras municipais focam-se nos respetivos âmbitos de competências e puxam a si o protagonismo das respetivas iniciativas. Tanto quanto foi possível perceber, não se sentia da parte destas entidades um esforço no sentido da sua inclusão em iniciativas do PVV, ou no sentido de recorrerem a ele aquando de intervenções de âmbito patrimonial no território. Saliente-se que a indiferença destas instituições públicas face ao Projeto também se pressentiu na não-resposta aos pedidos de colaboração solicitados pela presente investigação.

Com a Igreja, as tensões recaem sobretudo no tópico do uso religioso dos espaços pertença da comunidade local *versus* o seu uso como espaços para fins turísticos. Sendo certo que, no segundo caso, o controlo e vigilância dos espaços das igrejas implica a existência de um funcionário suplementar, esse facto levanta uma dificuldade que se pode tornar inultrapassável pela falta de entendimento entre as entidades locais sobre quem assumirá a retribuição salarial desse profissional.

Em relação às interações com a comunidade residente, percebe-se a existência de rotinas e dinâmicas muitas vezes alheadas das atividades do PVV. Em particular as festas locais¹⁸⁸, que são organizadas por comissões compostas por populares, das quais fica ausente qualquer ligação aos espaços do PVV. Foi lamentada a falta de atividades envolvendo esses espaços durante as festividades locais, sendo apontada também a falta de abertura do PVV para inclusão na sua agenda das celebrações populares. Contudo, a relação entre PVV e comunidade local têm dinâmicas a salientar pela positiva. Destaca-se o facto de que esta comunidade adere de forma significativa a alguns eventos promovidos pelo PVV e até questiona quanto à não regularidade de alguns deles, uma informação acedida de forma indireta através dos comentários dos funcionários da rede patrimonial.

Quanto ao tecido empresarial local, salientam-se dificuldades inerentes ao facto da gestão do PVV, instituição cultural de contornos locais, estar condicionada a orientações macro

¹⁸⁸ Em São João de Tarouca, a Festa de São Brás (03 de fevereiro) e a Festa de São Bernardo (20 de agosto); em Salzedas, a Festa em Honra de N.ª Sr.ª da Piedade e Santa Bárbara, que decorre no largo frente à igreja do Mosteiro.

provindas da entidade regional. Muitas vezes, as parcerias estabelecidas com empresas seguem modelos padronizados e aplicados aos cinco bens patrimoniais, afetos à direção central. Por exemplo, é o coordenador das lojas da DRCN que define uma linha de *merchandising* comum aos espaços museológicos afetos à instituição; se fosse a própria gestão de cada museu a definir estes materiais e aspetos da sua conceção, poderiam surgir propostas com mais sentido em termos locais e de conceção e/ou produção ligadas às empresas e comunidade de proximidade. Por outro lado, propostas para venda de produtos locais nas lojas da rede patrimonial não terão sido aprovadas, apesar de se realizar na Torre de Ucanha a venda de diversos produtos artesanais à revelia do PVV. Este conjunto patrimonial é propriedade da Câmara Municipal de Tarouca, que paga também o salário do funcionário lá presente. Um exemplo ilustrativo de uma parceria que se viu condicionada foi o da inclusão do logótipo da empresa de vinhos Caves Murganheira no *design* dos bilhetes do PVV. Trata-se de uma marca de vinhos localizada na região, que produz uma oferta de vinhos espumantes de qualidade reconhecida. A parceria teve dois sentidos: a empresa financiou a instalação na rede patrimonial do sistema informatizado de compra e emissão de bilhetes, com a contrapartida de ver a divulgação da marca em cada bilhete emitido. Entretanto, a parceria acabou por ser posta em causa pela padronização do sistema de bilhética, levado a cabo pela DRCN para todos os espaços sob sua alçada. Mesmo *online*, a compra de bilhetes para o PVV e para o Museu de Lamego passou a ser emitida pelo *site* daquela entidade.

A **Dimensão C** da análise foca o alinhamento dos museus do PVV com alguns dos pressupostos da nova museologia. Este movimento renovador quanto à forma de entender os museus veio defender a existência de instituições menos fechadas sobre si mesmas e menos focadas sobre as suas coleções, para passarem a assumir um papel de diálogo mais intenso com a(a) comunidade(s) e as suas dinâmicas e necessidades atuais. Nesse seguimento, a comunicação patrimonial num museu deve basear-se em diferentes e adequados suportes expositivos, para eficácia da sua mensagem expositiva, bem como será aconselhável o uso de opções tecnológicas, sob pena de se tornar um espaço-mausoléu desenquadrado de um mundo cada vez mais dominado pela tecnologia.

Nos espaços museológicos do PVV, verifica-se um tipo de musealização onde predominam expositores fixos e em formato impresso (painéis com texto, mapas,

ilustrações e imagens)¹⁸⁹. Em termos linguísticos é de notar que a informação de suporte às exposições permanentes é apenas em língua portuguesa. Nos centros interpretativos da rede, nos painéis expositivos, o texto surge em português, tendo apenas alguns títulos em língua inglesa. Já as exposições temporárias contavam com versão bilingue (português e inglês) – por exemplo, as exposições de fotografia intituladas *Em Casa* e *Casa Forte*¹⁹⁰. Com efeito, a ausência de comunicação expositiva em línguas estrangeiras poderá condicionar a qualidade da visita por parte dos visitantes estrangeiros. Ainda sobre limitações, verifica-se a inexistência de ferramentas tecnológicas de apoio, audiovisuais e/ou interativas. Os vídeos explicativos presentes em três dos núcleos da rede patrimonial constituem as únicas soluções audiovisuais adotadas, nem sempre funcionais por falta de recursos humanos para os ativarem ou por inexistência de tecnologias de ativação automática. No Mosteiro de São João de Tarouca, pela proximidade entre zona de receção e área expositiva, o funcionário conseguia aceder à mesma e ligar a projeção vídeo disponível (em versão portuguesa, com legendagem em inglês). Já em Salzedas, a localização no segundo piso e distante da receção condicionava a sua ativação, pelo que estava desligada. Em Ferreirim, o vídeo explicativo era apresentado através de um televisor localizado no pequeno auditório (em versão portuguesa e sem legendagem).

Alguns dos profissionais do PVV defendem uma aposta em sistemas audiovisuais, tecnológicos e interativos que “modernizem” a experiência da visita. Contudo, é questionável a utilidade do investimento nesses suportes expositivos se não se mantiverem ativos. Em Salzedas, além da projeção vídeo, também estaria desligado um equipamento de sonoplastia explorando os sons da vida quotidiana no Mosteiro. Para a atual gestão do PVV, o desafio futuro é o de se conseguir lidar com os constantes constrangimentos de ordem diversa, nomeadamente as expectáveis medidas decorrentes de novas políticas culturais. Grandes investimentos megalómanos no seio do Projeto não

¹⁸⁹ Em Ucanha assiste-se a uma situação particular em que a exposição permanente é concebida pela Câmara Municipal de Tarouca e votada a homenagear uma personagem local. É constituída por painéis que conjugam texto (em português), imagens e ilustrações alusivas a Leite de Vasconcelos (Ucanha, 7 de julho de 1858 — Lisboa, 17 de maio de 1941). Esta figura ilustre da terra foi um linguista, filólogo, arqueólogo e etnógrafo e fundador e primeiro diretor do atual Museu Nacional de Arqueologia, à época designado por Museu Etnográfico Português.

¹⁹⁰ Exposições inseridas na 2.^a edição do Ciclo de Fotografia de Lamego e Vale do Varosa. *Em Casa*, da autoria de Sérgio Rolando, reflete a “presença arquitetónica da casa no território e envolvente do município de Lamego” (folha de sala). *Casa Forte* resultou de uma coleção de fotografias de vários autores apresentada no Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, selecionadas após um concurso em parceria com a galeria Mira Fórum (Porto).

serão uma realidade num futuro próximo e deteta-se uma aversão à megalomania tecnológica aplicada a bens patrimoniais, altamente dispendiosa e a curto prazo obsoleta. Um exemplo observado durante o trabalho no terreno foram as tecnologias de *videomapping*, instaladas no interior do Castelo de Lamego, tornadas obsoletas por falta de manutenção. Este exemplo foi citado por alguns dos entrevistados; um investimento percecionado como estratégia de *marketing* autárquico, mas sem utilidade real a breve trecho.



Imagem 57 e 58 – Ferramentas digitais inoperacionais (projeção vídeo e *videomapping*), no Castelo de Lamego
Fonte: autor

Voltando à questão das limitações na comunicação por não uso de línguas estrangeiras, esta lacuna também existe na comunicação do Projeto *online*, facto que poderá ser um estrave significativo na captação local de visitantes estrangeiros. Destaque-se que este problema se estende a todos os canais comunicacionais *online*: a página *online* do PVV (www.valedovarosa.gov.pt) tem apenas versão em português. De igual modo, as publicações nas redes sociais do Projeto (*facebook*, *instagram* e *youtube*) apenas são feitas em português¹⁹¹. Em paralelo, a página *online* do Projeto também não potencia o

¹⁹¹ Esta situação relativa à página *online* e às redes sociais mantinha-se a 31.08.2022, data da última confirmação.

acesso a recursos como mapas, folhetos ou guias dos bens patrimoniais da rede em formato áudio. Foi produzido para cada bem um vídeo, porém, limita-se à apresentação de imagens com música de fundo, num registo de *teaser* promocional.

A informação documental disponibilizada para cada um dos bens patrimoniais apresenta algumas diferenças. Nalguns casos, existe um folheto individualizado com a planta do edificado, imagens e descrição: em versão bilingue (português e inglês) no caso de São João de Tarouca (anexo 7); e em versão apenas em português, em Salzedas (anexo 8). No caso de Ferreirim e da Capela de Balsemão não existem estes materiais, estando apenas disponível o desdobrável genérico sobre o PVV (anexo 6). Já em Ucanha, os desdobráveis fornecidos são distintos em termos de *design* e conteúdo informativo, o que surge explicável pela sua conceção ser da responsabilidade da autarquia de Tarouca (anexo 9 e 10)¹⁹². De igual modo, se verifica uma situação particular quanto ao custo da informação disponibilizada: apenas em Salzedas, o folheto informativo é pago¹⁹³.

Não é, portanto, na variedade de suportes expositivos, nem na aposta em ferramentas tecnológicas que o PVV ganha destaque. Existe, porém, um pressuposto da nova museologia com o qual este Projeto parece estar alinhado: o da interdisciplinaridade. Defendido o museu enquanto palco de trabalho para diferentes abordagens e temas, é através dos eventos realizados que formas de trabalho interdisciplinares acontecem. Apresentado no Capítulo III da tese, o calendário de eventos que a rede patrimonial acolhe é elucidativo quanto à abrangência de áreas criativas que vão das artes visuais às artes performativas. Alguns dos mais recentes espetáculos abordam temas como a deficiência, a exclusão social ou a sustentabilidade ambiental, dando resposta positiva à questão de saber se o PVV seria um Projeto de causas. A atual gestão defende um “ativismo não ativista” (entrevista, janeiro 2023), segundo o qual as questões do debate social devem estar subjacentes às atividades oferecidas pelas instituições culturais, ao invés de participações pontuais e mediáticas em momentos altos do debate social dessas questões. Havendo, portanto, a presença de diferentes temas sociais na agenda do Projeto PVV, este

¹⁹² Ucanha disponibiliza dois folhetos: um desdobrável em formato A3, genérico sobre o concelho de Tarouca e com referência expressa ao “Vale do Varosa” no sentido de área geográfica/identidade local. Este material confunde face ao “Vale do Varosa - rede de monumentos” (anexo 6). Um segundo desdobrável inclui um mapa A3 alusivo à localidade de Ucanha (anexo 10).

¹⁹³ Cada desdobrável tem um custo de dois euros.

parece estar consciente do seu papel enquanto instituição cultural, com contributos a dar para a formação de cidadãos críticos e conscientes.

A diversidade de eventos realizados reflete também um reconhecimento da pluralidade de públicos, promovendo uma oferta cultural que à partida atrai diferentes públicos-alvo. Porém, existem condicionantes que importa aqui salientar. O Museu de Lamego e o Projeto Vale do Varosa são duas instituições culturais com uma única equipa de profissionais. Há falta de recursos humanos em virtude das lacunas e dificuldades crónicas do financiamento estatal, o que se reflete na constituição de uma equipa de trabalho que tem de ser multitarefas e, atualmente, com áreas sem pessoal diretamente dedicado, como a comunicação, investigação e inventariação. Neste contexto, a capacidade de criação e desenvolvimento de estratégias direcionadas a diferentes tipos de públicos é limitada. Foi produzida documentação padronizada sobre cada núcleo patrimonial, que orienta as visitas guiadas independentemente do tipo de público-alvo. A adequação do discurso durante as visitas dependerá da capacidade de adaptação do guia em ação. Ao nível desta Dimensão torna-se ainda difícil avaliar as estratégias adotadas quando se detetam lacunas em questões basilares, como: a ausência de folhetos informativos aos visitantes, como acontece na Capela de Balsemão; ou de folhetos noutras línguas para além do português.

Relativamente à participação da comunidade nos museus do PVV, constata-se que medidas como ações de voluntariado e processos de consulta à comunidade não foram implementadas no âmbito do Projeto. Relativamente ao voluntariado, poderia ser uma estratégia de combate à falta patente de recursos humanos, pois os voluntários poderiam assegurar funções como a ativação dos dispositivos tecnológicos, o auxílio à organização de eventos ou mesmo controlar o acesso às igrejas na ausência do respetivo funcionário. Parece, porém, existir resistência por parte do PVV à aceitação deste modelo de colaboração. O Projeto assume a sua incapacidade para assegurar formação, acompanhar e dar orientação presencial a voluntários e a vontade de ir por esse caminho esmorece face às más experiências do passado: foram referidas a usurpação do discurso institucional e a veiculação de informações incorretas dadas a visitantes. Há, assim, dificuldades no envolvimento com a comunidade local, apesar da boa vontade muitas vezes manifestada. Talvez por isso, há alguma imposição de ideias *top-down* em termos das atividades propostas pelo PVV, as quais nem sempre refletem ou consideram as opiniões da população circundante e não envolvem as associações locais. Acerca destas

associações é de destacar a dificuldade encontrada para a obtenção de informações. Identifiquei dezenas de associações socioculturais no território; todas foram contactadas à distância por via telefónica ou *e-mail*, mas nenhuma se mostrou disponível para colaborar na investigação. Este facto revela também grande apatia social face às dinâmicas sociais e culturais locais.

Por outro lado, foi possível identificar atividades com curadoria coparticipada e parcerias com membros da comunidade, essencialmente no setor artístico-cultural, que deram origem a diversas iniciativas do PVV. A operacionalização de muitos dos seus eventos tem beneficiado do programa *Embaixadores do Museu*, uma rede colaborativa com profissionais de diferentes áreas que tem ajudado à conceção e apresentação de algumas atividades. Neste âmbito, destaca-se o papel do *embaixador* João Pereira, fundador do Teatro Solo, como motor dos eventos *Sangue Novo*, *Veias Antigas* e *Oikos - A Casa Comum*. Parece existir, assim, à semelhança do que se verifica em muitas instituições culturais, a entrega da função criativa a artistas externos à instituição, face à incapacidade interna para organizar esses eventos. Beneficiando dos conhecimentos e da rede de contactos destes profissionais, o PVV coopera nos eventos sobretudo ao nível da sua divulgação. Cede palco na parte criativa e deixa a implementação ser feita por profissionais de outras áreas criativas e seus colaboradores.

Também devem ser destacadas as parcerias existentes como o setor educativo, que têm permitido algumas atividades. Existem na região cinco instituições de ensino, sendo três delas agrupamentos de escolas com oferta educativa desde os níveis do ensino primário ao secundário. Pode-se afirmar que existe uma desigualdade no tipo de relações estabelecidas com os três agrupamentos de escolas. Dos três, apenas o Agrupamento de Escolas Latino Coelho (Lamego) possui um histórico mais regular de visitas de estudo ao Projeto. Também é o único que colabora regularmente em outras atividades, com alunos seus de diferentes áreas de ensino a participarem em projetos como: leituras encenadas (espetáculo *Oikos* no Convento de Ferreirim, em maio de 2023), ou a produção de conteúdos digitais sobre o PVV (vídeos promocionais lançados no *youtube* no âmbito do projeto *monumento@monumento*). Quanto às duas restantes instituições de ensino, são elas: a Escola de Turismo e Hotelaria de Lamego, agregada à rede do Turismo de Portugal I.P., e a Escola Superior de Tecnologia Gestão de Lamego. Com a primeira destaca-se a colaboração na confeção e serviço de mesa para a realização do Jantar Monástico. Com a segunda, há registos de estágios e visitas de estudo efetuadas por estudantes seus.

A **Dimensão D** da análise prevê enquadrar o PVV enquanto iniciativa de turismo cultural, de cariz criativo e temático. Este enquadramento torna-se fundamental pois estamos perante um Projeto que claramente inclui a finalidade turística nos seus objetivos. O enquadramento teórico do assunto permitiu identificar que os formatos interdisciplinares e com maior capacidade integradora dos *stakeholders* locais se traduzem em modelos que se fomentam um turismo mais inclusivo e distribuidor de benefícios entre as populações. Neste âmbito, procuro sistematizar algumas informações relevantes. A primeira, é relativa às empresas de animação turística. Foram identificadas cinco empresas deste setor sediadas no território. Porém, segundo a divulgação feita nos postos de turismo locais, a operar no território aquando do trabalho de campo eram apenas duas. Estas empresas, no caso a NaturDouro e a Naturimont, apostam em produtos turísticos de natureza e aventura, sem integrarem na sua oferta a rede PVV. Uma segunda informação relevante é sobre os operadores turísticos e agências de viagens. Identifiquei oito empresas deste ramo a operar no território. Focando as empresas que operam em termos de *incomming* de turistas, compreende-se que existe fraca rentabilidade para o PVV em termos da receção destes fluxos de visitantes. No caso do Mosteiro de São João de Tarouca, o mais procurado por estes grupos de turistas, os visitantes chegados nos autocarros de turismo frequentemente apenas visitam a igreja, não comprando bilhete para o complexo monástico. No caso da Ponte de Ucanha, também muito procurada, a entrada na Torre é gratuita. Também consegui apurar que neste território a chegada deste e de outros tipos de grupos turísticos sofreu um declínio no ano de 2022, ano que marcou a retoma exponencial do turismo após a pandemia Covid19. A pesquisa sobre a oferta de *tours* na região permitiu perceber a prevalência de duas situações: a primeira, em que alguns dos núcleos do PVV surgem integrados em viagens a outros produtos/destinos turísticos regionais, não sendo o elemento principal da viagem oferecida¹⁹⁴; a segunda situação, em que o PVV é comunicado como elemento de visita associado somente ao território de Lamego¹⁹⁵. Portanto, é aqui detetável a falta de ações estratégicas junto destes

¹⁹⁴ A agência de viagens portuguesa Pinto Lopes destaca-se neste contexto. Compreende-se que o PVV não é um produto de destaque, mas complementar a outros itinerários promovidos *online*, como *Aldeias Históricas de Portugal*, que inclui uma visita a Ucanha e Salzedas; ou *Ponte 516 Arouca – porta de entrada para a monumentalidade da região*, com visita a Ucanha e Tarouca.

¹⁹⁵ A agência Barcadouro, um dos maiores operadores de cruzeiros no Rio Douro, têm promovido o itinerário de três dias 'Porto-Lamego-Porto'. Verifica-se que inclui no seu programa a visita a dois núcleos da rede PVV, o Mosteiro de S. João de Tarouca e a Torre Fortificada de Ucanha, portanto, dois bens patrimoniais localizados no concelho de Tarouca.

operadores no sentido de lhes fazer notar o potencial da rede patrimonial. No setor da hotelaria, identifiquei a dificuldade de não existência de material informativo de divulgação do PVV, nomeadamente para fornecimento ao público estrangeiro, pela inexistência de material promocional escrito noutras línguas além do português.

As instituições do setor público são também um importante *stakeholder* a considerar, nomeadamente as que atuam neste setor do turismo. Assim, deve também ser considerada a relação do PVV com a Região de Turismo do Porto e Norte. No território foram identificadas, nos centros urbanos de Lamego e de Tarouca, duas estruturas afetas a esta região de turismo. O trabalho de campo permitiu compreender que a representatividade do PVV dentro dos dois postos de turismo é débil. Desde logo, em ambos os espaços, à primeira vista não se deteta ou encontra qualquer informação relativa ao PVV. Em Lamego, o folheto oficial do PVV encontra-se em arquivo e é fornecido apenas após solicitação: sendo um material caro, o museu pede controlo na distribuição. Já em Tarouca, este material informativo nunca foi disponibilizado, sendo a sua existência desconhecida por parte dos profissionais presentes (visitas de 2018 e de 2022). Em termos do espaço dos próprios postos de turismo, importa destacar o de Lamego: trata-se de uma estrutura de dimensão razoável, de planta retangular e com ligação visual com o exterior, graças à fachada em vidro. Fica localizado num espaço central da cidade, junto ao Museu de Lamego e à Central de Transportes. Ainda parece dispor de áreas desocupadas que poderiam servir a promoção do PVV. Tanto quanto pude averiguar, o PVV nunca realizou nenhuma atividade de divulgação neste espaço.



Imagem 59 – Loja interativa de turismo, em Lamego
Fonte: autor

Ambos os postos de turismo da região são espaços designados como “interativos”, que funcionam recorrendo a ecrãs como ferramentas base de interatividade e possuem no seu exterior ecrãs TOMI. Porém, estes foram vandalizados e desligados; em Tarouca, não funcionaria pelo menos há dois anos. No interior, apenas o ecrã *iTouch* de Lamego estava em funcionamento.



Imagem 60 – Sistema iTouch, na loja interativa do de turismo de Lamego
Fonte: autor



Imagem 61 – Ecrã interativo Tomi inoperacional, anexo à loja interativa de turismo de Tarouca
Fonte: autor

Neste foi possível procurar informações sobre produtos e serviços turísticos da região e foi feita pesquisa relativa a todos os bens da rede PVV. Dois deles não são representados: o Mosteiro de Ferreirim e a Capela de Balsemão. Os restantes surgem na pesquisa com informações inconsequentes: sem referência ao PVV e associadas ao município de Tarouca, no caso da Ponte e Torre de Ucanha; com nomenclatura errada, no caso do Mosteiro de Salzedas, que é referenciado como Núcleo Museológico de Salzedas, e do Mosteiro de São João de Tarouca, referido como Núcleo Museológico de São João de Tarouca. Associado ao PVV, ainda que com informações desatualizadas, aparece o Horto Monástico, incluindo uma referência à antiga empresa que o explorava. Percebeu-se que a informação apresentada resulta de uma base de dados partilhada, criada pela Região de Turismo do Porto e Norte, na qual os municípios inscrevem e editam as informações relativas a recursos turísticos localizados nos seus territórios. Este *modus operandi* replica-se na conceção de materiais informativos (folhetos. Por exemplo, o ‘*Mini Guide Tarouca*’ divulga os produtos turísticos e culturais do “Vale do Varosa” sem nunca fazer

referência à existência de uma rede patrimonial; o PVV nem surge na listagem dos contactos úteis no concelho (anexo 9). Neste contexto, importa referir que a relação do PVV com a Região de Turismo de Porto e Norte é condicionada pela DRCN. É esta que decide que projetos culturais deverão ter destaque junto da Região de Turismo, sendo normalmente atendidos os eventos promovidos pela própria organização. Esta falta de relação institucional direta entre o PVV e a Região de Turismo à qual pertence, denota a existência de uma efetiva falta de descentralização. Por outro lado, também se pode responsabilizar o PVV por estas falhas de comunicação, já que dentro da sua estrutura interna podia mobilizar contactos no sentido da reparação deste problema.

As empresas e instituições que atuam dentro da atividade turística têm considerado modelos de trabalho mais tecnológicos, usando as ferramentas digitais para mais facilmente comunicarem com os diferentes públicos. De igual modo, hoje apela-se às empresas turísticas para que adotem princípios de ecologia e de inclusão social, sob pena de estarem desajustadas face a duas das questões mais pertinentes da atualidade, pelo menos nas sociedades ocidentais. Relativamente à tecnologia, o Projeto não se alicerça em soluções desse tipo, nomeadamente nos seus espaços expositivos, como já foi notado. Já as questões ecológicas têm relativa representatividade, com maior protagonismo no Horto Monástico, espaço do Mosteiro de São João de Tarouca que permite visitas orientadas e abriga espécies endémicas num modelo que privilegia a agricultura biológica. Também alguns eventos culturais, nomeadamente o evento *Oikos - A Casa Comum*, estimula o debate em torno das questões ambientais. Contudo, o não envolvimento do Projeto com a iniciativa de ecoturismo Caminho dos Monges, ou a incipiente representação no seio do Projeto de dimensões ligadas ao património natural são evidentes fragilidades. Em termos de turismo acessível existem enormes dificuldades, desde logo apontadas pelos próprios funcionários dos espaços integrantes do PVV. Apenas em S. João de Tarouca existe uma rampa para acesso ao centro interpretativo, sendo a única solução existente em toda a rede visitável para visitantes com mobilidade reduzida. Relativamente a visitantes cegos ou surdos não há qualquer medida implementada.

Como genericamente vai sendo reconhecido, outro dos desafios colocados às instituições culturais na contemporaneidade é a adoção de formas flexíveis de participação cultural, visando a promoção da cidadania plena. Neste âmbito, é possível identificar nas práticas do PVV algum alinhamento face aos pressupostos trazidos pelo debate em torno da

democracia cultural, sobretudo traduzido na aposta em eventos, os mais recentes orientados para um ativismo social declaradamente assumido pela atual direção. Estas iniciativas vieram posicionar o PVV enquanto palco para a representação artística, estando bem patente a intenção de tornar o usufruto dessas manifestações culturais acessível às populações locais. Também é preciso salientar a existência de uma política de acesso gratuito bastante flexível. Para além destes e doutros eventos serem de participação gratuita, a visita ao PVV é de acesso livre todos os domingos e feriados, durante a manhã: para os cidadãos residentes no território nacional, para os residentes nas freguesias onde se situam os diferentes núcleos, para o público em situação de desemprego e para os estudantes do ensino profissional e superior das áreas histórico-artísticas, turismo, património e gestão cultural. Neste âmbito, a principal fragilidade existente diz respeito à incipiente ligação com a comunidade local já aqui exposta: inexistência de atividades em curadoria coparticipada, sobretudo. Uma mudança neste ponto implicaria o PVV passar a reconhecer a cultura da comunidade local e trabalhá-la segundo um novo modelo de produção cultural; ver a população local como já detentora de cultura própria, e não tanto como consumidora da cultura que se lhe quer levar. De igual modo, implicaria que a comunidade local, particularmente os movimentos associativos, assumissem um papel mais proativo. As associações teriam de fazer propostas de atividades e modelos facilitadores para serem concretizados, encarando o PVV como um palco de oportunidades.

Veja-se agora o tópico do turismo cultural, nomeadamente a existência de oferta de turismo criativo e turismo temático. Trata-se de dois formatos de turismo com reconhecidas vantagens, pois permitem atribuir às experiências turísticas mais singularidade, pela via da criatividade, e mais destaque, pela diferenciação no mercado turístico através da integração numa temática. O Projeto em si conceptualiza uma iniciativa de turismo temático, baseado num tema histórico e assumindo as premissas da diversidade e da individualidade, hoje valorizadas face à atividade turística afetada pelo fator globalização. Por outro lado, o facto de destacar na sua comunicação ser um Projeto ‘em rede’, ajuda a fazer emergir um novo produto turístico, afirmando-o no mercado turístico e distinguindo-o da restante oferta ao associá-lo a temas específicos como história, vinho, monges, Ordem de Cister e rio/vale do Varosa. Porém, quanto ao turismo criativo, esta vertente sofre de fragilidades. As componentes de participação e experimentação existem apenas pontualmente. Por exemplo, no caso da recriação

encenada aquando do evento do Jantar Monástico, no qual os participantes podem assumir a identidade de um monge. Trata-se de um dos eventos mais mediáticos do PVV, cuja organização envolve diversas parcerias, numa conjugação de esforços em prol de um grande evento que se materializa através de um jantar de inspiração medieval, desde a ementa ao contexto cénico. Aspetos como singularidade ou originalidade podem ser encontrados em eventos como espetáculos de dança, música e teatro, de que o evento *Sangue Novo, Veias Antigas* é um bom exemplo. Em vez de serem, como habitualmente, apresentados em auditórios fechados, aqui têm os bens patrimoniais como palco e cenário. Tornam-se, portanto, ocasiões especiais. A existência da oferta de uma experiência turística, que poderia ser mais numerosa ou frequente e conectora entre os turistas e a cultura local, poderia resultar no fortalecimento das relações do Projeto com a comunidade. A incipiente representação ou pouca atenção dada no seio do Projeto às dimensões imateriais do património envolvente compromete a motivação para a descoberta de outros produtos turísticos locais, bem como a interação com a comunidade.

Por fim, a **Dimensão E** centra-se no conceito de desenvolvimento sustentável. Pretende-se neste momento de análise olhar o PVV enquanto símbolo do património cultural local e enquanto potencial elemento para a consolidação de uma identidade cultural diferenciadora e para a competitividade do território. Neste âmbito existem aspetos a melhorar que são transversais à questão do desenvolvimento e que já foram expostos nas outras Dimensões de análise. Dessas debilidades, as mais expressivas dizem respeito às condicionantes impostas pelas deficientes relações com a comunidade envolvente e por uma museologia ainda pouco inovadora, cuja materialidade não consegue espelhar eficazmente as diferentes dimensões patrimoniais locais. Pela positiva, parece pertinente estabelecer um contraste entre a designação deste Projeto que, apesar de centrado no edificado, alude a um território amplo, natural e social – o Vale do Varosa – e outros projetos igualmente centrados na agregação de bens numa lógica de rede visitável. São exemplos a Rota do Românico que, imediatamente, remete para um estilo artístico visível no património construído, ou as Rotas das Aldeias Históricas ou das Aldeias do Xisto, que de igual modo se focam no tipo de construções sem remeter para o respetivo território.

A dimensão paisagística subjacente ao PVV é um ponto a favor desta iniciativa que merece ser potenciado. É possível dizer que cada um dos núcleos se encontra rodeado de particularidades que merecem ser assinaladas. São João de Tarouca possui um enquadramento paisagístico notável que é dominado pelo complexo monástico. A vila é

atravessada pelo rio Varosa, sobre o qual se ergue a ponte românica. Apesar da povoação ser administrativamente classificada como vila, o ambiente é de aparência rural: as casas coabitam com quintais e terrenos agrícolas e não se observa muito movimento de habitantes locais. Existem muitos imóveis à venda, facto que parece refletir uma tendência de despovoamento na vila. Nas ruas em torno do Mosteiro apenas foram identificados dois estabelecimentos comerciais – uma unidade de alojamento local e um pequeno estabelecimento de restauração (Café O Frade). A localidade parece ‘parada’ e mesmo o turismo pouco altera essa sensação, pois os turistas: “vem ao mosteiro e vão embora”, não pernoitando nem consumindo serviços na vila, segundo os locais. Ao que foi possível apurar, grande parte dos visitantes provém dos grupos organizados a partir dos barcos de cruzeiros do Douro, pernoitando nos mesmos ou em hotéis nas proximidades do rio. Parece faltar também alguma oferta privada: há apenas a já referida e única unidade de alojamento. Trata-se da Casa da Portaria que fica a escassos metros do Mosteiro e, como unidade de turismo rural, oferece apartamentos autossuficientes. Apesar de registado na plataforma *online booking.com* não aceita reservas, e na plataforma *airbnb.com* apenas permite a reserva da totalidade do alojamento, ou seja, só aceita reservas de forma condicionada. As pessoas locais veem este estabelecimento como não estando a funcionar, o que corresponde à informação obtida *online*.



Imagens 62 e 63 – Ponte românica de São João de Tarouca
Fonte: autor

Por contraste, Salzedas revela-se uma vila de significativa vitalidade, atravessada pela estrada municipal M520 que lhe confere um fluxo regular de viaturas. Junto ao Mosteiro existem três cafés e uma unidade de alojamento local: a Casa da Fonte. A alguma distância existe um empreendimento de turismo rural: Cascata do Varosa, e a empresa local Caves da Murganheira, de produção de vinhos e espumantes que atesta a cultura

vinícola da freguesia. Além do Mosteiro, a freguesia detém outros elementos de oferta turística relevantes, bem como algumas instituições sociais e culturais¹⁹⁶. Porém, percorrendo-se o núcleo da vila, isto é, as ruas próximas ao Mosteiro, nota-se a existência de muitas habitações em ruínas, particularmente a parte que constituiria a antiga judiaria ou bairro judaico.



Imagens 64 e 65 – Bairro judaico de Salzedas
Fonte: questomjudaica.blogspot.com

Na União de Freguesias de Ucanha e Gouviães, a envoltura da Torre fortificada revela mais vitalidade comparativamente a todos os outros núcleos patrimoniais, o que se reflete na movimentação de pessoas e na existência de comércio local: dois estabelecimentos de artesanato e um bar. Visualmente o conjunto monumental está junto a vários moinhos de água, formando uma paisagem aquática, cujo casario envolvente constitui um cenário idílico. Deste quadro tiram vantagem os restaurantes com esplanadas voltadas para o bem patrimonial: a Casa da Eira e a Tasquinha do Matias, estrategicamente localizados na margem correspondente à localidade de Gouviães, sendo que as duas antigas freguesias foram agregadas com desagrado da população local¹⁹⁷. Existem três estabelecimentos hoteleiros na freguesia, sendo um deles o Douro Cister Hotel & Spa, a melhor unidade do

¹⁹⁶ Junto ao Mosteiro existe uma placa indicativa da passagem do um trilho pedestre PR2, intitulado Douro Cister e Salzedas, promovido pela Câmara Municipal de Armamar. Em termos de património construído, importa destacar a existência de várias pontes romanas dispersas pela freguesia (Ponte de Pedreira; Ponte de Moinhos, com dois moinhos de rodízio visíveis; Ponte da Murganheira, com um moinho particular em funcionamento; Ponte de Vila Pouca, com três moinhos de rodízio, cada um dedicado à moagem de um cereal distinto). Em termos socioculturais saliente-se a existência da Banda Musical e Sociedade Filarmónica de Salzedas, o Grupo de Cantadores de Reis e Janeiras e o Grupo de Bombos de Meixedo.

¹⁹⁷ Relatos locais referem a existência de um movimento local contestatário que estará a reunir esforços no sentido de ser revertida a união das duas freguesias.

concelho¹⁹⁸. Em termos paisagísticos, o cenário é dominado pelas culturas da vinha e do sabugueiro, às quais estão associadas diversas quintas agrícolas, bem como a paisagem serpenteada pelo rio Varosa. Em termos de património construído, existem ainda diversos outros pontos de interesse: Ucanha foi no passado sede de concelho, sendo por isso possível ver o antigo edifício da câmara, a cadeia e o pelourinho, bem como a igreja paroquial e outras igrejas e capelas dispersas pelo território da freguesia.



Imagem 66 – Localidade de Gouviães, vista da Torre de Ucanha
Fonte: autor



Imagem 67 – Igreja Matriz de Ucanha
Fonte: autor

A localidade de São Pedro de Balsemão corresponde a uma pequena aldeia, idilicamente encaixada no vale do rio Balsemão. Sendo uma localidade relativamente isolada, o ponto forte da envolvência da Capela é a paisagem natural. Pode dizer-se que o acesso por via pedestre é um ponto forte que devia ser explorado: a partir de Lamego, o percurso tem cerca de três quilómetros, iniciados no pitoresco bairro da ponte, localizado ainda no perímetro urbano da cidade. O percurso pode ser feito ao longo da estrada alcatroada, que termina exatamente no pequeno largo frente à Capela. Ao longo do trajeto descendente que acompanha o declive provocado pelo rio é possível apreciar as encostas marcadas

¹⁹⁸ A Quinta da Vinha Morta (TER) e a Quinta dos Padres Santos (Agroturismo) são as duas outras unidades, ambas em edifícios e contextos paisagísticos associados à cultura vinícola.

pelas plantações agrícolas, nomeadamente os socalcos de vinha. Na aldeia, existem duas unidades de alojamento local: a Casa das Flores e a Casa Dona Maria. Não existem cafés nem restaurantes.



Imagem 68 – Vista para o vale do Rio Balsemão, visto do largo frente à Capela
Fonte: autor

Analisando as diferentes formas de comunicação do Projeto, sente-se alguma desarticulação entre o PVV e os bens patrimoniais que o compõem, a comunidade e o território envolvente. Por exemplo, as exposições dos Centros Interpretativos focam apenas o edificado das localidades em termos de valor histórico, artístico e social. À exceção de São João de Tarouca, onde é produzida uma mensagem relativa à importância da Ordem de Cister para a implantação no território da cultura vinícola, nos restantes espaços do PVV essa narrativa é inexistente. Em Salzedas, a exposição centra-se exclusivamente nos aspetos religiosos e artísticos ligados à comunidade religiosa; em Ferreirim, a mensagem está totalmente focada na arte dos Mestres de Ferreirim. O Projeto não consegue, portanto, espelhar o território envolvente, não ajudando a interpretá-lo nem a motivar a visita a outros bens existentes de património construído, muitas vezes bem perto dos próprios monumentos da rede como aqui se demonstrou. Nota-se que, apesar dessa desconexão, há significativo investimento público em redor dos bens patrimoniais, o que se traduz em boa qualidade de acessos por rede viária e arranjos de ordem diversa no espaço público, nomeadamente em Ucanha. Em paralelo, também se sente a emergência de negócios privados, nomeadamente no que respeita a alojamento turístico,

em particular ao redor das localidades de Salzedas e Ucanha. Posto isto, existem sinais relevantes de que o Projeto consegue estimular o desenvolvimento local, o que contribui para a capacidade competitiva deste território.

Atente-se agora ao envolvimento do PVV em estratégias de empreendedorismo e/ou de valorização das profissões turísticas, outra das componentes de análise desta Dimensão. Falou-se já neste Capítulo da precariedade que envolve o trabalho dos profissionais do setor turístico e cultural no território, o que se reflete em manifesta desmotivação destes profissionais e seus desempenhos. Em concreto, nesta situação encontram-se três funcionários ligados a bens patrimoniais do PVV (Torre fortificada de Ucanha, igreja de São João de Tarouca e igreja de Salzedas), bem como outros exteriores ao Projeto e ligados a outros patrimónios do concelho e à Loja Interativa de Turismo de Tarouca. A questão da precariedade foi assunto comentado por alguns membros da comunidade local e pelos próprios visados, ainda que com algum receio de abordarem o assunto. Foi possível averiguar que esta situação envolve igualmente os funcionários afetos à Câmara Municipal de Tarouca que trabalham em espaços de gestão autárquica direta ou em regimes de parceria entre instituições. Em síntese, os trabalhadores municipais afetos às instituições culturais e/ou turísticas parecem trabalhar em sistema de contratos renovados conforme o programa CEI+ prevê: parte do salário é pago pela autarquia e outra parte pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP). Estes trabalhadores permanecem há anos sujeitos a estes contratos, renovados a cada seis meses, embora a mesma entidade, de modo consecutivo, apenas possa efetuar dois contratos, conforme definido pelo programa. Portanto, nunca fazem, nem farão, parte dos quadros de uma entidade patronal e alternam quanto à entidade que os emprega, ora a câmara, ora uma junta de freguesia. Apesar desta situação não dizer diretamente respeito ao PVV, ela revela um contexto de clara injustiça social, apresentando-se como uma questão que merece ser discutida pelos diversos agentes locais. A discussão deve ainda ser feita pelo próprio PVV na medida em que o afeta diretamente: o acesso às igrejas dos Mosteiros de Salzedas e Tarouca tem sido frequentemente impedido, pela inexistência de funcionários autárquicos enquanto decorrem os períodos de renovações de contratos.

Já no que ao PVV diretamente diz respeito, quatro dos núcleos da rede beneficiavam do trabalho de apenas um funcionário, que era afeto ao PVV/DRCN/Museu de Lamego, o qual devia dinamizar as atividades para os visitantes, num registo de trabalho marcado pela polivalência. Em São João de Tarouca, Salzedas e Ferreirim, foi possível

compreender que havia seguranças ou vigilantes (segundo a indumentária) a assumirem funções para as quais não estariam pré-designados, nem, talvez, preparados: recepção e venda bilhetes para visita livre, controlo de dispositivos audiovisuais e venda de produtos de *merchandising*, em situações mantidas irregulares desde o início de 2022. É verdade que não fazem as visitas guiadas, as quais precisam ter um pedido prévio e são realizadas por um funcionário do Museu de Lamego. Já em Ucanha e Balsemão, as visitas são feitas pelos próprios funcionários presentes, que asseguram as funções de recepção e vigilância dos espaços, identificados por uma indumentária menos formal do que nas situações anteriores.

Neste quadro, importa pôr em causa a qualidade da experiência de atendimento recebida pelo visitante, quando este não é realizado por funcionários com competências técnico-profissionais, à partida, enquadráveis num atendimento de contexto turístico-patrimonial. O problema põe-se com particular acuidade nos Mosteiros e no Convento, com grandes áreas visitáveis. Contudo, face à falta de recursos humanos, é preciso salientar que o bom funcionamento dos espaços se deve a um ‘esforço extra’ dos profissionais existentes. Por exemplo, pude verificar o extraordinário desempenho do funcionário presente no Convento de Ferreirim, que recebia os visitantes, controlava o acesso ao Centro Interpretativo e ligava o sistema de apresentação em vídeo, bem como abria a igreja aos visitantes que tinham comprado bilhete para visitar o Centro Interpretativo. Conforme dados fornecidos pelo próprio, a guarda da chave da igreja por este profissional aconteceu por sua própria iniciativa, após contacto direto com o padre da paróquia, tendo em vista a resolução do constrangimento desta nem sempre estar aberta¹⁹⁹. Por outro lado, em Balsemão, a rececionista e guia do espaço, anteriormente parte da equipa do Museu de Lamego, revelava um conhecimento notável sobre o ‘seu’ bem patrimonial. Com manifesta vitalidade, referia: “não consigo ficar sentada a ver as pessoas a observar, pergunto sempre se querem uma explicação, paguem ou não visita guiada”. O discurso desta profissional revela uma dedicação enorme à sua profissão, bem como apreço pelas pessoas que visitam a capela. A Ponte fortificada de Ucanha também tinha um único funcionário, afeto à câmara municipal de Tarouca, que detinha formação técnico-

¹⁹⁹ Como se percebe, o acesso às igrejas fica refém da existência de um funcionário suplementar ou da proatividade dos rececionistas dos Centros Interpretativos.

profissional em turismo e que prestava um atendimento de qualidade notável aos visitantes.

Ainda sobre a valorização das profissões turísticas e, por seu intermédio, do território, compreendeu-se que os profissionais do setor turístico e cultural manifestavam algum desconhecimento relativamente ao PVV. Comprovou-se alguma falta de informação sobre as atividades do mesmo, fruto do pouco envolvimento nas dinâmicas promovidas pelo PVV. Por exemplo, os profissionais dos postos de turismo revelaram nunca ter sido abordados no sentido de qualquer formação acerca do Projeto, nem terem recebido qualquer convite para o conhecer num registo de visitas técnicas para profissionais. Por comparação, referiam existirem convites pontuais por parte de empresas do setor privado, como hotéis ou quintas de vinho da região, direcionadas para estes profissionais. Sendo espaços centrais para o contacto com os visitantes da região, assegurar uma prestação de informações correta é primordial. Em Tarouca, foi possível falar com profissionais sem formação específica em turismo que prestaram informações incorretas sobre o Projeto. Já no posto de turismo de Lamego, observou-se o facto dos turistas pedirem informações sobre os Mosteiros principais (Tarouca e Salzedas), mas sem terem consciência da existência de uma rede visitável e sobre a qual permaneciam não estar informados.

Neste âmbito de incentivo ao empreendedorismo, saliento a oportunidade que poderia ser aproveitava pelo PVV, relacionada com a questão da mobilidade turística no território. Havendo o problema da procura turística se encontrar concentrada e tender a derivar dos núcleos recetores localizados na Régua (barcos de cruzeiro), os viajantes independentes que chegam, nomeadamente a Lamego, apenas conseguem visitar os núcleos do PVV através de viatura própria. Há a falta de veículos turísticos que façam *tours* pelo território. É verdade que o contexto turístico local não permite a um profissional do turismo investir e subsistir somente desta atividade, mas esta poderia ser complemento para empresários com outras atividades, nomeadamente de alojamento turístico. Atualmente qualquer pessoa pode registar-se *online* no Registo Nacional de Agentes de Animação Turística (RNAAT), pagar um seguro de responsabilidade civil e, imediatamente, começar a operar em termos de acompanhamento em percursos para turistas. É de supor que ainda não existem no território investimentos deste género por desconhecimento, podendo o PVV atuar em termos de informação, liderando um processo de mudança necessária.

O contacto com profissionais do setor cultural em funções em bens patrimoniais diversos em ambos os concelhos, revelou ausência de dinâmicas profissionais que incluíssem a

referência ao PVV. Na zona alta da cidade de Lamego, visitei o Núcleo Arqueológico da Porta dos Figos, a Cisterna e o Castelo de Lamego: três espaços abertos ao público, onde o mais importante a reter do contacto com os profissionais que recebiam os visitantes foi que nunca haviam visitado ou participado em iniciativas a convite do PVV. Em Tarouca a situação é idêntica: uma funcionária afeta à Câmara Municipal de Tarouca, há pelo menos dez anos que não tinha notícia sobre qualquer iniciativa desenvolvida pelo Projeto envolvendo os profissionais do turismo.

Para compreensão do potencial impulso do PVV na economia circular estabeleceram-se como informações a verificar: a existência de redes de cocriação e a mobilização de agentes territoriais a nível intersectorial. A compreensão deste tópico beneficiou do facto do trabalho de campo ter abrangido um raio alargado de observação, não se limitando, portanto, à envolvente próxima dos bens patrimoniais situados em cinco aldeias dispersas. A visita aos respetivos núcleos urbanos possibilitou identificar dinâmicas territoriais associadas a diferentes setores, muitos deles com serviços centrados nesses núcleos. Por exemplo, no que respeita ao setor dos transportes, as lacunas em termos de mobilidade são evidentes, à semelhança do que acontece noutros territórios do interior do país. Não existe transporte ferroviário, restando apenas aqui o transporte rodoviário. Com efeito, se o PVV veio unir os dois concelhos através de um projeto patrimonial comum, essa união parece não ter reflexos nas estratégias de mobilidade interconcelhias ao nível do transporte público de passageiros. Do lado de Tarouca a situação foi ainda agravada com a recente rescisão, por parte da câmara municipal, do contrato com a empresa Trandev, que ainda operava em todo o território aquando da primeira visita ao terreno, em 2018. Neste concelho foi criada uma empresa municipal de transportes que oferece ligações de transporte público pontuais de e para localidades dentro do concelho, mas com horários semanais definidos em função das dinâmicas escolares. Assim, Tarouca é uma capital de concelho que não possui conexão direta com Lamego ou outras cidades regionais. Já a partir de Lamego existem ligações regionais oferecidas pela empresa Transdev, com destino a localidades como Moimenta da Beira ou Castro Daire, cujo trajeto atravessa o concelho de Tarouca através da estrada municipal n.226. Com estas escassas ligações – parte delas apenas existentes durante a semana e com horários concentrados no início e final do dia – o bem patrimonial da rede PVV que beneficia de uma paragem de autocarro mais próxima é o Convento de Santo António de Ferreirim, ainda assim a uma distância

de 2 quilómetros²⁰⁰. Ou seja, na hipótese de vir a ser visitado com recurso a esta linha de autocarro, o visitante teria de complementar a visita com um percurso pedestre. Em síntese, no que aos transportes diz respeito, visitar o PVV com recurso a transportes públicos é uma tarefa impossível. Compreende-se que os horários oferecidos estão focados nas necessidades dos locais, contudo, poderia haver também uma oferta orientada para os visitantes exteriores. Poderia ser mediada entre as duas companhias de transportes a operar no terreno, com estímulo à sua criação por parte do PVV. Lamego possui a única central rodoviária com ligações nacionais e internacionais, localizada no centro da cidade a escassos metros do posto de turismo - confirmei aqui informações sobre a falta de transportes para o PVV. Por outro lado, pude verificar ainda que neste espaço recetor de viajantes e porta de entrada no território, com uma estrutura ampla onde se destaca uma sala de espera com largas paredes envidraçadas, não existe nenhuma forma de divulgação do Projeto.

Já no que respeita aos agentes culturais, espaços em Lamego como o Teatro Ribeiro Conceição ou locais patrimoniais de visita com área de receção na zona alta da cidade, como o Núcleo Arqueológico da Porta dos Figos, a Cisterna e o Castelo de Lamego, não fazem qualquer tipo de divulgação) do PVV. Pelos contactos estabelecidos nestes sítios, pude confirmar que nunca teria sido feita nenhuma atividade em parceria. Confirmei a existência de eventos, como ciclos de cinema, apenas no Arquivo e Museu Diocesano, um espaço da diocese.

Em Tarouca, destaca-se o Auditório Municipal Adácio Pestana, única estrutura cultural da cidade, no qual nunca ocorreu nenhum evento em parceria com o PVV. Além do Auditório, a infraestrutura possui um espaço expositivo, intitulado Pátio dos Artistas, que



Imagem 69 – Ilustrações de bens patrimoniais do PVV no Pátio dos Artistas
Fonte: autor

²⁰⁰ A partir da paragem na localidade de Britiande, o Convento fica a cerca de 2 quilómetros. Esta linha de autocarro efetua ainda paragem em Mondim da Beira, que dista cerca de 3.5 quilómetros de São João de Tarouca; já a paragem em Carvalhais é a que fica mais perto de Ucanha, a 4 quilómetros, e de Salzedas, a 7 quilómetros.

apresenta a mesma série de ilustrações desde a sua inauguração, em 2015. Esta exposição de desenhos inclui diversos patrimónios edificados do concelho, incluindo os afetos ao PVV. Contudo, nenhum dos trabalhos possui legendagem, ou sequer, informação relativa à sua autoria.

No terreno, ganhou evidência a produção e oferta das artes tradicionais, como o artesanato. Tanto em Lamego – nas lojas de artesanato adjacentes à Central Rodoviária – como em Tarouca – no posto de turismo – existia a venda de alguns produtos de artesanato, representando os núcleos patrimoniais do PVV. Mais concretamente, podiam-se comprar peças decorativas em cerâmica, cujo estilo era variável. Verifiquei que a autoria das peças nem sempre era reconhecida. Compreendeu-se que se trata de uma atividade local com falhas em termos da profissionalização dos seus artesãos, o que deixa espaço para o PVV poder comandar um processo interventivo e criativo.



Imagem 70 – Cerâmica decorativa alusiva a bens patrimoniais do PVV, exposta na Loja Interativa de Turismo de Tarouca

Fonte: autor



Imagem 71 – Peças em cerâmica expostas em lojas de artesanato em Lamego

Fonte: autor

No que respeita a uma mobilização das empresas para ações colaborativas com o PVV, a equipa do Projeto reconhece a existência de uma atitude de sobrançeria por parte deste setor. Contudo, apesar de relações de contornos delicados, existem ainda assim algumas parcerias que podem ser apontadas (já aqui referi a parceria com as Caves Murganheira). Face à impossibilidade de contactar todas as empresas do concelho, a pesquisa privilegiou o contacto com o setor turístico (41 contactos estabelecidos, sendo 33 empresas de alojamento turístico e oito agências de viagens) (Apêndice 3). Para uma perceção mais abrangente, contactaram-se ainda três associações empresariais e/ou comerciais. Tendo em mente as não-respostas aos pedidos de colaboração da presente investigação, sou obrigado a constatar a existência dessa altivez por parte das empresas, com a qual será certamente difícil lidar. Os quatro pedidos de colaboração conseguidos foram relativos à hotelaria, respeitantes a diferentes modelos de alojamento turístico. Obtiveram-se informações pertinentes, já espelhadas em diferentes momentos desta análise. Porém, sobre este contexto das redes de cocriação e mobilização dos agentes locais, posso ainda acrescentar que nestas empresas falta a existência de informação turística em línguas estrangeiras para divulgação do PVV junto dos hóspedes, bem se sente a falta dinâmicas que associem mais o projeto ao setor vinhos, uma das motivações principais dos visitantes ao território.

No tecido social, identifiquei 17 associações de referência. Contudo, também com elas foi difícil chegar ao contacto direto, verificando-se que muitas vezes as indicações fornecidas como linhas de contactos estavam desatualizadas ou eram inexistentes. Foi possível compreender por via indireta que o associativismo é um setor da comunidade com o qual o PVV não interage, nomeadamente pela ausência de cooperação aquando das festas e romarias locais. A única forma efetiva de cooperação identificada foi com a Associação Vale do Varosa, que explora o Horto Monástico do Mosteiro de São João de Tarouca. Foi possível perceber que esta Associação desenvolve outras atividades no concelho, nomeadamente de caráter desportivo e ambiental – caminhadas – e produz derivados da planta do sabugueiro: um arbusto autóctone, cuja baga dá origem a compotas e licores. Está ainda ligada à organização da Festa da Flor do Sabugueiro, que decorre anualmente na localidade de Dálvares. Ficou claro que estas iniciativas não envolvem a cooperação do PVV. Contudo, compreende-se facilmente que o enquadramento natural (paisagem vinícola) e a gastronomia são aqui motivações principais destas atividades, componentes temáticas às quais o PVV deveria reforçar a sua ligação.

As informações aqui expostas refletem também limitações em termos do contributo para a gestão dos fluxos turísticos e consequente distribuição dos benefícios socioeconómicos. Se ações de aproximação e mediação com os setores referidos (transportes, agentes culturais e associações, artes tradicionais) implicam grandes esforços, outras medidas poderão ser mais simples. Por exemplo, querendo o PVV assumir-se como elemento estruturante no território, poderia começar por o promover online. Pelo contrário, tem de se reconhecer que o PVV não ‘vende o território’ quando nos seus canais comunicacionais digitais apenas promove informação relativa às suas atividades. Poderia assumir uma posição mais dinâmica, complementando a sua comunicação com informações turísticas sobre a região envolvente: onde o viajante pode dormir, comer, o que visitar e em que eventos participar no território. Deste modo, promoveria as diversas empresas locais e consolidaria o seu papel enquanto Projeto âncora da região.

Relativamente à potenciação do património visitável pelos turistas, verifica-se que no seio do PVV não existem as estruturas usuais de apoio que complementaríamos essa oferta. Soluções como visitas interativas (apps), ou plataformas em formato *backdrop* para registo fotográfico ou indicação de percursos exteriores, ou de acesso a miradouros não são aplicadas. Três dos cinco bens da rede possuem sanitários que podem ser utilizados pelos visitantes (Mosteiros de São João de Tarouca, de Salzedas e Convento de Ferreirim); mas nenhum deles possui serviços de comidas ou bebidas, pelo que os visitantes ficam reféns da ausência destas ofertas nas imediações. No caso de São Pedro de Balsemão, há o problema ainda maior de não existir nenhum café na localidade; e mesmo a fonte de água instalada no largo em frente à capela não funciona há alguns três anos. O Mosteiro de São João de Tarouca é o único que apresenta uma loja, inserida nos edifícios do complexo, mas num espaço independente. Neste espaço vende-se produção própria do Mosteiro, sobretudo ervas aromáticas provenientes do horto, e procedentes de produtores locais: licores, mel, azeite, vinhos, enchidos, entre outros produtos. A exploração da loja está a cargo da Associação Vale do Varosa, como já foi atrás referido.

Quando à avaliação da qualidade da experiência turística proporcionada, os dados recolhidos apontam informações diversas. Por um lado, e tendo em conta as impressões comunicadas pelos funcionários dos bens patrimoniais quanto às opiniões dos visitantes, estes comportam-se de dois modos distintos. Os visitantes em grupo tendem a ser mais apressados e os visitantes independentes mais curiosos, demorados e interativos junto dos funcionários. Procurei compreender melhor este tópico através de uma pesquisa nas

plataformas de comentários *online*, verificando que, na generalidade, as impressões dos funcionários eram corretas. Por outro lado, os comentários destacam sobretudo a singularidade/antiguidade/monumentalidade do património edificado, bem como a presença ou ausência de outros serviços na área envolvente que complementam as visitas às diferentes localidades (Apêndice 5).

Por fim, atendi ainda ao grau de integração do PVV em dinâmicas turísticas locais, regionais, nacionais e internacionais. Neste ponto, alguns assuntos surgiram em destaque na investigação empírica. Em Lamego, aquando da segunda visita percebeu-se uma agitação turística intensa, motivada pelos preparativos da Festa em Honra da Nossa Senhora dos Remédios. Era uma romaria que, após dois anos de pandemia, voltava a animar a cidade. Pude comprovar mais uma vez que, apesar de ser uma das festas populares mais celebradas no Douro e na Região Norte, não existiam dinâmicas ou parcerias entre este evento e o PVV. Em Tarouca pude compreender que a perceção geral é de que vêm turistas à cidade apenas ocasionalmente, sobretudo nos meses de verão e pontualmente aos fins de semana nos restantes meses do ano. Efetivamente, um passeio pelas ruas da cidade comprova fraca movimentação. Reconhecem as pessoas locais que Ucanha e Salzedas são as localidades mais relevantes a visitar no concelho, mas cujo núcleo urbano não parece fazer parte das rotas dos viajantes, que preferirão pernoitar no concelho vizinho de Lamego. Considerando a Igreja de São Pedro de Tarouca, um espaço patrimonial de destaque na cidade e classificada como Monumento Nacional, surge com alguma evidência que poderia ser mais potenciado. O PVV poderia até eventualmente ser alargado com a integração deste imóvel na rede, colaborando assim para atenuar o facto da cidade não fazer parte significativa dos movimentos turísticos do concelho.

Em termos de dinâmicas nacionais, nota-se a existência de projetos turísticos com destaque na zona, aos quais a comunicação do PVV se poderia associar. Um exemplo é a Rota da Estrada Nacional 2 que atravessa a região²⁰¹. Analisada a página *online* deste projeto verifica-se a existência de propostas de visita aos viajantes; é sugerida por exemplo, uma Rota dos Museus onde não figura o Museu de Lamego. Também não é referido nem o PVV nem os seus cinco núcleos patrimoniais. Em termos internacionais, deve ser salientado que o PVV inclui dois Mosteiros cistercienses, mas que apenas o de

²⁰¹ Projeto de desenvolvimento turístico constituído em 2013 pela associação de municípios, cujos territórios são atravessados pela N2.

São João de Tarouca está inserido na Rede Europeia das Abadias e Sítios Cistercienses. Portanto, a inclusão nesta rota internacional também do Mosteiro de Salzedas ajudaria a fortalecer o Projeto, incorporando os pressupostos de coesão da identidade europeia (Carta de Faro, 2005).

Termina assim o Capítulo V, cuja produção escrita resultou de uma análise ponderada e cruzada de toda a informação, recolhida nas diferentes etapas da investigação empírica. Em modo de avaliação, esta análise crítica que aqui se apresentou estabelece-se como ponto de partida para o último capítulo da tese.

Capítulo VI - Contributos da investigação: um modelo de intervenção patrimonial

O presente capítulo pretende-se conciso. Portanto, focar-se-á na apresentação das propostas pelas quais procuro conceber um modelo de intervenção patrimonial. A conceção deste modelo parte da análise do caso PVV, sobre o qual se identificaram fragilidades e vantagens, porém, a intenção é que estas propostas sejam aplicáveis a outros casos. Deste modo, este Capítulo procura ampliar horizontes e visa ajudar ao planeamento de ações em projetos patrimoniais diversos, designadamente aqueles que, à semelhança do PVV, também possuam uma forte ligação a um contexto territorial específico, que se situem em zonas periféricas das grandes rotas turísticas e que concretizem intenções ligadas ao desenvolvimento local. Este modelo incorpora as noções mais atuais relativas aos estudos patrimoniais, transportadas para as cinco dimensões de análise que guiaram a investigação empírica da tese. Trata-se de um modelo que apresenta onze propostas de intervenção desdobradas em diversas vertentes, sendo que não se tratam de propostas estanques, mas, pelo contrário, interrelacionadas.

Em primeiro lugar considero ser necessária uma **desconstrução da visão patrimonial** habitualmente norteadora dos projetos de intervenção. Este reajuste deve desde logo passar pelo reconhecimento e valorização das componentes imateriais associadas aos bens patrimoniais, assimilando-se a ‘viragem cultural’ do amplo conceito de património. Esse reconhecimento deve englobar as vivências passadas e contemporâneas dos bens patrimoniais em causa, vincando-se a ligação a outros valores culturais locais. Os projetos patrimoniais devem atuar como ‘espelhos do território’ onde se situam, espaços motivadores para a sua (re)descoberta. Tradições locais, produtos autóctones, festas e romarias, artesanato e outras manifestações culturais devem ser valorizadas e comunicadas pelas instituições culturais, independentemente do objeto central dessas instituições. Assumir essa desconstrução poderá desde logo passar pela forma como os projetos de autodefinem. Por exemplo, *Vale do Varosa – Rede de Monumentos* é a forma como o caso de estudo desta tese se autodenomina, vincando assim a dimensão material do seu património, o construído. Proponho uma mudança de terminologia, no caso em análise poderia ser para *Património do Vale do Varosa*. Desse modo, manter-se-ia a associação a uma componente concreta do vale (o património), mas abrindo-se portas à

mutação para um projeto mais representativo da paisagem envolvente e, portanto, menos centrado no seu património edificado.

Os projetos de intervenção patrimonial demasiado autocentrados precisam alterar a sua filosofia de trabalho, acolhendo formas mais compassivas de atuação. Devem apostar numa comunicação ‘de dentro para fora’, na qual as atividades que promovam não foquem somente informação sobre si mesmos e, muito menos, somente sobre as suas dimensões materiais. Importa disponibilizar conteúdos interpretativos e explicativos sobre a envolvência dos bens, para reforço de compromissos ligados à promoção do desenvolvimento local. No caso do PVV, foi possível perceber que aos visitantes podem facilmente passar despercebidos elementos patrimoniais localizados nas imediações dos diversos núcleos da rede visitável²⁰². Deste modo, é importante a ligação ao contexto externo dos projetos, particularmente às dinâmicas socioculturais e ambientais relacionadas com as populações e a paisagem, por exemplo através de itinerários pedestres. Os bens patrimoniais que integrem os projetos devem potenciar e beneficiar da existência deste tipo de percursos nas suas proximidades e, caso não existam, devem as instituições que os representam ser as primeiras a propor a criação deste tipo de facilidades. A vantagem desta estratégia é óbvia: amplia-se o tempo de retenção dos visitantes nas localidades pela oferta, para lá da visita aos bens patrimoniais, da possibilidade de serem também visitadas as imediações. As instituições devem ainda estar atentas à qualidade desses percursos, comunicando às autoridades competentes do Estado a necessidade de boa manutenção das estruturas de apoio a esses trajetos (painéis de comunicação exterior, manutenção da sinalização dos trilhos e manutenção dos passadiços) e propondo a instalação de miradouros em pontos estratégicos do território. No caso PVV, parece ser urgente incluir e potenciar a comunicação, no seio do próprio Projeto, do futuro Caminho dos Monges, apesar desta ser uma iniciativa das autarquias locais.

Em segundo lugar destaco a importância de haver **uma comunicação eficaz no seio dos projetos**. Os projetos de intervenção patrimonial que abranjam diferentes espaços de visita devem uniformizar a comunicação disponibilizada em todos esses espaços. Desde

²⁰² São exemplos o enquadramento natural do Vale (Balsemão); as Igreja Matriz, Pelourinho e Antiga Cadeia (Ucanha), a Vila e sua Ponte românica (São João de Tarouca); o casario típico e o bairro judaico (Salzedas). Neste último caso, por exemplo, trata-se de um bairro em ruínas, cujo reconhecimento e divulgação via PVV poderia dar início a uma discussão em termos da sua recuperação

logo, essa uniformização deve passar pelos materiais diversos de suporte à comunicação do projeto, tais como: os painéis informativos de apoio à musealização, que deverão ser semelhantes em termos de estilo e *design*; a informação documental de suporte, designadamente folhetos informativos e folhas de sala, a coincidirem em termos de estilo e formato. Trata-se de um princípio basilar, em prol da transmissão de uma imagem sólida e profissional do projeto na sua forma de atuação. No caso do PVV, viu-se que o material disponibilizado nos diversos núcleos da rede era variável em termos de formato e acesso (custo), sendo que em alguns espaços a documentação relativa aos bens patrimoniais era inexistente (caso da Capela de São Pedro de Balsemão), e noutros da autoria de outras entidades (caso da Ponte Fortificada de Ucanha).

A eficácia da comunicação deve ainda passar pela oferta de material documental em línguas estrangeiras. Sendo certo que muitos projetos patrimoniais procuram potenciar a sua vertente turística, intensificar a exploração desses projetos por parte dos operadores do setor implica alcançar eficácia em termos da comunicação. Com efeito, não se pode descurar a importância do público internacional, bem como o seu direito à correta compreensão das mensagens transmitidas. Esta oferta desse incluir a tradução de mensagens textuais expositivas, da documentação de apoio facultada (folhetos e folhas de sala) e da comunicação apresentada *online*. No caso do PVV, verificou-se um investimento insuficiente na oferta de informação em línguas estrangeiras dos conteúdos expositivos das instituições museológicas; também a divulgação *online* do Projeto apenas era feita em português. Neste e outros projetos de intervenção patrimonial, este problema pode ser resolvido com apoios à tradução feitos através de parcerias com instituições locais de ensino, nomeadamente ao nível superior e na área das línguas. O trabalho de tradução poderia ser componente prática dos estudantes dessas instituições, o que também seria uma via de reforçar as ligações da população local ao seu património e aos próprios projetos.

Um último aspeto relativo à questão da comunicação passa pela comunicação presencial, implementada através de funcionários presentes nas instituições e/ou bens patrimoniais. É importante compreender que receber visitantes implica a operacionalização de diferentes tarefas, como a receção e venda de bilhetes, a prestação de informações, o controlo no acesso aos espaços, a resolução de imprevistos e a venda de eventual material de *merchandising*. Assim, é importante que se formem trabalhadores proativos e com competências em termos do atendimento ao público em contexto turístico e cultural, o

que tem de se traduzir em conhecimentos aprofundados sobre os bens patrimoniais nos quais trabalham e em capacidades para comunicarem em línguas estrangeiras. No caso do PVV, vimos que nos diferentes núcleos da rede patrimonial existia apenas um funcionário presente, que procurava agilizar todas estas funções. Percebeu-se ainda que, nalguns casos, eram funcionários transferidos da função de vigilantes. Afetos à zona de receção, não existiam outros funcionários a controlar os espaços e disponíveis para interagir ou comunicar com os visitantes. Estando subjacente a esta questão o fator financeiro, sugiro aqui duas formas de colmatar este problema neste e noutros projetos patrimoniais: o recurso a estagiários de diferentes níveis de ensino (secundário e superior) e o recurso ao voluntariado com pessoas provenientes da comunidade local. Seria uma forma de colmatar a falta de recursos humanos vocacionados para a comunicação presencial em espaços patrimoniais e, transversalmente, duas formas de cimentar a ligação à comunidade local.

A próxima proposta conecta-se ainda ao fator comunicação, mas neste caso orientada para o contexto exterior. Assim, para terceira proposta defendo a **criatividade na divulgação dos projetos**. Essa criatividade pode desde logo estar espelhada em dinâmicas implementadas no território envolvente. Esse território deve divulgar o seu património, sendo que as diversas instituições locais podem, nas suas instalações, promove-lo. Deste modo, projetos patrimoniais devem apostar na comunicação visual em espaços-âncora, a serem identificados e solicitada a sua colaboração através da sensibilização das diferentes entidades para um bem comum: o desenvolvimento do território. Por outro lado, quando os projetos se querem afirmar enquanto marcas regionais, devem criar fontes de informação visual criativa, impactante e em grande escala, como *posters*, *outdoors* ou outro tipo de instalações visuais, que sirvam a apresentação e a divulgação dos projetos e reforcem a identidade cultural do território. Por exemplo, quem chega a Lamego não dá pela existência do PVV, desde logo devido à deficiência da comunicação realizada pelo Posto de Turismo, onde a informação sobre o Projeto se limita a folhetos, cujo fornecimento é controlado devido aos seus custos de produção. De igual modo, a Central Rodoviária de Lamego não promove qualquer comunicação visual sobre os núcleos da rede. Posto de Turismo e Central Rodoviária são ambos tipologias de espaços frequentes em outros territórios, pelo que podem concretizam a divulgação de outros projetos semelhantes.

Outra forma de inovar na comunicação pode passar pelo recurso aos meios audiovisuais de grande difusão. Um bem patrimonial pode ganhar um destaque inusitado através do seu aparecimento em séries televisivas, filmes, anúncios comerciais ou outro tipo de campanhas publicitárias. Os projetos patrimoniais devem assim esforçarem-se para identificarem, contactarem e apresentarem facilidades a empresas do meio audiovisual no sentido de os bens em questão poderem ser cenários de filmagens. Como sabemos, atualmente o poder deste tipo de iniciativas é enorme, quer pela sua capacidade de difusão junto de um vasto público, quer pela consequente divulgação através da imprensa. Esta medida dará projeção aos projetos e contribuirá para a captação de visitantes.

A aposta numa **efetiva relação com a comunidade** é a quarta proposta a considerar. Um projeto ou instituição cultural será tão mais reconhecido pela comunidade quanto maior for o seu grau de envolvimento junto da mesma. Para a potenciação desse envolvimento é essencial apostar-se num modelo institucional do tipo *down-top*, onde a auscultação comunitária é promovida para fazer a instituição refletir quanto ao entendimento existente relativo às suas ações. Essa auscultação terá como objetivo a recolha de perceções e opiniões para reforço, adequação e criação de atividades inclusivas e em colaboração com a comunidade local. Mais do que ações preparadas para a comunidade, os projetos devem apostar em ações preparadas pela comunidade e com a comunidade. Os projetos de intervenção patrimonial terão assim um papel mediador nessas interações comunitárias.

Neste contexto, uma estratégia que proponho passa pelo valer-se da existência de associações locais, no sentido de estas ajudarem a pensar e a propor atividades a serem desenvolvidas nos projetos patrimoniais. Recorrendo às associações locais, que atuam diretamente sobre e com as populações, acionam-se mecanismos de capacitação comunitária e abre-se caminho para a criação de atividades colaborativas. Recorrer às associações permitirá, além de incluir a comunidade na programação dos projetos, fomentar o surgimento de um sentimento de dever coletivo face ao património comunitário. Por outro lado, isso reforçará a identidade e o sentido de pertença, ajudando à constituição de um discurso cultural local. Por vezes, nos projetos e instituições culturais, como é o caso do PVV, predomina a ideia de ‘trazer cultura aos locais’ e não tanto a de ‘mostrar a cultura dos locais’. Considero, assim, que deve existir um equilíbrio entre ambas as perspetivas, ou seja, conciliar os princípios da democratização da cultura com a democracia cultural. Conectados com a comunidade, os projetos patrimoniais com valências museológicas poderão, por exemplo, ajustar atividades expositivas aos

interesses das populações locais, através de exposições em regime de curadoria coparticipada.

Defendo ainda que os projetos/as instituições culturais devem fomentar atividades defensoras de causas. O reconhecimento do seu poder passará pelo seu maior envolvimento em causas económicas, sociais e ambientais que afetem diretamente a população local. Ora, a identificação das questões consideradas pertinentes pela comunidade envolvente tem necessariamente de passar pela referida auscultação comunitária. Após essa identificação, os projetos devem tornar-se espaços de fórum de ideias, onde se desenvolvam formas de dar visibilidade às causas locais, como debates, palestras e exposições. Esse envolvimento com as comunidades locais incentivará a participação ativa das populações nos debates das questões contemporâneas e, por outro lado, reforçará a visibilidade dos projetos culturais junto da sociedade.

Muitas iniciativas estão localizadas no interior do país, como é o caso de estudo desta tese. São projetos rodeados de um contexto social marcado pela emigração, despovoamento e envelhecimento populacional. Neste sentido, ainda sobre a relação entre projetos patrimoniais e comunidade, deve ser salientada a importância do reforço da interação junto das camadas mais jovens da população. Defendo que a transmissão do legado histórico e da memória coletiva deve apostar especialmente nas novas gerações. Neste contexto, são fundamentais as iniciativas de ligação às escolas, em diversos quadrantes. Desde logo, devem ser incentivadas as visitas de estudo aos bens patrimoniais constituintes dos projetos. Porém, acerca destas visitas, considero importante acabar com a tradicional relação institucional bilateral escola-projeto, passando a dinâmica das visitas a bens patrimoniais a assentar no envolvimento dos estudantes com outros atores comunitários. Proponho, então, que o património possa ser veículo para o contacto entre diferentes gerações, sendo o património edificado o espaço para essa interação. Por outro lado, devem ser oferecidos outros programas educativos que não se centrem somente na deslocação da comunidade escolar aos bens patrimoniais. É preciso descentralizar a forma de interação com a comunidade educativa, devendo as instituições, nomeadamente os museus, irem até às escolas apresentar diferentes atividades. Note-se que em termos logísticos e financeiros é mais simples a deslocação de uma equipa do museu à escola do que uma turma inteira ao museu. Assim, no espaço escolar, uma equipa de mediadores culturais poderá apresentar comunicações, elaborar *workshops* e/ou oficinas criativas, até mesmo mediar a elaboração de exposições nas instalações escolares. Sugiro ainda uma

medida que, apesar de não ser inédita, possui enorme potencial: a preparação de conteúdos didáticos relativos ao património local, com vista à sua inclusão nos conteúdos curriculares das escolas da região envolvente. Essa preparação não deve ser uniformizada, mas sim adequada a diferentes níveis de ensino; pode ainda ser abordada por áreas disciplinares diferenciadas como a história, arte ou turismo. Nalgumas regiões de Portugal existem conteúdos curriculares obrigatórios e específicos sobre o património local, medida muitas vezes mediada e proposta pelas instituições culturais locais.

Como quinta proposta destaco a importância de os projetos de intervenção patrimonial **estarem conectados com o tempo presente**. Felizmente, já vamos começando a estar longe dos períodos em que o olhar sobre o património se focava no passado, em que este era encarado como relíquia de um tempo vivido. Sendo certo que muitos projetos incidem sob bens patrimoniais com origens num passado distante, é sobre o uso atual e a potenciação futura desses bens que recai grande parte do debate e intervenção patrimonial. Para tal, é fundamental a conexão do património ao tempo presente, por exemplo através da inclusão de temas de interesse da comunidade no seio das atividades dos projetos patrimoniais, como vimos na proposta anterior.

Proponho agora outra estratégia, que passa pelo diálogo com a arte contemporânea. Trata-se de uma estratégia já utilizada em muitos projetos. Esse diálogo passa tradicionalmente pela cedência de espaços patrimoniais para a instalação de mostras artísticas, sobretudo temporárias, como forma de refrescamento da sua imagem e captação de novos públicos. Neste âmbito, a presente proposta passa pelo reforço desta interlocução em duas frentes. Primeiro, em termos de mostras artísticas de grande escala, capazes de criar uma dinâmica apelativa em termos visuais e captar novos públicos. Preferencialmente, estas instalações devem ser concebidas *in loco*, concretizadas através de residências artísticas. Dessa forma, serão trabalhos adaptados e adequados ao contexto, cuja singularidade se destacará face a conceções padronizadas, que muitas vezes ocupam espaços patrimoniais no decorrer de verdadeiras *tournés* artísticas. Numa segunda frente, através da conceção e concretização de projetos de arte de rua. Por exemplo, murais de *street art* alusivos aos patrimónios edificados podem ser criados nas imediações dos mesmos, motivando os visitantes a descobrirem as ruas em seu torno, enriquecendo a experiência das visitas e alavancando benefícios para as comunidades envolventes. Pode aqui ser referido a experiência da Aldeia de Podence, em Macedo de Cavaleiros, reconhecida pela sua tradição de Carnaval transmontano. Com a festa apenas observável num período do ano,

a aldeia apostou na captação de visitantes através da criação do Museu do Careto e da rota de pinturas estilo *street art*, instaladas nas paredes exteriores das habitações da aldeia.

Numa outra vertente, destaco a utilização da tecnologia nos projetos patrimoniais. Irei referir algumas estratégias pertinentes, relativas sobretudo à modernização de experiências museológicas a oferecer no seio desses bens. Entendo que o contexto e as temáticas impliquem muitas vezes a adoção de intervenções minimalistas, porém, defendendo que a experiência museal, ainda assim, em muitos casos, possa ser enriquecida. Não pretendo pôr em causa os princípios de simplicidade e austeridade norteadores da musealização de muitos espaços patrimoniais, porém, deve ser considerada a possibilidade desses espaços beneficiarem de alguma modernização. As experiências patrimoniais precisam ser imersivas, recorrendo-se a soluções tecnológicas que ajudem a criar uma ambiência mais impactante. Em concreto, o recurso a tecnologias de som (sonoplastia) e imagem (projeção audiovisual) são exemplos de soluções que podem valorizar os espaços, sem os desvirtuar. Saliento que algumas destas tecnologias são dotadas de sensores, sendo ativadas aquando da aproximação de visitantes. Outras permitem a sua interatividade de forma voluntária, o que possibilita ao visitante a ativação de diversos conteúdos multimédia. É possível recorrer ao PVV para ilustrar este tópico, referindo o caso do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, o maior e mais bem preservado complexo monástico da rede visitável. Para este bem patrimonial, proponho a difusão de ‘sons’ alusivos à vida (passada) do espaço (cânticos dos monges, sons do contexto rural envolvente) ou a projeção de figuras de monges nos corredores do Mosteiro (estilizadas e em movimento). Poderiam ser formas de criar uma experiência mais imersiva num complexo com amplas zonas visitáveis, onde a monumentalidade impera e cria alguma ‘sensação de vazio’. As soluções propostas poderiam humanizar a experiência e permitir destacar o seu potencial enquanto espaço de meditação, do passado e do presente. Neste espaço, o funcionamento da única projeção vídeo existente dependia da sua ativação por parte do único funcionário presente, constrangimento resolúvel pela adoção de tecnologias com auto ativação.

Ainda sobre o uso de tecnologia, deve ser considerado também o seu uso no exterior dos bens patrimoniais edificados. Será uma forma de complementar e valorizar as intervenções museológicas efetuadas no interior dos espaços. Em termos de tecnologia imersiva para uso externo, atualmente banalizou-se o uso de espetáculos de *videomapping* ou espetáculos multimédia com recurso a tecnologia 3D. Estes ocorrem muitas vezes nas

fachadas e/ou paredes exteriores de diferentes tipologias de construções. Estas soluções criam um grande impacto visual, pois permitem a sua visualização por vasto público. Possibilitam ainda à audiência interagir, em termos do registo e divulgação dos eventos, pela sua partilha nas redes sociais. Por estas vantagens, deve ser uma iniciativa a adotar, certo que não de forma sistemática, mas em ocasiões especiais, em particular em datas festivas e importantes para as comunidades locais.

Espaços museológicos contemporâneos devem também apostar em soluções de interatividade, no sentido de dinamizarem a experiência museal e combaterem uma atitude mais passiva dos visitantes face aos conteúdos expositivos. Referi atrás, por exemplo, os sistemas tecnológicos dotados de sensores que podem trazer algum efeito surpresa aos espaços patrimoniais e, dessa forma, despertar a atenção do público visitante. De igual modo, as tecnologias que convidam os visitantes à sua ativação e eventual manipulação, sendo exemplos as estruturas de *videomapping* ou os ecrãs multimédia. Contudo, quero aqui salientar que a interação nem sempre implica o recurso a soluções tecnológicas. Atendendo-se ao custo elevado dessas soluções, uma alternativa interativa simples e mais económica é a instalação de plataformas fotográficas do tipo *backdrop*²⁰³. Estas estruturas podem, por exemplo, apresentar figuras estilizadas de personagens relacionadas com os bens patrimoniais em visita. Permitem aos visitantes interagirem, usando o próprio *smartphone* para registo de fotografias.

Como sexta proposta defendo que é preciso **atender ao bem-estar dos visitantes**. Convido os projetos que promovem atividades centradas em intervenções patrimoniais a equacionarem a qualidade das experiências proporcionadas. Essa qualidade precisa passar também pelo reconhecimento da importância dos serviços complementares. Atribuir conforto à experiência é fundamental, mais ainda quando se trata de projetos polinucleados que implicam a deslocação entre diversos pontos de visita. Desde logo, no que respeita ao bem-estar físico dos visitantes, deve ser assegurada a existência e manutenção de serviços de apoio básicos como instalações sanitárias, serviço de cafetaria e/ou máquinas automáticas de bebidas e/ou comidas. É preciso notar que a qualidade da experiência turística também se pauta por este tipo de serviços oferecidos. É preciso ainda particularizar o público com necessidades específicas. Muitos projetos patrimoniais, nas

²⁰³ Estruturas interativas em formato painel; constituem um cenário sob o qual os visitantes se podem fotografar.

suas instalações visitáveis, não estão preparados, por exemplo, para receberem público com incapacidades físicas. O Turismo de Portugal I.P. tem desenvolvido medidas de apoio para empresas e instituições no sentido da implementação do turismo acessível; o PVV e outros projetos devem informar-se e beneficiar desses apoios.

Na sétima proposta, convido os projetos de intervenção patrimonial a **serem proativos, em prol de um turismo sólido e diferenciado**. A relação entre as intervenções patrimoniais e a atividade turística têm várias realidades, sendo que no interior do país se anseia pela chegada de mais visitantes. Em zonas periféricas, os fluxos turísticos tendem a chegar em pequena escala, verificando-se que a forma como o turismo se tem desenvolvido não tem ajudado os pequenos projetos patrimoniais a vingarem. Neste contexto, o desafio consiste na recusa de soluções padronizadas, que dificultam a notoriedade num mercado competitivo, procurando em alternativa uniões estratégicas e inovação criativa.

Desde logo, é fundamental a aposta em parcerias com o setor do turismo, devendo os projetos patrimoniais trabalharem em articulação com aqueles que anseiam o mesmo objetivo: o aumento da chegada de turistas. Os projetos devem agir como interlocutores, entre si e outros agentes prestadores de serviços turísticos, contribuindo para a captação de públicos e para a criação de experiências completas no território. Fomentando um turismo integrador de diversos *stakeholders*, devem incluir nos seus meios comunicacionais informações sobre alojamento, restauração, itinerários organizados no território, o calendário dos eventos locais, bem como a divulgação de outros projetos turísticos e patrimoniais próximos. Esta divulgação deve ser recíproca e pode ser complementada por outras medidas. Por exemplo, relativamente ao alojamento, é preciso apelar aos empresários do setor para que divulguem o património local aos seus clientes e premeiem as estadias prolongadas com a oferta de bilhetes para visitas aos bens patrimoniais. Este é um exemplo de campanha que aumentaria a capacidade de retenção de visitantes numa região e de utilidade para o combate a períodos de época baixa no turismo. Já em relação ao setor das agências de viagens, deve ser fortalecida a comunicação com os operadores no território, no sentido da inclusão dos projetos patrimoniais nos itinerários promovidos. Estas medidas são de ampla aplicação, podendo e devendo ser ainda ajustadas conforme as diferentes realidades locais. Por exemplo, foi possível (relativamente ao PVV) perceber que na zona do Douro – área envolvente do PVV – existe uma dinâmica específica relacionada com a vasta oferta de quintas, algumas

com alojamento, com oferta de soluções para eventos de carácter familiar. Muitos grupos deslocam-se para participarem em festas, como casamentos e aniversários, sendo que muitos destes visitantes pernoitam na região. Este público poderia ser orientado e canalizado para visitar o Projeto PVV, através da sua divulgação estratégica naqueles eventos.

Ao nível das parcerias, importa ainda reconhecer a importância de sensibilizar e formar os profissionais de turismo existentes nos territórios. Estes devem ser vistos como parceiros estratégicos, pois é muitas vezes a sugestão feita por um destes profissionais que garante um número significativo de visitantes a determinado projeto patrimonial. É fundamental que os projetos de intervenção patrimonial conheçam os profissionais do turismo dos territórios, particularmente aqueles que lidam diretamente com os visitantes, recebendo-os e dando-lhes informações sobre a oferta turística local. É primordial que estes profissionais sejam contactados e convidados a conhecer os projetos, se possam sentir envolvidos e lhes seja facultada informação técnica sobre os bens patrimoniais. Assim, eles também serão representantes dos projetos, detendo um conhecimento atualizado sobre os mesmos.

Relativamente à promoção de um turismo inovador, é fundamental a aposta num turismo criativo em colaboração com as associações locais. Os projetos devem estabelecer-se como centro de discussão, conceção e apresentação ao público de experiências turísticas criativas, temáticas e de base comunitária. Não tendo de organizar em si essas atividades, podem atuar como espaços mobilizadores e acolhedores de propostas relacionadas com o ciclo agrícola, as tradições locais, ateliês de arte popular e outras atividades relacionadas com a descoberta do património cultural envolvente, nas suas vertentes material e imaterial. Organizadas por quem melhor conhece e atua no território, a população local, nas suas instalações, os projetos devem atuar como ponte entre os visitantes e a comunidade, no sentido de se fomentarem as redes de cocriação para estímulo da dita economia circular.

Ainda no âmbito do turismo, saliento a importância do envolvimento em iniciativas de animação turístico-culturais. Os projetos devem identificar eventos locais, que sejam amplamente reconhecidos e que atraiam públicos diferenciados. Face a essa identificação, devem reconhecer as vantagens de se associarem a esses eventos. Devem ainda ajudar outros menos conhecidos a atingirem maior notoriedade. Em suma, tem de existir uma maior conexão e articulação com o calendário anual de eventos do território,

nomeadamente ações de colaboração e divulgação das festas populares, sobretudo aquelas concretizadas junto dos seus focos patrimoniais: afinal, estes também são parte do património comunitário. Por exemplo, festas de carácter popular que envolvam desfiles e cortejos alegóricos devem incluir a participação dos projetos patrimoniais nessas dinâmicas. Ou por exemplo, festivais urbanos e multidisciplinares podem também envolver de muitas maneiras os bens patrimoniais de projetos locais. Neste contexto, saliento o caso do PVV, pois penso ajudar a clarificar o meu ponto de vista. Por exemplo, em Lamego é famosa a Romaria da Nossa Senhora dos Remédios, evento nacionalmente reconhecido e, porventura, dos que mais visitantes atrai à cidade de Lamego. Apesar disso, não há qualquer associação do PVV a este evento, o qual nas suas festividades promove desfiles alegóricos alusivos a temas diversos. Surge como bastante evidente que os monges de Cister, o vinho e os Mosteiros do Projeto poderiam ser temáticas a explorar neste contexto de festa cíclica. Relativamente a pequenas festas de dimensão mais local, percebi igualmente a inexistência de ações de colaboração entre o Projeto e as dinâmicas locais, sendo exemplo flagrante as festas populares das diferentes freguesias dos espaços visitáveis. Proponho que se encararem estes eventos como oportunidades para o PVV reforçar a sua identificação junto da comunidade. Seria inegavelmente benéfico o seu envolvimento em atividades diversas como: intervenções artísticas realizadas no exterior, mas junto aos seus bens monumentais (iluminação, projeção vídeo, etc) ou a abertura em horário alargado nessas situações. Sobre eventos pluridisciplinares, já identifiquei o potencial do ZigurFest, um evento que atrai um público mais relacionado com as artes musicais, visuais e performativas. Na edição de 2022, expandiu as suas instalações visuais a bens patrimoniais do concelho, existentes fora do perímetro urbano de Lamego, mas não houve qualquer intervenção nos bens patrimoniais integrantes do PVV.

Como oitava proposta defendo o estabelecimento de *parcerias com as empresas locais*. Neste âmbito, saliento que é necessário atender ao tecido empresarial local, devendo haver, por parte dos projetos patrimoniais, a capacidade de identificarem produtos de relevo no contexto socioeconómico envolvente, no sentido de se agregarem a marcas de reconhecido valor no mercado. Por outro lado, devem atuar também como impulsionadores do desenvolvimento de setores mais desvanecidos, liderando processos de mudança e ganhando relevo social.

Penso que na aplicação desta medida importa ter em conta as diferentes realidades socioeconómicas existentes. Elucido este tópico novamente com recurso ao estudo de

caso do PVV, focando as empresas vinícolas, o setor do artesanato e o comércio tradicional. No caso das empresas de vinho, seria oportuno reforçar a cooperação com o setor, utilizando o pretexto para salientar o legado histórico, que o Projeto valoriza, relativo à implantação da cultura vinícola na região. Tem sido comum marcas de vinho aludirem ao património envolvente nos rótulos das suas garrafas, sendo uma ideia que pode ser mais desenvolvida neste caso já que existe na zona a Região Vinícola do Távora e Varosa. Relativamente ao artesanato, há produção e comercialização de materiais alusivos aos bens patrimoniais do PVV, em diferentes estilos e formatos. O Projeto poderia apostar na criação de uma linha renovada de artesanato, usando-a para promover um processo de profissionalização do setor em colaboração com os artesãos locais. Sobre o comércio local, proponho que se proceda à identificação e elaboração da respetiva lista de espaços de comércio tradicional existentes no território. Uma forma de presentear os visitantes que passem por todos os núcleos da rede poderia ser a oferta de um brinde associado a um produto local e/ou a oferta de um vale de desconto numa loja de comércio tradicional associada.

A nona proposta sugere a necessidade de se **atenuarem centralidades**. Os projetos de intervenção patrimonial dispersos por territórios que envolvam diferentes administrações públicas estão sempre sujeitos, na sua conceção e implementação, à pressão de fatores estratégicos e/ou políticos. Centralizar um projeto num determinado ponto do território implica, por inerência, colocar em segundo plano outras localidades. Por vezes, será necessário atenuar perceções relativas a projetos centralizados, que dão protagonismo a determinada zona face a outras. Tentar equilibrar as atividades nos diferentes polos de uma rede patrimonial será uma forma de contrabalançar a potencial perceção negativa da comunidade face aos projetos por beneficiarem apenas de determinado centro, assim demonstrando real empenho na dinamização da totalidade do território envolvido. Por vezes, as atividades a concretizar poderão também ser implementadas noutros espaços e equipamentos, em regime de parceria com outras instituições.

Vejamos o caso do PVV, em que a sua associação sobretudo à cidade de Lamego e ao seu Museu é recorrentemente percebida como uma ‘entrega’ ou ‘conceção’ do protagonismo da iniciativa a esta sede de concelho. De facto, o Projeto foi centralizado numa cidade e num concelho que já possuía um vasto conjunto de bens patrimoniais. Porém, é no concelho de Tarouca que se encontram localizados os mais significativos núcleos da rede. Urge, portanto, expandir iniciativas associadas ao Projeto para a cidade

de Tarouca, ainda bastante à margem dos movimentos turísticos locais. Uma forma do PVV se destacar e descentralizar será alargar o seu raio de ação, promovendo ou apoiando atividades para além dos seus muros. Dado a generalidade das suas ações decorrerem nos seus espaços, propõe-se a colaboração com outras instituições locais. Por exemplo, poderia ser estabelecida colaboração com o Auditório Municipal Audácio Pestana, onde é possível serem concretizadas atividades culturais como ciclos de cinema ou exposições, estas na sua galeria, igualmente subaproveitada.

Como décima proposta defendo que os projetos de intervenção patrimonial devem ser entidades proativas, peças-chave na **resolução de problemas do respetivo contexto**. Questões diversas afetam as dinâmicas diárias ligadas aos projetos patrimoniais, muitas vezes externalidades atribuídas a outras entidades. Porém, os projetos não se podem deixar afetar por esses problemas, devendo antes tornarem-se instituições ativas e ativistas, capazes de identificarem problemas e procurarem soluções para eles. Neste quadrante, um dos maiores problemas dos projetos situados no interior do país é a falta de transportes. Face à frequente dependência em relação à chegada de grupos organizados de turistas, impõe-se encontrar alternativas que facilitem o acesso ao território de turistas independentes. Verifica-se a falta de oferta de *tours* e, neste âmbito, é previsível a falta de conhecimento dos agentes locais sobre as atuais facilidades no que respeita à constituição e registo de uma empresa no portal do Registo Nacional de Turismo. Os projetos de intervenção patrimonial podem liderar um processo de mudança neste sentido, informando e sensibilizando os empresários locais acerca de novas oportunidades de negócio. Trata-se de um exemplo de medida de fomento ao empreendedorismo local. Por outro lado, esta medida ajudará também à distribuição dos benefícios socioeconómicos do turismo, canalizando-os para os empresários e população locais.

Outro problema frequente colocado aos projetos cruza-se com os Postos de Turismo, cuja rede nacional foi recentemente remodelada e modernizada, em termos da instalação de ferramentas tecnológicas. Acontece, porém, que muitas vezes os ecrãs interativos se encontram vandalizados e/ou inoperacionais. Era este o caso dos equipamentos TOMI instalados nos Postos de Lamego e Tarouca, ambos da responsabilidade da Região de Turismo do Porto e Norte. Também havia informação incorreta apresentada no sistema de informação turístico *Itouch*. A introdução de conteúdos nestas plataformas digitais é uma responsabilidade atribuída aos municípios, mas os projetos patrimoniais não se podem deixar reféns do incumprimento ou mau cumprimento desta ação. Pelo contrário,

devem verificar, apontar e reportar as falhas detetadas às entidades competentes, assumindo o seu papel em termos de liderança para uma nova política regional de qualidade em turismo.

Sobre a resolução de problemas do respetivo contexto sociocultural e económico, foco ainda questões que dizem respeito a constrangimentos associados às relações de poder. É certo que a criação de novos projetos e/ou instituições vem ‘agitar’ o tecido social dos territórios e trazer novos protagonistas. A melhor forma de gerir as potenciais tensões geradas é usar dos dons da diplomacia. Por vezes, patrimonializar ou revalorizar um bem ou espaço implica retirá-lo à posse dos seus antigos proprietários. Muitas vezes, os projetos patrimoniais implementam-se sob poderes repartidos, visando a cedência de espaços, mas, na prática, essa repartição de poderes condiciona o uso pleno dos bens e as modalidades de intervenção sob os mesmos. São assuntos que precisam ser debatidos também no seio da comunidade local, que deve ser sensibilizada para a importância dos projetos e da sua consolidação. Para que os projetos se possam afirmar na região, precisam ser encarados enquanto seus ícones, cuja criação e implementação deve envolver o contributo de todos. Importa tornar claro que a sua consolidação precisa do contributo de diversos intervenientes, salientando-se a causa maior que é a criação de uma imagem cultural específica e diferenciadora do território.

Por último, há ainda os problemas de mais fácil resolução, geralmente dependentes do dito ‘diálogo de proximidade’. Refiro-me à questão de como proporcionar facilidades ou pequenos serviços nas imediações dos bens, por vezes relacionadas com a manutenção do espaço público. São exemplos: as fontes de água potável (fundamentais no verão, por vezes em locais sem nenhum estabelecimento aberto nas proximidades); os espaços ajardinados e o mobiliário urbano, que devem ser melhorados e mantidos; a sinalização turística e cultural, a ser colocada; e a remoção de lixo da via pública. São problemas normalmente resolvidos através do contacto com as Juntas de Freguesia, com as quais os projetos patrimoniais devem manter um diálogo intenso e proativo. Se queremos bens patrimoniais a serem visitados, devemos ter consciência de que as visitas não se cingem ao interior desses bens. Com efeito, os visitantes para lá chegarem percorrem o espaço público, cuja qualidade as instituições patrimoniais devem reivindicar.

A última proposta é relativa à **integração em redes turísticas e patrimoniais**, nacionais e internacionais. Creio ser importante que os projetos de intervenção patrimonial se associem e integrem iniciativas de maior escala, de abrangência nacional e/ou

internacional. É expectável a existência de pontos convergentes. Por exemplo, têm surgido iniciativas em torno do conceito de *roadtrips*, que procuram promover viagens independentes por estradas com forte potencial paisagístico²⁰⁴. Um exemplo bem conhecido é o da iniciática Estrada Nacional 2, que atravessa Portugal continental pelo interior do país e passa nas proximidades de diversos projetos patrimoniais. Certamente, muitos dos bens patrimoniais portugueses não estão apresentados no sítio *online* desta iniciativa, não surgindo, portanto, como pontos de visita assinalados para quem a realiza. Este é o caso de alguns dos núcleos da rede do PVV. Se se percebe que há viajantes motivados para percorrerem esta rota, os projetos patrimoniais devem beneficiar dessas movimentações, desde logo, associando-se às iniciativas dos respetivos canais comunicacionais e remetendo para os seus próprios.

Este modo de operar deve ainda englobar a interação em redes de nível internacional. A Estratégia Turismo 2027 aponta dificuldades de afirmação do destino Portugal e da Europa face à emergência de outros destinos no mercado turístico mundial. Por outro lado, nos pressupostos da Carta de Faro, está incluída a criação de uma cultura europeia coesa. Neste sentido, o envolvimento dos projetos de intervenção patrimonial em redes internacionais é um aspeto fundamental. Esse envolvimento pode ser feito numa lógica pluridisciplinar, fazendo valer os projetos de acordo com os seus diversos patrimónios associados. Por exemplo, no caso do PVV essa integração pode passar pelo envolvimento com iniciativas associadas a temas diversos como a fé e a religião, a arte, o património rural, a paisagem, ou os vinhos, entre outros. Sendo ele próprio um Projeto em rede com diferentes núcleos patrimoniais, pode optar por integrar diversas iniciativas de modo parcial. Por exemplo, pude verificar que em relação a um projeto europeu que divulga turística e culturalmente o património relativo à ordem de Cister, apenas um dos dois Mosteiros cistercienses do PVV integra esta iniciativa.

Conforme é perceptível através da leitura deste capítulo, a informação estrutura-se em ideias chave. Evitou-se a criação de uma listagem de propostas extensa e avulsa. Deste modo, o modelo de intervenção patrimonial apresentado refere diferentes estratégias, agregadas em torno de onze propostas, abrangentes e interrelacionadas.

²⁰⁴ Trata-se de um modo de viajar que ganhou impulso no contexto pós-pandemia Covid19, pelo facto de ser um tipo de viagem centrada na autossuficiência e de pouco contacto social.

Conclusões

Partindo à descoberta de um Projeto turístico e patrimonial sedado no interior do país, este trabalho de investigação envolve importantes problemáticas relativas à defesa e valorização do património. Enquadrando-se no contexto português contemporâneo, aborda temas como a intervenção sobre bens patrimoniais em regiões periféricas e de baixa densidade geográfica, formas e estratégias de atuação sobre esse património e a sua utilização orientada para o turismo, motivada por uma desejável e necessária descentralização dos fluxos turísticos. Em formato de estudo de caso, esta tese procurou compreender a relevância do Projeto Vale do Varosa em prol do desenvolvimento sustentável da região que incorpora os municípios de Lamego e Tarouca. Essa compreensão e análise orientou-se em torno de três ideias centrais. A primeira, efetuar uma análise dos processos desenvolvidos pelo Projeto, tendo em conta as suas relações com as diversas dinâmicas locais. A segunda, dar conta dos contributos deste Projeto enquanto promotor de desenvolvimento sustentável pela consideração das suas intervenções e iniciativas. Em terceiro, tendo por base este estudo de caso, ampliar horizontes e conseguir contribuir para a potenciação deste e de outros projetos através da proposta de um modelo de intervenção patrimonial, cuja elaboração comporta sugestões de múltiplas linhas de ação. Com efeito, estas ideias acabaram por ser convertidas nos três objetivos principais da tese.

Este trabalho resulta também de um processo de investigação consistente, apoiado por um *corpus* teórico sólido e simultaneamente abrangente, capaz de enquadrar os conceitos de património, comunidade, museu, turismo e desenvolvimento. Deste modo, a presente tese começa por apresentar nos Capítulos I e II esse enquadramento teórico. A pesquisa, reflexão e produção escrita destes dois Capítulos permitiu consolidar o aparelho teórico-conceitual, que surge sistematizado no Capítulo IV, no qual se expõe igualmente o modelo de investigação empírica utilizado na tese. Aí enquadra-se a investigação realizada, cuja abordagem qualitativa recorre a diferentes técnicas de recolha de informação, nomeadamente de cariz etnográfico, explicitando com detalhe o processo de trabalho de campo implementado. A apresentação dos resultados desse trabalho de campo ocorre no Capítulo V, onde é feita a análise crítica do caso de estudo com base na interpretação das informações conseguidas. Sendo o último, o Capítulo VI resulta das reflexões efetuadas ao longo de toda a tese, onde materializo a síntese de aspetos a reter

pela conjugação das principais questões teóricas com os dados recolhidos no terreno. O Capítulo VI apresenta, portanto, o modelo de intervenção patrimonial que proponho como o grande contributo da presente tese, cujas orientações visam ajudar a conceção e o planeamento de projetos de intervenção patrimonial diversos.

Tendo esta investigação a sua génese na curiosidade despertada por um ‘estudo de caso’ concreto, importa lembrar que factos relativos ao PVV lhe conferem assinalável complexidade. É de destacar a dimensão do Projeto que abrange cinco núcleos patrimoniais em rede; a sua diversidade em termos de património edificado, que abrange Mosteiros, Ponte e Capela; e o seu modelo de gestão que integra vários núcleos musealizados, articulados com um museu ‘casa-mãe’. Compreender a complexidade deste Projeto foi um exercício fundamental, cuja amplitude justifica o facto do Capítulo III, onde é apresentado o PVV, ser o mais volumoso da tese. Aí são apresentados com detalhe os cinco núcleos da rede visitável, a instituição âncora do Projeto e a gama diversa de atividades desenvolvidas. Nesse capítulo apresenta-se ainda o plano de desenvolvimento proposto pelo PVV aquando da sua conceção. Estruturado entre linhas orientadoras, linhas estratégicas e ações de intervenção, o Projeto Vale do Varosa foi apresentado no ponto 3.5. Concluída a investigação da presente tese é possível um outro olhar sobre os pressupostos internos do Projeto, avaliando até que ponto foram ou não conseguidos. Com efeito, três dos pressupostos – recuperação e musealização do edificado; agregação de bens patrimoniais e constituição de um produto turístico-cultural único; e constituição de uma imagem uniformizada do Projeto – foram percebidos como tendo sido alcançados desde o início da investigação. Efetivamente, quando o Projeto abre em rede e agrega os cinco núcleos fica implícito o necessário cumprimento destas três diretivas. Já outros objetivos da iniciativa revelam mais tímidos resultados, como procuro esclarecer.

A presente investigação não se estruturou tendo como horizonte apenas a verificação do cumprimento, ou do grau de cumprimento, dos objetivos autodefinidos pelo PVV. Ao invés disso, a empiria aplicada baseou-se num quadro teórico-metodológico próprio, centrado em cinco dimensões entendidas como capazes de agregar e sintetizar as diferentes componentes da análise e da avaliação pluridisciplinar que se pretendia realizar. Relembrando, esse quadro empírico considera as intenções propostas pelo PVV, mas também abrange várias linhas de reflexão contemporânea sobre os usos de bens

patrimoniais, às quais o PVV não atende. São todas essas linhas de reflexão que espelham os objetivos da presente tese.

Começando pelo entendimento do PVV enquanto fator potenciador para a criação de uma identidade local, percebeu-se que a patrimonialização daqueles monumentos deu início a uma nova e bem recebida etapa, encarada com entusiasmo pela comunidade local perante movimentações no terreno aquando das intervenções diretas no edificado. Contudo, esse entusiasmo parece ter dado lugar a uma significativa indiferença face ao Projeto pelo não reconhecimento de benefícios significativos por parte da comunidade envolvente. Desse processo de patrimonialização destaca-se o rigor dos processos de intervenção técnica, suportados por prévios e intensivos trabalhos arqueológicos, coordenados pela equipa do PVV e eficazmente documentados. Também fundamentados, e de forma sólida, estão os trabalhos de recuperação e musealização, podendo dizer-se que um dos pontos mais positivos desta iniciativa é a criação de uma base historiográfica de suporte ao futuro dos bens patrimoniais que engloba. Contudo, esse trabalho técnico e moroso parece ser menos reconhecido pela comunidade local, sendo sobretudo valorizado pela comunidade científica. Também esse trabalho revela uma preocupação com a materialidade, pese embora compreensível num Projeto em fase de implementação e solidificação, fundado efetivamente em bens edificados e nas suas componentes materiais. Mas, reflete uma visão ultrapassada de património: a comunicação do Projeto privilegia de forma muito evidente componentes e intervenções materiais, diretamente relacionáveis a esses patrimónios construídos.

Efetivamente, a identidade cultural do território não encontra no PVV um palco para a sua difusão e valorização. Verifica-se um desprendimento entre o PVV e a paisagem envolvente, no que diz respeito à criação de iniciativas para reconhecimento desta, para impulso à sua valorização ou para exercício de um maior poder de influência sobre projetos de intervenção no território. Esse desprendimento torna-se um ponto bastante negativo, sobretudo se pensarmos que na sua terminologia o Projeto alude a todo um Vale, o do Varosa. Efetivamente, existe uma comunicação autocentrada, restringindo-se a mensagem patrimonial do PVV sobretudo aos seus bens monumentais e a vivências passadas nos interiores dos mesmos. Relembre-se que, na conceção do Projeto, algumas das ações estratégicas manifestavam a intenção de promoverem atividades exteriores centradas na paisagem, orientadas pela importância da preservação das espécies naturais regionais. Contudo, são pressupostos por cumprir. As atividades do horto monástico em

São João de Tarouca são as únicas que se enquadram neste contexto, não tendo havido de forma direta ou indireta a referida criação de roteiros históricos temáticos, nem de roteiros pedestres por parte do Projeto.

Um ponto forte deste Projeto é o seu reconhecimento pela comunidade mais próxima: esta é unânime ao salientar a sua relevância em termos de valorização do património do território e sua projeção no mercado turístico e cultural. A população destaca ainda de forma deliberada a associação do PVV ao Museu de Lamego e ao seu município como pontos fortes, em termos de centralidade do Projeto. Porém, é essa mesma comunidade, a vários níveis, que não consegue articular soluções no sentido de se resolverem constrangimentos que afetam a gestão e o usufruto destes bens patrimoniais – focaram-se exemplos que envolvem as paróquias locais, como a posse de partes dos monumentos e a manutenção de constrangimentos no acesso aos mesmos; que envolvem as juntas de freguesia, com as intervenções ao redor dos monumentos decididas de forma unilateral; e que envolvem as autarquias, que puxam para si o protagonismo de iniciativas como o Caminhos dos Monges e que suportam emprego público precário associado aos monumentos, direta e indiretamente. Ficou evidente que se trata de um Projeto que veio agitar noções de poder, com as instituições mais preocupadas a gerir o que lhes compete sem aludirem a enquadramentos globais e problemas comuns. Por outro lado, a relação com o tecido empresarial local reflete condicionantes que resultam de um Projeto em gestão centralizada, não havendo autonomia por parte da direção executiva para a criação de parcerias com as empresas locais.

No que diz respeito ao enquadramento do Projeto à luz dos pressupostos do movimento da Nova Museologia (NM), foi possível perceber que a musealização dos espaços padece de algumas fragilidades. Uma das grandes debilidades será a incipiente ligação com a comunidade, um dos focos centrais das práticas museológicas contemporâneas. Isto deve-se à ausência de atividades baseadas em processos de consulta comunitária, ações de curadoria coparticipada ou ações de voluntariado, importantes na solidificação das relações entre instituições culturais e comunidades. Neste sentido, é importante dizer que a flagrante apatia social veiculada pelas associações locais revela responsabilidades partilhadas neste contexto: os movimentos associativos parecem não perceber o potencial do PVV enquanto espaço de oportunidades para estes representarem as suas próprias expressões culturais. Outra fragilidade diz respeito às soluções criadas em termos de musealização dos bens patrimoniais da rede visitável. Por um lado, predomina material

expositivo em formato impresso que apresenta texto e imagens. Será importante associar componentes multimédia para enriquecimento da experiência museal, bem como recuperar os poucos equipamentos existentes enquadráveis nesta categoria, entretanto fora de funcionamento. Também a documentação fornecida ao visitante precisa de ser melhorada, pois não é padronizada em termos de formato e raramente está disponível em línguas estrangeiras, aspeto que se prolonga na comunicação online.

Todavia, existem aspetos a destacar pela positiva. Com efeito, é nas atividades promovidas nos diferentes bens patrimoniais da rede que outras ideias defendidas pelo movimento da NM se encontram refletidas. Por exemplo, a defendida interdisciplinaridade, claramente patente numa agenda de eventos de tipologia diversa. Já salientei que estes eventos abordam diversos e pertinentes temas. É também através dos eventos realizados que se reflete de forma mais positiva a premissa do PVV trabalhar para as comunidades próximas, oferecendo-lhes a possibilidade de usufruírem de iniciativas culturais que, de outro modo, não existiriam neste território. Portanto, é nesse compromisso de contribuição para a formação de públicos mais críticos e conscientes, através da participação em eventos culturais, que se destaca o trabalho do PVV em torno da comunidade. Reflete-se também neste contexto a preocupação de se incorporar uma política de cidadania cultural no território, em eventos que, destaque-se, são maioritariamente de acesso gratuito. Muita positiva é igualmente o recurso às parcerias com artistas, aos quais é dada abertura para a sua conceção criativa, em que o PVV surge como palco para as várias criações apresentadas.

Face aos constrangimentos existentes e ao incipiente envolvimento com os diferentes *stakeholders* locais, ao PVV escapa-lhe um potencial detido em termos de fomento a um turismo mais inclusivo, que se reflita em maiores benefícios para as populações. Com efeito, para a existência de um crescimento económico apoiado no turismo local seria preciso a união de esforços entre diferentes intervenientes do setor. Contudo, verificou-se: uma fraca adesão das empresas de animação turística na conceção e oferta de experiências que envolvam o Projeto; um declínio recente do protagonismo do Projeto enquanto elemento principal dos itinerários propostos pelos operadores turísticos; ao nível da promoção e marketing regionais, há evidentes falhas na promoção das iniciativas junto da generalidade dos alojamentos turísticos; também se verificaram lacunas em termos da sua comunicação em espaços de receção a visitantes, coordenados pela região de turismo, cujas melhorias deveriam ser reivindicadas pelo PVV.

Frisei como a qualidade dos projetos turísticos atuais tem sido avaliada também pela oferta de soluções de experiências inovadoras. Por exemplo, conseguidas pelo seu enquadramento em modelos de turismo temático, valorizados pelo mercado por se diferenciarem da generalidade da restante oferta. Neste caso, o PVV tem-se consolidado eficazmente em torno dos temas associados à ideia de ‘território histórico’. Já para se destacar em termos de turismo criativo, este Projeto precisaria de apostar em estratégias de imersividade e interatividade, bem como refletir mais os valores patrimoniais do território, impulsionando a visita à sua envolvência para enriquecimento da experiência turística dos visitantes, o que também poderia envolver contacto com as comunidades locais. Com efeito, a investigação enquadrou diversos elementos de valor nas paisagens em redor dos bens edificados, aparentemente ignorados. Ainda no que respeita ao fator da qualidade da oferta turística, há aspetos a melhorar que condicionam a experiência dos visitantes. Foram apontadas diversas lacunas no que respeita à falta de estruturas de apoio à receção de visitantes, nomeadamente em termos de soluções que valorizem um turismo acessível, soluções praticamente inexistentes no PVV.

No que respeita ao Projeto enquanto âncora para o desenvolvimento sustentável do território, percebeu-se que limitações já referidas, como a falta de conexão com a comunidade, resultam da existência de um modelo patrimonial demasiado autocentrado. Esse desprendimento em relação a várias dimensões do território não favorece o desejado desenvolvimento. Com efeito, parece aqui existir um *modus operandi* comum a muitos projetos de intervenção turística e patrimonial do interior do país: gastam-se verbas, abrem-se espaços, mas depois atribui-se ao mercado turístico a responsabilidade da chegada dos fluxos. Efetivamente, refere-se nas intenções a potenciação da exploração direta por parte dos operadores turísticos, que é facilitada com a instalação de centros de acolhimento, interpretação e venda de bilhetes nos vários núcleos da rede visitável. Porém, falha um trabalho de maior comunicação e cooperação com esses agentes do turismo e não só.

Apontaram-se diferentes exemplos de falta de cooperação, sendo que se atribui ao PVV um papel importante na resolução de questões diversas. Por exemplo, na divulgação de bens e serviços turísticos existentes na sua proximidade, algo que poderia fazer e ter reciprocidade. Outra via a considerar seria a valorização das profissões turísticas, nomeadamente profissões de contacto direto com o público, uma classe desmotivada e pouco conhecedora sobre o Projeto. As dificuldades de mobilidade no território eram

também muitas, apesar da simples resolução possibilitada pela criação de empresas de animação turística. A desorganização e falta de profissionalização de setores importantes como o artesanato, faceta importante da cultura local, deveria ser revigorada. A falta de vigor de outras instituições culturais locais poderia ser combatida e atenuada, por exemplo, através da expansão das atividades do Projeto para o espaço dessas instituições (nomeadamente em Tarouca, para descentralização da oferta cultural no território). Deverá ainda ser resolvida a falta de comunicação visual do PVV em diferentes espaços âncora do território. Finalmente, precisa ser combatida a desassociação face a outras iniciativas de cariz turístico-patrimonial, nacionais e internacionais, um claro desaproveitar de oportunidades. Posto isto, é legítimo dizer que a intenção do PVV de potenciar a retenção de visitantes, para benefício da economia local carece de ações mais dinâmicas, diversas e permanentes, para lá da existência dos cinco espaços abertos à espera de visitantes.

Sintetizadas as conclusões da análise empírica, torna-se possível vislumbrar uma resposta para a questão de partida da investigação. Seria incongruente afirmar que o PVV é um motor de desenvolvimento sustentável para a região onde se situa. Porém, é inegável que se apresenta como uma iniciativa que trouxe benefícios inegáveis para o território, os quais passam pela recuperação de bens patrimoniais, que se encontravam devolutos e/ou semidestruídos, e pelo caráter científico desse trabalho, bem documentado para criação de uma base historiográfica importante. Também é inegável que o Projeto veio enriquecer a oferta patrimonial local, ativando a memória comunitária e possibilitando o reforço da atividade turística no território. Sobre a utilização que tem sido dada a esse património, existem aspetos nos quais o PVV se destaca pela positiva. Surgem essencialmente associados aos eventos que promove; a forma como se tem vindo a afirmar enquanto palco para a cultura, com uma agenda regular e dinâmica de espetáculos culturais é exemplar e vai ao encontro de uma filosofia de instituição cultural alinhada com os pressupostos da cidadania cultural. A forma como tem gerido relações de parceria com a comunidade artística para permitir a existência desses eventos é também notável, tal como é de notar a riqueza e variedade dos temas apresentados. Contudo, todo o potencial para o desenvolvimento está ainda refém de constrangimentos, devidamente expostos e que não importará repetir.

Em suma, é um caso de estudo que nos permite generalizar. Este e outros projetos patrimoniais localizados em zonas periféricas, para se tornarem ‘motores’ de

desenvolvimento, precisariam essencialmente de ativar a sua influência sob os diversos *stakeholders*. Essa ativação só será possível pela adoção de um novo modelo de intervenção, mais conectado com o território envolvente, com a comunidade e com as instituições, potenciando as valências desse território e combatendo os seus constrangimentos.

As propostas de intervenção apresentadas no último capítulo podem ajudar também o PVV a repensar o seu modelo de intervenção. De facto, as propostas apresentadas beneficiam das reflexões efetuadas por uma investigação onde este Projeto foi um caso de estudo, porém, foram concebidas em panorama alargado, tendo em vista a sua aplicação a outros projetos. Com efeito, o resultado das principais discussões em torno do universo dos museus tem-se traduzido muitas vezes, na apresentação de guias, documentos que procuram orientar as intervenções das instituições. Saliento, por exemplo, a recente publicação *Cultura e Desenvolvimento Local: Maximizar o Impacto – Um Guia para a Administração Local, Comunidades e Museus (2023)*, desenvolvida conjuntamente pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), pelo ICOM e pelo ICOM Portugal. Trata-se de um documento que visa orientar a definição de agendas conjuntas de desenvolvimento, envolvendo as administrações locais, os museus e as comunidades. Neste sentido, posso afirmar que esta tese está alinhada com as indagações mais recentes surgidas no seio das grandes instituições da museologia: também apresenta propostas de intervenção, que igualmente servem de guia para a ativação do papel das instituições enquanto verdadeiros motores envolvidos no desenvolvimento sustentável dos territórios.

Creio que esta tese possui relevância em quatro aspetos fundamentais. O primeiro, por conseguir de forma consistente e em perspetiva progressiva, elaborar um panorama dos diferentes conceitos teóricos que suportam a investigação. O segundo, por criar um modelo de investigação empírica multidisciplinar que, apesar de reconhecidas dificuldades na separação de ideias em constante interseção, procurou desenvolver uma análise ao encontro de uma visão global e holística. O terceiro, por ter o mérito de escolher um caso de estudo localizado no interior do país, apontando o necessário escrutínio relativo à implementação deste tipo de projetos, posicionando-os sobretudo enquanto elementos estruturantes para o necessário desenvolvimento regional e para o combate às vincadas assimetrias regionais do nosso país. Por último, por querer dar o seu contributo à potenciação dessas iniciativas, apresentando um modelo de intervenção patrimonial que

se traduz em propostas pertinentes, que conseguem agregar várias dimensões importantes, alinhadas com as principais considerações atuais no que respeita à utilização do património cultural.

Bibliografia

A

Almada, J. (2018). *O Turismo no Período da Mundialização Cosmopolita*. Revista Geotemas Nº8. P.79-99. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. [Consult. 01.01.2022] Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33237/geotemas.v8i2.3176>

Almeida, A. (2012). *Epistemologia do conhecimento em Michel Foucault: os museus e as suas coleções*. Ensaios e Práticas em Museologia. Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP, 2012, vol. 2, pp. 37-56.

Almeida, I. & Abranja, N. (2009). *Turismo e Sustentabilidade*. Cogitur – Journal of tourism studies, N.2. P.15-31.

Agustí, L. (2003) - *Turismo Cultural: una reflexión desde la ciencia económica*. Análises, portal Iberico Americano de Gestion Cultural. [Consult. 15 mai. 2019]. Disponível em: <http://www.gestioncultural.com>

Amaral, M. (2014). *A cooperação entre os atores no turismo: Uma perspectiva interorganizacional e intersectorial*. Revista Turismo e Desenvolvimento. N.21/22. P.49-60

Assembleia da República (2001) - *Lei de Bases do Património Cultural*. Decreto-Lei Nº. 107-2001 de 08 de setembro. Diário da República N. 209/2001, Série I-A de 2001-09-08. Lisboa

Associação de Municípios Portugueses do Vinho (2022). *Rede das Aldeias Vinhateiras de Portugal*. [Consult. 27.08.2022] Disponível em: <http://ampv.pt/projetos/#2>

Associações Culturais e Sociais - Câmara Municipal de Tarouca (2018). [Consult.01.01.2023]. Disponível em: <https://www.cm-tarouca.pt/pages/165>

Ashworth, G. & Voogdt, H. (1991). *Can places be sold for tourism*. In Ashworth, G. J. e Goodall, B. (Ed.), *Marketing Tourism Places*. London: Routledge.

Asworth, G. (1994). *Building a New Heritage: Tourism, Culture, and Identity in the New Europe*. London. Routledge Ed.

Allard, M. & Boucher, S. (1998). *Éduquer au Musée: un modèle théorique de pédagogie muséale*. Hurtubise, Montreal

Alojamento - Município Lamego (2018). [Consult.01.01.2023]. Disponível em: [Município de Lamego - Alojamento \(cm-lamego.pt\)](http://Município de Lamego - Alojamento (cm-lamego.pt))

Alojamento Turístico - Sistema de Informação Geográfica do Turismo (2018). [Consult.01.01.2023]. Disponível em: <https://sigtur.turismodeportugal.pt/>

Aydalot, P. (1985). *Économie Régionale et Urbaine*. Paris: Éditions Economica.

Azevedo, N. (2014). *Políticas Culturais turismo e desenvolvimento local na Área Metropolitana do Porto. Fragmentos de um estudo de caso (1980-2001)*. Uma Panorâmica Europeia. Porto: Edições Afrontamento. ISBN 978-972-36-1356-8

B

Bailey, K. (1994). *Methods of Social Research* (4th Edition). New York: The Free Press.

Bauer, J. (2014). *A Construção de um Discurso Expográfico: Museu Irmão Luiz Godofredo Gartner*. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. Tese de Mestrado. [Consult. 06.07.2021]. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/121979>

Barcadouro (2023). *Cruzeiros 2023 Rio Douro* (p.22/23). [Consult. 01.09.2023]. Disponível em: https://cdn.optigest.net/barcadouro/mig_image/brochura_2020_6.pdf

Barreto, M. (2005). *Planejamento Responsável do Turismo*. Campinas: Papirus.

Beck, L. & Cable, T. (2002). *Interpretation for the 21th Century: fifteen guiding principles for interpreting nature and culture* (2a ed.). United States of America: Sagamore Publishing.

Bennett, T. (1995). *The Birth of Museum: History, Theory, Politics*. Routledge Ed. [Consult. 10.01.2020]. Disponível em: http://digitalcuration.umaine.edu/resources/bennett_political_rationality_museum.pdf

Bispo, L. (2014). *Em busca do turismo com as cores do lugar: A educação patrimonial como instrumento de apropriação para o turismo de base local*. Universidade de Aveiro. Revista Turismo e Desenvolvimento. N.21-22 [Consult. 05.01.2022] Disponível em: www.ua.pt/file/34771

Bramwell, B. (Ed.). (2014). *Local participation in community tourism: a critical and relational assessment*. Chichester: John Wiley & Sons, Ltd.

Boutros-Ghali, B. (1995). *An agenda for development, 1995: with related UN documents*. New York: United Nations, Dept. of Public Information.

Boniface, P. (1996). *Managing Quality Cultural Tourism*. Routledge, London

Buhalis, D. & Costa, C. (2006). *Tourism business frontiers: Consumers, products and industry*. Amsterdam: Butterworth-Heinemann

Byrd, E., Bosley, H. & Dronberger, M. (2009). *Comparisons of stakeholder perceptions of tourism impacts in rural eastern North Carolina*. *Tourism Management*, 30(5), 693-703.

C

Cadavez, C. (2019). *Turismo – inovação e sustentabilidade sociais e comunitárias: os casos da Mouraria e do Bairro Padre Cruz, em Lisboa*. In P.V. Matos, J.D. Lopes & C.F. Muyder (Eds.), *Inovação Social, casos na Comunidade de Países de Língua Portuguesa* (pp.34-50). Almedina.

Camacho, C. (2015). *Redes de Museus e Credenciação – Uma Panorâmica Europeia*. Lisboa. Edições Caleidoscópio. ISBN978-989-658-337-8

Canclini, N. (2000). *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp

Capello, R. & Nijkam, P. (2009). *Revisar teorias de desenvolvimento regional*. In Costa, J. e Nijkamp, P. (Coord.), *Compêndio de Economia Regional - teoria, temáticas e políticas* (V. I, 287-317). Cascais, PT: Princípi

Carter, R., Thok, S., O'Rourke, V., & Pearce, T. (2015). *Sustainable tourism and its use as a development strategy in Cambodia: a systematic literature review*. *Journal of Sustainable Tourism*, 23(5), 797-818.

Carmo, H. (2001). *A atualidade do desenvolvimento comunitário como estratégia de intervenção social*. In Actas da 1ª Conferência sobre desenvolvimento comunitário e saúde mental. Lisboa: ISPA, 2001, p. 1-28. [Consult. 10 dez. 2014]. Disponível em <http://repositorioaberto.uab.pt/handle/10400.2/1853>

Carvalho, A. & Rodrigues, M. (2018). *FAP no Bairro: uma lógica de desenvolvimento comunitário no Bairro do Carriçal* [Em linha]. In IS Working Papers, 3ª série, nº. 63. Instituto de Sociologia da Universidade do Porto. [Consult. 03.05.2019]. Disponível em: <http://isociologia.up.pt/pt-pt/working-paper>

Carvalho, A. (2011). *Os Museus e o Património Cultural Imaterial – Estratégias para o desenvolvimento de boas práticas*. Edições Colibri. Lisboa. ISBN 978-989-689-169-5

Carvalho, A. (2016). *Introdução: Perspetivas sobre Projectos Participativos nas Instituições Culturais*; CARVALHO, Ana (Coord.); Participação: Partilhando a Responsabilidade. Edição Acesso Cultura. ISBN: 978-989-20-6617-2

Carvalho, A. & Falanga, R. (2016). *Política à Partilha de Autoridade no Campo dos Museus e do Património*; CARVALHO, Ana (Coord.); Participação: Partilhando a Responsabilidade. Edição Acesso Cultura. ISBN: 978-989-20-6617-2

Carvalho, P. (2005). *Património Cultural, Ordenamento e Desenvolvimento: Uma nova Visão e Valorização do Território*. Centro de Estudos Geográficos/FLUC. Cadernos de Geografia. P. 209-266

Carvalho, P. (2010). *Turismo Cultural, Património e Políticas Públicas em Territórios Rurais de Baixa Densidade: Eixos Vertebrados de Revitalização e de Construção de Novas Identidades*; POÇAS, Maria da Graça (Org.); *Turismo Cultural, Territórios e Identidades*; Edições Afrontamento. Porto

Carvalho, R. & Marques, T. (2019). *A evolução do conceito de paisagem cultural*. Revista de Geografia e Ordenamento do Território (GOT), n.º 16. Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 81-98 [Consult. 04 mar 2018]. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/pdf/got/n16/n16a05.pdf>

Castro, A. S. (2013). *A Paisagem Monástica no Vale do Varosa: o Caso dos Mosteiros Cistercienses de St.ª Maria de Salzedas e S. João de Tarouca*. CEM Cultura, Espaço & Memória: Revista N.º 4 do CITCEM. p25-49.

Castro, A.S. & Sebastian, L. (2009). *A implantação monástica no Vale do Varosa: o caso do Mosteiro de S. João de Tarouca*. Revista Oppidium n.º 3. Câmara Municipal de Lousada. Lousada

Castro, A.S. & Sebastian, L. (2002). *A intervenção arqueológica no mosteiro de S. João de Tarouca: 1998-2001*. Estudos/Património n.º 2. IPPAR – Departamento de Estudos. p.33-42. Lisboa

Castro, A. S. (2014). *Os Mosteiro de Santa Maria de Salzedas: da fundação à extinção – Vale do Varosa – Direção Regional da Cultura do Norte*. Lamego. 2014. ISBN 978-989-98708-2-6

Chizzotti, A. (1991). *Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais*, São Paulo: Cortez

Choay, F. (2017). *Alegoria do Património* (Teresa Castro, trad.). Lisboa: Edições 70. ISBN 978-972-44-1474-0

Chuva, M. (2020). *Patrimônio Cultural em perspectiva decolonial: historiando concepções e práticas*. In Alice Duarte (ed.), *Seminários DEP/FLUP*, v.1. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras/DCTP, p. 16-35. [Consult. 06.07.2021]. Disponível em: <https://doi.org/10.21747/9789898969682/seminariosv1a1>

Clarke, J. (1997). *A framework of approaches to sustainable tourism*. *Journal of Sustainable Tourism*, 5 (3), 224-233

Clifford, J. (1997). *Museum as Contact Zone*. In Clifford, James - *Routes: Travel and Translation in the Late Twentieth Century*. Harvard University Press. Pp. 188-220

Colantuono, A. (2015). *O Processo Histórico da Atividade Turística Mundial e Nacional*. Cadernos da FUCAMP. Consult. 10.01.2020]. Disponível em: <http://www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/view/532>

Conselho da Europa (2005). *Convenção de Faro*. [Consult. 10.01.2020]. Disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/ConvencaodeFaro.pdf>

Conselho da Europa (2000). *Convenção Europeia da Paisagem*. [Consult. 10.01.2020]. Disponível em: <https://rm.coe.int/16802f3fb7>

Congro, C. R. (2005). *Análise do perfil e da satisfação dos turistas da cidade de Corumbá (MS) visando à adequação dos empreendimentos turísticos da região*. Balneário Camboriú: Universidade do Vale do Itajaí – Univali.

Coriolano, L. N., & Lima, L. C. (Eds.). (2005). *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: EDUECE.

Cooper, C., Fletcher, J., Fyall, A., Gilbert, D. & Wanhill, S. (2008). *Turismo -princípios e práticas* (3.^a ed.). Brasil: Bookman.

Costa, C. (Ed.). (2014). *Gestão Estratégica do Turismo: Evolução Epistemológica dos Modelos e Paradigmas, e Tendências para o Futuro* (Vol. I). Lisboa: Escolar Editora

Costa; Jorge, et al. (2001) – *Tendências Internacionais em Turismo*. Lisboa: LIDEL Edições Técnicas.

Costa, C. (2018). *Estratégias de Desenvolvimento Sustentado para o Turismo Cultural e Patrimonial: O Caso do Turismo Urbano*. Comunicação oral apresentada no Seminário Património, Turismo e Desenvolvimento Sustentável. Porto

Coxall, H. (2006). *Open Minds: Inclusive Practice*. In Hugh H. Genoways (ed.), *Museum Philosophy for the Twenty-First Century*. Lanham: Altamira Press, p 139-149

Crane, S. (2000). *Museum and Memory*, Sanford: Sanford University Press.

Cristóvão, A. & Medeiros, V. (2010). *Aldeias Vinhateiras: Requalificação Urbana, Turismo e Desenvolvimento Local no Douro*. PASOS: Revista de Turismo y Património Cultural. [Consult. 27.08.2022] Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/266038854_Aldeias_Vinhateiras_Requalificacao_Urbana_Turismo_e_Developolvimento_Local_no_Douro

Crooke, E. (2006). *Museums and community*; MACDONALD, Sharon (Edit.); A companion to museum studies; Blackwell Publishing

Crosby, A. & Prato, N. (2009). *Fundamentos y retos del turismo rural*. In A. Crosby (Ed.), *Re-inventando el turismo rural – Gestión y desarrollo*. Barcelona: Laertes.

Cunha, L. (2001). *Introdução ao Turismo*. Verbo Editora. Lisboa

Cunha, L. (2017). *Turismo e Desenvolvimento: Realidades e Perspetivas* (1ª Ed.). Lisboa

Choi, H. & Murray, I. (2010). *Resident Attitudes Toward Sustainable Community Tourism*. *Journal of Sustainable Tourism* - J SUSTAIN TOUR. 18. 575-594. 10.1080/09669580903524852.

D

Dalonso, Y. (2010). *Os museus como atrativos turísticos nas localidades*. Universidade de Aveiro. Revista Turismo e Desenvolvimento. N.13/14

Dallen, T. (2018). *Cultural Heritage and Tourism: An Introduction*. Channel View Publications

Dias, D. (2018, abril). *Rede das Aldeias Históricas*. Comunicação oral apresentada no Seminário Património, Turismo e Desenvolvimento Sustentável. Porto

De Almeida, F. M. (2021). *O Conceito de Lazer: uma análise crítica*. *Novos Rumos Sociológicos*, 9(16), 206-229.

Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (1994). *Handbook of qualitative research*. Thousand Oaks, CA: SAGE.

Duarte, A. (2009). *O Desafio de Não Ficarmos Pela Preservação do Património Cultural Imaterial*. Atas do I Seminário de Investigação em Museologia dos Países de Língua Portuguesa e Espanhola, Volume 1, pp. 41-6 [Consult. 04 mar 2018]. Disponível em <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/8108.pdf>

Duarte, A. (2012). *Museu e Desenvolvimento Local: O Museu como Instrumento de Internacionalização da Cultura Local*. Series Iberoamericanas de Museología. Vol. 3. [Consult. 20 mar 2018]. Disponível em:

https://repositorio.uam.es/bitstream/handle/1domingues0486/11507/57110_9.pdf?sequence=1

Duarte, A. (2013). *Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora*. Revista Museologia e Património. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro; MAST. Vol.6.Nº. 1 [Consult. 20 mar 2018]. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/143404132.pdf>

Domingues; C. (1990). *Dicionário Técnico de Turismo*. Edições Dom Quixote. Lisboa. ISBN 9789722007672

Douglas, N. et al R. (2001). *Special interest tourism*. Milton: John Wiley & Sons Australia, Ltd

Dredge, D. (2006). *Policy networks and the local organisation of tourism*. *Tourism Management*, 27(2), 269-280.

Dredge, D. & Jamal, T. (2015). *Progress in tourism planning and policy: A post-structural perspective on knowledge production*. *Tourism Management*, 51, 285-297.

Durašević, S. (2014). *Thematic tourism as an important segment in the business of modern tour operators*. Belgrade International Tourism Conference, 13, pp. 109-117. Belgrado. [Consult. em 01.01.2022] Disponível em: <http://scindeks-clanci.ceon.rs/data/pdf/0354-3099/2014/0354-30991413109D.pdf>

E

Eusébio, M. (2006). *Avaliação do impacto económico do turismo a nível regional – o caso da Região Centro de Portugal*. Tese de Doutoramento, Universidade de Aveiro

Equipamento, estruturas e atividades turísticas - Sistema de Informação Geográfica do Turismo (2018). [Consult.01.01.2023] Disponível em: sigtur.turismodeportugal.pt/

Estatísticas - PORDATA (2023). *Base de Dados de Portugal Contemporâneo*. [Consult.01.01.2023]. Disponível em: www.pordata.pt

F

Falcão, A. (2015). *Convento de Santo António de Ferreirim - Guião Para Visitas Orientadas*. Vale do Varosa. Lamego. 2015

Falk, J.; Dierking, L. (2000). *Learning from Museums: Visitor Experiences and the Making of Meaning*. Ed. Rowman & Littlefield

Fernandes, C. (2012). *The role of local networking in facilitating community tourism development*. Tourism & Management Studies, 1020-1024. [Consult. 01.01.2022] Disponível em: <http://tmstudies.net/index.php/ectms/article/viewFile/270/406>

Fernandes, D. (1991). *Notas sobre os Paradigmas de Investigação em Educação*. [Consult. 04 mar 2018]. Disponível em <http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/ichagas/mi2/fernandes.pdf>

Ferreira, A. e Costa, C. (2005). *Centros Históricos e Turismo. O perfil Cultural dos Novos Turistas que visitaram o Centro Histórico de Faro em 2001*. Revista encontros científicos. Turismo, gestão e fiscalidade, 1: 28-46.

Ferreira, D. (2013). *Gestão e Qualidade em Museus*. Ensaaios e Práticas em Museologia. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, DCTP, 2013, vol. 3, p. 26-39. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11607.pdf>

Figueira, L. M. (2013). *Manual para elaboração de roteiros de turismo cultural*. Tomar: Instituto Politécnico de Tomar. [Consult. 01.01.2022] Disponível em: http://www.cespoga.ipt.pt/new/wpcontent/uploads/2013/03/Manual_Roteiros_CESPOG_A2013.pdf

Firmino, M. B. (2007). *Turismo - Organização e Gestão*. Lisboa, PT: Escolar Editora.

Fonseca, A. (2008). *Valoração e Procura de Património Cultural: O Museu de Lamego*. Vila Real: Universidade de Trás os Montes e Alto Douro. Tese de Mestrado

Freeman, R. E (1994). *The politics of stakeholder theory: Some future directions*. Business Ethics Quarterly, v.4, p. 409-422.

Funari, P; Pelegrini, S. (2006). *Patrimônio Histórico e Cultural*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Fox, D. J. (1987). *El Proceso de Investigación en Educación*, Pamplona: Editora Universidade de Navarra

G

Galla, A. (2008). *The “First Voice in Heritage Conservation*. International Journal of Intangible Heritage, 3: 10-25

Gannon, C., Lynch, P. & Harrington, D. (2010). *Framework for enhancing competitiveness in culture and heritage organisations in the irish tourism industry*. Waterford: Waterford Institute of Technology.

García-Delgado, F. J., Martínez-Puche, A., & Lois-González, R. C. (2020). *Património, turismo e desenvolvimento local em espaços rurais periféricos: Mértola (Baixo Alentejo, Portugal)*. *Sustentabilidade*, 12(21), 9157.

Geraldes, E. (2004). *Património Ambiental Urbano: Atualizando o conceito para um turismo urbano possível*. *Revista UNIBERO de Turismo e Hotelaria* [Consult. 06.07.2021]. Disponível em: https://www.academia.edu/8380837/PATRIMÔNIO_AMBIENTAL_URBANO_ATUALIZANDO_O_CONCEITO_PARA_UM_TURISMO_URBANO_POSSÍVEL

Getz, D. (1987). *Tourism planning and research: traditions, models and futures*. Atas do Australian Travel Research Workshop, Bunbury, Western Australia, 407-448.

Girard, L; Nijkamp, P (2016). *Cultural Tourism and Sustainable Local Development*. Routledge

Godoy, K.E., Moretoni, M.M. (2017). *Aumento de público em museus: a visitação turística como realidade controversa*. *Caderno Virtual de Turismo* 17(2), 133–147. [Consult. 01.01.2022] Disponível em: <https://travelbi.turismodeportugal.pt/alojamento/dormidas-por-nutsiii-dashboard/>

Gomez, R. (2002). *Patrimonio Cultural y Turismo*. Portal informativo de Salta. [Consult. 04 mar 2018]. Disponível em <http://www.camdipsalta.gov.ar/INFSALTA/patricul.htm>

Gonçalves, A. (2005). *Turismo Cultural, um complemento ao sol e praia*, *Revista de Turismo e Desenvolvimento*, vol. II, 2, 45-60.

Guillaume, M. (2003). *A política do património*. (Joana Caspurro trad.). Porto: Campo das Letras. 1ª ed.

Guimarães, E. 2013. O Museu como Fator de Desenvolvimento Regional: O Impacto Económico do Museu. *Ensaio e Práticas em Museologia*. Porto, Universidade do Porto, Faculdade de Letras, DCTP, 2013, vol. 3, p. 40-53. [Consult. 01.01.2022] Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/11607.pdf>

Guimarães, R. (2006). *A comunidade do comunitário: a apropriação da noção de comunitário na sociedade mediatizada*. Universidade Federal de Santa Maria. Artigo de Especialização. [Consult. 01.01.2022] Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/1912>

Gursoy, D., Jurowski, C. & Uysal, M. (2002). *Resident attitudes: A structural modeling approach*. *Annals of Tourism Research*, 29 (1), 79-105.

Gunn, C. A. & Var, T. (2002). *Tourism planning: basics, concepts, cases*. 4ª edição. London: Routledge

Guerreiro, M., Mendes, J., Pinto, P. & Silva, J. (2008). *Análise da Satisfação dos Residentes com o Turismo: o caso de uma área-destino no Algarve, Portugal*. *Revista Turismo em Análise*. N.19.

G20 (2019). *G20 Osaka Leaders' Declaration*. [Consult. 01.11.2021] Disponível em: www.consilium.europa.eu/media/40124/final_g20_osaka_leaders_declaration.pdf

H

Hall, C. M. (2011). *Policy learning and policy failure in sustainable tourism governance: from first-and second-order to third-order change?*. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(4-5), 649-671.

Ham, S. (2016). *Interpretation: Making a difference on purpose*. Fulcrum publishing.

Hatipoglu, B., Alvarez, M. D., & Ertuna, B. (2016). *Barriers to stakeholder involvement in the planning of sustainable tourism: the case of the Thrace region in Turkey*. *Journal of Cleaner Production*, 111, 306-317.

Harill, R. (2004). *Residents' Attitudes toward Tourism Development: A Literature Review with Implication for Tourism Planning*. *Journal of Planning Literature*, 18 (3), 251-266

Harrison, R. (2013). *Heritage: Critical Approaches*. London: Routledge.

Hees, L. (2018). *Interpretar a Paisagem: Proposta de um Centro Interpretativo para a Sede de Petrópolis do Parque Nacional da Serra dos Órgãos*. Tese de Mestrado em Museologia. Faculdade de Letras da Universidade do Porto

Henriques, C. (2003). *Turismo, Cidade e Cultura – Planeamento e Gestão Sustentável*. Lisboa: Edições Sílabo.

Hernández, B.; Tresseras, J. (2005). *Gestión del patrimonio cultural*. Barcelona: Ariel.

Hoelscher, S. (2006). *Heritage*; MACDONALD, Sharon (Edit.); *A companion to museum studies*; Blackwell Publishing

Hooper-Grenhill, E. (1996). *Museums and their visitors*. London; New York: Routledge.

Huyssen, A. (1995). *Twilight memories. Making time in a culture of amnesia*. Londres: Routledge

I

INE (2019). *Estatísticas da Cultura – 2018*. INE. Lisboa. [Consult. 06.03.2021]
Disponível em: www.ine.pt

Inskeep, E. (1994). *National and Regional Tourism Planning*. London: Routledge

ICOM Itália (2014). *Carta de Siena*. [Consult. 04 mar 2018]. Disponível em icom.museum/fileadmin/user_upload/pdf/News/Carta_di_Siena_IT_final.pdf

ICOM Portugal (2004). *Código de Ética do ICOM para Museus*. [Consult. 02 dez .2017]. Disponível em icom-portugal.org/multimedia/File/Cdigo%20tica%20-%202007%20-%20verso%20final%20pt.pdf

ICOMOS (2004). *Carta Ename para a Interpretação de Sítios Patrimoniais Culturais*. Québec, ICOMOS

ICOMOS (1999). *Carta Internacional do Turismo Cultural*. Cidade do México [Consult. 02 dez .2017]. Disponível em www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartaintsobreturismocultural1999.pdf

Istriyani, R. (2021). Consuming Leisure Time. *Journal of Contemporary Sociological*

J

Janeirinho, R. (2013). *Estratégias museológicas participativas: refletindo e atuando em Sociomuseologia*. Cadernos de Sociomuseologia (volume 46). Edições Universitárias Lusófonas. ISSN: 1646-3714

Julião, L. (2013). *Cidade, cultura e turismo: o impacto turístico em Guimarães da Capital Europeia da Cultura 2012*. Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril. Tese de Mestrado

Jurowski, C., Uysal, M., & Williams, D. R. (1997). *A theoretical analysis of host community resident reactions to tourism*. *Journal of Travel Research*, 36(2), 3-11.

Janes, Robert R., Richard Sandell, eds. 2019. *Museum Activism*. London: Routledge. 405 páginas, ISBN: 978-0-815-36996-7.

K

Kelly, L. (2004). *Evaluation, Research and Communities of Practice: Program Evaluation in Museums*. in *Archival – Science*, 4, 45-69.

Kirshenblatt-Gimblet, B. (1998). *Destination Culture: Tourism, Museums and Heritage*; University of California; Los Angeles; USA

L

Landry, C. (2008). *The Creative City: a toolkit for urban innovation*. London: Comedia/Earthscan.

Castro, L. (2021). *Museum Activism*. Robert R. Janes e Richard Sandell ed. MIDAS [Consulta. 12.03.2022] Disponível em: <http://journals.openedition.org/midas/2852>

Smith, L. (2006). *Uses of Heritage*; Routledge ed; Reino Unido

Leal, K. B. (2012). *Estudo do perfil dos turistas Luxemburgueses*. Leiria: Instituto Politécnico de Leiria.

Le, T. A., Weaver, D., & Lawton, L. (2016). *Community-Based Tourism and Development in the Periphery/Semiperiphery Interface: A Case Study from Vietnam*. In S. McCool & K. Bosak (Eds.), *Reframing Sustainable Tourism*. Dordrecht: Springer

Leiper, N. (1979). *The framework of tourism: Towards a definition of tourism, tourist, and the tourist industry*. *Annals of Tourism Research*, 6(4), 390-407. doi: [http://dx.doi.org/10.1016/0160-7383\(79\)90003-3](http://dx.doi.org/10.1016/0160-7383(79)90003-3)

Le Goff, J. (2003). *História e Memória*. 5ª edição. UNICAMP. Campinas, São Paulo

Lew, A. *et al* (2016). Community sustainability and resilience: similarities, differences and indicators. *Tourism Geographies*, 18(1), 18-27.

Lickorish, L.; Jenkin, C. (2000). *Introdução ao Turismo*. Campus Editora. ISBN: 9788535206883

Lopes, J. (2007). *Da democratização à democracia cultural: Uma Reflexão sobre políticas culturais e espaço público*. Profedições. Porto. ISBN: 978-972-8562-40-3

Lopes, H. (2016). *O turismo como alavanca do desenvolvimento de áreas rurais: o caso de estudo do município de Boticas*. Universidade do Minho. Tese de mestrado [Consulta. Em 06.03.2021] Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/47445>

Loff, M. *et al.* (2019). *Da Descolonização ao Pós-colonialismo: perspectivas pluridisciplinares*. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. [Consult. 01.07.2020]. Disponível em: https://www.up.pt/press/wp-content/uploads/2020/02/Da_descolonizacao_ao_pos-colonialismo.pdf

Lowenthal, D. (1998). *Como Conhecemos o Passado*. In Projeto História. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História. [Consult. Em 06.03.2021] Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11110/8154>

Lusa (2022). *ICOM aprova nova definição de museu voltada para a inclusão e a sustentabilidade*. Jornal Público. [Consult. 01.02.2022] Disponível em: <https://www.publico.pt/2022/08/24/culturaipsilon/noticia/icom-aprova-nova-definicao-museu-voltada-inclusao-sustentabilidade-2018198>

Lusa (2022). *Nasce a Rede das Aldeias Vinhateiras de Portugal: “valorizar o mundo rural, impulsionar o turismo”*. [Consult. em 16.05.2023] Disponível em: <https://www.publico.pt/2022/11/29/terroir/noticia/nasce-rede-aldeias-vinhateiras-portugal-valorizar-mundo-rural-impulsionar-turismo-2029677>

M

Macdonald, S. (2006). *Expanding Museums: Expanding Museum Studies: An Introduction*; MACDONALD, Sharon (Edit.); A companion to museum studies; Blackwell Publishing

Malhão, M. (2018). *Turismo: os recordes que confirmam o setor como estratégico*. Jornal Económico. [Consult. 05.03.2018]. Disponível em <http://www.jornaleconomico.sapo.pt/noticias/turismo-os-recordes-que-confirmam-o-setor-como-estrategico-276499>

Marc, G. (2003). *A Política do Património*. Edição Campo das Letras. ISBN: 9789726107048

Martins, A. M. (2012). *Os mosteiros Cistercienses na região das Beiras*. UBIMUSEUM, Revista Online do Museu de Lanifícios da Universidade da Beira Interior, N.2. Covilhã. [Consult. 01.01.2023] Disponível em: <http://www.ubimuseum.ubi.pt/n02/docs/ubimuseum02/ubimuseum02-COMPLETA.pdf>

Martins, L. *et al.* (2013). *Que público é esse? formação de públicos de museus e centros culturais*. São Paulo. Editora Percebe (1ªed.)

- Martins, G. (2018). *A lição das Jornadas do Património*. Jornal Público [Consult. 06.03.2021] Disponível em <https://www.publico.pt/2018/09/25/culturaipilon/opiniao/a-licao-das-jornadas-do-patrimonio-1845066>
- Marthyn, H. ; Atkinson; P. (1994). *Etnografia: Métodos de Investigación* (Otazu, Mikel A. Trad). Barcelona: Paidós ISBN 978-84-493-0980-9
- Marques, M. (2019). *Museu de Lamego com mais 61% de visitantes*. Jornal de notícias. [Consult. 14.03.2019] Disponível em: <https://www.dn.pt/artes/interior/museu-de-lamego-com-mais-61-de-visitantes-9042643.html>
- Mattozzi, I. (2008). *Curriculo de História e educação para o património*. Educação em Revista. [Consult. 01.01.2022] Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/rnZz4GrsRryyb3rwK36twFr/>
- Mendes, A. (2016). Cinema Heritage e Celebração Crítica do Passado na Pós-modernidade. Op. Cit.: A Journal of Anglo-American Studies. 2nd Series, Number 5 https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/29135/1/Cinema_Heritage.pdf
- Mendes, A. (2012). *O que é Património Cultural?*. Gente Singular Editora. Olhão
- Mensch, P. V. (1992). *Towards a methodology of museology*. Zagreb: Universidade de Zagreb. Tese de Doutoramento. 1992. [Consult. 01.02.2021] Disponível em: http://vana.muuseum.ee/en/erialane_areng/museoloogiaalane_ki/p_van_mensch_toward/mensch04.html
- Mckercher, B. & du Cros, H. (2002). *Cultural Tourism: The Partnership Between Tourism and Cultural Heritage Management*. 1ª ed. Binghamton: The Haworth Hospitality Press
- Morais, I. (2013). *Quem são os turistas culturais dos museus?*. PASOS - Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. Brazil: Federal University of Pernambuco. <https://doi.org/10.25145/j.pasos.2013.11.002>
- Moscardo, G. (2011). *Exploring Social Representations of Tourism Planning: Issues for Governance*. Journal of Sustainable Tourism, 19 (4-5), 423-436.
- Mill, R. C. & Morrison, A. M. (1992). *The tourism system: an introductory text*. 2ª edição. New Jersey: Prentice Hall International.

Milheiro, E. & Melo, C. (2005). *O Grand Tour e o advento do turismo moderno*. Revista Aprender. Escola de Educação de Portalegre (p.114-118). [Consult. 01.01.2022] Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/261632848_O_Grand_Tour_e_o_advento_do_turismo_moderno

Miranda, J. M. (2015). *Interpretación del patrimonio y Museografía. Un romance posible*. Museos. es: Revista de la subdirección General de Museos Estatales, (11), 9-24.

Moiteiro, G. (2010). *Turismo Cultural e Património. Uma Reflexão em Torno do Tópico da Interpretação do Património Enquanto I de Valorização de Bens Culturais*; Poças, Maria da Graça (Org.); *Turismo Cultural, Territórios e Identidades*; Edições Afrontamento. Porto

Moscardo, G. et al. (2003). *Interpretation and Sustainable Tourism: Functions, examples and principles*. In *Turismo Cultural, Territórios e Identidades; The Journal of Tourism Studies*. Vol. 14. No. 1. [Consult. 04 mar 2018] Disponível em: https://www.jcu.edu.au/data/assets/pdf_file/0006/122874/jcudev_012862.pdf

Muresan, I. et al. (2016). *Local Residents' Attitude toward Sustainable Rural Tourism Development*. Sustainability, 8(1), 100-114.

N

Nascimento, E. (2013). *Discursos e reflexividade: um estudo sobre a musealização da arte contemporânea*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de doutoramento. 2013

Nash, D. (1989). *Tourism as a form of imperialism*. In *Hosts and Guests – The Anthropology of Tourism*. ed. Valene Smith. University of Pennsylvania Press, 37- 54.

Ndivo, R., & Cantoni, L. (2016). *Rethinking local community involvement in tourism development*. Annals of Tourism Research, 57, 275-278

Nigro, C. (2001). *Patrimônio cultural e território urbano*. Boletim Paulista de Geografia, nº 78, p. 45-76

Nunes, J. (2010). *Museologias e nova museologia. Os exemplos dos Museus das Santas Casas da Misericórdia*. Universidade de Letras da Universidade de Coimbra; Centro de Estudos Interdisciplinares do Séc. XX [Consult. Em 02.03.20] Disponível em: <http://hdl.handle.net/10316/46215>

Notícias de Vila Real (2022). *Teatro de Lamego acolheu apresentação de novo projeto de ecoturismo*. [Consult. em 05.08.2022] Disponível em: <https://noticiasdevilareal.com/teatro-de-lamego-acolheu-apresentacao-de-novo-projeto-de-ecoturismo/>

O

Oberg, L. (2018). *O conceito de comunidade: problematizações a partir da psicologia comunitária*. Estudos e Pesquisas em Psicologia. Rio de Janeiro, V.18, n. 2, p. 709-728, 2018. [Consult. 01.01.2022] Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-42812018000200018

Oliveira, E. (2015). *O Turismo como motor de desenvolvimento sustentável: o caso das Beiras e Serra da Estrela*. Universidade da Beira Interior. Tese de doutoramento [Consult. Em 06.03.2021] Disponível em <http://hdl.handle.net/10400.6/3950>

OCDE (2009). *The Impact of Culture on Tourism*. Paris, OCD Publishing.

OCDE, ICOM, ICOM Portugal (2023). *Cultura e Desenvolvimento Local: Maximizar o Impacto – Um Guia para a Administração Local, Comunidades e Museus* (Plano Nacional de Artes, DGPC, Museu de Lisboa – EGEAC / ICOM Portugal Trad.) [Consult. Em 28.01.2024]. Disponível em https://www.oecd.org/cfe/leed/OECD_ICOM_GUIA_FINAL.pdf

ONU (2015). *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. [Consult. 10.01.2020]. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/tema/agenda2030/>

OMT (1995). *Carta do Turismo Sustentável*. [Consult. 10.01.2020]. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/175163096/OMT-Carta-Do-Turismo-Sustentavel>

OMT (1999). *Conta Satélite do Turismo (CST) – Quadro Conceptual*. Madrid.

OMT (2005). *Making Tourism More Sustainable - A Guide for Policy Makers*. UNEP e UNWTO. p.11-12 [Consult. 06.03.2021] Disponível em <https://www.unep.org/resources/report/making-tourism-more-sustainable-guide-policy-makers>

OMT (1997). *Sustainable Development of Tourism*. [Consult. 05 mar 2018]. Disponível em <http://sdt.unwto.org/content/about-us-5>

OECD (2014). *Tourism Trends and Policies*. [Consult. 05.01.2022] Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/industry-and-services/oecd-tourism-trends-and-policies-2014_tour-2014-en

P

Page, S. (2011). *Tourism Management: Managing for Change*. Oxford: Butterworth-Heinemann.

Paiva, I. & Alves, F. (2019). *Da museologia social ao inventário participativo: património, território e desenvolvimento*. Cadernos NAUI Vol. 8, n. 15, jul-dez 2019

Panyik, E. (2015). *Rural Tourism Governance: Determinants of Policy-makers' Support for Tourism Development*. Tourism Planning & Development, 12(1), 48-72.

Panazzolo, F. B. (2005). *Turismo de massa: um breve resgate histórico e sua importância no contexto atual*, III Seminário de Pesquisa em Turismo no Mercosul, 05-06 de agosto, Caxias do Sul.

Patin, V. (1997). *Tourisme et patrimoine en France et en Europe*. Paris: Éditions Les Études de la Documentation Française

Partidário, R. (1998). *Ambiente e Turismo*. In *Turismo uma Atividade Estratégica Economia e Perspectiva*. Lisboa: Ministério da Economia, Vol.1,nº4,Jan/Mar1998.

Pakam, E. (2014). *Sobre as definições de turismo da OMT: uma contribuição à História do Pensamento Turístico*. In: XI Seminário 2014 ANPTUR. [Consult. 01.01.2022] Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/11/34.pdf>

Pearce, D. & Barbier, E. (2000). *Blueprint for a Sustainable Economy*. Londres: Earthscan Publications.

Peers, L. & Brown, A. (2003). *Museums and Communities: A Routledge. Reader*. London and New York: Routledge

Peralta, E. (1997). *Património e identidade desafios do turismo cultural*. Universidade Técnica de Lisboa. Revista Antropológicas N.4

Pereiro Pérez, X. (2009). *Turismo Cultural, Uma Visão Antropológica*. Colección PASOS Edita Nº2 [Consult. 03.06.2020] Disponível em <http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosoedita/PSEdita2.pdf>

Pires, A., et al. (2020). *Turismo: História, Património e Ideologia – Diálogo e Memórias*. Câmara Municipal de Cascais. Universidade Nova de Lisboa. Cascais. ISBN 978-972-637-307-0

Pines, J. B. & Gimslore, J. H. (1999). *The Experience Economy*. Boston/Massachusetts, Harvard Business School Press

Ponte, A. (2013). *O Contributo dos Museus do Norte de Portugal para uma Dinamização do Turismo Cultural*. Porto: Faculdade de Letras. Tese de doutoramento.

Pool; R. (2017). *The Verification of Ethnographic Data*. *Ethnography*. Vol 18 (3). P. 281-286

Poon, A. (1993). *Tourism, Technology and Competitive Strategies*. Reino Unido: CAB International.

Powell; J. (1978). *The Canadian Tourism Industry. A report by the Sector Task Force*. Ontario.

Prats, L. (2009). *Heritage According to Scale*; ANICO, Marta. & PERALTA, Elsa (cord.); *Heritage and Identity, Engagment and Demission in the Contemporary World; Musem Meanings*; Routledge ed.

Prats, L. (2003). *Patrimonio + Turismo = Desarrollo?*. *Revista Pasos*, 1 (2), p. 127-136

Q

Queiroz, J. (2011). *História do Turismo Mundial e o Brasil*. Turismo Receptivo, Bahia, 18 abril. 2011. Disponível em: <https://turismoreceptivo.wordpress.com/historia-do-turismo/>

Quivy, R. & Campenhoudt, L. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais* (5ª ed). Lisboa: Gradiva.

R

Ramos, D. (2016). *Planeamento em Turismo e as Redes no Desenvolvimento Local: O caso da Região Oeste*. Aveiro: Universidade de Aveiro. Tese de doutoramento. [Consult. 01.02.2021] Disponível em: <https://ria.ua.pt/handle/10773/17102>

República Portuguesa (2015). *Programa do XXI Governo Constitucional 2015-2019*; 2015: 201 [Em linha]. [Consult. 15 mai 2019]. Disponível em <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/programa-do-governo>

Rectanus, M. (2006). *Globalization*; MACDONALD, Sharon (Edit.); *A companion to museum studies*; Blackwell Publishing

Resende, N. (2014). *Agência Ecclesia. Exposição Multimédia “Cister no Douro”*; [Consult. 01.01.2023] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=hJG1LQj_vO4

- Resende, N. (2015). *Cister no Douro: modo de composição*. Cister no Douro. Direção Regional da Cultura do Norte, Museu de Lamego, Vale do Varosa. Lamego. ISBN: 978-989-98657-9-2
- Reyes, V. (2017). *Three models of transparency in ethnographic research: Naming places, naming people, and sharing data*. Universidade da California. Riverside, USA
- Richards, G. (2010). *Trajetórias do desenvolvimento turístico - da cultura à criatividade?* Encontros Científicos 6, 9-15.
- Ribeiro, J. A. (2012). *Dos “públicos” nos museus. Ensaio e Práticas em Museologia*. Porto, Departamento de Ciências e Técnicas do Património da FLUP, 2012, vol. 2, pp. 163-181.
- Richards, G. & Wilson, J. (eds.) (2007). *Tourism, Creativity and Development*. New York: Routledge.
- Richards, G. & Bonink, C. (1995). *European Cultural Tourism Markets*. Journal of Vacation Marketing, 1 (2), pp.173-180.
- Richards, G. (2000). *Políticas y Actuaciones en el campo del turismo cultural europeo*. In. El Património histórico como fuente de riqueza. Valladolid: Fundación de Patrimonio Historico de Castilla e León, pp.69-95
- Roberts, L., & Hall, D. (2001). *Rural tourism and recreation: principles to practice*. Oxon: CABI publishing.
- Roldán, J. (1990). *¿Hacia una nueva aurora «cultural» del turismo?*. In Estudios turísticos, nº 106.
- Rodini, E. (2019). *A brief history of the art museu* [Consult. 01.07.2021]. Disponível em: <https://smarthistory.org/a-brief-history-of-the-art-museum/>
- Rodrigues, A. I. (2004). *Contribuição da comunicação de marketing na formação de imagem de destinos turísticos: o caso do Alentejo*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, Lisboa.
- Roque, M. I. (2013). *Museu e património no destino da viagem* [Consult. 01.03.2021] Disponível em <https://amusearte.hypotheses.org/1125>
- Roque, M. (2019). *Viagens no Tempo: uma história do turismo ocidental*. Universidade Europeia. Faculdade de Turismo e Hospitalidade [Consult. 03.03.20] Disponível em: <http://dspace.uevora.pt/rdpc/handle/10174/27782>

Ruiz-Ballesteros, E., & Cáceres-Feria, R. (2016). *Community-building and amenity migration in community-based tourism development. An approach from southwest Spain*. *Tourism Management*, 54, 513-523.

Russo, A.P. (2011). *The “vicious circle” of tourism development in heritage cities*. *Annals of Tourism Research*, 29 (1), p. 167-184. 2001.

Russo, A., Boniface, P. & Shoval, N. (2001). *Tourism Management in Heritage Cities*. *Annals of Tourism Research*, 28, 824–826.

S

Sachs, I. (1993). Estratégias de transição para o século XXI. In M. Bursztyn (Ed.), *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Brasiliense.

Salgueiro, V. (2002). *Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura*. *Revista Brasileira de História*. [Consult. 01.01.2022] Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/26357681_Grand_Tour_uma_contribuicao_a_historia_do_viajar_por_prazer_e_por_amor_a_cultura

Santana, A. (1997). *¿Nuevas hordas, viejas culturas? La antropología y el turismo*, Ariel, Barcelona.

Santana, A. (2003). *Mirando Culturas: La Antropología del Turismo*, in Rubio Gil, A., (ed) *Sociología del Turismo*, Ariel, Barcelona, pp. 103-125

Sant’anna, M. (2003). *A Face Imaterial do Patrimônio Cultural: Os Novos Instrumentos de Reconhecimento e Valorização*. In: Abreu, Regina e Mário Chagas (Orgs). *Memória e Patrimônio: Ensaios Contemporâneos*. DP&A. Rio de Janeiro

Sandel, R. (2002). *Museums and the combating of social inequality*. In *Museums, Society, Inequality*, Richard Sandell (ed.). Londres, Routledge Reader. ISBN 0-415-26060-4

Scott, N., Cooper, C., & Baggio, R. (2008). *Destination networks: four Australian cases*. *Annals of Tourism Research*, 35(1), 169-188.

Sebastian, L. (2012). *Candidatura da intervenção de reabilitação do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas (concelho de Tarouca, Distrito de Viseu) aos Prémios APOM*. Museu de Lamego: Vale do Varosa. 2012

Sebastian, L. (2013). *Vale do Varosa, território histórico: um projeto*. Direção Regional da Cultura do Norte, Museu de Lamego, Vale do Varosa. Lamego.

Sebastian, L. (2013). *Mosteiro de S. João de Tarouca: da investigação à musealização*. Atas das 1^{as} Conferências do Museu de Lamego/CITCEM; História e Património no/do Douro: Investigação e Desenvolvimento. Museu de Lamego. Lamego

Sebastian, L. (2013). *Mosteiro de Santa Maria de Salzedas: núcleo museológico*. Direção Regional da Cultura do Norte. Lamego

Sebastian, L. & Brás, P. (2015). *Mosteiro de São João de Tarouca: História, Arquitetura e Quotidiano*. Direção Regional da Cultura do Norte, Museu de Lamego, Vale do Varosa. Lamego. ISBN: 978-989-98708-7-1

Sebastian, L. & Brás, P. (2016). *Ponte Fortificada de Ucanha. Guião Para Visitas Orientadas*. Vale do Varosa. Lamego

Sebastian, L. & Falcão, A. (2015). *Capela de São Pedro de Balsemão. Guião Para Visitas Orientadas*. Vale do Varosa. Lamego

Sebastian, L. & Falcão, A. (2016). *Mosteiro de São João de Tarouca. Guião Para Visitas Orientadas*. Vale do Varosa. Lamego

Sharpley, R., & Sharpley, J. (1997). *Rural tourism. An introduction*. Oxford: International Thomson Business Press

Sharpley, R. (Ed.). (2004). *O turismo e o espaço natural*. Lisboa: Instituto Piaget

Shen, F, Hughey, K, Simmons (2008). *Connecting the sustainable livelihoods approach and Tourism: A Review of the Literature toward integrative thinking*. Council of Australian Tourism and Hospitality Education. [Consult. 01.01.2022] Disponível em: <https://web.archive.org/web/20120916091836/http://www.griffith.edu.au/conference/cauthe2008/refereed-papers/RP037.pdf>

Semedo, A. (2004). *Da invenção do museu público: tecnologias e contextos*. Revista da Faculdade de Letras. Departamento de Ciências e Técnicas do Património. Porto. I Série vol. III, pp. 129-136 [Consult. 01.07.2020]. Disponível em: <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4087.pdf>

Semedo, A. & Ferreira, I. (2011). *Museus e Museologia: desafios para a construção de territórios colaborativos*. Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Vol. XXI, pág. 97-119 [Consult. 06 FEV 2011] Disponível em <http://hdl.handle.net/10216/61187>

Silverman, L. H. (2010). *The Social Work of Museums*. London: Routledge

Silberberg, T. (1995). *Cultural tourism and business opportunities for museums and heritage sites*. Tourism Management, Volume 16, p. nº 5

Silva, E. (2013). *As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais*. Revista Angolana de Sociologia. N.13. [Consult. 01.02.2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/ras.740>

Silva, J. A. (2004). *A investigação científica e o turismo*. Revista Turismo e Desenvolvimento, 1 (1), 9-14.

Silva, M. C. (2012). *Socio-antropologia rural e urbana: Fragmentos da sociedade portuguesa (1960-2010)*. Porto: Edições Afrontamento.

Silva, S. (2008). *Capital Humano e Capital Social: Construir Capacidades para o Desenvolvimento dos Territórios*. Tese de Mestrado. Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

Silva (2013). *As metodologias qualitativas de investigação nas Ciências Sociais*. Revista Angolana de Sociologia. N.13. [Consult. 01.02.2022]. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/ras.740>

Simão, J. N., & Partidário, M. d. R. (2012). *How does tourism planning contribute to sustainable development?*. Sustainable Development, 20(6), 372-385

Simon, N. (2010). *The Participatory Museum*; Museum20; Santa Cruz; USA

Sousa, M. (2016). *Património e turismo: desafios de uma microempresa de turismo recetor*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de mestrado. 2016 [Consult. 03.06.2021] Disponível em <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/88872/2/169271.pdf>

Smith, S. L. J. (1988). *Defining tourism: a supply-side view*. Annals of Tourism Research, 15 (2), 179-190.

T

Tilden, F. (2009). *Interpreting our heritage*. ReadHowYouWant. com.

Timothy, D. J., & Tosun, C. (2003). *Appropriate Planning for Tourism in Destination Communities: Participation, Incremental Growth and Collaboration*. Oxon: CABI

Theobald, W. (1998). *The meaning, scope and measurement of Travel and Tourism*. Boston: Butterworth-Heinemann

Tojal, A. (2012). *Acessibilidade e inclusão de públicos especiais em museus*. In: Tojal et al. *Caderno de Acessibilidade: reflexões e experiências em exposições e museus*. São Paulo: Expomus.

Agudo-Torrico, J. (2006). *Patrimónios e Discursos Identitários*. Peralta, Elsa; Anico, Marta (org.). Celta Editora. Oeiras. ISBN 972-774-233-5

Tremblay, S. (1999). *Do conceito de desenvolvimento ao conceito de pósdesenvolvimento: trajetórias e referências teóricas*. Québec: Université do Québec em Chicoutimi. ISBN 2-920730-59-2.

Tunbridge, J. & Ashworth, G. (1996). *Dissonant Heritage: The Management of the Past as a Resource*. Londres: John Wiley & Sons Ltd.

Turismo de Portugal (2017). *Estratégia Turismo Portugal 2017-2027* [Consult. 10.01.2020]. Disponível em: https://estrategia.turismodeportugal.pt/sites/default/files/Estrategia_Turismo_Portugal_ET27.pdf

U

UNESCO (2000). *Carta de Cracóvia*. [Consult. 04 mar 2018]. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/media/uploads/cc/cartadecracovia2000.pdf>

UNESCO (1992). *Convenção para a proteção do património mundial, cultural e natural*. [Consult. 03.06.20] Disponível em <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>

UNESCO (2003). *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial* [Consult. 10.01.2020]. Disponível em: https://www.unescoportugal.mne.pt/images/Comunica%C3%A7%C3%A3o/convencao_para_a_salvaguarda_do_patrimonio_imaterial.pdf

UNWTO (2020). *UNWTO World Tourism Barometer and Statistical Annex*. [Consul. 21.09.2021]. Disponível em: <https://www.e-unwto.org/toc/wtobarometereng/18/4>

UNWTO (2015). *UNWTO Annual Report 2014*. Madrid. [Consult. 21.09.2021] Disponível em: <http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284416905>

Umbelino, J., & Amorim, E. (2010). *Estrutura organizacional do processo de planeamento turístico-uma perspectiva teórica*. CULTUR: Revista de Cultura e Turismo, 4(2), 38-50.

V

- Vale do Varosa (2018). *Guia Perguntas Frequentes*. DRCN; Museu de Lamego
- Valiati, L. (2014). Os museus e a dimensão económica: da cadeia de produção à gestão sustentável. Brasília: Brazilian Institute of Museums.
- Vareiro, L. C. (2008). *Turismo como estratégia integradora dos recursos locais: o caso da NUT III Minho-Lima*. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga.
- Varine, H. (2009). *Le Centre d'interprétation du patrimoine au sein du développement d'un territoire. Em Exposer des idées: du musée au centre d'interprétation* (pp. 173–179). Paris, France: Complicités.
- Varine, H. (2012). *Patrimonio y Responsabilidad Social*. BALERDI, IÑAKI (coord.); *Otras Maneras de Musealizar el Patrimonio*; Universidad de Pais Basco; Bilbao
- Varine, H. (2014). O museu comunitário como processo continuado. *Revista Cadernos do CEOM*, 27(41), pp. 25-35. <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2595>
- Vázquez-Barquero, A. (2007). *Desarrollo endógeno. Teorías y políticas de desarrollo territorial*. *Investigaciones Regionales*, 11, 183–210. [Consult. 03.06.2020] Disponível em <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28901109>.
- Vázquez-Barquero, A. (2005). *Las nuevas fuerzas del desarrollo*. Barcelona: Editor Antoni Bosch.
- Vieira, I. (2014). *Desenvolvimento turístico sustentável em pequenas cidades históricas: O Caso de Lamego*. Vila Real: Universidade de Trás os Montes e Alto Douro. Tese de Doutoramento.
- Vincent, J. (2002). *Conservação e valorização do património*. [Consult. 03.02.20] Disponível em <http://www.ambafrance.org.br/abr/imagesdelafrance/conservpatrim.htm>

W

- Wang, Y., & Fesenmaier, D. R. (2007). *Collaborative destination marketing: A case study of Elkhart county, Indiana*. *Tourism Management*, 28(3), 863-875.
- Watson, S. (ed.) (2007). *Museums and their Communities*. London: Routledge
- Weaver, D. (2011). *Contemporary tourism heritage as heritage tourism*. *Annals of Tourism Research*, Vol. 38, No. 1, pp. 249–267 [Consult. 01.01.2022] Disponível em:

https://www.academia.edu/26203145/Contemporary_tourism_heritage_as_heritage_tourism

Witcomb, A. (2003). *Re-imagining the museum: beyond the mausoleum*. Edição Taylor Francis. ISBN: 9780415220989

WCED (1987). *World Commission on Environment and Development. Our Common Future (Brundtland Commission)*. Oxford: Oxford University Press.

X

Xavier, D. (2013). *A museologia itinerante: uma perspectiva histórica*. Edições Universitárias Lusófonas. Cadernos de Sociomuseologia Nova serie 01 - 2013 (Vol. 45): Experiências, recursos e expografia [Consult. 10.01.2020]. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10437/5101>

Y

Yüksel, F., Bramwell, B., & Yüksel, A. (2005). *Centralized and decentralized tourism governance in Turkey*. *Annals of Tourism Research*, 32(4), 859-886.

Z

Zanirato, S. (2015). *Patrimônio Cultural, Participação Social e Construção de Cidadania*. PROMUSPP. São Paulo [Consult. 10.01.2020]. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/002745652>

Zanirato; S. (2009). *Usos Sociais do Patrimônio Cultural e Natural*. Universidade Estadual Paulista. *Revista Patrimônio e Memória*. v. 5, n.1, p. 137-152.

Zou, T., Huang, S. S., & Ding, P. (2014). *Toward A Community-driven Development Model of Rural Tourism: the Chinese Experience*. *International Journal of Tourism Research*, 16(3), 261-271

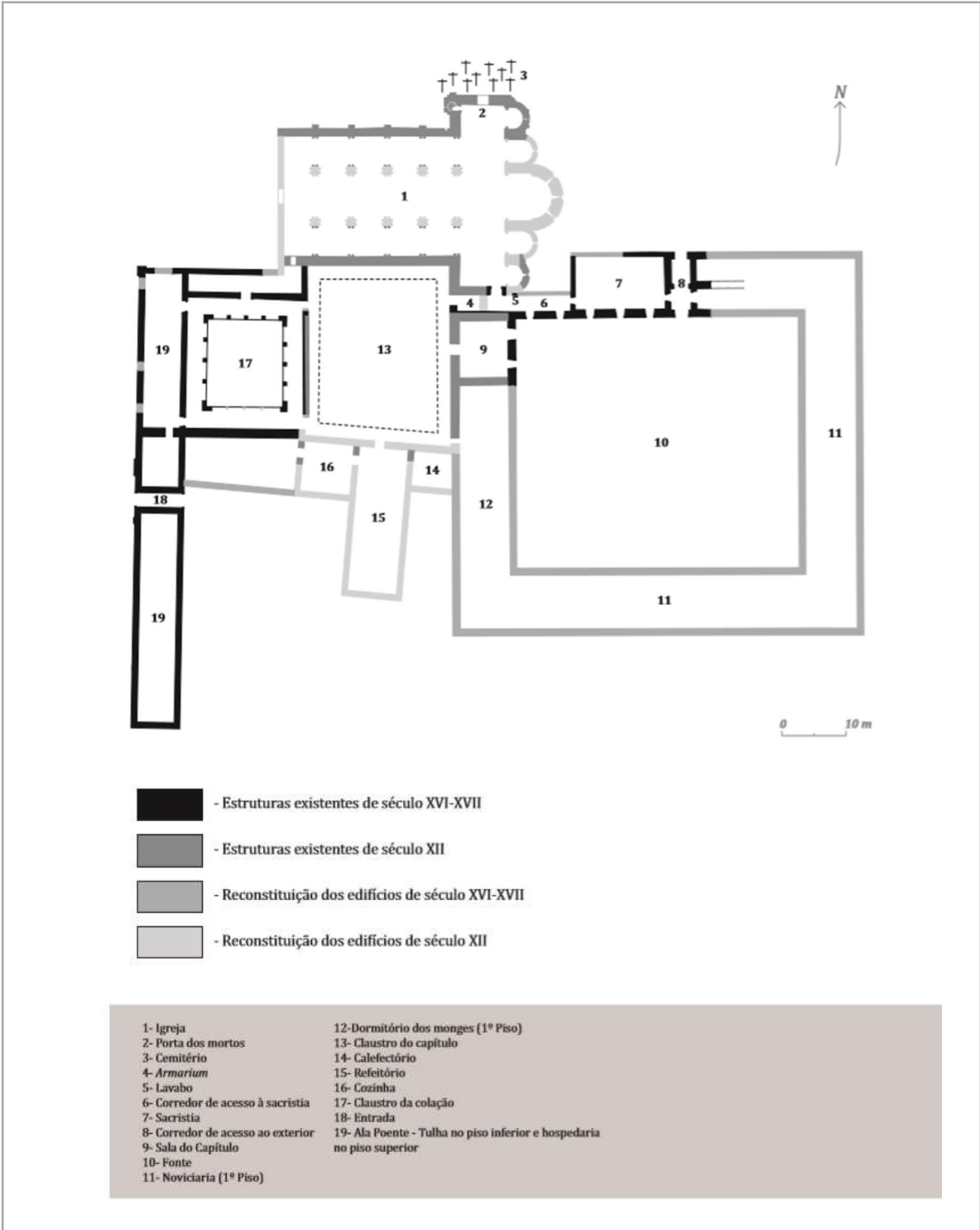
Anexos

Anexo 1 – Estatísticas relativas aos museus nacionais (2018)

2018		Unidade: N.º				
Tipologia	Atividades orientadas para os visitantes ⁽¹⁾					
	Renovação de exposição permanente	Exposição temporária	Ação dirigida ao público escolar	Ação dirigida ao público adulto	Ação dirigida a outro tipo de público	
Total	135	336	381	350	206	
Museus de Arte	35	79	73	73	41	
Museus de Arqueologia	8	28	37	35	21	
Museus de Ciências Naturais e de História Natural	5	9	11	9	4	
Museus de Ciências e de Técnica	13	24	30	29	16	
Museus de Etnografia e de Antropologia	10	45	55	48	30	
Museus Especializados	25	44	47	44	27	
Museus de História	16	35	48	43	23	
Museus Mistos e Pluridisciplinares	15	52	60	49	33	
Museus de Território	5	15	15	16	9	
Outros Museus	3	5	5	4	2	

Quadro 1 - Museus, segundo as actividades orientadas para os visitantes, por tipologia
 Fonte: INE 2019, p.113

Anexo 2 –Reconstituição da planta Mosteiro de Santa Maria de Salzedas (séc. XVI-XVII)



Fonte: Castro (2014, p.51)

Anexo 3 – Reconstituição histórica do Mosteiro de São João de Tarouca (séc. XVIII)



Fonte: Luis Sebastian

Anexo 4 – Etapas de requalificação do Mosteiro de S. João de Tarouca (1998 -2008)

1996-2007: Resgate do espaço monástico²⁰⁵

Aquisição progressiva das dependências monásticas, adquiridas por um único proprietário em hasta pública, mas posteriormente repartidas por herança entre vários proprietários. Com o objetivo da aquisição complexa das áreas interiores da área de clausura, faltam ainda duas parcelas para o complexo estar todo na posse do estado.

1998-1999: Escavação e recuperação da torre sineira

Desmantelamento da torre sineira (séc. XVIII), escavação do seu interior e recolocação da torre. Esta recuperação do campanário original permitiu libertar a fachada da igreja de uma torre sineira do séc. XX improvisada.

1998-2004: Recuperação do interior da igreja

Conservação e restauro da igreja, particularmente os retábulos, azulejos, mobiliário e pintura dos tetos da sacristia e capela mor; instalação de drenagem de humidades sob o lajeado da igreja.

1998-2006: Desmatção e limpeza do interior da cerca de clausura

Feita de forma progressiva à medida que eram adquiridas as parcelas do complexo monástico; também ações de consolidação de ruínas nas capelas do séc. XVIII de Santo António e Santa Umbelina.

2004-2006: Limpeza e consolidação do Aljube

O “Aljube” é uma construção medieval de função incerta, mais afastada do complexo central do mosteiro; foi alvo de desmatção e limpeza do entulho do seu interior, reequilíbrio e consolidação das paredes.

2006: Recuperação funcional do moinho

Anexo ao “Aljube”, o moinho foi alvo de restauro funcional, tendo-se reparado os dois mecanismos de rodízio segundo a técnicas regionais.

²⁰⁵ Apesar da diversa documentação publicada sobre a recuperação do complexo monástico referir 1998 como a data de início da primeira grande fase de intervenção, a data de 1996 surge quando se considera a identificação dos proprietários e início da compra dos espaços para prossecução da intervenção. Considera-se assim que antes da intervenção efetiva terá havido um trabalho de criação das condições legais para a sua realização.

1998-2007: Escavação arqueológicas

A escavação das dependências monásticas ocupou grande parte dos meios arqueológicos instalados com a escavação de uma área contínua superior a 3500m². Houve a recuperação de um enorme volume de espólio implicou a sua limpeza, consolidação, reintegração, inventariação, registo, acondicionamento e estudo. Destro do espólio recolhido encontram-se moedas, objetos metálicos, elementos arquitetónicos, entre outros. Foi havendo uma permanente atividade de divulgação do trabalho (21 participações em encontros científicos e publicação de 42 texto) sobre temáticas diversas dentro do universo em estudo.

Para gestão de informação, foi criado o sistema informático “Arqueo”, para armazenar e gerir o enorme volume de informação produzido, composto por bases de dados inter-relacionadas, aperfeiçoadas em contínuo ao longo do desenrolar do projeto com foco no futuro apoio à execução da gestão museológica.

2001-2006: Reconstituição arquitetónica

A investigação histórico-arqueológica passou pela reconstituição arquitetónica do complexo, incluindo as suas alterações e ampliações posteriores à construção original. Para o desenvolvimento desta decorreram várias ações distintas, por vezes em simultâneo:

2001 - 2006: recolha de **registos fotográficos**, processo de reconstituição centrado nos vestígios estruturais visíveis pós escavações arqueológicas. Seguidamente, a identificação e reprodução de registos fotográficos do imóvel, com recurso a registos de fotografos oitocentistas da região Norte que se revelaram fundamentais para o entendimento do complexo.

2001 – 2003: **levantamento gráfico de pormenor da igreja**, vital para o estudo do mosteiro por ser o único espaço totalmente conservado da construção original.

2004 – 2005: **estudo gliptográfico**, focado nas marcas de canteiro do corpo da igreja, bem como em toda a área das dependências monásticas medievais visto existir essa possibilidade face ao adiantado estado das escavações. Deste estudo resultaram dados inéditos sobre o cálculo do número de canteiros envolvidos, a relação familiar/profissional entre eles e a mobilidade por comparação com outros monumentos na região.

2005- 2007: **estudo petrográfico do mosteiro**, tendo como ponto de partida a análise exaustiva do alçado sul da igreja, tido como o mais representativo da construção medieval. Identificaram-se as diversas pedreiras que forneceram o material pétreo à construção original e às ampliações do século XVII e XVIII. Foi ainda possível considerar diferentes aspetos relativos ao trabalho da pedra (extração, transporte, talhe, elevação e assentamento, desvendando diferentes interrupções e ritmos de construção) bem como a identificação de patologias relacionadas à degradação dos diferentes tipos de pedra podendo orientar assim o desenvolvimento das ações conservativas. Este estudo foi realizado em colaboração com o Departamento de Ciências da Terra da Universidade de Coimbra, no âmbito da tese de mestrado “Alçado sul da igreja do

Mosteiro Medieval de São João de Tarouca: caracterização e proveniência dos materiais pétreos”, da responsabilidade da geóloga Catarina Alexandra Marques.

2003 - 2007: **arqueologia da arquitetura**, estudo focado na igreja, um trabalho de atenção aos aspetos estilísticos, materiais e técnicos, não só da pedra mas inclusivamente das diferentes argamassas empregues.

2007: **estudo aritmológico e metrológico**, uma análise sobre o traçado medieval que comparou o plano original intencionado de acordo com as proporções tidas como corretas e sagradas com o produto final, no qual se registam desvios devido à adaptação ao terreno.

2003: **cerâmica de revestimento**, em que os diferentes revestimentos cerâmicos foram alvo de estudo preliminar, com natural destaque para o azulejo.

2002 – 2008: **campanário**, pois em 2002 foram identificados e escavados vestígios de século XIV da fundição local de um sino. Perante a raridade da ocorrência e o excecional bom estado de conservação dos mesmos, optou-se por um estudo aprofundado do tema, levando ao seu alargamento à região, sendo neste contexto feita a identificação, estudo e classificação da extinta fundição de sinos da Granja Nova. Em 2005 a organização da exposição “Sinós, a partir da fundição”, em colaboração com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, em articulação com o “3º Simpósio sobre Mineração e Metalurgia Históricas no Sudoeste Europeu”, e a publicação em 2008 da obra “Subsídios para a História da Fundição sineira em Portugal

2005: Paleobiologia

Estudo paleobiológico dos vestígios osteológicos recuperados na sala do capítulo correspondente ao enterramento de abades. Este estudo forneceu informação ao nível etário, estatura, alimentação e patologias congénitas e derivadas da vivência monástica; trabalho feito em colaboração com o Departamento de Antropologia da Universidade de Coimbra.

1998-2007: Arqueologia espacial

Paralelamente ao estudo do edificado desenvolveu-se em contínuo o estudo da paisagem histórica – natural e antrópica –, procurando-se definir estratégias de implantação, apropriação e estruturação do espaço por parte do Mosteiro de S. João de Tarouca. Este processo ocorreu em diversos quadrantes:

1998-2007 – **arqueobotânica**, recolha de amostras pedológicas, nomeadamente orientadas para a polinologia e antracologia. Esta recolha permitiu reunir dados arqueobotânicos para a reconstrução da paisagem natural – cobertura vegetal – no momento do início da construção do mosteiro e sua evolução ao longo dos tempos.

1998 – 2007: **análise documental**, auxiliada por pesquisa no terreno, tendo em vista determinar em pormenor os limites do couto monástico e identificar propriedades pertencentes ao mosteiro.

1998 – 2007: inventário de património associado, feito no seguimento da prospeção da área do couto monástico, o que permitiu a identificação de centenas de elementos históricos (marcos, calçadas, pontes e pontões, levadas, capelas, cercas, alminhas, entre outros). Para armazenamento e gestão dos dados reunidos foi desenvolvida uma base de dados informática apelidada de “InventaPatrimónio”. Em 2008 esta abordagem começou a ser estendida ao couto monástico do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas, sobranceiro ao couto do Mosteiro de S. João de Tarouca, procurando-se assim alargar o estudo à totalidade do Vale do Varosa. Este alargamento ocorreu em colaboração com o Instituto de Arqueologia da Universidade de Coimbra, no âmbito da tese de licenciatura “O Mosteiro de Santa Maria d Salzedas, uma perspetiva sobre a rede viária do couto monástico” do arqueólogo António Ginja,

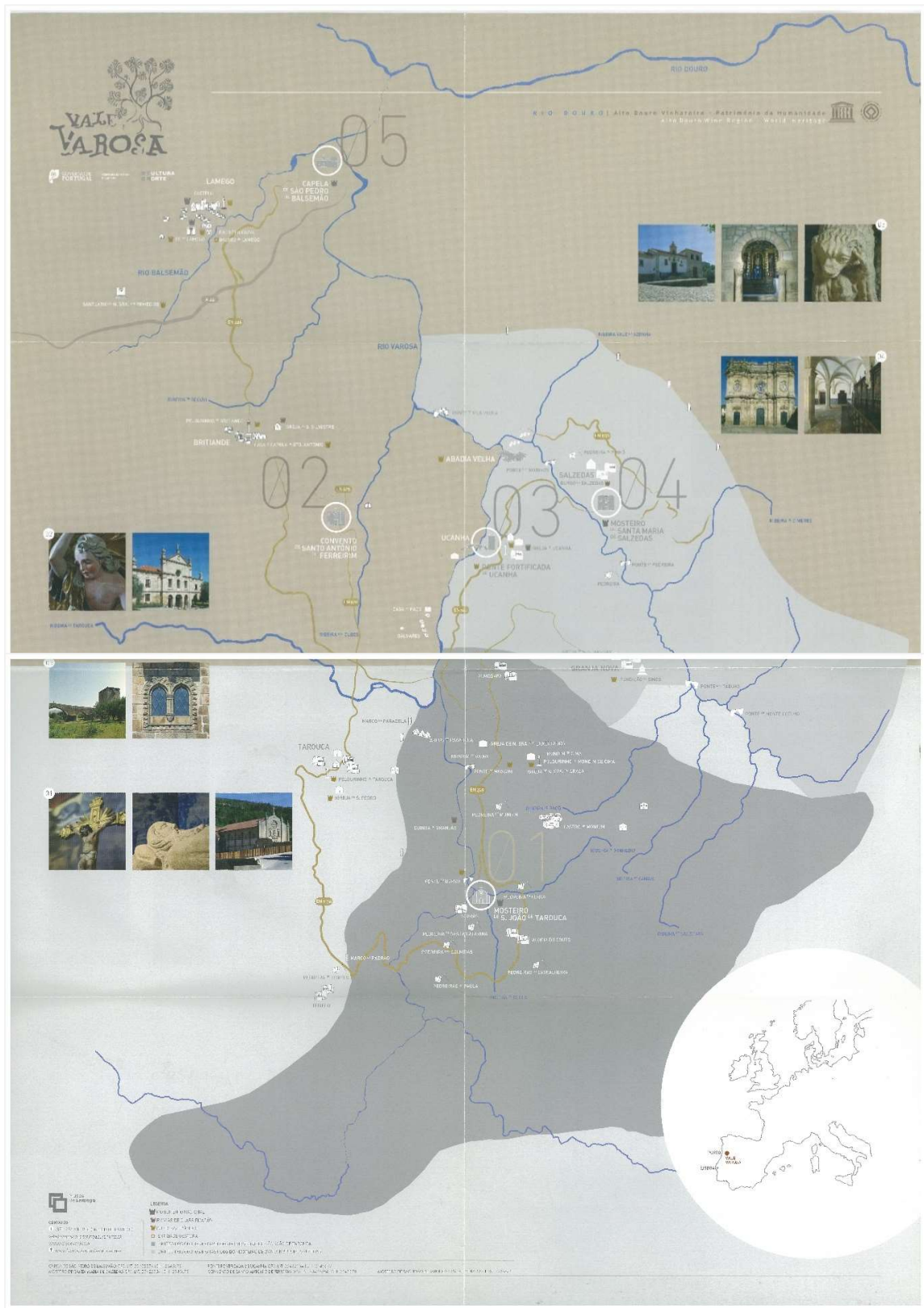
Fonte: Sebastian (2013)

Anexo 5 – Registo fotográfico da requalificação do Mosteiro de S. João de Tarouca: antes *versus* depois (1999-2016)



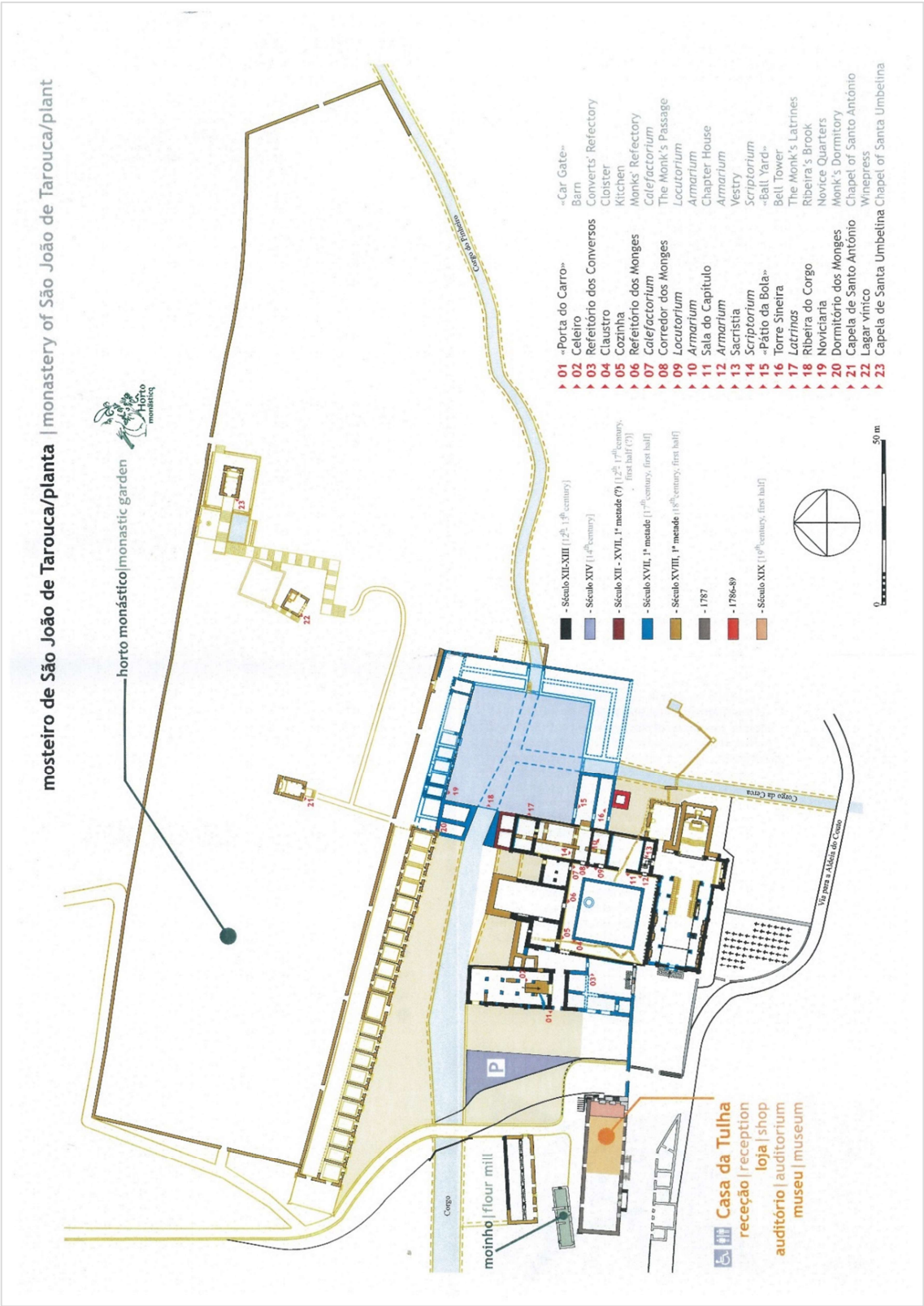
Fonte: Luís Sebastian

Anexo 6 – Folheto de divulgação do PVV (frente e verso)



Fonte: PVV

Anexo 7 – Folheto relativo ao Mosteiro de São João de Tarouca



Fonte: PVV

Anexo 8 – Folheto relativo ao Mosteiro de Santa Maria de Salzedas

Planta do Mosteiro de Santa Maria de Salzedas

Proteção legal
 Monumento Nacional
 Decreto 16787 de 31.12.1927

Localização e acessos
 Mosteiro de Santa Maria de Salzedas
 4810-070 Salzedas-Trovisca

Informações
 Mosteiro de Santa Maria de Salzedas
 T: 051 259 677 450
 www.culturaporto.pt

Proteção legal
 Monumento Nacional
 Decreto 16787 de 31.12.1927

Localização e acessos
 Mosteiro de Santa Maria de Salzedas
 4810-070 Salzedas-Trovisca

Informações
 Mosteiro de Santa Maria de Salzedas
 T: 051 259 677 450
 www.culturaporto.pt

Proteção legal
 Monumento Nacional
 Decreto 16787 de 31.12.1927

Localização e acessos
 Mosteiro de Santa Maria de Salzedas
 4810-070 Salzedas-Trovisca

Informações
 Mosteiro de Santa Maria de Salzedas
 T: 051 259 677 450
 www.culturaporto.pt

Mosteiro de Santa Maria de Salzedas

At the Monastery of Santa Maria de Salzedas, the construction of the Cistercian monastery was initiated in 1168 with the patronage of Teresa Afonso, second wife of Egas Moniz, who also donated the church of Aljezur to receive directly from D. Afonso Henriques. This territory, later designated as Salzedas and subsequently as Salzedas, encompassed the present parishes of Ucanha, Granja Nova, Vila Chã da Beira and Salzedas, in the parishes of Tarouca, and Cimbres, in the parish of Armamar.

The implementation of the monastery obeys the principles of the Cistercian rule, located in a valley, dominated by the elevations of Monte Raso, St.ª da Graça and St.ª Catarina, with direct access to a watercourse - the Ribeira de Salzedas, also designated as Tomo ou Galhosa, tributary of the Rio Varosa.

The medieval church, with a Latin cross plan, with five transverse bays, was consecrated in 1225. Despite the numerous alterations introduced in the 17th, 18th and 19th centuries, it is still possible to observe the original construction of the choir, the north transept of the plan and the columns of the choir, situated under the stairs of access to the novitiate; the columns and arches of the choir are in various parts of the church and a primitive tower, situated in the north transept, with an internal staircase.

However, the image of the monastery, as it appears today, dates from the final decades of the 18th century, being its general expression marked by the two lateral towers, whose tops have never been completed. As for the main entrance, the facade also counts with two lateral towers, giving access to the church through two secondary passages. In the lateral tower on the north, the entrance is through the wall of the tomb of the founder Teresa Afonso, from where the transverse aisle in 1789, while in the lateral tower on the south, the entrance of the first count of Marialva, D. Vasco Coutinho, and of his wife.

Anexo 9 – Folheto de divulgação do Concelho de Tarouca



Fonte: Câmara Municipal de Tarouca

Anexo 10 – Folheto de divulgação da localidade de Ucanha (frente e verso)



Ucanha

...uma freguesia com História

História

Desde o século XVIII, Ucanha tem sido conhecida por ser o berço de muitos heróis e grandes feitos. A sua história é marcada por eventos que moldaram a identidade da comunidade. O povo de Ucanha orgulha-se da sua herança e da sua capacidade de superar desafios.

Património

Tem como pontos de interesse o pelourinho, doado do século XVII, a Igreja Matriz, a Ponte e a Torre, dos séculos XII e as ruínas românicas, no local da Abadia Velha.

Localidades

Localidades de interesse: Igreja Matriz, Pelourinho, Torre, Ponte, Abadia Velha.

Actividades Económicas

Actividades económicas: Agricultura, Turismo, Comércio.

Património

Tem como pontos de interesse o pelourinho, doado do século XVII, a Igreja Matriz, a Ponte e a Torre, dos séculos XII e as ruínas românicas, no local da Abadia Velha.

A Igreja

Construída no século XVIII, a Igreja Matriz de Ucanha é um dos pontos de interesse da comunidade. A sua arquitetura é marcada pelo estilo românico, com uma torre sineira que se destaca no skyline do povoado.

A Ponte

Tem quatro arcos opostos, o rio de 12 metros de altura e 10 metros de largura. A ponte é um dos pontos de interesse da comunidade, sendo utilizada para a circulação de pessoas e veículos.

Localidades

Localidades de interesse: Igreja Matriz, Pelourinho, Torre, Ponte, Abadia Velha.

Actividades Económicas

Actividades económicas: Agricultura, Turismo, Comércio.

Fonte: Câmara Municipal de Tarouca

Apêndices

Apêndice 1 – Operacionalização do PVV (Grelha Síntese)

	Mosteiro de Stª Maria de Salzedas	Mosteiro de S. João de Tarouca	Convento de Santo António de Ferreirim	Capela de São Pedro de Balsemão	Ponte e Torre de Ucanha
Logótipo					
Localização	Salzedas; Concelho de Tarouca	São João de Tarouca; Concelho de Tarouca.	Ferreirim; Concelho de Lamego	Balsemão; Concelho de Lamego	Ucanha, Concelho de Tarouca
Datas chave	2002-2008 1ª fase de intervenção; recuperação e restauro (Diocese de Lamego e Estado) 2009-2016 Integração no PVV (DRCN); 2ª fase de intervenção; recuperação, restauro e musealização. 2011 Abertura ao público 2016 Conclusão das intervenções; abertura integrada em rede PVV 2018 PVV 2; conservação e restauro e restauro (antiga botica e piso superior do claustro) para ampliação dos espaços de visita	1998-2007 1ª fase de intervenção: recuperação e escavações arqueológicas (IPPAR); 2009-2016 Integração no PVV (DRCN) 2009-2013 2ª fase de intervenção de recuperação e restauro 2012-2015 3ª fase de intervenção de consolidação e musealização 2013 Abertura parcial ao público 2016 Conclusão do centro interpretativo; abertura integrada na rede PVV 2018 PVV 2; valorização do espaço do centro interpretativo	2009-2016 Integração no PVV (DRCN); recuperação e musealização. 2016 Conclusão do centro interpretativo; abertura integrada em rede PVV	2011 Intervenção da DRCN; conservação e valorização do exterior 2014 Integração no projeto PVV 2016 Abertura integrada em rede PVV	2014 Integração no projeto PVV 2016 Abertura integrada em rede PVV 2018 PVV 2; requalificação do monumento

Espaços Visitáveis	Igreja, Claustros, Centro Interpretativo	Igreja, Sacristia, Ruínas arqueológicas, Horto Pedagógico, Centro Interpretativo e Loja do Horto	Igreja, Centro Interpretativo	Visita exterior e interior da Capela	Visita Exterior
Acesso	3 euros Gratuita visita à igreja Gratuito p/ residentes na freguesia	3 euros Gratuita visita à igreja Gratuito p/ residentes na freguesia	Gratuito	Gratuito	3 euros Gratuita visita à igreja Gratuito p/ residentes na freguesia
Eventos Realizados	Visitas guiadas Jantar Monástico Concertos diversos Cantar das Janeiras	Visitas guiadas Teatro e Encenações Concertos de Música Clássica Concertos de Canto Cisterciense	Visitas guiadas	Visitas guiadas	Visitas guiadas

Fonte: autor

Apêndice 2 – Linhas orientadoras, linhas estratégicas e ações de materialização do PVV (2009-2016)

Linhas Orientadoras do PVV 1. Criação de uma imagem de um só item de elevado valor patrimonial; 2. Uniformização da apresentação gráfica; 3. Agregação ao núcleo de imóveis principais outros de menor valor patrimonial; 4. Potenciar uma maior retenção dos visitantes na região para benefício as atividades económicas locais através do alargamento da rede; 5. Permitir a associação a outros bens e serviços locais relacionados, para diversificação do produto; 6. Potenciar a exploração direta e intensiva por parte dos operadores turísticos da região; 7. Promover atividades outdoor centradas na paisagem envolvente aos imóveis, para promoção da saúde e do bem-estar e para desenvolvimento de uma consciência ecológica orientada para a preservação das espécies naturais regionais.
Linhas Estratégicas 1. recuperação do edificado; 2. musealização de património móvel e imóvel; 3. instalação de centros de acolhimento; 4. interpretação e postos de vendas; 5. criação de imagem personalizada; 6. abertura ao público com funcionamento em rede; 7. desenvolvimento de ações de divulgação.
Ações de Materialização 1. Criação de uma imagem personalizada “Vale do Varosa”; 2. Criação da linha de produtos personalizada “Vale do Varosa”; 3. Instalação de sinalética a nível regional; 4. Criação de rede de visitas; 5. Criação de roteiros históricos temáticos; 6. Criação de roteiros pedestres de interesse histórico, natural e paisagístico; 7. Articulação com os serviços locais e regionais preexistentes de iniciativa privada; 8. Criação de estruturas e dinâmicas de divulgação regional, nacional e internacional; 9. Articulação com o Douro Património Mundial da Humanidade;

Fonte: Sebastian, 2013, p.88-91

Apêndice 3 – Listagem de entidades contactadas à distância

Vereadores das áreas do turismo e/ou património (3)

Catarina Gonçalves Ribeiro (Vice-Presidente C. M. Lamego; Divisão da Cultura e Património)
José Correia da Silva (Divisão de Desenvolvimento Económico e Turismo da C. M. Lamego)
José Damião Melo (Vice-Presidente e Vereador do Pelouro da Cultura e Turismo da C.M Tarouca)

Presidentes das Juntas de Freguesia (5)

João Félix (Presidente da Junta de Freguesia de Gouveães e Ucanha)
Manuel Laranjo (Presidente da Junta de Freguesia de Salzedas)
Nuno Gonçalves (Presidente da Junta de Freguesia de Lamego)
Tiago Eusébio (Presidente Junta de Freguesia de São João de Tarouca)
Wilson Teixeira (Presidente da Junta Freguesia Ferreirim)

Unidades de alojamento turístico (33)

Camping Lamego	Quinta da Pacheca Hotel
Casa do Codorneiro	Quinta da Timpeira
Casa da Fonte	Quinta de Casal Dronho Wine Hotel
Casa da Portaria	Quinta da Recião
Cascata do Varosa	Quinta de Tourais
Casa de Santo António Britiande	Quinta de Santa Eufémia
Casa dos Varais	Quinta do Terreiro
Casa dos Pepes	Quinta do Roupica
Delfim Douro Hotel	Quinta dos Padres Santos
Douro Cister Hotel & Spa	Quinta da Vinha Morta
Hotel do Cerrado	Quinta do Lameiro
Hotel Rural Casa dos Viscondes da Várzea	Residencial Solar da Sé
Hotel and Life	Residencial Chave de Ouro
Hotel São Paulo	Six Senses Douro Valley Lamego
Hotel Solar dos Pachecos	Villa Oliveira
Huga Home	Vila Ostilina
Host'olaria	

Agências de viagens (8)

CN2 Special	Naturimont
Giro Mundo	Ovnitur
Lima Junior	Viagens Melo
NaturDouro	Viagens Pinto Lopes

Animação turística (3)

Festas da Nossa Senhora dos Remédios
Festival de Música Varosa Fest
Festival Interdisciplinar Zigur Fest

Empresas de referência e associações comerciais (5)

AMVDS – Associação de Municípios do Vale Sul do Douro
Associação de Produtores Agrícolas do Vale do Varosa
Caves da Murganheira
CERV – Conselho Empresarial da Região de Viseu (Associação Empresarial)
Quinta da Eireira

Associações Socioculturais (17)

Associação da Banda Juvenil Zé Ribeiro
Associação da Juventude do Concelho de Tarouca
Associação de Estudantes da ESTGL
Associação de Encarregados de Educação do Agrupamento Vertical de Escolas de Tarouca
Associação Cultural e Recreativa de Gondomar
Associação Sociocultural de São João de Tarouca
Associação Social do Castanheiro do Ouro
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca
Associação Filarmónica de Tarouca
Associação Intergeracional Elas
Centro Social e Cultural da Paróquia de Ferreirim
Centro Social Recreativo São Marcos
Clube de Instrução e Recreio Musical de Eira-Queimada
INOVTERRA - Associação para o Desenvolvimento Local
ORIGEM- Associação Cultural e Recreativa de Várzea da Serra
PSB – Projetos Sociais nos Bombeiros
Vale Varosa – Associação de Desenvolvimento Local

Estabelecimentos de ensino e profissionais do ensino superior (8)

Agrupamento de Escolas da Sé (Lamego)
Agrupamento de Escolas Dr. José Leite de Vasconcelos (Tarouca)
Escola de Hotelaria e Turismo do Douro (Lamego)
Escola Secundária de Latino Coelho (Lamego)
Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Lamego (ESTGL), do Instituto Politécnico de Viseu
Diretor da Licenciatura de Gestão Turística, Cultural e Patrimonial (ESTGL)
Docente Doutorada em Gestão e Mestre em Património e Turismo (ESTGL)
Docente Doutorada em Turismo e Mestre em Turismo e Património (ESTGL)

Apêndice 4 - Relação entre informação obtida nas entrevistas e as dimensões/componentes da análise empírica

Dimensões	Componentes	Setor e N° de Entrevistas									
		A (1)	B (5)	C (2)	D (2)	E (3)	F (2)	G (2)	H (2)	I (4)	J (2)
Dimensão A PVV enquanto potenciador para a criação de uma identidade cultural local	A1) Visão do património corporizada no PVV pela utilização do(s) seu(s) património(s)	x					x				
	A2) Opções adotadas no processo de constituição histórica, social e cultural do PVV	x					x				
	A3) Paisagem envolvente: representatividade e influência na tomada de decisões sobre o território	x					x		x		x
Dimensão B Reconhecimento do PVV pela comunidade	B1) PVV enquanto parceiro comunitário	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
	B2) PVV como zona de contacto: inclusão, representação e interação	x	x		x	x	x		x		x
Dimensão C A Nova Museologia nos museus do PVV	C1) Opções museográficas: suportes expositivos, interdisciplinaridade e tecnologias	x	x								
	C2) Integração de estratégias diferenciadas para diferentes públicos	x	x								x
	C3) Participação: ações de voluntariado, curadoria coparticipada, processos de consulta comunitária e parcerias	x	x				x				x
Dimensão D PVV e a oferta de turismo	D1) Incorporação de visão do turismo interdisciplinar e integradora dos <i>stakeholders</i> locais	x		x	x	x	x	x	x	x	x
	D2) Representação do PVV na Região de Turismo do Porto e Norte			x							

cultural, criativo e temático	D3) Alinhamento face aos desafios do turismo contemporâneo: tecnológico, ecológico e inclusivo	x	x								
	D4) Adoção de princípios da democracia cultural como impulso à cidadania cultural	x					x		x		
	D5) Alinhamento face às tendências do turismo cultural: criativo e temático	x	x	x							
Dimensão E PVV como âncora para o desenvolvimento sustentável do território	E1) Papel perante o património local, enquanto elemento para a solidificação de uma identidade cultural diferenciadora e competitiva				x	x	x	x	x	x	x
	E2) Contributos para a descoberta do território e contacto com as comunidades locais	x	x		x	x	x	x	x	x	
	E3) Envolvimento em estratégias de empreendedorismo e/ou de valorização de profissões turísticas	x	x	x						x	
	E4) Impulso à economia circular: existência de redes de cocriação e formas de mobilização dos agentes territoriais a nível intersectorial	x					x		x		x
	E5) Impulso à economia circular: gestão dos fluxos turísticos e distribuição dos benefícios socioeconómicos	x				x				x	
	E6) Potenciação da utilização turística nos bens patrimoniais da rede visitável	x		x							
	E7) Qualidade da experiência turística proporcionada		x	x							
	E8) Integração do PVV em dinâmicas turísticas locais, regionais, nacionais e internacionais	x		x	x						x

Fonte: autor

Legenda:

A –Direção PVV; **B** –Rececionistas dos monumentos PVV; **C** –Rececionistas/Assistentes Operacionais dos Postos de Turismo; **D** –Rececionistas/Assistentes Operacionais da C. M. Tarouca; **E** –Comércio Local; **F** –Setor Cultural; **G** –Transportes; **H** –Juntas de Freguesia; **I** –Alojamento Turístico; **J** –Escolas

Apêndice 5 – Avaliação do PVV nas plataformas *Tripadvisor* e *Google*

Avaliações TripAdvisor (dezembro de 2022)				
Núcleo da rede visitável	Nº. de Classificações	Classificação (0 a 5 valores)	Aspetos mais destacados	
			pela positiva	Pela negativa
Mosteiro de São João de Tarouca	52	Excelente (29) Muito Bom (18) Razoável (5) Fraco (0) Péssimo (0) Média: 4.5	Antiguidade do monumento; Associação às origens (ordem de Cister); Qualidade das visitas guiadas;	Fraca atratividade da envolvente (vila)
Ponte Fortificada de Ucanha	114	Excelente (63) Muito Bom (48) Razoável (2) Fraco (1) Péssimo (0) Média: 4.5	Singularidade do monumento; Enquadramento paisagístico natural (rio) e construído (aldeia); Oferta de restauração no local;	Parque de estacionamento junto à torre, quebra a envolvente medieval;
Mosteiro de Santa Maria de Salzedas	52	Excelente (27) Muito Bom (21) Razoável (3) Fraco (1) Péssimo (0) Média: 4.5	As obras de restauro que renovaram a imponência do monumento; A loja do centro interpretativo;	Não cumprindo o horário anunciado;
Mosteiro de Santo António de Ferreirim	4	Excelente (2) Muito Bom (1) Razoável (1) Fraco (0) Péssimo (0) Média: 4.5	Os tetos pintados da capela-mor da igreja;	
Capela de São Pedro de Balsemão	50	Excelente (37) Muito Bom (17) Razoável (3) Fraco (0) Péssimo (1) Média: 4.5	Antiguidade; Explicações dadas no local; Proximidade a Lamego	Falta de serviços de apoio na envolvente

Fonte: autor

Avaliações Google (dezembro de 2022)				
Núcleo da rede visitável	Nº. de Classificações	Classificação	Aspetos mais destacados	
			pela positiva	Pela negativa
Mosteiro de São João de Tarouca	546	Média: 4.7	Antiguidade e história do local; Associação às origens da nacionalidade; Enquadramento paisagístico; Pormenores dos monumentos (órgão interior, móveis, pinturas e azulejos)	Não cumprimento do horário anunciado
Ponte de Ucanha	140	Média: 4.7	Singularidade do monumento; Enquadramento paisagístico natural (rio) e construído (aldeia); Atendimento de qualidade pelo rececionista e guia;	
Torre de Ucanha	511	Média: 4.6		
Mosteiro de Santa Maria de Salzedas	257	Média: 4.5	Monumentalidade / imponência do mosteiro; A loja do centro interpretativo;	Impedimentos no acesso à igreja; Zonas em ruínas.
Mosteiro de Santo António de Ferreirim	57	Média: 4.5	Coleção de pinturas; Qualidade do atendimento pelo rececionista/segurança	
Capela de São Pedro de Balsemão	133	Média: 4.5	Antiguidade; Explicações dadas no local; Enquadramento natural;	Falta de comunicação verbal em inglês; Inexistência personalizada ao monumento e em inglês; Sem wc de apoio; Fracas acessibilidades

Fonte: autor